

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

SUIANY BUENO SILVA

**OS *PRODIGIA* E A *PAX DEORUM*: UMA ANÁLISE DA *SUPPLICATIO*
EXPIATÓRIA EM *AB VRBE CONDITA LIBRI* DE TITO LÍVIO
(SÉCULO I a.C.)**

Goiânia, Junho de 2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Suiany Bueno Silva

Título do trabalho: *OS PRODIGIA E A PAX DEORUM: UMA ANÁLISE DA SUPPLICATIO EXPIATÓRIA EM AB VRBE CONDITA LIBRI DE TITO LÍVIO (SÉCULO I a.C.)*


3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 10 / 06 / 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

**OS *PRODIGIA* E A *PAX DEORUM*: UMA ANÁLISE DA *SUPPLICATIO*
EXPIATÓRIA EM *AB VRBE CONDITA LIBRI* DE TITO LÍVIO
(SÉCULO I a.C.)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Goiás.

Área de Concentração: Culturas,
Fronteiras e Identidades **Linha de
Pesquisa:** História, Memória e
Imaginários Sociais

Orientadora: Professora Doutora
Luciane Munhoz de Omena

Goiânia, Junho de 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Suiany Bueno
OS PRÓDIGIA E A PAX DEORUM: UMA ANÁLISE DA
SUPPLICATIO EXPIATÓRIA EM AB VRBE CONDITA LIBRI DE TITO
LÍVIO (SÉCULO I A.C.) [manuscrito] / Suiany Bueno Silva. - 2019.
228 f.

Orientador: Prof. Luciane Munhoz de Omena.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Apêndice.

1. Supplicatio expiatória. 2. Religião romana. 3. Pax Deorum. I.
Omena, Luciane Munhoz de , orient. II. Título.



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Suiany Bueno Silva**. Aos 07 (sete) dias do mês de junho de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h30, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Suiany Bueno Silva**, cujo título foi **“OS PRODIGIA E A PAX DEORUM: UMA ANÁLISE DA SUPPLICATIO EXPIATÓRIA EM AB VRBE CONDITA LIBRI DE TITO LÍVIO (SÉCULO I A.C.)”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº031/2019-PPGH, de 05 de junho de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Luciane Munhoz de Omena (Presidente)**, **Thiago E. A. Mota (UPE)**, **Edson Arantes Júnior (UEG)**, **Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)**, **Dulce O. A. dos Santos (UFG)** e, como Suplentes, **Érica C. Moraes da Silva (UFES)**, **Margarida Maria de Carvalho (UNESP-FRANCA)**, **Armênia Maria de Souza (UFG)** e **Heloísa Selma Fernandes Capel (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 19 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata aprovada.....

Prof. Dr. **Thiago E. A. Mota (UPE)** Ass.: 

Decisão (aprovada.....)

Prof. Dr. **Edson Arantes Júnior (UEG)** Ass.: 


Decisão (aprovado.....)

Profa. Dra. **Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)** Ass.: Ana Teresa Marques Gonçalves.....

Decisão (aprovada.....)

Profa. Dra. **Dulce O. A. dos Santos (UFG)** Ass.: Dulce O. Arantes dos Santos.....

Decisão (aprovada.....)

Presidente da Banca Profa. Dra. **Luciane Munhoz de Omena** Ass.: 

Decisão (aprovada.....)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo.....
Prof.^a Dr.^a Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: Cintila Alves Garcia.....
Cintila Alves Garcia

Dedico esta Tese aos meus amados pais, Nilton e Solange Bueno, e ao meu querido esposo Erick Otto. Não poderia deixar de expressar meu eterno agradecimento aos meus avós Laudicea Silva (*In Memoriam*) e José Roque (*In Memoriam*), por terem me concedido às bases do conhecimento, o amor e a ternura. Uma imensa saudade me envolve e a certeza de que nunca são esquecidos. Estão sempre em minhas lembranças por tudo que representaram e significam em minha vida.

Com todo o meu singelo amor.

AGRADECIMENTOS

Realizar esta pesquisa foi, de fato, um exercício e uma prática diária que envolveu muitos afetos, aprendizados, desafios e a permanência constante do sentimento de gratidão e determinação. Por isso tudo agradeço primeiramente a Deus e a espiritualidade por ter me concedido força e amparo espiritual durante todo este processo.

Um agradecimento imenso à minha orientadora Luciane Munhoz de Omena, por ter me dado a oportunidade de conviver, aprender, crescer com ela durante 10 anos de UFG. Agradeço a ti por ter me incentivado e ensinado a pesquisar e, além disso, por conceder a sua amizade e companheirismo. Dividiu comigo por todos estes anos suas ideias, perspectivas, sonhos e conhecimento. Vivemos confidências de dias superados e aprendidos como lições essenciais para a alma. Posso afirmar com toda certeza que ela é um exemplo de determinação e generosidade, e essas virtudes muito me auxiliaram durante esta caminhada. Para ti Luciane, meu eterno agradecimento e admiração. Aprendi e aprendo muito contigo. Gratidão pelo seu carinho, confiança e principalmente pela amizade construída.

O meu mais profundo sentimento de gratidão, amor, respeito e admiração incondicional por meu companheiro de jornada e de vida. Erick Otto, sem você nessa caminhada não apenas do doutorado, mas de todo o percurso destes 13 anos eu não teria conseguido. Agradeço, sobretudo, por sua paciência, amor, renúncia, equilíbrio, acolhimento e por me ensinar de forma tão delicada a capacidade de se reinventar na vida. Amadurecemos e evoluímos juntos. Obrigada por escolher estar presente e inteiro ao meu lado, por dividir comigo sonhos, conquistas, perdas e desafios. Muito obrigada por me incentivar a permanecer, por suas leituras e conhecimento compartilhado comigo. Você é parte fundamental neste trabalho e em todo o meu percurso acadêmico. Gratidão por ser meu melhor amigo e me proporcionar a maior das dádivas: o amor. Você tem nestes agradecimentos tão singelos um lugar de destaque por tudo que significa e representa na minha vida.

Pai e Mãe, muito obrigada por estarem junto de mim em todos os passos, escolhas, decisões, acertos e equívocos. É muita gratidão por tê-los como meus maiores tesouros desta vida. Eu dedico este trabalho a vocês, que tanto suportaram minha ausência, meu choro e meus risos. Obrigada por me compreenderem e apoiarem, por me concederem todo amor para nunca estar só e sempre me sentir confortada, resguardada, acolhida e amparada pelos seus mais sinceros sentimentos. Solange Silva de Souza Bueno e Nilton Bueno a vocês dedico tudo que

sou, bem como o meu eterno amor, cuidado e ternura. Vocês são a luz da minha vida. São minha inspiração e dedicação. Para vocês e por todo sempre meu amor de filha.

Não menos importante agradeço a minha Ady, irmã querida do meu coração, gratidão por estar comigo, por me fazer sorrir e me envolver em seu amparo fraternal. Adelle Bueno, sua presença amorosa e divertida foi essencial neste percurso. Você sempre torna tudo muito mais leve e brando, por isso minha gratidão. Agradeço também a minha cunhada Vera Bueno por seu companheirismo e por me escutar com carinho diversas vezes. Não poderia deixar de agradecer a minha tia Juceli Roque quem sempre me ouve por horas no telefone e sempre me envolve em suas delicadas e sábias palavras de afeto e fé. Tia Ju, obrigada por suas preces e pensamentos carinhosos. Não poderia deixar de mencionar meu amado primo Jonathan Monteiro (Corvo); obrigada por ser meu “malvado favorito” e me fazer rir e, assim, me sentir uma pessoa única. Agradeço profundamente aos meus cãopanheiros Aikinha, Maya, Madona e, em especial ao meu filhote amado Symim. Eles me envolveram em amor, ternura e companhia em todos os meus dias. São criaturinhas extraordinárias e especiais. Obrigada por existirem.

Tenho uma profunda gratidão a minha querida irmã de alma Andressa Araújo. Beinho, obrigada por tanto, por ter, em tantos momentos, me ajudado a manter a saúde emocional; você passou comigo neste percurso tantos momentos e eu só tenho que te agradecer por ser a versão mais colorida desta minha vida. Gratidão por 13 anos de união e cumplicidade. Para você, todo o meu amor, carinho, estima e aquela vontade de sempre sorrirmos da vida e pela vida juntinhas. Agradeço muito a minha companheira desta jornada de doutorado Vanessa Clemente Cardoso que iniciou comigo esta deliciosa aventura e, assim, encerramos juntas. Minha amiga você foi fundamental, obrigada por me aconselhar e dividir comigo tantas experiências. Andreia Fonseca, minha parceira de confidências foi tão maravilhoso ter você pertinho de mim nesta fase; muitíssimo obrigada por sua generosidade em me escutar e juntas compartilharmos aprendizados sobre a faculdade, a pesquisa acadêmica e, sobretudo, sobre a vida. Agradeço de todo o meu coração a minha delicada e iluminada amiga Ângela de Aquino Veloso. Amiga querida, você foi meu equilíbrio, gratidão por me incentivar a ser um ser humano melhor e a ver as situações por outros prismas. Obrigada por você ser tão afetuosa e presente em minha vida. Gostaria de agradecer também às minhas amigas Romilda Godoy, Lucélia Miranda, Teresinha Rabelo e a minha prima querida Adriana Alves. Vocês estiveram presentes de um modo especial e muito compreensivo. Vocês são um presente que a vida me ofertou. Gratidão por me fazerem tão bem.

Agradeço aos professores componentes da banca. Primeiramente a professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG) por, desde o início, ainda em meu processo seletivo, ter me conduzido a necessidade de um recorte temático em minha pesquisa. Com isso, cheguei ao objeto desejado. Professora, muito obrigada pelas excelentes aulas desde o Mestrado e durante o doutoramento. Elas me inspiraram, incentivaram e me ensinaram. Obrigada por todos os seus preciosos apontamentos tidos ao longo dos congressos e encontros acadêmicos. Meu agradecimento a professora Doutora Cláudia Beltrão (UNIRIO) por suas sugestões e indicações em meu exame de qualificação. Agradeço aos professores Doutores Edson Arantes Junior (UEG – Câmpus Uruaçu) e Thiago Eustáquio Araujo Mota (UPE) por terem aceito ao convite de compor minha banca de doutorado e pelas ideias, materiais e indicações que me forneceram ao longo dos encontros acadêmicos, os quais muito me auxiliaram para a composição deste trabalho. Um agradecimento especial à professora Doutora Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG) por desde o início ter aceitado tão carinhosamente nosso convite e por ter me dado a oportunidade de ter feito uma das disciplinas mais legais deste doutorado. Obrigada professora, foi um prazer conhecê-la durante este caminho. Agradeço às professoras Érica Cristhyane Moraes da Silva (UFES), Heloísa Selma Fernandes Capel (UFG), Armênia Maria de Souza (UFG) e Margarida Maria de Carvalho (UNESP- Franca) por terem aceito participar de minha banca de doutoramento e por todas as sugestões fornecidas nos encontros acadêmicos.

Agradeço ao meu amigo e companheiro de faculdade Paulo Yoke Oliveira pelo carinho, apoio e consideração com minha pessoa. Aos amigos, Douglas Castro Carneiro, Fabrício Dias Gusmão, Rayllin Barros, Mariana Carrijo Medeiros e Rodrigo Santos Monteiro de Oliveira por dividirmos materiais, ideias, incentivos e conversas sobre a vida e suas perspectivas. Agradeço em especial a Macsuelber de Cássio Barros da Cunha pela amizade, inspiração e por dividir comigo ao longo desta caminhada leituras e materiais que muito contribuíram para as minhas análises. Obrigada por transmitir calma e serenidade.

Agradeço, em especial, a CAPES pelo financiamento deste trabalho através da concessão da bolsa de pesquisa. Um agradecimento aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de História pela atenção e compromisso em fornecer informações essenciais à confecção deste trabalho.

Minha gratidão a todos que me auxiliaram direta ou indiretamente na confecção desta Tese e no incentivo à continuação da pesquisa acadêmica.

RESUMO

Investigamos nesta Tese a *supplicatio* como uma prática expiatória, a qual colocava em destaque a busca pela *pax deorum*. Analisaremos, dada a relevância documental e histórica, os 35 livros de Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita Libri*), a partir de uma leitura temática, a qual leva em consideração a construção de discussões que evidenciam o contexto de ocorrência dos prodígios e, a partir disso, sua observação, interpretação e expiação. Do mesmo modo, compreendemos a realização da súplica em seus diversos contextos e objetivos, quais sejam: propiciatória, gratulatória e expiatória. Com base nesse levantamento de dados, passamos a investigar mais de perto a *supplicatio* com objetivo explícito de expiar os prodígios, na medida em que as informações fornecidas por Tito Lívio nos permitem. A *supplicatio* expiatória, nesse contexto, expressava a relação entre a comunidade, por meio de procissões e preces, e o espaço do sagrado, representado por templos, leitos dos deuses e altares. Portanto, ao fazer referência à prática ritual expiatória, em especial a ação das *supplicationes*, consideramos que Tito Lívio realça e evidencia a busca pela *pax deorum* e a celebração das práticas ritualísticas como meios de promover, evocar e perpetuar as benesses divinas na *Res Publica* romana.

Palavras-Chave: *Supplicatio* expiatória; Religião romana; *Pax deorum*.

ABSTRACT

We investigated in this Thesis the *supplicatio* as an atoning practice, which highlighted the search for *pax deorum*. We will analyze, given the documentary and historical relevance, the 35 books of Livy (*Ab Vrbe Condita Libri*), from a thematic reading, which takes into account the construction of discussions that show the context of occurrence of the miracles and, on that basis, his observation, interpretation and atonement. In the same way, we understand the realization of the supplication in its various contexts and objectives, which are: propitiatory, gratulatory and expiatory. From this data, we went on to investigate more closely the *supplicatio* with the explicit objective of atonement the prodigies, to the extent that the information supplied by Livy allows us to. The atoning *supplicatio*, in this context, expressed the relationship between the community, through processions and prayers, and the space of the sacred, represented by temples, couches of the Gods and altars. Therefore, when referring to atoning ritual practice, especially the action of *supplicationes*, we consider that Livy emphasizes and evidences the search for *pax deorum* and the celebration of ritual practices as a means to promoting, evoking, and perpetuating divine blessings in the Roman *Res Publica*.

Keywords: Atoning *supplicatio*; Roman religion; *Pax deorum*.

RÉSUMÉ

Nous avons étudié dans cette thèse la *supplicatio* comme pratique expiatoire, qui met l'accent sur la recherche de la *pax deorum*. Nous analyserons, compte tenu de la pertinence documentaire et historique, les 35 livres de Tite-Live (*Ab Vrbe Condita Libri*), basé sur une lecture thématique, qui prend en compte la construction de discussions qui mettent en évidence le contexte de l'occurrence des prodiges et, à partir de là, leur observation, leur interprétation et leur expiation. De la même manière, nous comprenons la réalisation de la supplication dans ses divers contextes et objectifs, à savoir: propitiatoire, gratitude et expiation. À partir de ces données, nous avons procédé à une investigation plus approfondie de la *supplicatio* dans le but explicite d'expier les prodiges, dans la mesure où les informations fournies par Tite-Live nous le permettent. La *supplicatio* expiatoire, dans ce contexte, exprimait la relation entre la communauté, à travers des processions et des prières, et l'espace du sacré, représenté par les temples, les divans des Dieux et les autels. Par conséquent, en référence à la pratique rituelle expiatoire, en particulier l'action des *supplicationes*, nous considérons que Tite-Live souligne et met en évidence la recherche de la *pax deorum* et la célébration de pratiques rituelles comme moyen de promouvoir, d'évoquer et de perpétuer les bénédictions divines de la *Res Publica* romaine.

Mots-clés: *Supplicatio* expiatoire; Religion romaine; *Pax deorum*.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
RÉSUMÉ.....	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	27
EM TORNO DE TITO LÍVIO E <i>AB VRBE CONDITA LIBRI</i>	27
1.1 – TITO LÍVIO: OS RASTROS DE UMA BIOGRAFIA	28
1.2 – O PREFÁCIO E A COMPOSIÇÃO DE <i>AB VRBE CONDITA LIBRI</i>	31
1.3 – TITO LÍVIO E SEU PÚBLICO: DA <i>RECITATIO</i> À CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DE <i>AB VRBE CONDITA LIBRI</i>	45
1.4 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA DO DOCUMENTO	57
CAPÍTULO II.....	71
A ADIVINHAÇÃO DOS PRODÍGIOS NA REPÚBLICA ROMANA.....	71
2.1 – A <i>DIVINATIO</i> NO CONTEXTO POLÍTICO DA REPÚBLICA	72
2.2 – O PAPEL DOS SACERDOTES NA ADIVINHAÇÃO DOS PRODÍGIOS.....	82
2.3 – OS PRODÍGIOS NA REPÚBLICA ROMANA E A MANUTENÇÃO DA <i>PAX DEORUM</i>	95
CAPÍTULO III	110
UMA ANÁLISE DA <i>SUPPLICATIO EXPIATÓRIA</i> EM <i>AB VRBE CONDITA LIBRI</i>	110
3.1 – O VOCABULÁRIO DAS <i>SUPPLICATIONES</i> EM <i>AB VRBE CONDITA LIBRI</i>	111
3.2 – A <i>SUPPLICATIO</i> EXPIATÓRIA COMO CONCEITO DE ANÁLISE.....	120
3.3 – O PROCESSO DA <i>SUPPLICATIO</i> EXPIATÓRIA COMO PRÁTICA COLETIVA	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
APÊNDICE A	179
APÊNDICE B.....	194
APÊNDICE C	212
APÊNDICE D	219

INTRODUÇÃO

[A] memória aparece como um componente essencial e um princípio ativo da identidade e da vida do cidadão. [...] A memória em Roma não possui como objeto apenas o passado, mas é também memória dos valores, memória do presente e memória da ação, no sentido de que determina o comportamento moral e as ações (BAROIN, 1997, p. 610).

As palavras de Catherine Baroin parecem ser essenciais para começarmos o diálogo desta tese de doutoramento, haja vista que por meio delas podemos refletir e compreender a construção de memórias e suas ressignificações dentro de uma cultura – em nosso caso, a da Roma situada temporalmente entre o que denominamos de República tardia e início do Principado. Com isso, entendemos que cada sociedade é fruto de seu tempo, incluindo suas escolhas, discursos, posições, questionamentos e atitudes. Cada sociedade possui uma história social e, frequentemente, produzem e reinventam suas narrativas, reelaboram seus discursos de memória.

Ora, ao pensarmos a narrativa de Tito Lívio, sabemos que ela não representava somente um conjunto de episódios sobre a história de Roma, mas incorporava igualmente práticas sociais, políticas e religiosas que corroboravam a manutenção da *Res Publica* romana e, aqui, sem ressalvas, com a permanência da *pax deorum* – paz com os deuses. Então, sob a condição de objeto de uma cultura, a escrita liviana passava a conferir imortalidade aos feitos dos homens do passado, uma vez que a visão romana de memória levava a uma remodelação de sentido do passado, também exigindo dos autores a significação do presente e escolhas não só do que se lembrar, mas de como o passado deveria ser lembrado (GOWING, 2005, p. 10).

Jeanne-Marie Gagnebin (2006, p. 11) nos auxilia com essa perspectiva ao pontuar que no mundo antigo escrevia-se para lembrar, para inserir um feito na memória social. Diante disso, os autores na Antiguidade se valiam do passado para

perpetuar o vivo, mantendo sua lembrança para as gerações futuras, mas só pode salvá-lo quando o codifica e o fixa, transformando sua plasticidade em rigidez, afirmando e confirmando sua ausência [...] A memória dos homens se constrói entre dois pólos: o da transmissão oral viva, mas frágil e efêmera, e o da conservação pela escrita, inscrição que talvez perdure por mais tempo, mas que desenha o vulto da ausência [...] O apelo do presente, da vida no presente, também exige que o pensamento saiba esquecer (GAGNEBIN, 2006, p. 11).

No que se refere a isso, ao nos propormos o estudo da historiografia latina, lidamos com uma cultura polissêmica, que possibilita a compreensão das representações, discursos, conflitos, valores e práticas sociais compartilhadas por uma comunidade cívica. Por esse ponto de vista, entendemos que trabalhar com as documentações textuais e materiais provenientes da Antiguidade torna-se, de fato, algo singular e significativo para se compreender a construção das ações e os feitos dos homens em seu tempo, pois consideramos que as narrativas antigas não deveriam ser submetidas ao esquecimento, antes, deveriam manter pelo esforço da escrita a lembrança viva e cintilante dos homens e das virtudes cívicas essenciais para a manutenção identitária de suas culturas (GAGNEBIN, 2006, p. 45). Da mesma maneira, reconhecemos essas evidências no discurso de Tito Lívio, já que o historiador aludia à relevância da rememoração, associando-a, segundo nossas hipóteses, ao trabalho de confecção e ornamentação de sua obra *Ab Vrbe Condita Libri*¹ - Desde a fundação da cidade – pois, deste modo, ressignificaria e perpetuaria a memória de Roma. Torna-se imprescindível compreender que a rememoração promovida por Tito Lívio significa uma atenção, um direcionamento ao seu presente, em especial a essas ressurgências do passado no presente. Nesse ponto, não nos referimos apenas ao trato de relembrar e recorrer ao passado, mas, sobretudo, à capacidade de alterar/ressignificar esse passado, bem como as ações e acontecimentos de outrora. A fidelidade aos traços pretéritos, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2006, p. 55). Diante destas considerações, reconhecemos que ao trabalharmos com a documentação textual de Tito Lívio lidamos com leituras temáticas plurais e complexas, à medida que Lívio abarca em sua narrativa os primórdios da história romana até o advento do Principado, embora essa parte da documentação não tenha chegado aos nossos dias.

Ab Vrbe Condita Libri é um vasto campo de análise e de pesquisa. Durante o Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da UFG (2013-2014), a proposta de estudo defendida na dissertação intitulada “Usos do passado em Tito Lívio: a construção de uma memória romana à época de Augusto (século I a.C.)” foi concernente ao recorte temático do livro I de *Ab Vrbe Condita Libri*, sobre a monarquia de Roma. Na supracitada dissertação

¹ Nesta Tese utilizamos as seguintes traduções e edições para a obra de Tito Lívio: TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri I-V. Vol. 1. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1974; TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri VI-X. Vol. 2. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1979; TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXI-XXV. Vol. 3. A cura di Paola Ramondetti. Torino: UTET, 1989; TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXVI-XXX. Vol. 4. A cura di Lanfranco Fiore. Torino: UTET, 1981; TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXXI-XXXV. Vol. 5. A cura di Piero Pecchiura. Torino: UTET, 1970; TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXXVI-XL. Vol. 6. A cura di Alessandro Ronconi e Barbara Scardigli. Torino: UTET, 1980; TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XLI-XLV e Frammenti. Vol. 7. A cura di Giovanni Pascucci. Torino: UTET, 1971, mas nos responsabilizamos pela tradução final do português que utilizamos nesta tese, gerada a partir das escolhas e sugestões dos tradutores mencionados.

defendemos a ideia de que as virtudes cívicas (e.g. *clementia, iusticia, pietas, auctoritas, militare, pudicitia*), indicadas por Tito Lívio em sua narrativa, deveriam conduzir os comportamentos sociais, sobretudo dos agentes do poder, uma vez que suas ações e condutas refletiriam a *Res Publica*. No que se refere a isso, a elaboração de *Ab Vrbe Condita Libri I* esteve, segundo nossas hipóteses, relacionada às condições sociais e políticas da República tardia e início do contexto imperial; portanto, inseriu-se nas dinâmicas das produções textuais, as quais mantinham estreitos vínculos com as medidas de renovação e ressignificação do passado articuladas por Otávio Augusto.

A partir daí, percebemos a necessidade de dar continuidade às pesquisas iniciadas no Mestrado, analisando agora, com maior atenção, a temática da *religio* romana em *Ab Vrbe Condita Libri*, em especial a prática da *supplicatio* expiatória como um mecanismo para a reinvidicação da *pax deorum*. Com isso, o objetivo desta pesquisa é estudar como, por intermédio da ocorrência dos prodígios funestos (sinais não solicitados) mencionados por Tito Lívio e após sua observação e aprovação com a *procuratio prodigiorum* (BERTHELET, 2011; REQUENA JIMÉNEZ 2018; FÉVRIER, 2008), recorriam-se à *supplicatio* expiatória como forma de buscar a *pax deorum* e, além disso, analisar a execução do ritual propriamente dito. Sabemos, pois, que se tratava de uma sociedade ávida pela manutenção da boa relação com os deuses, como garantia da ordem cívica na *Res Publica*. Torna-se, de fato, imprescindível compreender como o rito de expiação, enquanto prática da *religio* romana, dizia respeito não apenas a sentimentos ou percepções individuais, mas, sobretudo, aos grupos sociais, sendo uma entre as principais medidas que visavam instituir, consolidar e manter o ordenamento social – logo, a ordem sagrada. Essas práticas são caracterizadas por uma “mediação entre a manutenção de determinada ordem e sua potencial violação, já que o sagrado é visto como um fenômeno sobre-humano que se manifesta e se materializa no mundo, sacralizando a própria ordem cívica, cujo conteúdo é sempre culturalmente definido” (BELTRÃO, 2013, p. 121).

Por esse fato, compreendemos que Tito Lívio não nos fornece uma representação meticulosa e precisa acerca dos aspectos e acontecimentos religiosos (SANTANGELO, 2013, p. 216). Em *Ab Vrbe Condita Libri* não há menção completa sobre todos os procedimentos rituais, embora Tito Lívio coloque em destaque a importância da *religio* e do *piaculum* como parte integrante da manutenção do *mos maiorum* romano (LINDERSKI, 1993, p. 57). Contudo, apesar de faltar uma precisão acerca da estrutura do ritual, isto não significa que a obra liviana não nos possibilite uma leitura e compreensão das circunstâncias e do contexto que desencadeava a necessidade da prática ritual, em especial aqueles concernentes à expiação.

Logo, quando Lívio nos diz que é preciso conservar a memória dos seus costumes civis e religiosos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, VIII, XI), ele indica, acima de tudo, que a religião com suas cerimônias ritualísticas eram parte constituinte da vida social romana. Compreende-se, em razão disso, que as práticas religiosas integravam o discurso institucional, já que as ações humanas poderiam estabelecer comunicação e relação com o divino (STEM, 2007, p. 442). Por esse ponto de vista, Tito Lívio representou o sagrado em sua narrativa como espaço de práticas e comportamentos sociais, os quais, de fato, promoveriam o estabelecimento da *pax deorum*, numa correta relação da *pietas*, garantindo a condição ideal de manutenção da ordem no interior da *urbs* (BROWN, 1995, p. 292).

Inserida neste diálogo, defendemos a hipótese de que a *supplicatio*, como uma prática da *religio* romana, poderia adquirir função expiatória, estando associada ao contexto de celebração e execução de um ritual. Aqui, sem ressalvas, defendemos a ideia de que a prática da *supplicatio* expiatória se tornava um meio de comunicação, indicando, dessa maneira, a relação que se dava entre o suplicante e uma determinada divindade. Consideramos oportuno compreender a etimologia da palavra latina *supplicatio*, a qual deriva do adjetivo *supplex* (“ajoelhar-se”) e se refere ao gesto clássico dos suplicantes. *Supplex* também está relacionado a quem se prostra, implorando (DICTIONNAIRE ÉTYMOLOGIQUE DE LA LANGUE LATINE, 2001, p. 669). No latim clássico, *supplicatio* indica um substantivo feminino da terceira declinação (terminação em *onis* – *supplicationis*) e pode ser compreendida como: **a**) oferta de propiciação a uma divindade ou a uma instância relacionada a ela; **b**) como uma ação de graça, um agradecimento após uma vitória militar/guerra ou um pedido de misericórdia, necessidade de expiação (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1882). Em razão disso, acreditamos que a *supplicatio* poderia assumir função expiatória, quando esteve relacionada à ocorrência de prodígios funestos. É neste sentido que quando ocorriam tais prodígios, fazia-se necessário buscar a *pax deorum*, e um desses mecanismos de intervenção direcionado às divindades foi a promulgação dada pelo Senado para a celebração da *supplicatio* como prática de expiação.

Consideramos, contudo, que nem todo ritual de expiação continha a prática da *supplicatio* e que nem todas as vezes que a prática da *supplicatio* são mencionadas por Tito Lívio estariam, segundo nossa documentação, com a função expiatória. Essa especificação conceitual e a função no contexto do ritual foi obtida a partir da análise documental com a elaboração de algumas perguntas: Qual o contexto de ocorrência da *supplicatio*? Quem celebrou

e oficializou o ritual? Quem é o destinatário da *supplicatio* expiatória? Quais eram os participantes da *supplicatio* expiatória?

A partir disso foi estabelecido um levantamento de passagens (Apêndice A e Apêndice C) de modo a verificar as situações em que ocorriam os *piacula* e a prática da *supplicatio* em uma mesma narrativa. Com isso, selecionamos um *corpus* para analisarmos as situações na qual a *supplicatio* acontece como parte essencial da expiação no contexto de celebração do ritual. Portanto, a execução das *supplicationes* poderia ter característica propiciatória, de agradecimento ou expiatória, ao veicular um pedido formal ou um agradecimento por um favor, auxílio, perdão ou misericórdia. Para delimitarmos nossa pesquisa usaremos a categoria de análise *supplicatio* expiatória, pois acreditamos que a sua prática em *Ab Vrbe Condita Libri* pode assumir em alguns momentos a função de um *remedia*, com o intuito de aplacar a *ira deorum* na comunidade ou mesmo evitar males vindouros.

Nesse ponto, devemos esclarecer a relação entre *piaculum*, prodígios, *pax* e *ira deorum*, a qual será destrinchada de forma detalhada em nosso segundo capítulo. Embora parte da tradição historiográfica (e.g. BLOCH, 1968, p. 82; RASMUSSEN, 2003, p. 35) defina os prodígios como sinais da ira divina, ou seja, que a *pax deorum* fora rompida, outros autores (e.g. SANTANGELO, 2011; SATTERFIELD, 2015; REQUENA JIMÉNEZ, 2018), com os quais concordamos, não generalizam essa afirmação, mas consideram que os prodígios expressam a ausência da proteção divina (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p. 493) e a necessidade da busca da paz (SATTERFIELD, 2015, p. 434), mas de modo algum a ruptura da paz, uma vez que ela não era passível de ser rompida ou perdida, mas sempre buscada em todos os rituais religiosos (SANTANGELO, 2011, p. 162). Embora Tito Lívio relacione prodígios com a ira divina (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. IV,25,3; XXII.9.10; XL,37,2), não é em todas as ocasiões que essa relação é direta e, portanto, não devemos generalizar a afirmação de que os prodígios expressam sempre a ira dos deuses, podem significar também que os romanos buscavam a proteção dos deuses ausentes.

Aqui, sem ressalvas, interessa-nos salientar que os rituais expiatórios são articulados a partir de atos formalizados e possuem a capacidade de conferir valor e sentido à vida daqueles que os executam (CONNERTON, 1999, p. 51). Portanto, trabalhar com a narrativa de Tito Lívio torna-se um projeto viável, válido e necessário à compreensão cultural das práticas religiosas romanas inseridas no contexto de fins da República romana. Assim sendo, a viabilidade desta pesquisa será sustentada pela utilização dos 35 livros que nos chegaram da

obra de Tito Lívio como base documental primordial, bem como seu diálogo com documentos auxiliares que puderam nos ajudar na construção dos argumentos. Logo, um estudo das práticas religiosas a partir da historiografia antiga nos possibilita a compreensão da relação entre as crenças e as formas ritualísticas, como manifestações do espaço sagrado da Roma antiga. Tal como pontua Cláudia Beltrão (2013, p. 242), os acontecimentos relativos à *pax* ou à ira *deorum* (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri* IV. XXV-III/ III. II-VI-VIII), dependiam da relação da *urbs*² com suas divindades. Sendo assim, consideramos que a *religio* em Roma conduzia os cidadãos a ações na vida individual e coletiva na *urbs*, sendo expressa em discursos e rituais cujos vestígios nos permitem uma via de acesso à sua compreensão (BELTRÃO, 2008, 2011; BEARD, NORTH & PRICE, 1998). Trata-se, sobretudo, de um tecido de relações complexas e plurais, as quais fundamentavam a ordem moral da cidade, sendo um elemento de coesão social da comunidade a partir da afirmação de uma ordem sagrada.

É neste sentido que inserimos nossa pesquisa no campo narrativo da História Cultural, a qual possui como anseio principal a “identificação dos modos pelos quais em diferentes lugares e momentos as realidades sociais são construídas, pensadas e dadas a ler” (CHARTIER, 1990, p. 23), constituindo uma perspectiva na qual as manifestações sociais de forma alguma devem ser encaradas como discursos neutros, pois é justamente no espaço coletivo que as relações de poder se desenvolvem, conciliando fenômenos construídos culturalmente que nos dão suporte à investigação dos processos sociais de um determinado grupo. Assim, a ferramenta primeira de nossa investigação é a representação³ da *religio* romana em *Ab Vrbe Condita Libri*. Trata-se de entender que para o historiador é preciso esmiuçar os traços registrados em um dado

² Compreendemos que o espaço da *urbs* representava e expressava as interações sociais, e indicava em sua espacialidade as manifestações de sociabilidade pelos diversos instrumentos de comunicações que a compunham: numismática, monumentos arquitetônicos e funerários, procissões mortuárias, os templos; em outras palavras, trata-se de compreender a *urbs* em seus aspectos estruturais, mas não dissociada da *ciuitas*, valores romanos, uma vez que a própria cidade expressou, produziu e transmitiu o *mos maiorum*; por conseguinte, a cidade de Roma configurou-se em um espaço social, o qual produziu negociações por meio das interações e comunicações na comunidade cívica, expressando de fato as relações de poder (TRUMPER, 2012, p. 302).

³ O conceito de representação é, por sua própria natureza, ambíguo. Por um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção do que representa e do que é representado; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença (GINZBURG, 2001, p. 85; CHARTIER, 2002, p. 74). A representação é “entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, 1990, p. 21). As representações não são espelhos fiéis da realidade, pois nelas os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. São sempre alteradas, transformadas. As representações permitem aos indivíduos a possibilidade de darem sentido ao seu mundo, isto é, de encontrarem a ordenação de suas próprias estruturas sociais, à medida que são construções, embasadas na realidade vivida, as quais traduzem as posições e interesses dos atores sociais e que, ao mesmo tempo, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

documento, pois a pretensão de fazer as coisas parecerem vivas não bastaria para satisfazê-la: há também nela uma necessidade de traduzir esse conhecimento a partir de uma inteligibilidade científica (VEYNE, 1989, p. 13). Esse apetite de inteligibilidade manifesta-se nos usos conceituais, visto que não há uma narrativa pura e simples, ou apenas o trabalho de erudição; o texto do historiador sempre lança mão de conceitos e categorias de análises a partir das quais visitamos a documentação (VEYNE, 1989, p. 13-14). Partimos dessas concepções e, conforme a linha de pesquisa na qual o nosso projeto está inserido, *História, Memória e Imaginários Sociais*, em consonância com as análises que temos desenvolvido acerca da obra liviana desde o Mestrado, entendemos que os pressupostos teórico-conceituais constituem peças essenciais na forma como direcionamos os métodos de análise ao nosso objeto. Assim, antes mesmo de partirmos para o método de pesquisa estabelecido nesta tese, apresentamos os conceitos que serão utilizados ao longo de nossas argumentações: memória, *religio* e *piaculum*.

Em nosso trabalho, pensamos a memória como um suporte teórico-conceitual que nos auxilia compreender os usos do passado em Lívio. Sabemos que a memória é uma criação fluida, individual e coletiva do presente sobre o passado. Neste sentido, consideramos que a *Ab Vrbe Condita Libri* veicula uma determinada memória, compreendida enquanto discurso, um processo de reinvenção, de socialização e comunicação (ASSMANN, 2011). Assim como propõem Aleida Assmann e Linda Shortt (2012, p. 5-10), a memória, em sua relação com a escrita, desempenha um papel fundamental, uma vez que a memória reescrita e ressignificada articula-se sobre a mudança, possui flexibilidade e transforma o discurso em referência ao passado. Segundo as pesquisadoras, a memória nunca se fecha, é sempre fluida, e pode ser reconstruída em novos atos de lembrança. Entendemos, portanto, que não é o próprio passado rememorado que atua sobre uma sociedade, mas, sobretudo, as representações de eventos passados, os quais são criados, circulados e recebidos dentro de um contexto cultural específico à luz das implicações políticas e sociais vigentes.

Ao utilizarmos as reflexões de Aleida Assmann e Linda Shortt, compreendemos que a memória reivindicada por Tito Lívio é expressa em palavras, em ações e nas práticas religiosas. Trata-se, de fato, de uma leitura da memória que é produzida por intermédio das representações do passado, o qual, por sua vez, envolve seleção, reorganização, inclusão, exclusão e intencionalidade. Neste sentido, a memória enquanto um discurso construído e elaborado por Tito Lívio não é objetivo e, tampouco, uma realidade externa e intacta, mas, sobretudo, o resultado inevitável de diferentes subjetividades e interpretações. Logo, o conceito de memória encontra-se diretamente relacionado aos espaços e práticas de recordação, perpetuação, seleção,

inteiração e divulgação; isto é, a memória se constitui em símbolos e discursos, os quais se perpetuam em monumentos, se registram em documentos textuais, estão presentes nos valores compartilhados em termos sociais e, em nossa pesquisa, associa-se à celebração das práticas religiosas, haja vista que as cerimônias tornavam-se, de fato, espaços de comunicabilidade, perpetuação da ancestralidade e, deste modo, lugar de celebrar e compartilhar uma *publica memoria* (ASSMANN, 2008, p. 68).

Uma abordagem sobre a temática da religião romana implica o tratamento teórico-conceitual do termo *religio*. O conceito latino *religio* é um substantivo feminino da terceira declinação e apresenta dois significados: 1) se propõe à derivação de *religare* (unir) e, nesta perspectiva, o termo apresenta o sentido de união dos homens para com os deuses; 2) indica derivação do verbo *relegere* (repetir), considerado por Cícero em *De Natura Deorum* (II, 28) como a repetição do cuidado e da observância dos homens para com as coisas ditas sagradas (DICTIONNAIRE ÉTYMOLOGIQUE DE LA LANGUE LATINE, 2001, p. 569). Temos, então, em Jorg Rupke (2010, p. 750-751), a afirmação de que o conceito de *religio* não representa um sentimento vago, tampouco vazio e supersticioso, pois se trata de uma prática que resulta na aceitação dos deuses como parte indissociável da ordem social, de uma disposição humana, um hábito que encontra sua expressão na prática dos rituais correspondentes.

Compreendemos, dessa maneira, que a religião romana era uma potência norteadora da vida e dos atos dos cidadãos, sempre em busca pela manutenção da paz com os deuses. Para os antigos, o termo *religio* designava uma espécie de comportamento, de atenção no devido cumprimento das obrigações para com os deuses. À vista disso, é importante salientar que a *religio* dos romanos estava dividida em *sacra* e *auspicia*; sendo que a primeira englobava o conjunto de regras e rituais que associamos à palavra religião, sob a responsabilidade dos *pontifices*; a segunda era um dos principais eixos de comunicação entre homens e deuses, sob a responsabilidade dos *augures* (GORDON, 2003, p. 62).

Logo, podemos inferir que a *religio* no mundo romano se traduzia em atos e práticas de recordação, atualização e repetição; tornava-se a representatividade da comunicação cerimonial e da coerência ritual circunscrita à relação de *pietas* dos homens para com as divindades. A *pietas*, aqui, representa um dever religioso, um elemento agregador dos rituais religiosos, isto é, a *pietas* associada à *religio* garantiria o cumprimento dos deveres para com as divindades, pois, segundo nosso entendimento, significaria uma observância religiosa. Corrobora essa

perspectiva a interpretação de Jacqueline Champeaux (2002, p. 8), ao nos pontuar que a *religio* romana é uma prática de poder, já que seus rituais promoviam e garantiam a “sustentabilidade” – manutenção da cidade e do poder. Assim, de acordo com a autora, a religião romana se desenvolve e se compreende pela interação e observância do rito (CHAMPEAUX, 2002, p. 11). Por este ponto de vista, Champeaux (2002, p. 117) propõe que o espaço religioso romano não se resume à prática de ritos, mas também é um fato presente em todos os lugares, na vida cotidiana, na literatura e na mitologia. Consideramos, assim, que há, em nossa documentação, uma relação entre o termo *religio* e *pietas*, haja vista que a *pietas* apresenta como significação a aceitação e o cumprimento das funções vinculadas à família e para com os deuses. Tais premissas nos permitem reconhecer que *Ab Vrbe Condita Libri* é uma narrativa com conteúdo religioso, uma vez que os relatos das manifestações religiosas e sua prática ritual colocam em destaque o discurso e a concepção de *religio* para Lívio. A esse respeito, Ittai Gradel (2002) procura traçar alguns pressupostos básicos da religião romana. De acordo com o pesquisador, *religio* é um conceito que muito se aproxima da noção de *pietas* na medida em que remete ao senso de respeito e obrigação para com os superiores, entre os quais figuram as divindades. Neste sentido, apesar de compreender religião como diálogo e mediação entre humanos e a esfera divina, para Gradel, essa noção de “outro mundo” como um domínio distante, abstrato e excludente do humano não encontra ressonância no imaginário romano (GRADEL, 2002, p. 5).

Essa premissa é fundamental em nossa pesquisa, uma vez que o ritual expiatório representa uma forma de comunicação do mundo humano com o mundo divino em busca da *pax*. Devemos acrescentar, aqui, que a noção de paz, para os romanos, não é a mesma que nós consideramos, isto é, a paz como o contrário da guerra. Como nos mostra Santangelo (2011, p. 162-8), a *pax deorum* não era considerada estável nem duradoura, pois não era um estado permanente e deveria ser buscada em todas as ações religiosas. Os prodígios, nesse sentido, não significavam que a *pax* havia sido rompida, mas que ela deveria ser buscada de forma mais imediata (SATTERFIELD, 2015, p. 435). O propósito das cerimônias expiatórias, obter a *pax*, era o mesmo de qualquer outro ritual religioso, mas com a diferença fundamental da iminência e da gravidade das consequências caso a *pax* não fosse buscada. Como dissemos anteriormente, em nossa pesquisa veremos como os prodígios e os rituais que os expiam tem uma relação intrínseca com a *pax deorum*, não porque os prodígios sinalizavam que ela havia sido rompida, mas que era necessária e deveria ser procurada pelos romanos.

Ao utilizarmos o conceito de *religio* como ferramenta, outro conceito se faz, por consequência, de fundamental importância: o de *piaculum*. O conceito latino *piaculum* (*PIO* +

CVLVM) pertence à segunda declinação e é um substantivo neutro, refere-se à vítima oferecida ao sacrifício para expiação – oferta expiatória (CÍCERO, *De Legibus* II, 57; OVÍDIO, *Metamorfoses* VI, 569; TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, VI, 21). Indica também: 1) um ritual ou oferta de expiação, um ato de expiação (e.g HORÁCIO, *Carmina*, I, 28.34; TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri* I, 1.26; XXIX, 18); 2) acontecimento que exige expiação, ocorrência incomum, a qual requer a realização de ritos expiatórios (e.g TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri* V, 52) (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 1376-1377). Segundo nossa leitura, o contexto em que o termo *piaculum* aparece em *Ab Vrbe Condita Libri* indica, sobretudo, o papel da prática ritualística como mecanismo de apaziguamento, pedido e sacrifício às divindades. Logo, a ação ritual se transforma em uma ação excepcional, um modo de reconexão com o espaço sagrado, o qual atingia toda a comunidade cívica. Tal como supõe o discurso liviano, a prática do ritual regia as relações entre seres humanos e o divino, pela celebração das cerimônias aos deuses e, assim, decidir quais prodígios enviados pelos raios ou por outros fenômenos deveriam ser reconhecidos e expiados (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, I, XX).

Em nossa percepção, os rituais na Roma antiga pontuavam e marcavam o ritmo do ano, reunindo a comunidade em torno de ações comuns, centradas em símbolos comuns, pelos quais os grupos humanos asseguravam a proteção e o acordo divino para suas vidas, individual ou coletivamente. Posto isto, interessa-nos ressaltar que os rituais expiatórios devem ser compreendidos como complexos sistemas cognitivos, isto é, o ritual expressava uma mescla de conhecimento religioso, conhecimento ritual e conhecimento simbólico (BELTRÃO, 2013, p. 123). Como sustenta John Scheid (2009, p. 29), os cidadãos agiam religiosamente segundo seu nível de responsabilidade pública, ou seja, a realização dos ritos se inseria nas atividades obrigatórias da política romana. De fato, a prática ritual representava aquilo que regularmente expressava “as honras tradicionais oferecidas aos deuses pela [pátria]” (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 216).

Nota-se, deste modo, que a partir da escolha e compreensão das categorias conceituais acima mencionadas, torna-se imprescindível pontuarmos sobre o procedimento metodológico adotado nas etapas de constituição desta tese, haja vista que o estatuto científico da História nos garante o método histórico, o qual nos permite “[...] fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas” (KOSELLECK, 2006, p. 16). De tal forma, esta cientificidade da História estaria ligada, para Jörn Rüsen, em sua obra *Reconstrução do Passado*, às formas de conduzir a própria pesquisa, ou seja, ao método e às formas de se

empreender a fundamentação da narrativa acerca dos resultados alcançados (RÜSEN, 2007, p. 16). O método histórico se refere às operações específicas do conhecimento denominadas de pesquisa histórica, e abrange suas regras básicas. Segundo os pressupostos de Rüsen, a pesquisa histórica é um processo cognitivo que responde empiricamente às perguntas históricas (2007, p. 104). A partir dessas premissas consideramos que a fundamentação e a plausibilidade empírica de nossa pesquisa se pautaram em um procedimento metodológico estruturado em três passos: 1) heurística, 2) crítica e 3) interpretação.

A heurística engloba a fase da operação metódica, permitindo, deste modo, extrair sistematicamente novas informações da fonte. Trata-se do passo heurístico que corresponde à estimativa metódica regulada daquilo que as fontes podem nos dizer – sobre quais dados empíricos do passado passam a ser documento. A crítica histórica se constitui na etapa metodológica de obter conteúdo informativo e factual das fontes. Trata-se dos dados retirados a partir do trato documental; assim, o conteúdo e os argumentos tidos pela crítica das fontes são em seguida remetidos à interpretação que lhe dão sentido e significado. A interpretação histórica se refere ao processo metódico de interligar os dados obtidos a partir da crítica documental e, deste modo, associá-los e analisá-los a um dado contexto histórico. Na interpretação como operação de pesquisa interessa sintetizar, organizar e analisar as perspectivas que foram elaboradas heurísticamente, ou seja, responder aos questionamentos levantados.

Na etapa da heurística, buscamos extrair do documento as informações/dados referentes ao passado humano. Temos, então, nesta fase, a realização do mapeamento documental, qual seja: lidamos com 35 livros sobre a História de Roma que, a partir desse volume documental, privilegiamos o recorte temático acerca das práticas ritualísticas, com destaque a *supplicatio* expiatória. Desse modo, o mapeamento seguiu a lógica de uma sistematização dos dados provenientes de *Ab Vrbe Condita Libri*, isto é, separamos os conceitos latinos e suas variações dentro da língua e, a partir daí, realizamos um trabalho de quantificar os conceitos que apareciam ao longo da documentação, referenciando em um arquivo as passagens em latim e sua correspondente tradução. Assim sendo, proceder à etapa metodológica da crítica documental tornou-se, de fato, um trabalho empírico de seleção, organização, comparação e catalogação por tabelas dos conceitos-chave que correspondessem à proposta temática desta pesquisa. Logo, para efetivar e sustentar o pensamento histórico, para além do trabalho da crítica documental, como meio de extrair informações dos acontecimentos de outrora,

necessita-se da interpretação – terceiro momento, sobre o qual nos debruçamos para compormos nosso estudo e análise de caso.

A interpretação é a operação metódica que articula e atribui sentido às informações que são coletadas a partir da crítica documental. Trata-se de inserir as informações sobre o passado humano em um dado contexto narrativo, pois, tal como entendemos, os fatos e acontecimentos passados podem ser compreendidos como história (RÜSEN, 2007, p. 127). Diante desse plano metodológico, consideramos que a aplicação prática da interpretação se realizou a partir do momento no qual reafirmamos nossas hipóteses com a análise documental e, com isso, os dados contidos na narrativa liviana se transformaram em um trabalho de síntese histórica. Ora, ao nos propormos à realização do estudo de caso, inserimos cada acontecimento narrado ao seu dado contexto histórico, bem como estabelecemos o diálogo com a historiografia pertinente ao nosso tema, em especial reflexões críticas sobre a prática das *supplicationes* representadas em *Ab Vrbe Condita Libri* por Tito Lívio.

Segundo Norberto Guarinello (2003, p. 44), as teorias e os modelos históricos são formas de encarar os objetos pesquisados, de selecionar fatos pertinentes e pô-los em relação, à medida que se relacionam aos fatos desconexos e transformam os vestígios em interpretação do passado. Nesse sentido, trazemos, de fato, uma análise hermenêutica, e com o auxílio dos aparatos teórico-metodológicos, desenvolvemos nossas hipóteses, sobre as quais os três capítulos desta tese estão amparados. Assim sendo, destacamos agora as propriedades estéticas desta pesquisa, ou seja, o modo pelo qual atribuímos inteligibilidade, construimos e dividimos a apresentação de nossos argumentos:

No capítulo I, intitulado “**Em torno de Tito Lívio e *Ab Vrbe Condita Libri***”, realizamos uma discussão sobre a vida de Lívio e o modo como as influências sociais e políticas, em torno do historiador auxiliaram na produção de sua obra sobre a História de Roma. A partir desta compreensão, pontuamos sobre a tipologia de *Ab Vrbe Condita Libri*, sua estrutura formal, estética e temática, isto é, os tipos de discurso (direto e indireto) e as interferências feitas pelo autor na sua narrativa ao estilo de uma prosa literária. É ainda durante o primeiro capítulo que traçamos considerações acerca da história do documento, seu uso e ressignificação durante a Antiguidade, os manuscritos no contexto medieval e as edições elaboradas à época moderna: trata-se de compreender os traços e as interferências que a obra liviana possa ter sofrido, assim como as influências que *Ab Vrbe Condita Libri* suscitou em outras produções poéticas, históricas e artísticas. Assim, finalizamos as discussões deste capítulo ao pontuarmos a

importância da construção da *auctoritas* do historiador latino, ao colocarmos em destaque a discussão sobre *recitatio* e a circulação da obra liviana.

No segundo capítulo, denominado de “**A adivinhação dos prodígios na República romana**”, privilegiamos uma discussão e análise temática que busca contemplar a *religio* romana a partir de um contexto específico que é a República romana. Neste sentido, dialogaremos com uma historiografia (RUPKE, 2005; SANTANGELO, 2013; SCHEID, 1991; BEARD, NORTH, PRICE, 1998, BERTHELET, 2010, entre outros) a qual aborda a especificação de cada colégio sacerdotal e o papel da adivinhação (*sacra*) como parte essencial e estrutural da *religio*, tendo em vista a manutenção da *pax* romana. A construção deste capítulo encontra-se vinculada ao contexto da *religio* em *Ab Vrbe Condita Libri*, portanto, torna-se um espaço privilegiado na tese para justificarmos de que adivinhação estamos falando e sua relação com a interpretação dos prodígios. Em outras palavras, os tópicos de nosso capítulo abordam três elementos fundamentais da religião oficial de Roma: 1) a adivinhação; 2) as atribuições dos colégios sacerdotais; e 3) a ocorrência dos prodígios e sua intrínseca relação com a definição da *pax deorum* em fins da República.

Tendo realizado essas considerações, podemos, enfim, chegar ao terceiro capítulo desta tese, intitulado “**Uma análise da *supplicatio* expiatória em *Ab Vrbe Condita Libri***”. Iniciamos este capítulo com a discussão sobre o vocabulário do conceito *supplicationes* na narrativa liviana. Para tanto apresentamos um gráfico contendo os tipos de expiações que são mencionadas por Tito Lívio, objetivando destacar a recorrência da *supplicatio* como prática de expiação e reivindicação da *pax deorum* na *Res Publica* romana. Assim, um estudo de caso e da categoria de análise *supplicatio* expiatória em *Ab Vrbe Condita Libri*, torna-se, em nossa opinião, essenciais para a defesa de nossa tese. Aqui, portanto, respondemos às perguntas elaboradas em torno da hipótese sobre a possibilidade da *supplicatio* enquanto prática processional e com função expiatória.

Partindo dessas discussões, parece-nos pertinente inferir que ao realizar a “atualização” do passado, o historiador, construtor da narrativa histórica, independentemente dos motivos e interesses que o levam a tal ação, tem como ponto de partida o seu presente. Essa é outra característica fundadora da prática histórica – sua relação com o tempo. Logo, nossos estudos também vão ao encontro de ações de outros homens, de outras histórias, produzindo representações, resgatando as heterogeneidades sociais e o caráter conflituoso de outras sociedades. Passamos a desenhar e conectar imagens de um passado que se legitima em nossas

elaborações narrativas. É esse o nosso trabalho, reconectar as imagens do passado histórico a um presente, na exata compreensão de que “cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico” (LE GOFF, 1990, p. 26), e esse fabricar é consciente, passa por escolhas, por eleições e rejeições, pelo desejo.

Como sugere José Ortega y Gasset (1982), não é possível almejar compreender nosso presente sem antes nos propormos a compreender o que foi ser cristão, nem o que foi não ser cristão, sem realizarmos a tentativa de entender o que foi ser estoico e assim sucessivamente, pois, de acordo com suas palavras, “[...] o ontem não pode ser esclarecido sem o anteontem, e assim por diante” (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 51). Diante desta perspectiva, a experiência da vida não se compõe apenas das experiências que cada um tem pessoalmente do seu passado – vai também integrada pelo passado dos antepassados. No que se refere a isso, Régine Robin (2016, p. 40) nos alude que em relação ao passado, o qual nos esforçamos para gerir, perseguir, ou, segundo suas palavras,

reavivar em ilusões de ressurreição, para restaurar, transformar, contornar, esses passados esburacados, distorcidos, reescritos, reinventados, simplesmente esquecidos, inacessíveis; esses passados lacunares se assemelham a camadas geológicas entrelaçadas, plissadas como depois da formação de uma cadeia de montanhas ou algum cataclismo. O presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas. Refletir sobre essas articulações e rangidos sempre fascinou os filósofos, os pensadores, os escritores ou os artistas. Os historiadores tiveram muito mais problemas com essa heterogeneidade (...). Todos têm lidado com um fenômeno que dá ao passado das sociedades um ar estranho de *déjà vu*, de algo que retorna, pelo menos aparentemente, que age como uma força subterrânea, uma repetição (...) (ROBIN, 2016, p. 40-41).

É, portanto, diante dessa inquietude de revisitar e ressignificar um determinado passado histórico que iniciamos esta tese de doutoramento. Reconhecemos que Tito Lívio também se debruçou sobre um passado, a história de Roma, no intuito de afirmar e reafirmar os costumes civis e religiosos de seu povo. Como Glen W. Bowersock (2000, p. 12) acrescenta, a reescritura do passado é uma reinvenção por parte do autor, à medida que permite a recriação de um presente pautado nos conceitos do *mos maiorum*. É nesse sentido que os autores do século I a.C. concentraram os seus *topói*, objetivando o estabelecimento da relação entre a escrita da História pela promoção da *Res Publica* romana.

CAPÍTULO I
EM TORNO DE TITO LÍVIO E *AB VRBE CONDITA LIBRI*

1.1 – TITO LÍVIO: OS RASTROS DE UMA BIOGRAFIA

O passado é singularizado quando se transforma de vestígio/traço de outrora em conhecimento/documento por meio do trabalho de manuseio, percepção e instrumentalização realizados pelo historiador. Nicole Loraux (2006, p. 61), em seu artigo *Elogio ao anacronismo*, pontua que “[devemos adentrar] ao passado com questionamentos do presente e depois retornar ao tempo atual com o lastro do que compreendemos sobre o passado”. Sendo assim, buscaremos nas páginas que se seguem compreender os horizontes e rastros da trajetória de Tito Lívio em relação ao seu espaço social (BOURDIEU, 1998, p. 292). É nesse sentido que traçaremos as características de sua *uita*, visando compreender as disposições que levaram Tito Lívio a produzir sua obra – *Ab Vrbe Condita Libri* –, mas também situá-lo dentro de um espaço social de produção e articulação de poder, o qual modelou suas formas de ação e suas representações de mundo.

Com relação aos fatos e datas concernentes à vida de Tito Lívio, sabemos que o historiador nasceu e morreu (59 a.C. e 17 d.C.) em *Patauium*, atual Pádua, localizada na região norte da Itália, onde viveu a maior parte de sua vida. A dita origem paduana de Tito Lívio aparece, por exemplo, nos testemunhos de autores como, por exemplo, Asínio Polião (65 a.C.– 4 d.C.), e nas crônicas de Jerônimo (347 d.C. – 420 d.C.). Apesar de seu relativo isolamento, Pádua era uma cidade próspera e se distinguiu pela respeitosa maneira de lidar com a preservação dos costumes e das tradições morais, em consonância com o tão celebrado *mos maiorum*,⁴ princípio fundamental da educação dos jovens. Ao levarmos em consideração a relevância do espaço social, sabemos que a cidade de *Patauium* esteve distanciada dos conflitos

⁴ Quando nos referimos ao *mos maiorum* estamos, de fato, refletindo-o como um conjunto de valores e práticas sociais, que, estabelecidas temporalmente, são articuladas e transmitidas a uma dada comunidade cívica. Como afirma Cícero em *De Republica* (V, 1), a glória de Roma está relacionada à observância dos costumes ancestrais – o *mos maiorum* romano. Neste sentido, “o *mos maiorum* pode ser compreendido como um conjunto de regras de conduta, morais e políticas, não sistematizado, transmitido no seio da aristocracia senatorial tradicional” (LEMONS, 2013, p. 2). Conforme Pereira (2002, p. 359-360), “o *mos maiorum* jamais foi um código de leis escritas, mas constituiu-se num conjunto de valores que legitimavam e orientavam as ações e práticas políticas, religiosas, civis e militares”. Assim sendo, consideramos que o conjunto de virtudes ancestrais (*fides, pietas, auctoritas, clementia, iustia*) tornou-se, de fato, um dispositivo de poder ressignificado à política augustana, tendo em vista que o *mos maiorum* deve ser historicizado e refletido em cada contexto histórico.

civis, embora tenha sofrido pressões por parte de Marco Antônio em represália à sua atitude pro senatorial.

Como se observa, *Patauium* possibilitou a Tito Lívio uma formação cultural, filosófica, histórica e retórica, já que durante a estadia na sua cidade natal ele se dedicou ao conhecimento da literatura, por intermédio do contato com as obras de autores como, por exemplo, Fábio Pictor (254 a.C.), Valério Antias (I a.C.), Licínio Macro (I a.C.), Cláudio Quadrigário (II a.C. – I a.C.), bem como Catão (234 – 130 a.C.). Decorrida a sua primeira infância, Lívio mudou-se para a cidade de Roma e, a partir daí, passou a se dedicar à escrita de sua obra: *História de Roma*. Importa salientarmos que o historiador latino não se dedicou às magistraturas militar e civil, tampouco integrou-se aos círculos literários associados à política; contudo, segundo nossos pressupostos, Tito Lívio, sendo contemporâneo dos conflitos civis de fins da República, produziu uma narrativa histórica que colocou em destaque os comportamentos sociais que estivessem pautados pelo *mos maiorum* romano, como também aqueles comportamentos degenerados relacionados às ações desmedidas, por exemplo, de Sexto Tarquínio e de Ápio Cláudio. Temos, portanto, um discurso moral implícito nessas narrativas, as quais produzem imagens de uma sociedade excessiva e corruptível (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLIX- LX/ XLVI-XLVII-XLVIII). É interessante notarmos que, mesmo sem possuir experiência nas atividades políticas, a narrativa liviana não deixou de constituir-se enquanto um discurso do poder, isto é, a narrativa de Lívio não se interessou apenas em preservar e comunicar a memória de Roma, mas reivindicar em sua escrita as representações do passado, um retorno aos bons tempos, aos valores do *mos maiorum*, os quais deveriam ser transmitidos aos leitores ouvintes (LOWENTHAL, 1998, p. 306). Compartilham desta perspectiva Miles (1995) e Feldherr (1998) ao argumentarem que o empreendimento liviano seria o resultado de uma monumentalização do passado, um modo de o historiador conferir autoridade à sua obra.

O desenvolvimento da escrita de Tito Lívio iniciou-se entre 27 a.C. e 25 a.C., compreendendo 142 livros, dos quais 35 livros foram conservados (I-X e XXI-XLV, com algumas lacunas nos cinco últimos e parte de fragmentos dos livros CXI-CXX). Os textos de Tito Lívio chegaram até nós organizados em grupos de dez livros – décadas – termo que aparece como título de numerosos manuscritos. Segundo a proposição de Tomás Recio (1952, p. 17), o título que se conservou nos manuscritos, no palimpsesto de Verona e nos antigos gramáticos foi o de *Ab Vrbe Condita Libri*. Temos ainda, a referência de que a obra liviana foi chamada de *Annales* ou Histórias, referindo-se mais ao conteúdo da obra que ao seu título exato (RECIO, 1952, p. 17).

Como parte desse diálogo, podemos afirmar que o historiador paduano elaborou sua narrativa a partir da perspectiva anual, tendo por objetivo relatar os acontecimentos da República romana até o ano 9 a.C. Sabemos que parte da obra liviana conservada contemplou em seus relatos descrições até o ano de 167 a.C. e, em razão disso, a parte fragmentada que se perdeu é apresentada a partir das *periochae*,⁵ as quais constituem o intento de reconstrução das disposições gerais da obra, sendo que os demais livros de Tito Lívio se perderam e seus temas são objeto de conjecturas entre os estudiosos (LUCE, 1965, 2009; OGILVIE, 1989, 1965).

Diante dessas discussões, é importante ressaltarmos a estadia de Tito Lívio em Roma, o que nos leva a afirmar que Lívio se destacava em sua condição econômica, haja vista que a produção de sua extensa obra e os gastos com as estadias em Roma tornaram-se indicativos de determinado nível social, sendo possivelmente pertencente à família de equestres (FOSTER, 1919, p. 11-12). Consideramos, assim, que foi a partir das visitas à cidade de Roma que Tito Lívio estabeleceu sua relação social com Augusto e com o futuro imperador Cláudio. Tácito, em *Annales* IV 34, destaca que Cremucio Cordo pronunciou um discurso em que Tito Lívio havia dedicado tantos elogios a Pompeu que Augusto o chamara de pompeiano, fator que não atrapalhou a estima entre o historiador e o *Princeps*. Temos, ainda, uma passagem de Suetônio em *Claudio* XLI, 1, em que Tito Lívio havia comentado sobre o futuro imperador Cláudio para a história. Tais referências de Tácito e Suetônio dizem respeito à primeira década d.C., pois antes seria improvável o contato de Lívio com Cláudio (nascido no ano de 10 a.C.), já que o futuro imperador não tinha idade suficiente para reconhecer Tito Lívio como um respeitável historiador e nem mesmo Augusto havia ainda conhecido os livros de Lívio sobre Pompeu (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XCI – CX), publicados, segundo Ángel Sierra (1990, p. 24) a partir do ano 2 d.C. Podemos acrescentar a essas premissas uma referência de *Ab Vrbe Condita Libri* (IV, 20), em que se deduz que houve, ao menos, um encontro de Tito Lívio com Augusto no começo da carreira do historiador, pouco depois da publicação de seus primeiros livros. Citemos *in extenso*:

Quando eu ouvi de César Augusto, o fundador ou renovador de todos os templos, dizer que ele tinha entrado no templo de Júpiter Feretrius, e que havia

⁵ As *periochae* podem ser compreendidas, segundo nossos pressupostos, como uma espécie de índice sumário ou resumo de todos os livros. A importância das *periochae* para o estudo de Tito Lívio é fundamental, pois nos permitem obter alguma informação sobre o conteúdo dos livros de *Ab Vrbe Condita*, os quais ficaram perdidos, como, por exemplo, um epítome dos livros 37 a 40 e 48 a 55 foi descoberto entre os Papiros de Oxirrinco (um grupo de manuscritos, a maioria em papiro, descoberto por arqueólogos num antigo depósito de lixo perto de Oxirrinco no Egito). Consultar o site: <http://www.livius.org/articles/person/livy/livy-the-periochae/>

reparado, pois se achava em ruínas devido o tempo (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, IV, 20).⁶

É relevante destacarmos que a relação entre Tito Lívio e Augusto também se expressou nas escolhas políticas de ambos, pois Lívio enquanto historiador evidencia os assuntos e acontecimentos religiosos e políticos transcorridos durante o contexto da República romana e, com isso, destaca quais comportamentos ressaltariam a grandeza de seu povo. Assim, podemos pressupor que o discurso de Tito Lívio esteve em consonância com as reivindicações políticas de Augusto.

Devemos enfatizar de tal modo que a produção de *Ab Vrbe Condita Libri* esteve associada aos diversos fatores, tais como: o local e condição de vida de Tito Lívio; suas relações sociais; bem como seu interesse pela arte da retórica e da filosofia, uma vez que ao tê-las por base desenvolveu suas habilidades como escritor e historiador. A esse respeito, o filósofo Sêneca (4 d.C. – 65 d.C.), em *Epístola* (100, 9), pontua que Tito Lívio foi, depois de Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) e de Asínio (65 a.C.– 4 d.C.), o terceiro romano que havia cultivado a filosofia como arte e como vivência em sua vida cotidiana; já que expressou, de fato, seu conhecimento na elaboração de sua escrita ao ornar a obra sobre a História de Roma a partir de um discurso retórico que pretendia convencer, encantar e elucidar. Essa hipótese é destacada por Quintiliano (35 d.C. – 95 d.C.) quando menciona em sua obra *Instituto Oratória* (Quintiliano, X, 39) a relevância dada por Tito Lívio às disciplinas da oratória e da retórica, explícitas em uma carta de Lívio endereçada a seu filho. Em tal missiva, o historiador aconselha o jovem sobre a importância de ler Demóstenes e Cícero, levando-nos a concluir a importância dada pelo paduano à arte da fala e da escrita como instrumentos de produção e veiculação de memória social (FOSTER, 1919, p. 11).

1.2 – O PREFÁCIO E A COMPOSIÇÃO DE *AB VRBE CONDITA LIBRI*

Após as considerações tratadas no tópico anterior, cumpre-nos também tratarmos das influências retóricas que contribuíram para a confecção do prefácio e, deste modo, para a composição temática da obra de Tito Lívio. Segundo nossas hipóteses, o historiador paduano propõe ao longo de toda a sua obra a relevância da prática da *uirtus* e, frente a esta *argumentatio*,

⁶ “*Hoc ego cum Augustum Caesarem, templorum omnium conditorem aut restitutorem, ingressum aedem Feretri louis. quam uetustate dilapsam refecit [...] audissem*” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, IV, 20).

apresenta aos seus leitores-ouvintes a História de Roma por suas práticas políticas, religiosas e civis, desde os princípios da monarquia até sua contemporaneidade. Logo, é necessário termos em mente que o historiador antigo assume um papel de transmitir, reivindicar e também reinventar os dados e fatos que têm em mãos, já que a História constitui-se a partir de uma verossimilhança, tal como fica expresso na própria argumentação de Tito Lívio, presente em seu livro I referente à fundação de Alba Longa: “Não discutirei a questão – e quem poderia afirmar com certeza sobre fatos tão antigos?”⁷ (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 3).

Como parte desse diálogo, entendemos que o historiador antigo construiu o seu verossímil argumentativo a partir de seu talento retórico, de sua credibilidade, de sua autoridade e, portanto, da confiança conquistada perante seus leitores. Existe, deste modo, um vínculo entre o fazer literário e o contexto histórico de um autor. A escrita de um texto, reflete, segundo nosso entendimento, as demandas de uma realidade histórica. Interessa-nos compreender os espaços de produção textual em Roma, o modo como veicularam e transmitiram memórias, uma vez que os discursos, sejam eles em prosa, poesia ou em *imagines*, estavam associados à capacidade da *inventio*, a qual atribui uma ornamentação à obra de modo a transmitir uma mensagem. Assim como sustenta Ana Teresa M. Gonçalves (2014, p. 2), a escrita da história foi antes de tudo “uma arte e uma técnica no mundo antigo que se perfazia num eterno fazer e refazer de cunho literário”. Nesse sentido, compreendemos que no mundo antigo tudo o que é escrito e/ou falado deve ser feito a partir das “normas da *peithós*, da persuasão, do convencimento, e que, para atingi-la, o orador/e [ou historiador] deve se preocupar principalmente com a linguagem” (GONÇALVES, 2014, p. 2); trata-se de levar ao texto ritmo, organicidade e harmonia discursiva.

Deste modo, compreendemos que os romanos concebiam a História e a literatura como pertencentes à mesma fonte de saber: a vida humana com suas experiências e expectativas. As ações sociais vivenciadas pelos homens prosseguirão sendo tomadas como “o objeto e o sujeito da produção histórica e literária antiga” (GONÇALVES, 2014, p. 14). O gênero histórico, na verdade, se formou a partir da necessidade de os indivíduos interpretarem, refletirem e projetarem a sua existência (GONÇALVES, 2014). Para tal intento, os homens lançaram mão de todo potencial comunicativo e social de que dispunham à época, ornando-o por meio da *imitatio* criadora, de modo que obtivessem uma *narratio* persuasiva – a exemplo de *Ab Vrbe Condita Libri*. É importante ressaltar que a Literatura e a História como disciplinas separadas

⁷ “*Haud ambigam – quis enim rem tarn veterem pro certo adfirmet?*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 3).

são frutos da modernidade. Entretanto, entre os gregos e os romanos da Antiguidade, a História era compreendida como um gênero literário; como tal, a História possuía características bem definidas que a associavam aos eventos ocorridos, à narração sobre os acontecimentos que compunham o meio social (MARTINS, 2009, p. 144). A esse respeito, Gonçalves (2014, p. 4) pontua que

o gênero histórico, como qualquer outra forma de relato que deveria atender às prerrogativas da arte de escrever, teria de buscar a beleza e o agrado na forma e no conteúdo. Atendo-se à verossimilhança, ao possível de ter ocorrido, ao captável pela imaginação, a história partiria do particular para o geral. Relataria casos específicos, visando modelar *exempla*.

Ao utilizarmos a reflexão de Gonçalves (2014), compreendemos que os autores antigos, tais como Lívio, preocupavam-se em transmitir uma determinada proximidade com seus leitores, interpelavam e convidavam seu leitor a seguir sua *argumentatio*, por meio da construção de um vínculo social entre suas obras, as recitações, a leitura e os leitores. Segundo nossos pressupostos, Tito Lívio articulou em *Ab Vrbe Condita Libri* uma escrita conectada às demandas de seu tempo e, portanto, de seus leitores, haja vista a necessidade de reivindicar uma *Historia ornata* que destacasse a pátria romana em sua própria *uirtus*. Essa percepção pode ser lida no trecho contido no livro XXVII em contexto de guerra externa, quando Lívio diz:

Deixai-os lembrar que não eram campanianos ou tarentinos, mas romanos; que de Roma haviam saído, enviados àquelas colônias instaladas em território arrebatados pelas guerras, a fim de aumentar a estirpe romana; o que os filhos devem aos pais, deviam eles aos romanos, se fossem piedosos e se tivessem memórias de sua pátria (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII, 9).⁸

Ao que nos parece, o elemento da memória agregado à escrita para a pátria produz imagens de enaltecimento dos valores cívicos romanos. Ao longo de sua narrativa, Tito Lívio destaca os deveres cívicos – demarcados na passagem acima pelos dois conceitos latinos: *pietas* e *memoria* – que os romanos deveriam ter para garantirem a perpetuação da cidade de Roma. Como se percebe, Tito Lívio fundamenta sua narrativa ao promover em seus leitores a percepção de que são indivíduos parte de uma comunidade política. E, se recorrermos a Feldherr (1998, p. 4), podemos dizer que a escrita liviana situa-se na representatividade da memória –

⁸ “*Admonerent non Campanos neque Tarentinos esse eos sed Romanos. inde oriundos, inde in colônias atque in agrum bello captum stirpis augendae causa missos. Quae liberi parentibus deberent, ea illos Romanis debere, si ulla pietas, si memoria antiquae patriae esset*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII, 9).

memória que se perpetuou e se materializou a partir das práticas sociais e religiosas narradas pelo historiador.

A partir dessas discussões, consideramos que a História representaria a *Res Gestae*, em outras palavras, que não se tratava apenas de uma coleta de fatos à moda dos *annales maximi*,⁹ mas, segundo a argumentação de Cícero (*De Oratore*, I), competia ao orador, e mesmo ao historiador, a seguinte condição:

Embora a essência do orador seja a profissão mesma de falar adequadamente, parece assumir e assegurar ser capaz de falar qualquer assunto que lhe é proposto com eloquência e elegância (CÍCERO, *De Oratore*, I, 6).¹⁰

Ao que nos parece, a afirmativa de Cícero alude sobre a relevância da fala e da escrita ornadas, pois, segundo os seus pressupostos, aquilo que se fala e se escreve possui força comunicativa, constroem e reafirmam os *topoi* da História, quais sejam: mitos, *religio*, política, *mos maiorum*. Tais percepções nos permitem compreender que o *locus* do orador e do historiador antigo foi estabelecer a recriação da cena, do personagem e do evento histórico, articulando-os de modo a evidenciar *docere* (ensinar), *mouere* (convencer), *delectare* (agradar) e *inventio* (invenção). Em nossa percepção, a elaboração da narrativa histórica deve ser conduzida de modo que o historiador reelabore a realidade social, persuadindo seus leitores, movendo seu espectador para o entendimento de que o conteúdo da história se estabelece no campo do compreensível, do diálogo com a tradição que o precedeu¹¹ e, portanto, com aquilo

⁹ A respeito do *modus operandi* dos *Annales Maxime* colocamos em destaque as palavras de Cícero presentes em *De Oratore* (II, 52): “a história não era outra coisa do que um conjunto de registros; e para conservar e guardar a memória pública desses eventos, desde os primeiros tempos de Roma até o pontificado de P. Mucio (133 a.C.), o pontífice máximo escrevia todos os eventos do ano, os copiava em uma superfície branca e expunha na frente da casa a ardósia, para que as pessoas tivessem a oportunidade de conhecê-los, todavia são conhecidos como anais máximos” (CÍCERO, *De Oratore*, II, 52) – “*erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio, cuius rei memoriaeque publicae retinendae causa ab initio rerum Romanarum usque ad P. Mucium pontificem maximum res omnis singulorum annorum mandabat litteris pontifex maximus referebatque in album et proponebat tabulam domi, potestas ut esset populo cognoscendi, eique etiam nunc annales maximi nominantur*” (CÍCERO, *De Oratore*, II, 52). Parece-nos possível inferir que a historiografia latina, a partir da República, passe a se caracterizar, em definitivo, pela forma analítica (JAL, 1997; RICH, 2009), em virtude de sua característica, qual seja: utiliza um escopo cronológico claramente demonstrável e familiar ao público; enfatizam, deste modo, o engrandecimento de Roma e a perpetuação de suas instituições (JAL, 1997, p. 28).

¹⁰ “*quamquam vis oratoris professioque ipsa bene dicendi hoc suscipere ac polliceri videtur, ut omni de re, quaecumque sit proposita, ornate ab eo copioseque dicatur*” (CÍCERO, *De Oratore*, I, 6).

¹¹ Discutir sobre os predecessores de Tito Lívio é, de fato, remontar aos primórdios da escrita historiográfica representada pelas figuras de Fábio Píctor (254 a.C.) e de Marco Porcio Catão (234-130 a.C.); deste modo, compreender, em especial as influências de Salústio e Políbio. A escrita para Salústio produzir-se-ia numa relação e articulação entre as coisas ditas e experienciadas (palavras e ações). Trata-se, sobretudo, de compreender a conexão entre o contexto histórico da escrita salustiana e a relevância atribuída à questão do tratamento retórico da *expositio rerum gestarum*: isto representa a reivindicação e atualização de efeitos persuasivos junto a leitores e ouvintes. Consideramos, assim, que com a ausência do requisito performático da escrita histórica (instrumentos retóricos), o relato torna-se incapaz de fornecer lições adequadas. À vista disso, compreendemos que as obras de

que é memorável. Nas palavras de Tito Lívio, sua *Ab Vrbe Condita Libri* configurar-se-ia em uma história

demasiado obscura, em parte, por sua excessiva distância no tempo, tal como se vislumbra com dificuldade àquilo que está muito distante e, portanto, em parte pela raridade dos escritos, fiel guardiã da memória dos eventos passados (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, VI, I).¹²

Comprendemos, em razão disso, que Tito Lívio toma para si a tarefa de um historiador que se posiciona, que seleciona e reordena as informações. Na passagem acima, percebemos que a história dos feitos e acontecimentos é compreendida por Lívio por intermédio da seguinte expressão: “fiel guardiã da memória dos eventos passados”.¹³ Ora, temos aqui uma frase representativa do que seria a escrita da História para Lívio. Nesta concepção, *Ab Vrbe Condita Libri* tornar-se-ia, de fato, um suporte, formatada pelos instrumentos retóricos e mnemotécnicos, os quais asseguram a *expositio* da experiência do passado e a formulação de um discurso que vislumbra centelhas de expectativas quanto ao futuro (FELDHERR, 1998, p. 7). Como o próprio Cícero argumenta em *De Oratore* (II, 36), a definição mais apropriada para se compreender a História, para os antigos, seria *uita memoriae* e *magistra uitae*, pois ela era contada para iluminar um presente e, para tanto, se recorriam aos mitos fundacionais como elementos da recordação e, neste sentido, aos discursos permeados pelos *exempla*.

Salústio se inserem numa conjuntura de transformações da História republicana; o texto de Salústio se destaca por sua escrita temática e pela coesão narrativa que se sustenta na transmissão do *exemplum*, tal como podemos verificar em *Ab Vrbe Condita Libri*. Esse reconhecimento pela grandeza do assunto a ser explorado e do labor a ser despendido na elaboração e constituição de uma obra se encontravam presentes desde Políbio (203 a.C. - 120 a.C). A autoridade do historiador na Grécia foi construída à medida que promovia um exercício de investigação e de vinculação com o passado (LIMA & CORDÃO, 2010, p. 277). Políbio compreende que a História tem a função de educar os generais e os estadistas e, assim como Tito Lívio, reconhece, de fato, o valor utilitário da História, a partir da analogia entre os acontecimentos passados e presentes. Assim, o passado pela estrutura narrativa poderia, então, ser reconstruído (MILES, 1995, p. 13). Visto desse modo, o modelo de historiador para Políbio é aquele que observa, investiga e questiona seus predecessores, isto é, o historiador admirável é o que presencia os acontecimentos; a partir disso, a história formular-se-ia por “homens de ação”, dedicados a consagrarem suas vidas à escrita histórica. Diríamos, assim, que ao compor *Ab Vrbe Condita Libri* Tito Lívio aproxima-se do perfil traçado por Políbio; ora, assemelha-se a um *historiographos* (o que escreve as investigações), ora, a um *syngraphos* (o que escreve a partir do material que reuniu). A partir dessas configurações, Tito Lívio articula sua obra para em seguida, ordená-la, embelezá-la e ritmá-la. Em nossa opinião, Tito Lívio mostrava-se ciente da historiografia antiga que o precedeu, definiu as rupturas e permanências neste espaço literário, rearticulou, ressignificou e potencializou a escrita do passado romano à sua realidade social. Se Fábio Pictor (séc. III a.C.) foi o primeiro historiador de Roma (MOMIGLIANO, 2004, p. 129), Tito Lívio foi o primeiro a escrever a História a partir de um diálogo mais próximo com a retórica do orador e, portanto, a atribuir beleza e elegância aos acontecimentos, conforme Cícero ensinou.

¹² “*nimia obscuras uelut quae magno ex intervallo loci uix cernuntur, tum quid rarae per eadem tempora litterae fuere, una custodia fidelis memoriae rerum gestarum*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VI, I).

¹³ “*una custodia fidelis memoriae rerum gestarum*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VI, I).

Diante dessa perspectiva, importa salientar outro aspecto presente na narrativa liviana, qual seja: a veracidade dos assuntos e sua intrínseca relação com a tradição consultada por Lívio. Por exemplo, no decorrer de sua narrativa nos deparamos com alguns termos, a saber: *tenet fama* (sustenta/conservou-se a fama); *fuisse opinor* (eu acho/prefiro acreditar/eu me inclino a acreditar) (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, I, 4 – 18); *invenio apud quosdam, idque propius fidem est* (Encontro em certos autores, uma versão que nos parece mais credível/verossímil) (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, II, 41), os quais, segundo nossa opinião, denotam as incertezas contidas na tradição historiográfica precedente consultada por Lívio. Segundo Elaine Fantham (2004, p. 92), o reconhecimento das incertezas historiográficas por parte de Tito Lívio pode ser compreendido no âmbito de sua eloquência narrativa, daí considerarmos que Tito Lívio demonstra ao longo de sua narrativa seu intento em investigar a veracidade dos fatos, como também não se permitiu levar por invenções na transmissão dos fatos (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, VI - 12; III - 5; XXVI - 49).

Sabemos que a competição – *ethos* – por excelência da comunidade política em Roma, criou espaços de poder que se traduziam na prática historiográfica (ANTIQUERA, 2008, p. 26). Cabia a cada historiador inovar, de algum modo, o estatuto de composição de sua obra em relação aos seus predecessores, na pretensão de lhe conferir uma maior autoridade. Como se percebe, diante da tradição latina, quanto mais o historiador se colocava como um investigador acerca dos fatos e acontecimentos narrados, mais possuía credibilidade em relação aos seus próprios pares, os quais viriam a acessá-los no futuro. Assim, parece-nos possível deduzir que Tito Lívio dialoga com o *topos ciceroniano*, e sua obra é, assim, concebida como *magistra uitae* – a narrativa de grandes feitos (MCDONALD, 2009, p. 222). Em nossa percepção, Tito Lívio, desde o prefácio geral da obra, aponta para a *nuntia uetustatis* – importância do passado – aos seus contemporâneos, os quais podiam, a partir dos *exempla*, imitar e exaltar o *mos maiorum* romano. Deste modo, passamos às discussões sobre o prefácio de *Ab Vrbe Condita Libri*; para tanto, colocamos em destaque as palavras de Lívio:

O que especialmente faz o estudo da história saudável e útil é considerar os exemplos apresentados como em um monumento visível; destas pode-se escolher para si mesmo e para a comunidade o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem quanto em seu resultado (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).¹⁴

¹⁴ “*Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in illustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).

A partir dessa argumentação de Lívio, observamos um dos elementos sobre sua disposição narrativa: a *captatio benevolentiae*, uma tática retórica utilizada em sua escrita para atrair a simpatia do leitor, haja vista que procurava, com isso, convencê-lo a se interessar pela sua obra, ao explicitar a grandeza do assunto. Temos, então, em seu prefácio, uma escrita que recorda, reforça e conserva os traços de um passado que se pretende vislumbrar; logo, a inteligibilidade da narrativa de Tito Lívio consiste em transformar as referências do passado em uma memória comunicativa e, sobretudo, cultural. Compreendemos que o prefácio inicial de *Ab Vrbe Condita Libri* expressa a intenção de fama e reputação. Assim sendo, consideramos que o uso de verbos na primeira e segunda pessoa do singular, criam, como veremos, uma estreita relação entre Lívio e seu leitor ao dar ênfase às perspectivas e sentimentos do autor frente à obra que se inicia (MCGOWAN, 2010, p. 31). Ao descrever sua proposta, o historiador chama a atenção de seu público-leitor para si mesmo, quando pontua que

não sabe se valerá a pena relatar toda a história do povo romano a partir das origens da cidade. Não tenho muita certeza disso e mesmo se tivesse não ousaria afirmá-lo, pois vejo que a matéria além de antiga tem sido amplamente divulgada. Surgem novos escritores que se vangloriam, ou de contribuir na verdade dos fatos ou de ultrapassar, com sua arte de escrever, a rudeza dos antigos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).¹⁵

Nota-se, portanto, que para corroborar sua escrita com a conexão entre autor, a proposta da obra e seu leitor, Tito Lívio utiliza algumas sentenças, como podemos observar na expressão latina – *Facturusne operae pretium sim; nec satis scio nec* – com o intuito de apresentar a grandiosidade e a dificuldade de realizar seu trabalho. Coloca-se, deste modo, à parte (e acima) de seus predecessores – *novi semper scriptores*. Essas frases indicam, a nosso ver, a preocupação de Lívio em garantir o sucesso e a perpetuação de seu projeto literário, como também demonstra em termos retóricos sua falsa modéstia em relação à sua aptidão para a escrita da História de Roma.

É interessante mencionarmos que Tito Lívio, no decorrer de seu prefácio, emprega verbos, pronomes e adjetivos na primeira pessoa do singular (*e.g. mea fama; consoler; ego... petam; aut me amor... fallit*). O uso de expressões no singular garantiria, segundo nossas

¹⁵“*Facturusne operae pretium sim si a primordio urbis res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim, quippe qui cum veterem tum volgatam esse rem videam, dum novi semper scriptores aut in rebus certius aliquid allaturos se aut scribendi arte rudem vetustatem superaturos credunt*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).

hipóteses, um tom de personalidade a escrita de Lívio. Nessas circunstâncias, as referências ao público são expressas na terceira pessoa, por exemplo: *legentium plerisque* (para a maioria dos que leem [esta história]); *festinantibus ad haec nova* (para aqueles que se apressam para esses novos assuntos). Compreende-se, em razão disso, que, o uso dos conceitos e expressões latinas na primeira e terceira pessoa do singular potencializam o objetivo e a intenção de Lívio ao comunicar e transmitir a memória dos feitos do povo romano; logo, é por meio do prefácio que o historiador estabelece e afirma sua autoridade.

Jeanne-Marie Gagnebin (2006, p. 11) corrobora essa hipótese ao pontuar que no mundo antigo escrevia-se para lembrar, para inserir um feito na memória social. É neste sentido que os prefácios constituem um espaço privilegiado para que o historiador expresse a temática que será abordada em um determinado livro ou pêntade. Os prefácios, portanto, criam um elo narrativo ao situarem a obra temporalmente em relação ao que foi dito, e em relação ao que virá a ser abordado nos livros seguintes (FONTÁN, 1976, p. 261). Sabemos, pois, que na obra conservada de *Ab Vrbe Condita Libri* temos os seguintes prefácios nos livros II, VI, XXI e XXXI.

Diante dessas perspectivas, compreendemos que o prefácio que abre a narrativa do livro II nos indica o tema que será abordado, como também faz referências à narrativa histórica do livro I. Esse quesito pode ser observado, por exemplo, na frase inicial do prefácio: “*Liberi iam hinc populi Romani res pace belloque gestas [...] pegaram*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. II)¹⁶. Há aqui a presença dos advérbios *iam* e *hinc*, fórmulas latinas que são utilizadas para dar sentido de relação/elo/enlace. Tal como propôs Fontán (1976, p. 257), palavras como *hinc*, seja em sua forma pronominal ou adverbial, referem-se, de fato, a indivíduos, acontecimentos e momentos referidos ao final do livro anterior. Aqui, sem ressalvas, consideramos que a frase que inicia o livro segundo da narrativa liviana, indica, portanto, uma sequência temporal, uma simultaneidade em relação aos fatos e acontecimentos narrados anteriormente.

Sabemos que os prefácios que correspondem aos livros VI, XXI e XXXI podem ter sido editados posteriormente, e isto quer dizer que se configuraram como introduções acrescidas na obra. Tito Lívio, no início de cada um desses livros, menciona algumas palavras, as quais caracterizam o conjunto da obra – História de Roma. Sendo assim, no livro VI, temos a presença

¹⁶ “Tratarei agora dos feitos que o povo romano, livre a partir de então, empreendeu tanto na guerra quanto na paz (...)” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. II).

da expressão “*opus meum o uolumina*”, no início do livro XXI encontramos o conceito de “*Totum*” ao referir-se à sua *Ab Vrbe Condita Libri*, já no prefácio que constitui a parte que inicia o livro XXXI sinalizamos a expressão “*uolumina*”. Existem, portanto, cinco momentos em que temos a relação entre o livro que se inicia de uma nova pênade e o final do anterior (*e.g.* V-VI; XXV-XXVI; XXX-XXXI; XXXV-XXXVI; XL-XLI) e outros três livros, nos quais podemos ler o início de um novo assunto sem conexão com aquilo que fora narrado pelo historiador em seu livro anterior (*e.g.* X; XXI; XLV). Há, nesses livros, segundo nosso entendimento, rupturas narrativas.

Nesse sentido, podemos acrescentar à argumentação de que no decorrer da escrita de sua história, Tito Lívio utiliza os prefácios como um espaço singular da narrativa para expressar, deste modo, suas ideias e concepções acerca da História romana. Compreende-se que Tito Lívio, em sentido retórico, alude diretamente à relação entre o pessimismo centrado em seu contexto político-social e a intenção pedagógica de sua obra (BURTON, 2008, p. 85). O prefácio pode ser compreendido como o espaço de autoridade de seu autor. Trata-se de ler esses prefácios como um produto social que expressava a força persuasiva e apelativa da escrita ornada. Em outras palavras, os prefácios, como parte essencial da composição de *Ab Vrbe Condita Libri*, traduzir-se-iam por uma linguagem objetiva, clara e, em especial, crível.

Tendo realizado as considerações acima, cumpre-nos tratar do tema dos livros que compõem *Ab Vrbe Condita Libri*, pois, segundo nossa compreensão, o historiador paduano expressou em seu primeiro prefácio a intenção de sua narrativa histórica e a relevância da prática da *uirtus*. Nesse sentido, parece-nos pertinente inferir que quando falamos em composição de uma obra, estamos nos referindo à forma e ordenação de seu conteúdo com vista à sua apresentação ao público. Concordamos com Antonio Fontán (1976, p. 266) ao dizer que a composição de *Ab Vrbe Condita Libri* se deu, em especial, por possíveis edições e acréscimos posteriores; quer dizer que mediante a análise dos parágrafos finais de cada livro e, posteriormente com o início do livro seguinte, observou-se que a composição narrativa de Tito Lívio privilegiava a organização de seu conteúdo em pênades ou agrupamentos de cinco livros. De igual maneira, pode-se observar que o historiador teve o devido cuidado de promover um cadenciamento temporal e espacial entre suas pênades, de modo a manter a unidade que caracterizava o gênero literário da História concebida como *perpetua* (OGILVIE, 1965, p. 505). Assim sendo, acreditamos que ao organizar a História romana em pênades, Lívio estruturou seus relatos em periodizações anuais, colocando em destaque episódios fundamentais da República romana.

Ao corroborarmos as perspectivas de Chaplin (2000) e Luce (1965, 1977), pontuamos que o livro I condensa as origens troianas e albanas dos fundadores da cidade de Roma, relatando, assim, o período que vai desde sua fundação até o final da monarquia (753-510 a.C.) com a narrativa de Lucrecia (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, LVII - 59); logo, temos a derrocada de Tarquínio, o soberbo e, por conseguinte, a eleição dos primeiros cônsules narrada a partir do segundo livro de Tito Lívio. Compreendemos que Tito Lívio organizou sua narrativa de modo a dar ênfase aos cento e vinte primeiros anos da República (509-390 a.C.) – marcados por guerras externas e conflitos internos – até o assalto, saque e incêndio de Roma pelos gauleses, relatado ao final do livro V. Consideramos, assim, que os livros de I a V constituem uma unidade de composição, pois, assim como pressupomos, a formulação da narrativa liviana se desenvolveu a partir de conjuntos temáticos.

Tal como podemos observar, a documentação de Tito Lívio se caracterizou, em especial nos primeiros livros, por uma divisão estruturada, já que colocou em destaque a narração analítica ao descrever os fatos históricos ocorridos no percurso de ano a ano. Como mencionado pelo historiador latino, o trabalho da escrita tornava-se um contributo à memória dos eventos passados (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).¹⁷ Logo, a escrita apresentava uma forma ornada e retórica aos feitos cívicos, em sua instância religiosa e política, bem como o advento das guerras, sejam internas ou externas, como elementos singulares para a compreensão da História romana, desde seus primórdios até a República. Diríamos, assim, que do livro I (753-509) aos livros II-V (509-390) apresentam narrativas sobre a formação da *Res Publica* até os conflitos com os gauleses, colocando em destaque o nascimento e a grandeza do poder romano, graças à integridade política e moral. Deste modo, parece-nos possível deduzir que há em *Ab Vrbe Condita Libri* um conjunto de narrativas que se desenvolveram numa tentativa de definir os valores romanos, pois, segundo nossos pressupostos, o discurso de Tito Lívio representa o esforço do historiador em reivindicar e reafirmar pelo trabalho da escrita a relevância das instituições cívicas romanas como pilares políticos e símbolos culturais passíveis de serem comunicados, já que se pretendia criar uma consciência de unidade e co-pertencimento entre os membros de uma dada comunidade (ASSMANN, 2008, p. 59).

Como parte desse diálogo, temos os cinco livros seguintes, VI a X, que discorrem sobre os anos de 389 a 293 a.C. com a temática referente ao processo de recuperação e reestruturação interna e externa de Roma (guerras contra os samnitas, etruscos e úmbrios). Estes livros

¹⁷ “*litterae fuere, una custodia fidelis memoriae rerum gestarum*” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).

destacam o restabelecimento da hegemonia romana em seu processo de expansão frente aos outros povos. Os livros XI a XV foram perdidos, a historiografia (CHAPLIN, KRAUS 2009; JAEGER, 2000) pontua que tratavam da guerra contra os tarentinos e Pirro; nas *periochae* do livro XII tem-se o registro da ruptura de hostilidade entre Roma e Tarento, bem como a chegada do rei Epiro; já nas *periochae* do livro XV assinala-se o fim da guerra entre Roma e Tarento. Nesses termos temos na sequência os livros XVI- XX (264-219 a.C.), os quais também se perderam e apresentam-se a partir de algumas *periochae*, com a descrição etnográfica e histórica de Cartago, tendo também o relato da primeira guerra púnica (264 – 241 a.C.) presente nos livros XVI-XIX e, os vinte anos intermediários, até o começo da segunda guerra púnica (241-219 a.C. presentes no livro XX). Os livros subsequentes, XXI-XXX, estão conservados e narram os anos de predominância cartaginesa (218-212 a.C.) com os primeiros indícios de retomada e recuperação do território romano (*e.g.* Cápua e Tarento) (Cf. OGILVIE, 1989). Nos livros XXXI-XLV encontramos os relatos de guerras contra o oriente (guerra contra Felipo) (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. XXXI-XXXV*), a guerra contra Antíoco (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. XXXVI-XL*), o combate contra Perseo (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. XLI-XLV*) e a submissão final da Grécia e da Ásia (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. XLVI-L*); logo, podemos considerar que os livros XXXI – XLV constituem unidades temáticas que dizem respeito às conquistas e às relações políticas.

A partir do livro XLV a obra de Tito Lívio encontra-se perdida, o que temos são algumas *periochae* que indicam o conteúdo de cada livro e desempenham também a função de índice, ao apresentar os fatos considerados importantes pelo autor. Sendo assim, os temas dos livros LXXVI a CXLII podem ser compreendidos a partir da seguinte estrutura temática:

Livros XLVI – XLVII: referem-se às regulamentações dos negócios no oriente;

Livros XLVIII – LII: aparece o triunfo dos generais romanos nas regiões da África, Macedônia e Grécia, bem como a destruição de Cartago e de Corinto (146 a.C.);

Livros LIII – LXX: abarcam o relato da agitação social promovida pelos Gracos, até o triunfo de Marco Lívio Druso (91 a.C.);

Livros LXXI – LXXVI: destaca-se a pretensão de Tito Lívio em narrar o início da *bellum Italicum* – guerra social, isto é, até o final da guerra da Gália. Os livros abarcam um período extenso em seus relatos e apresentam conteúdos heterogêneos, uma vez que trazem aos leitores a narração de diversos momentos de guerra civil;

Livros LXXVII – XC: discorrem sobre a guerra civil entre Mário e Sila, até a morte de Sila (78 a.C.);

Livros XCI – XCVI: relatam até o fim das campanhas de Pompeu na Hispânia e, como sabemos, as *periochae* destacam o êxito de Pompeu contra Sertorio e seu triunfo sobre os Mitrídates;

Livros XCVII – CIII: a vitória de Crasso sobre os escravos à distribuição do título de Magno a Pompeu;

Livros CIV – CXVI: do início da guerra civil ao assassinio de César (44 a.C.);

Livros CXVII – CXXXIII: apresentam a chegada de Otávio em Roma até a batalha de Ácio e o fim da guerra civil;

Livros CXXXIV – CXLII: descrevem a época de Augusto até as honras fúnebres prestadas a Druso, morto na Germânia (9 a.C.). As *periochae* do livro CXX procedem com a morte de Cícero, em 43 a.C., e assim totalizam 120 livros, mas segundo Kraus & Woodman (1997, p.54) e Mellor (1999, p.55) esta ideia teria sido modificada para incluir o triunfo e o reinado de Augusto até a sua morte (livros CXXI-CXLII).

De acordo com Walsh (2009) e Ogilvie (1989), o esquema acima expressa a interpretação liviana sobre a História de Roma, ao colocar em destaque a grandeza de Roma a partir de suas conquistas externa e interna. Tito Lívio permite ao seu leitor-ouvinte a percepção sobre o processo de degeneração das virtudes romanas e como alguns comportamentos se destacaram como *exempla*. Segundo Luís Ernesto Barnabé (2006, p. 23), Tito Lívio compartilhava com Virgílio a honra de ser o mais lido dos escritores latinos, uma vez que sua narrativa compunha um texto claro, expressivo e eloquente. Assim, parece-nos possível deduzir que a narrativa liviana constituíra-se por ser um “elo histórico-temático” perceptível a partir dos eventos reportados, funcionando como fio condutor das histórias em cada livro. Logo, Tito Lívio articulou os episódios e os personagens imersos em um contexto caracterizado por disputas e confrontos internos entre patrícios e plebeus, além de conflitos e embates contra inimigos externos (ANTIQUERA, 2008, p. 19). Assim como propõe Luce (2009), Tito Lívio esteve ciente de sua tarefa e dos eventos históricos romanos, identificou-os e organizou-os na narrativa, pois, assim como pressupomos, o historiador latino teria construído uma composição coerente e ordenada, ilustrada pela aplicação dos eventos republicanos enquanto marcos distintivos de seus livros.

Devemos enfatizar de tal modo que a extensão da obra de Lívio foi uma das causas que impediram sua completa conservação. *Ab Vrbe Condita Libri* também sofreu problemas de ordem política, já que o imperador Calígula (12 d.C. – 41 d.C.) ordenara sua exclusão de todas as bibliotecas públicas (Suetônio, *Calígula*, 34), enquanto Domiciano (51 d.C. – 96 d.C.) encomendara o assassinato de Méteo Pomposiano, em decorrência de ele ter utilizado em seus discursos as ideias do historiador paduano (Cf. OGILVIE, 1989, p. 11). Ao que nos parece, durante o papado de Gregório I (590-604), muitos exemplares de *Ab Vrbe Condita Libri* foram destruídos por conterem e propagarem superstições e prodígios (BARNABÉ, 2006, p. 24). Contudo, apesar de tais circunstâncias, a obra de Tito Lívio se tornou a principal fonte secundária para os escritores posteriores comporem seus materiais; entre os autores que se apoiaram em Lívio estão Sílio Itálico (?-101d.C.), Quinto Ascônio Pediano (9 a.C. – 76 d.C.), Valério Máximo (séc. I a.C. – I d.C.), Floro (século I – II d.C.), e os gregos Dião Cássio (163/164 d.C. – depois de 229 d.C.) e Plutarco (46 d.C. –120 d.C.).

Com essas ressalvas, inferimos que a apresentação da obra liviana é, por conseguinte, parte da constituição narrativa; isto é, a obra está em uma relação com o público-alvo e pretende dirigir-se a uma comunidade mediante a identificação do conteúdo narrativo. Em nossa leitura, consideramos que as narrativas de Tito Lívio vão além de uma ordem lógica preestabelecida, mas se desenvolvem a partir das ideias, concepções e interferências do próprio autor. Os livros que compõem cada pêntade apresentam uma determinada uniformidade em sua extensão, bem como uma correlação entre seus conteúdos, visto que, a partir do segundo livro, a abordagem e a escrita da história por Tito Lívio estabeleceu-se nos moldes da história analítica, isto é, a narração neste momento avança ano por ano, de consulado em consulado (WALSH, 2009).

Partindo dessas premissas, consideramos que Lívio articula e emprega sua eloquência na caracterização de seus personagens e na descrição dos momentos e eventos históricos, a partir do uso do *exemplum* construído na estrutura narrativa de cada livro (e.g. TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 40-44; XXVIII 40; XXXVII 53-54). Tito Lívio procurou manter uma coerência textual entre a história de dado personagem e a caracterização que o discurso lhe assinalava. Por conseguinte, o caráter do personagem vai se definindo e delineando, a partir de seus atos e suas palavras, os quais são narrados por Lívio e situados em um determinado contexto histórico (KENNEDY, 1972, p. 426). Ogilvie (1989, p. 509), acrescenta a esta discussão ao afirmar que

os requisitos para a composição de uma *narratio* tal como *Ab Vrbe Condita Libri* seriam três: 1) a argumentação deveria ser breve (*brevis*), isto é, não

adentrar em conversações desnecessárias; 2) teria que ser clara (*aperta*) e ter coerência cronológica; 3) por último, era imprescindível ser verosímil (*probabilis*), quer dizer que os fatos deveriam ajustar-se a natureza dos atores – *ad naturam eorum qui agent accommodabitur*. Trata-se de manter uma coerência temática e textual.

Segundo o pesquisador, ao narrar detalhes superficiais de sua história, Tito Lívio usa um estilo prosaico que privilegia o uso de vocabulários ao invés de frases em subordinação sintática. Desse modo, compreendemos que ao escrever *Ab Vrbe Condita Libri*, Lívio alterna em sua narrativa frases e expressões no particípio, ao explicar os motivos e as ideias em torno dos personagens e acontecimentos principais, assim como também utiliza frases breves representadas pelo uso do infinitivo, ao colocar em destaque o presente histórico. Em alguns momentos da narrativa, percebemos expressões coloquiais (e.g. *sugillari; praeberere* – TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, IV, 35 – V, 11) ao referir-se aos estratos sociais menos notáveis da sociedade romana e até mesmo a situações ou acontecimentos negativos, por exemplo, quando menciona em seu livro I (50, 7) sobre um rude cidadão de Aricia, Tumo Herdonio, colocando-o como um criminoso sedicioso – *seditiosus facinerosusque homo* – e, no mesmo sentido negativo cita Tarquínio, o soberbo, utilizando a expressão em latim *infortunium* – a qual, de acordo com Ogilvie (1989, p. 512), não é recorrente nos autores clássicos, mas que pode ser encontrada no jargão dos escravos de Plauto e Terêncio.

A partir do exposto podemos definir, de modo geral, que a obra de Lívio se configurou em um conjunto de narrativas com elementos formais e coloquiais, apresentando um relato articulado entre suas pênades sem, contudo, perder a individualidade das seções que integram a obra. Consideramos, assim, que a obra de Tito Lívio não se trata de uma sucessão de relatos ou de uma monografia com conteúdos separados; é, pois, uma composição narrativa articulada, que se insere em um contexto de produção que corroborou a ênfase da escrita do historiador. Por essas discussões, aludimos que o discurso histórico de Lívio não era neutro ou objetivo, mas sim uma reinterpretação subjetiva do passado, articulado numa coerente ligação com as necessidades de tempo. Isso nos leva a crer que o discurso exemplar produzia e reproduzia os atores, ações, audiências, monumentos e condutas cívicas que compunham, em termos coletivos, a atualização do passado e sua relação com o presente (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 227).

Como demonstramos, o discurso liviano não é imparcial, tampouco isento de interesses. Consideramos que Tito Lívio, ao produzir sua narrativa histórica, tornava-se um agente

legitimador do discurso oficial; *Ab Vrbe Condita Libri* vinculava-se às demandas e ressignificações sociais do contexto político de Tito Lívio. A esse respeito, Chartier (1990, p. 17) explora que os discursos estão permeados pelos interesses do grupo social do qual são produtos. São apreensões e interpretações da realidade que impõem sua forma de compreender o mundo e, assim sendo, incorrem em práticas sociais. Desse modo, devemos levar em consideração a estruturação, a forma como se organizou a obra, os objetivos e as inquietações que levaram Tito Lívio a se manifestar pela escrita; trata-se de conhecer os mecanismos sobre a materialidade dos livros, portanto, sobre a apresentação, a compreensão e a circulação da obra liviana.

1.3 – TITO LÍVIO E SEU PÚBLICO: DA *RECITATIO* À CIRCULAÇÃO DOS LIVROS DE *AB VRBE CONDITA LIBRI*

Buscamos, com as discussões realizadas acima, compreender a importância do discurso de Tito Lívio como meio de construir e difundir uma memória da cidade Roma pautada no *mos maiorum*. É neste sentido que sua escrita cumpriria uma função social ao ser relegada às gerações posteriores. No entanto, ainda nos resta compreender de que modo *Ab Vrbe Condita Libri* atingiu seus leitores ouvintes. Desse modo, devemos questionar: qual é o público e os meios de apresentação e circulação das narrativas de Tito Lívio? Assim sendo, nosso objetivo, com essas discussões, é situar a *recitatio* e circulação da obra liviana no contexto da Roma augustana, e destacar as formas de propagação dos livros entre o público leitor e ouvinte.

No que se refere ao tema sobre a circulação de uma obra no mundo antigo, concordamos com os pressupostos de Raymond Starr, o qual afirma que a propagação de um texto se iniciaria em círculos mais fechados e íntimos, alargando-se, em seguida, para um público mais amplo. Assim sendo, quando um trabalho era elaborado, os autores normalmente enviavam uma cópia a um amigo próximo para comentários e críticas (STARR, 1987, p. 213). A partir de então, após o autor receber comentários de seus ouvintes e proceder à revisão do projeto, ligeiramente expandia o círculo de acesso a seu trabalho. Isso poderia ser feito por meio do envio de cópias de rascunho, feitas em sua casa pelos seus escravos e à sua custa. Importa salientarmos que os membros do público não recebiam cópias para levar para casa e, assim, compartilhar os escritos com outros. Portanto, o trabalho se mantinha no controle do autor, que poderia decidir se ele chegaria a um público mais vasto, quer na forma de recitações ou na forma escrita (STARR, 1987, p. 214).

Conforme já dissemos, Lívio parece não ter tido qualquer relação com Mecenas ou Messala, que eram patronos dos poetas augustanos, mas sim uma associação pontual com a família imperial, em especial, se observarmos em Tácito quando Augusto chama Lívio de pompeiano, apesar de isso não abalar sua *amicitia* (TÁCITO. *Annales*. IV.34.3), ou pelo incentivo que oferece à escrita historiográfica do futuro imperador Cláudio (SUETÔNIO. *Claudius*. XLI.1). O termo *amicitia*, usado por Tácito, sugere familiaridade e valores compartilhados, mas não necessariamente uma amizade íntima (HOLBROOK, 2009, p. 15). Como pontua White (1993, p. 13), muitos dos autores do Principado de Augusto se colocavam como amigos do imperador, de modo a construir uma proximidade, embora essa relação pudesse ser considerada patronato, haja vista a diferença de *status* entre ambos. Nesse sentido, não temos nenhuma menção de que a obra liviana foi apresentada ou circulou para o público por meio dos patronos literários augustanos.

Em seu prefácio, Tito Lívio escreve diretamente aos seus leitores que os exemplos são importantes para a escolha de suas ações. Citemos *in extenso*: “destas pode-se escolher para si mesmo e para a comunidade o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem quanto em seu resultado” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).¹⁸ Devemos observar no excerto supracitado o modo como Tito Lívio promove uma mudança em sua narrativa para a segunda pessoa do singular pelo termo *tibi* e, portanto, envolve tanto o leitor quanto a *Res Publica* no estudo das lições da história (FELDHERR, 1997, p. 243).

Ainda assim, tais referências não nos permitem identificar de modo estrito o público da obra liviana. Como propõe Marincola (1997, p. 28-9), a audiência de Lívio não se compunha de grupos particulares ou restritos, mas, apesar das sugestões de seu prefácio, mesmo os não letrados poderiam apreciar leituras de textos históricos. Essa interpretação é corroborada por uma passagem de Cícero (CÍCERO. *De finibus bonorum et malorum*. V.52),¹⁹ segundo o qual mesmo os homens de baixa condição, os quais não tomariam parte em assuntos públicos, poderiam se deleitar com as histórias.

Jane Chaplin (2000, p. 50-53) comenta sobre a dificuldade em definir o público leitor de Tito Lívio, tendo em vista a falta de evidências sobre esse aspecto. Nesse sentido, a autora

¹⁸ “*inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).

¹⁹ “*quid, quod homines infima fortuna, nulla spe rerum gerendarum, opifices denique delectantur historia?*” (CÍCERO. *De finibus bonorum et malorum*. V.52).

pontua que os interlocutores de Tito Lívio poderiam apresentar afinidades sociopolíticas com os personagens mencionados em sua obra. Neste sentido, o uso da segunda pessoa do singular (*te, tibi, tuaeque*) no prefácio de *Ab Vrbe Condita Libri* indica, sobretudo, que Tito Lívio esperava que seu leitor-ouvinte refletisse a partir dos *exempla* da História. Assim, o estilo exemplar torna-se uma ferramenta retórica eficaz e, indica práticas e comportamentos sociais que deveriam ser emulados (HOLBROOK, 2009, p. 16). Feldherr (1998, p. 9-12) refina ainda mais essa abordagem ao sugerir que podemos entender como os contemporâneos do historiador reagiram ao texto como um objeto de contemplação, observando o impacto dos eventos que ele registra em seus personagens, haja vista que ao narrar esses eventos (como triunfos e *profectiones*) Lívio trazia o passado mais perto do presente, e a resposta dos personagens na narrativa poderia influenciar seus interlocutores.

Certamente, uma audiência da qual Lívio estava consciente eram seus contemporâneos a quem ele se refere no prefácio, e não há razão para acreditar que o autor não tenha feito leituras públicas de sua obra, embora a evidência seja anedótica (CHAPLIN, 2000, p. 52). O público externo tem uma posição privilegiada para avaliar a apresentação do passado, pois podem testemunhar cada citação de um exemplo e aprender com o efeito cumulativo, enquanto o público interno varia de acordo com a narrativa (Cf. CHAPLIN, 2000; FELDHERR, 1998). As hipóteses levantadas por Chaplin, com as quais concordamos, se baseiam na pretensão de Tito Lívio de que seus leitores emulassem os exemplos positivos presentes em seu texto. Em outras palavras, a relação entre o público externo e interno na narrativa liviana não se dava no momento da leitura e escuta do texto, mas enquanto uma prática social, haja vista o objetivo de Lívio em incitar os seus leitores-ouvintes a emularem os bons exemplos.

A partir desse caráter exemplar, vejamos então outro aspecto a respeito da composição do público leitor da *Ab Vrbe Condita Libri*. De acordo com Rodríguez Horrillo (2012, p. 104), a obra liviana era destinada à elite que se reformulou com o estabelecimento de Augusto, composta, sobretudo, de *homines novi*, os quais afluíam das províncias para Roma. Nesse sentido, Tito Lívio escreveu sua obra para esse público e ofereceu “todo o conhecimento tradicional de um romano instruído” (RODRÍGUEZ HORRILLO, 2012, p. 104), de modo a promover a comunicação de valores romanos e a inclusão dessas elites provinciais para compor esse corpo de cidadãos que se formava. Podemos, portanto, considerar que o trabalho narrativo de Tito Lívio possuiu grande importância diante da configuração social de fins da República romana e início do Principado (RODRÍGUEZ HORRILLO, 2012, p. 105).

Nesta conjuntura, para os novos homens que compunham a elite de Roma, os quais pretendiam adquirir *status* social e adentrar o grupo dos *equites*, conhecer o passado romano, os elementos fundacionais da cidade e, portanto, o conjunto dos valores cívicos – *mos maiorum* – seria fundamental para sua inclusão nesse novo contexto político. Tais eventos eram bem conhecidos nas famílias romanas tradicionais, mas eram um conhecimento necessário para aqueles que desejam constituir seu *status* social e político em Roma. Deste modo, para Luce (1977, p. 296), pode-se dizer que a notoriedade de Lívio em Roma se deu em partes pelos leitores originários das províncias.

Para Rodríguez Horrillo (2012, p. 106), esse público, capaz de assumir a compra e a leitura de uma obra como a de Lívio, seria restrito, pois a própria dificuldade material de se possuir uma cópia completa impedia a aquisição do texto liviano por um público amplo. No entanto, essa hipótese não contradiz o que expomos até aqui. Como argumentamos, ao menos nas leituras em ambientes públicos de partes da obra liviana, muitos romanos poderiam ter contato com os exemplos de *Ab Vrbe Condita Libri*. Assim, o trabalho de Tito Lívio respondeu às claras necessidades dos leitores, os quais adentravam na arena política de Roma e, para tal, tinham de obter maiores conhecimentos a respeito da história tradicional da cidade.

Foi nesse ambiente de mudanças políticas e sociais que, portanto, a obra de Tito Lívio foi publicada e circulou por meio de um público ouvinte e leitor. Segundo Roller (2009, p. 171), enquanto a oratória senatorial, realizada nos tribunais e nas assembleias populares, declinou em significância competitiva, tal impulso oratório foi desviado para outras arenas de manifestação verbal, como *recitatio* e declamação, cuja importância para a construção do *status* social aumentou durante o contexto da formação do Principado. Assim, a *oratio* foi deslocada dos tribunais, Senado e assembleias para outras arenas, e seus praticantes também mudaram seu ambiente competitivo. Os espaços disponíveis para o discurso público mudaram com o advento do Principado, pois agora os romanos de elite exerceram suas habilidades retóricas que eram restritas ao Fórum ou ao Senado nos novos cenários reservados à declamação e à *recitatio*, práticas que exigiam novos tipos de envolvimento com o público dos textos (KER, 2009, p. 255). O fato de Lívio ser um dos primeiros historiadores romanos que não eram senadores ou pelo menos de família senatorial evidencia sua inserção nessa nova arena de competição aristocrática (ROLLER, 2009, p. 171-172).²⁰

²⁰ Há uma dificuldade em classificar a *recitatio* em relação à distinção público-privada, haja vista que tal atividade oratória não pode ser classificada a partir dessa distinção, pois, ao mesmo tempo, participaria dos dois âmbitos. Dupont (1997, p. 45-49) observa que a *recitatio* não é um evento “público” na medida em que não tem lugar oficial

A partir desses pressupostos, podemos inferir que Tito Lívio fez recitações de partes de seu trabalho. Como nos relata Quintiliano, na parte de seu texto dedicada à *elocutio*, “em Tito Lívio, homem muito eloquente, reconhece Asínio Polião certo ar paduano em sua fala” (QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. VIII.2.8 – Trad. de Bruno Fregni Bassetto).²¹ Esse excerto evidencia que Lívio, em algum momento durante o governo de Augusto, fez recitações na presença de Polião. Devemos lembrar, como aponta Sêneca, o Velho (*Controversiae*. IV, *Praefatio*. II),²² que “Asínio Polião nunca admitiu multidões em suas declamações, e isso porque não lhe faltava ambição. Em Roma, foi o primeiro a recitar seus escritos a uma audiência convidada”. A expressão *advocatis hominibus* poderia significar que Polião enviou convites a indivíduos escolhidos ou poderia implicar uma convocação de caráter mais geral. A menos que essas palavras indiquem que Polião recitou diante de uma grande audiência, a sentença não seria uma prova de sua *ambitio* (DALZELL, 1955, p. 26). Se esse argumento for aceito, podemos concluir que Polião não limitou seus convites a poucos escolhidos, mas estava preparado para ler seus trabalhos para todos que estivessem interessados ou pudessem ter tempo para ouvir. Compreendemos, dessa maneira, que Polião foi quem estabeleceu as recitações públicas de modo mais formal em Roma, a partir de 38 a.C. Em 28 a.C. a primeira biblioteca pública da cidade foi fundada no *Atrium Libertatis*, em Roma, local em que foram realizadas as recitações públicas citadas por Sêneca, o Velho. Anteriormente, escritores recitaram seus trabalhos para círculos particulares ou se juntaram aos transeuntes no Fórum ou às pessoas nas Termas (DALZELL, 1955, p. 27). Mesmo após essa mudança, as bibliotecas não eram os únicos lugares em que os escritores podiam ler suas obras. Sem dúvida, muitos continuaram a usar o fórum e os banhos e, a posteriori, os teatros também foram usados para essa finalidade.

Nesse sentido, as evidências de Quintiliano da relação de Lívio com Polião torna-se relevante para nossos pressupostos, quais sejam, de que partes da obra do paduano eram lidas

no calendário cívico; é também “privado” no sentido de que o seu público é normalmente composto de pessoas convidadas. O trabalho recitado é, portanto, discurso “privado” até que seja publicado, quando então se torna “público”. Por outro lado, como pontua a autora, a *recitatio* no período imperial “situa-se em um espaço social que transcende os limites dos prazeres puramente privados. Localizado entre os reinos público e privado, o discurso realizado em uma *recitatio* participa da intimidade de uma conversa entre amigos em uma propriedade rural, bem como da publicidade prolongada de um livro publicado” (DUPONT, 1997, p. 52). Ao mesmo tempo, o objetivo do recitador é o prestígio social ligado ao exercício do discurso público, isto é, compartilha os interesses sociais de uma atividade pública (ROLLER, 1998, p. 298).

²¹ “*et in Tito Livio, mirae facundiae viro, putat inesse Pollio Asinius quandam Patavinitatem*” (QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. VIII.2.8).

²² “*POLLIO ASINIVS numquam admissa multitudine declamavit, nec illi ambitio in studiis defuit; primus enim omnium Romanorum advocatis hominibus scripta sua recitavit*” (SÊNeca. *Controversiae*. IV, *Praefatio*. II).

publicamente em um ambiente competitivo no qual os autores procuravam se destacar por meio das declamações e recitações públicas e particulares. A elaboração de textos poderia servir como um caminho para a inclusão nos círculos literários próximos ao imperador, assim como os fracassos poderiam resultar na exclusão social (KER, 2009, p. 256).

Ao longo do primeiro século do império, no entanto, à medida que antigos canais de poder e locais de autoridade deram lugar a novos, os aristocratas se ocuparam cada vez mais com atividades que não estavam dentro do antigo cânon oratório. Além disso, a declamação, um exercício escolar ensinado aos jovens de elite pelos reitores, agora começava a chamar a atenção e conferir prestígio aos adultos de elite por meio da *recitatio*, da leitura de obras literárias de vários gêneros para plateias reunidas, uma prática também associada, embora não exclusivamente, aos professores de retórica e suas escolas no final da república (ROLLER, 1998, p. 266).

Como afirma Dupont (1997, p. 44-45), a recitação imperial se caracterizava como um modo de desempenho verbal competitivo, substituindo a oratória republicana. Havia, então, certo risco para um autor que apresentava seu trabalho, pelo menos em alguns aspectos, pois essa era uma ocasião para a construção de *status* competitivo, em que o recitador poderia ganhar ou perder *auctoritas* dependendo de como a recitação era recebida (ROLLER, 1998, p. 290). De acordo com essa apresentação, a versão publicada da obra em questão, a recitada, era o objeto para o qual o elogio ou as críticas eram dirigidas. Era nesse momento que o autor ganhava ou perdia *status*, colocando em jogo sua reputação, dependendo da recepção do trabalho. A reação do público que assistia à *recitatio*, portanto, dava ao autor da obra uma prévia de como o futuro público de leitores provavelmente receberia o trabalho (ROLLER, 1998, p. 293).

Embora a leitura de poemas seja mais bem documentada, devemos lembrar que textos em prosa também eram lidos em voz alta, seja a um público mais amplo ou mais restrito (ROLLER, 1998, p. 291). Sobre tal questão, podemos mencionar, a partir de uma passagem de Suetônio (*Augustus*. 89.2),²³ que Augusto ouvia de bom grado recitações de poemas, discursos, diálogos e histórias. Até agora temos três elementos que evidenciam a atuação de Tito Lívio em relação ao seu público: sua referência direta ao leitor no prefácio, afirmando a importância de seus exemplos; a presença da *amicitia* entre Lívio e Augusto, mostrada por Tácito; a informação de Quintiliano a respeito das recitações de Tito Lívio. Se relacionarmos essas

²³ “*recitantis et benigne et patienter audiit, nec tantum carmina et historias, sed et orationes et dialogos*” (SUETÔNIO. *Augustus*. 89.2)

informações à evidência supracitada de Suetônio de que Augusto ouvia recitações de histórias, podemos levantar a hipótese de que Tito Lívio, seja pessoalmente, seja por meio de um *lector*, declamou partes de seu texto na *domus Augusta*.

A partir do que foi discutido até este momento, podemos afirmar que a *Ab Vrbe Condita Libri* chegou oralmente a um público mais ou menos amplo: os que estavam presentes na *domus imperial*, os participantes de recitações públicas, como as promovidas por Asínio Polião, e particulares, como nos banquetes, ou a uma audiência mais ampla por meio de recitações em espaços públicos, como o fórum ou em termas.

A *recitatio* era uma forma de publicizar o texto ou de construir a fama de seu autor (KENNEY, 1989, p. 24). Não sabemos, no entanto, se as recitações de Tito Lívio a que nos referimos foram feitas antes ou depois da publicação de sua obra. O objetivo da *recitatio* era de divulgar o autor e expô-lo a uma rede de ouvintes influentes. Recitando suas composições em público, o autor procurava recuperar a presença de sua *auctoritas* que estaria sendo dissipada pela proliferação da escrita (HABINEK, 1998, p. 108). À vista disso, apesar da publicação e circulação por meio dos livros,²⁴ o autor ainda poderia recitar sua obra a determinada audiência com o objetivo de reforçar seu *status* e sua *auctoritas* ao estabelecer um novo contato com um público mais imediato.

A respeito das recitações, Catherine Salles (2010) pontua que estas tiveram um papel preponderante na criação e circulação de textos em Roma, desde a República até o Império. Corroborar essa afirmativa Leni Ribeiro Leite (2013, p. 86), ao dizer que a recitação pública foi

²⁴ A propósito, devemos destacar, aqui, que quando referenciamos livros na Antiguidade, a representação que temos é sua estruturação em livro-rolô, caracterizado como o *uolumen*, utilizado por mais tempo no mundo antigo. “O *uolumen* era uma longa faixa, normalmente de papiro, mas também podendo ser feita de pergaminho (Cf. CAVALLO, 1998, p. 71-92). De acordo com Leni Ribeiro Leite (2008, p. 23-24), “ainda que se considere, de uma forma geral, que a história do objeto livro na Antiguidade caminhe partindo do rolo de papiro e chegando ao códice de pergaminho como principal meio material de registro da obra literária, não há qualquer evidência de que a substituição do material tenha influenciado a substituição do formato ou vice-versa.” Neste sentido, compreendemos que o processo de passagem do rolo ao códice ocorreu ao mesmo tempo, embora não de forma simultânea, com a substituição do papiro pelo pergaminho ou *uellus* (LEITE, 2008, p. 24). Devemos ter em mente que o aparecimento do *codex* – o livro caderno com páginas – foi importante, pois permitia uma maior aproximação do material com o seu leitor (CAVALLO, 1998, p. 90). Contudo, não há conexão essencial entre formato e material – era possível ter códices com páginas feitas de papiro ou rolos de pergaminho. Segundo Leni R. Leite (2008, p. 27-28), “havia outros formatos e materiais para a escrita na Roma antiga, tais como: os *linthei* (tiras de tecido de linho) e as tábuas de madeira (*tabellae*), cobertas ou não por uma camada de cera”. É interessante mencionarmos que o “termo que mais livremente significava “livro” em Latim, foi a palavra *liber*, a qual expressava originalmente “casca de árvore”. A partir daí seu sentido expandiu-se, passando a ter três tipos de compreensão: 1) “um *uolumen* ou *codex*, o objeto propriamente dito; 2) uma obra literária fisicamente considerada, isto é, um conjunto de rolos que contêm uma só obra; 3) uma obra literária, em qualquer formato, considerada pelo seu conteúdo” (LEITE, 2008, p. 28).

o principal meio de divulgação dos textos literários. Como parte desse diálogo, Peter White (2009, p. 282-3) menciona a estrutura em que ocorria uma *recitatio*, a saber: 1) uma única pessoa lê enquanto outros escutam; logo, o conteúdo da leitura é desconhecido para a maioria do público – não se trata de um livro acabado o qual será apresentado; 2) o público é, assim, escolhido pelo anfitrião e, predominantemente, são membros da elite. Neste momento, o desempenho do narrador não é interrompido, exceto por aplausos.

Compreender a *recitatio* é essencial, haja vista que essa forma auxiliava na circulação de uma dada obra entre um público de leitores. Sabemos, pois, que a *recitatio* era a forma mais comum de apresentar e tornar conhecido um trabalho, ao colocar em destaque a leitura em voz alta a um determinado público, geralmente amigos ou até mesmo convidados de um jantar. Para Starr (1987), essas primeiras leituras se desenvolveram de forma fechada, mais restritas. Daí considerarmos, tal como no prefácio de Tito Lívio, a apresentação de seu trabalho ao seu público-leitor que podem sugerir, supomos, a leitura em alguma audiência. Como já demos a entender, consideramos o prefácio liviano como um espaço de autonomia do historiador; a partir dele podemos compreender a função social do autor, o processo de divulgação e reconhecimento social de sua obra. Pelas palavras de Tito Lívio, temos a seguinte apresentação:

O assunto envolve um trabalho imenso, porque retrocede a setecentos anos e porque, de um frágil começo, cresceu a tal ponto que as remotas origens e os fatos mais próximos a elas causariam menos satisfação aos muitos leitores que, impacientes, anseiam pelos fatos recentes com os quais há muito tempo o próprio poder vem se aniquilando. Eu mesmo pelo contrário, procurarei também nisso uma recompensa ao meu trabalho, ou seja, hei de me afastar do exame dos males que nossa geração testemunha há tantos anos; enquanto, com certeza, durante esse longo tempo, em minha lembrança, recupera totalmente aquele passado, livre de toda preocupação que, embora não possa desviar a mente do escritor da verdade, poderia, no entanto, causar-lhe inquietação (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).²⁵

Ora, entendemos que em seu prefácio há uma tendência a se afastar do presente, refugiando-se no passado. Este fator se torna, de fato, o fundamento para evidenciar a posição do historiador, pois, mais do que tratar da História de Roma, pretendia estabelecer um diálogo com seus leitores. Segundo Florence Dupont (2004, p. 163), o autor de um texto é aquele que toma a

²⁵ “*Res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum repetatur et quae ab exiguis profecta initiis eo creuerit ut iam magnitudine laboret sua, et legentium plerisque haud dubito quin primae origines proximaque ariginibus minus praebitura uoluptatis sint, festinantibus ad haec noua quibus iam pridem praeualentis populi uires se ipsae conficiunt: malorum quae nostra tot per annos uidit aetas, tantisper certe dum prisca illa tota mente repeto, auertam, omnis expers curae quae scribentis animum, etsi non flectere a uero, sollicitum tamen efficere posset*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. Prefácio).

iniciativa de uma ação, agindo graças às suas qualidades pessoais, à sua *auctoritas*, e constrói, portanto, prestígio e posição social. Visto desse modo, compreendemos que a leitura e apresentação do prefácio de *Ab Vrbe Condita Libri* permite a repercussão da obra entre o público leitor ouvinte. A partir do exposto, podemos definir, de modo geral, que o autor no mundo antigo apresentava sua obra, seja por meio de textos escritos, seja pela recitação, e apenas quando o autor decidia enviar cópias para um grupo maior de pessoas é que a forma escrita de um texto alcançava, em nosso entendimento, uma grande circulação.

Como sugere Starr (1991, p. 215), a tríade – escrita, autor e público – esteve diretamente relacionada ao processo de circulação dos livros em Roma e, por isso, vinculada às redes de relações sociais entre os escritores. Como se observa, a produção textual e o ato de leitura configuravam-se enquanto mecanismos de poder e de amizade, e integravam-se aos espaços domésticos e públicos da cidade. Corrobora essa hipótese a questão relacionada às despesas para a publicação de uma obra, a qual poderia ser viabilizada de duas formas: “o autor se encarregava pessoalmente de confeccionar os manuscritos, ou usava o serviço dos copistas” (LEMOS, 2010, p. 4). Como afirma Márcia Santos Lemos (2010, p. 5), após a realização das cópias e, por conseguinte, sua revisão, o livro estaria pronto para ser comercializado; logo, o trabalho de revisar era uma tarefa atribuída aos editores que, na maioria das vezes, também haviam exercido o papel de livreiros.

Em razão disso, na sociedade romana, a circularidade dessas obras tomava uma dimensão múltipla, uma vez que ao endereçar uma cópia a um amigo, este poderia indicar a leitura a outro, possibilitando o surgimento, daí em diante, de outros exemplares. É importante ressaltar que alguns exemplares eram deixados nas bibliotecas para consulta pública (STARR, 1991, p. 216). Em Roma existia um grande número de livrarias desde o século I a.C., as quais se caracterizavam por serem espaços privilegiados para a venda das publicações antigas e contemporâneas, como um espaço para se discutir questões literárias (LEMOS, 2010, p. 5). Compreendemos que os escritores romanos estavam circunscritos em ambientes de debates e relações sociais (escritores, leitores, mestres, amigos, patronos) que propiciavam a produção e interação entre a escrita e a leitura (STARR, 1987, p. 223).

Vale dizermos que o processo de disseminação do texto e de seu conteúdo poderia ser caracterizado em tom de elogios, mas também de críticas e laudações. A partir dessa afirmação, consideramos que a prática de circulação e apropriação das obras e de gêneros literários na Antiguidade não se aproximava daqueles sugeridos nem pelo texto impresso nem pelos hábitos de leitura silenciosa e solitária (CHARTIER, 1990, p. 13). Ora, à época de Tito Lívio, a

produção de uma obra e sua leitura estavam, segundo nossos pressupostos, inseridas em uma coletividade; nesses espaços de leitura não se produziam uma obra somente para demonstrar a veracidade dos fatos; os autores se interessavam mais pela beleza persuasiva do texto, pois, a partir dos aspectos estéticos (ornamentação), a mensagem da obra poderia cumprir sua função social de orientar e renovar condutas cívicas.

Como lembra Parker (2009, p. 187), os romanos apreciavam os textos escritos de quatro formas: em recitações, como entretenimentos nos *convivia*, por meio de leitores profissionais e pela leitura privada. Nos três primeiros modos, havia uma mediação entre o público e o texto, ao passo que na leitura pessoal o leitor tinha contato direto com o livro, tal como veremos o exemplo de Plínio, o Jovem. Desse modo, apesar da importância social da *recitatio*, essa não era a única forma com que um romano experimentava um texto. Há uma relação intrínseca entre a oralidade e a escrita, haja vista que mesmo nas apresentações em voz alta para determinada audiência, havia um texto que era lido pelo autor ou por um leitor profissional, um *lector* e, se alguém do público quisesse experimentar o texto novamente, teria que obter uma cópia escrita (PARKER, 2009, p. 194). Nesse sentido, a circulação dos textos não era feita de forma oral, mas por intermédio do suporte material do livro.

Deste modo, passamos às discussões sobre o modo como se deu a circulação e a recepção de *Ab Vrbe Condita Libri*, considerando, como conduzimos, até o momento, as particularidades do ato de leitura no mundo antigo. Assim sendo, colocamos em destaque uma informação obtida a partir do poeta Marcial (40 d.C. – 104 d.C.), quando alude que a obra liviana figurava em sua biblioteca particular, apesar de sua grande extensão. Citemos *in extenso*:

Tito Lívio em pergaminho
Em exígua pele se comprime o ingente Lívio
que, completo, a minha biblioteca não comporta. (MARCIAL. *Epigrammata*.
XIV, 190 - Trad. José Luis Brandão e Paulo Sérgio Ferreira).²⁶

Como pontua Cesila (2014, p. 20), em Marcial, o termo *bibliotheca* pode significar uma caixa para guardar livros, um depósito para guardar os livros e, por consequência, uma biblioteca. Em seu primeiro significado, a palavra assume semelhança com o *scrinium*, isto é, uma espécie de caixa cilíndrica destinada a guardar os livros em forma de *volumen*, a qual geralmente possuía uma alça que facilitava seu transporte. A partir desse significado, podemos

²⁶ “*Titus Liuius in membranis / Pellibus exiguis artatur Liuius ingens / quem mea non totum bibliotheca capit*” (MARCIAL, *Epigrammata*. XIV, 190).

deduzir a dificuldade de se transportar a obra completa de Tito Lívio, a qual possuía 142 volumes, e o adjetivo *ingens* nos transmite essa noção de um conjunto muito grande de pergaminhos necessários para conter a totalidade do texto liviano.

Do mesmo modo, essa passagem serviu como evidência para considerar que, já na época de Marcial, haveria um epítome de Tito Lívio que circulava entre os leitores (Cf. BEGBIE, 1967). De acordo com Cynthia M. Begbie (1967, p. 337), haveria alguns motivos para a existência dessa epítome: 1) o alto custo para copiar o texto completo de Lívio; 2) o original era difícil de consultar e talvez poucas pessoas tinham interesse em lê-lo na íntegra para obter informações; 3) um resumo, como Marcial se refere, suplantou a história completa de Lívio no uso comum, exceto onde sua narrativa tinha um apelo particular, ou seja, na Primeira, Terceira e Quarta Décadas, que descreviam grandes eventos da tradição romana. Para a autora (BEGBIE, 1967, p. 337), é provavelmente por isso que apenas estas décadas foram copiadas do papiro para o pergaminho, de modo a sobreviverem.

Corroborar essa hipótese a informação que temos em Plínio (61 d.C – 113 d.C.), na qual o autor comenta sua prática em resumir *Ab Vrbe Condita Libri*. Assim, segundo suas palavras,

não tenho certeza se devo chamá-lo de determinação ou tolice (eu estava então no meu décimo oitavo ano), mas pedi um livro de Tito Lívio e o li, como se estivesse relaxando, e também copiei passagens, como havia começado antes (PLINIO. *Epistulae*. VI.20.5 – Trad. do inglês de P. G. Walsh).²⁷

De acordo com o *Dictionnaire latin français*, de Félix Gaffiot (2016, p. 561), o verbete *excerpo* pode significar extrair, coletar, fazer uma escolha, possuindo o sentido de um resumo ou de uma seleção de excertos. A partir de tal evidência, podemos considerar a possibilidade de que resumir ou extrair trechos da obra liviana pudesse ser uma prática relativamente comum no contexto da Antiguidade. Nesse sentido, as *Periochae*, espécies de sumários ou resumos de autoria e data indefinidas, o Epítome descoberto nos papiros de Oxyrrinco, *Fragmenta Oxyrhynchi*, em 1903, cujo estado é bastante fragmentado, o *Liber prodigiorum* de Júlio Obsequens (século IV), o qual extrai da obra liviana os prodígios de 249 a 12 a.C., bem como o *Epitome de Tito Livio bellorum omnium annorum DCC*, escrito por Floro, são, segundo nossas hipóteses, reflexos dessa prática de resumir, construir epítomes ou selecionar excertos segundo as intenções de cada autor posterior.

²⁷ “*Dubito, constantiam vocare an imprudentiam debeam — agebam enim duodevicesimum annum -: posco librum Titi Livi, et quasi per otium lego atque etiam ut coeperam excerpo*” (PLINIO. *Epistulae*. VI.20.5).

A respeito do volume da obra liviana, bem como de sua circulação, devemos lembrar que *Ab Vrbe Condita Libri* foi dividida em seções menores. Essa divisão era apenas uma questão de conveniência para aqueles que copiaram a história, embora se possa argumentar que a tendência de Lívio de organizar sua história em grupos mais curtos de livros facilitou a compartimentalização de sua história por escribas posteriores (HEDRICK, 2000, p. 178). Esses grupos de dez e cinco livros, chamados de décadas e pêntades, constituem as unidades básicas em que a tradição posterior da história de Tito Lívio foi preservada. A primeira, terceira e quarta décadas sobreviveram, juntamente com a primeira metade da quinta década. Cada uma dessas unidades chegou aos tempos modernos por meio de uma tradição manuscrita distinta, como vemos no tópico 1.3 desta tese. Diante dessas considerações, podemos argumentar que as experiências dos leitores de Tito Lívio deram-se de diversas formas: 1) leitura do texto completo de Lívio; 2) leituras de excertos ou exemplos pelos estudantes; 3) leitura de partes do texto, sejam as pêntades ou as décadas; 4) leitura de resumos, como as *Periochae*.

Essa percepção nos permite afirmar que o texto no mundo antigo estava submetido e supunha formas de leitura, ou seja, estava situado e direcionado aos espaços, posicionamentos, objetivos e gestos. Trata-se de compreender que a composição, organização e estruturação de uma obra se encontravam inseridas em um contexto caracterizado pelas tensões do próprio campo literário. Percebe-se que elaborar uma obra e realizar sua posterior leitura foram situações vinculadas ao mundo das representações, que distinguiam e, ao mesmo tempo, proporcionavam o estabelecimento de relações entre os grupos sociais (CAVALLO, 1998, p. 77). Como bem nos lembra Gagnebin (2006, p. 46), “no mundo antigo escrevia-se para lembrar, para inserir um feito na memória social, enquanto na sociedade contemporânea exerce-se a escrita para se olvidar”.

Consideramos, assim, que a escrita, o autor e seu público estabeleciam um diálogo constante. A dinâmica do texto liviano no mundo antigo, assim, se baseava na oralidade e na circulação de seus textos. No entanto, é importante compreendermos que a relação que os pesquisadores modernos têm com o texto liviano não era a mesma dos antigos romanos. Isso porque a *Ab Vrbe Condita Libri* que nos chegou possui uma *uita* própria, isto é, o texto passou por processos de edições, fragmentações, rasuras, correções, silenciamentos etc. Portanto, torna-se importante conhecer a história do documento de Tito Lívio com o qual trabalhamos, em especial, se considerarmos que as edições modernas com a qual lidamos são derivadas de uma longa tradição que vai desde a recepção e circulação antiga do texto liviano, passa pela tradição de seus manuscritos no contexto medieval e, assim, chega à modernidade em diversas

edições críticas que, por meio de estudos filológicos, papirológicos e linguísticos, buscam estabelecer o texto latino como o mais próximo daquele publicado por Lívio em sua época.

1.4 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA DO DOCUMENTO

A escrita da história é uma forma de recordação, uma prática historiográfica que se configurou como *ars memoriae*. No que se refere a isso, gostaríamos de fazer nossas as palavras de Heródoto de Halicarnasso (485 a.C. – 420 a.C.), quando justifica em suas *Histórias* que o feito dos homens não deveria se desvanecer com o tempo, tampouco deveriam ficar sem renome as grandes empresas (...) (HERÓDOTO, *Histórias*, I). Logo, a partir da premissa de Heródoto, consideramos que a prática historiográfica antiga se tornou, de fato, um instrumento de transmissão das ações humanas passadas; portanto, constitui-se enquanto um testemunho histórico (e.g. inscrições, monumentos, templos, edifícios funerários, narrativas etc.). Nesse sentido, compreendemos que os historiadores antigos agiram dedutivamente, investigavam os testemunhos de outrora (CONNERTON, 1999, p. 15), conectavam e reconectavam os emblemas do passado, transformavam, segundo nossas hipóteses, os rastros do passado em uma linguagem comunicativa que informa, rememora e reatualiza as memórias vividas.

Diante de tais considerações, faz-se necessário ressaltar que nossa metodologia não contempla um trabalho direto com os manuscritos²⁸ de *Ab Vrbe Condita Libri*, uma vez que esse trabalho monumental já foi feito detalhadamente pelos críticos da obra liviana (Cf. G. Billanovich (1951), A. H. McDonald (1971), R. M. Ogilvie (1965), entre outros). Neste sentido, acreditamos que um capítulo de tipologia sobre a prosa histórica seria incompleto sem uma breve edótica do texto latino e, portanto, sobre a veiculação de sua divulgação no Império Romano e, logo mais, na Europa medieval e renascentista até as edições modernas. Disto isso, iremos traçar um panorama a respeito da história do texto liviano a partir de três eixos: 1) a recepção da *Ab Vrbe Condita Libri* na Antiguidade; 2) a história dos códices; 3) as edições da obra, desde a *editio principes* até as edições modernas.

Visto assim, devemos nos atentar para a profundidade histórica do documento e para a existência das variantes de leitura no processo de interpretação da base documental. Norberto Luiz Guarinello (2013, p. 18) argumenta que os testemunhos sobre o passado, a exemplo dos

²⁸ Manuscrito, do latim: *manu* = mãos e *scriptus* = escrever, é um documento escrito ou copiado à mão sobre um suporte físico (p. ex., pergaminho ou papel) utilizando um instrumento (pena, cálamo, lápis, caneta, esferográfica, etc.) e um meio (tinta).

manuscritos e das evidências codicológicas,²⁹ traduziram e transmitiram a herança dos tempos de outrora pela organização das informações que lhes chegaram, bem como pela elaboração de notas e comentários sobre os autores antigos e suas documentações.

Assim, interessa-nos, sobretudo, considerar os primeiros ecos de *Ab Vrbe Condita Libri* e, para tanto, trataremos primeiramente dos usos estabelecidos pelos autores contemporâneos a Tito Lívio, isto é, destacaremos os testemunhos e as opiniões referentes a Lívio e à composição de sua obra, com o intuito de darmos ênfase à notoriedade que *Ab Vrbe Condita Libri* alcançou entre filósofos, gramáticos, poetas e historiadores da Antiguidade. A esse respeito, o testemunho documental de Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.) nos sugere que:

nem há por que considerar verdadeiro o que se diz com tanta eloquência em Tito Lívio: “Homem de caráter antes elevado que bondoso”. Não se pode separar isso: ou também será bom ou não será notável (...) (SÊNECA, *De Ira*, I, 20 – Trad. de José Eduardo S. Lohner).³⁰

Como podemos verificar no excerto de Sêneca, a obra de Lívio foi lida com admiração, tanto no concernente à sua postura cívica quanto por sua sutileza literária, e recebeu de seus contemporâneos e das gerações posteriores homenagens, imitação e reconhecimento. Sobre esse mesmo aspecto, Quintiliano afirma:

De minha parte, gostava dos melhores autores lidos desde o começo e sempre; mas dentre eles escolheria o de estilo mais claro e acessível, para os meninos, Lívio, em vez de Salústio, muito embora seja este último o melhor autor, é necessário estar bem avançado nos estudos para apreciá-lo adequadamente.

²⁹ Os códices (ou *codex*, da palavra em latim que significa “livro”, “bloco de madeira”) eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da Antiguidade Tardia até a Idade Média. O códice é um avanço do rolo de pergaminho, e gradativamente substituiu este último como suporte da escrita. O códice tinha a forma de um livro atual: “era composto de várias folhas de pergaminho, e o material que antecedia os códices era às tábuas de cera, as quais os romanos utilizaram nas escolas, nas correspondências epistolares e em documentos legais, etc.” (LE MOS, 2010, p. 8). Até o século II d.C., o rolo de papiro havia sido utilizado como suporte dos textos literários; logo, após colocou-se em destaque, a utilização do códice de pergaminho, o qual se estendeu pelos séculos III e IV (Cf. CHARTIER, 2010). Segundo Márcia Lemos (2010, p. 8), o público-leitor que possuía recursos para “investir em livros sempre foi pequeno no Império Romano, mas ampliou-se a partir da divulgação do códice, que se firmou como um instrumento eficaz para portar a palavra escrita entre os séculos IV e V d.C., em função das vantagens que ele oferecia”. Assim, interessa-nos, particularmente, compreender a relevância dos códices para os estudos posteriores das bases documentais da *Ab Vrbe Condita libri*; neste sentido, as evidências codicológicas, destacam-se pelo estudo dos manuscritos (história, datação, catalogação e inter-relação) como suporte material dos textos e, portanto, auxiliam no mapeamento de diversas *corporas* documentais que se fragmentaram durante o passar dos séculos.

³⁰ “*nec est quod existimes uerum esse quod apud disertissimum uirum T. Liuium dicitur: 'uir ingenii magni magis quam boni.' Non potest istud separari: aut et bonum erit aut nec magnum*” (...) (SÊNECA, *De Ira*, I, 20).

(QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. II.5.19 – Trad. de Bruno Fregni Bassetto)³¹

Nesse excerto, apesar de Quintiliano destacar a superioridade de Salústio (*maior est auctor*), elogia Lívio pela clareza e acessibilidade (*candidissimum... expositum*). Nesse sentido, podemos supor que os textos de Tito Lívio foram muitas vezes memorizados e recitados por estudantes da retórica latina. Os historiadores ofereciam a possibilidade de selecionar episódios mais importantes da história romana para emprega-los no uso retórico das práticas escolares.

Além disso, suas ideias, imagens literárias e expressões narrativas aparecem, por exemplo, na elaboração poética de Ovídio (OGILVIE, 1965, p. 77). Devemos lembrar, também, que Lívio gozou de alguma fama ainda durante sua vida. Lembremos das palavras de Plínio (*Epistulae*. II.3),³² o Jovem, ao questionar o destinatário de sua carta, Mecílio Nepo, se este desconhecia do homem que veio de Gadis, na província da Bética, impressionado pelo nome e glória de Tito Lívio (*Titi Livi nomine gloriaque*), apenas para conhecê-lo em Roma e retornar à sua cidade.

Tácito (*Annales*. IV.34.3),³³ do mesmo modo, elogia Tito Lívio por sua eloquência e imparcialidade (*eloquentiar ac fidei*). Acrescenta a essas reflexões uma referência em *De Tranquillitate Animi*, quando Sêneca destaca que

quarenta mil livros queimaram em Alexandria. Outro pode ter louvado esse belíssimo monumento da opulência dos reis, tal como Tito Lívio, que disse ter sido essa uma obra notável do refinamento e da elegância real. Não foi refinamento aquilo, ou elegância, mas luxo intelectual (...) (SÊNECA, *De Tranquillitate Animi*, IX – Trad. de José Eduardo S. Lohner).³⁴

Ao que nos parece, a referência a *Ab Vrbe Condita Libri* por parte de outros autores demonstra, segundo nossas hipóteses, uma reapropriação do estilo narrativo de Tito Lívio, no que consiste ao conteúdo de seu discurso histórico, como também ao modo como o historiador latino compôs esteticamente seus textos, dada sua eloquência comunicativa. Essas percepções

³¹ “*Ego optimos quidem et statim et semper, sed tamen eorum candidissimum quemque et maxime expositum uelim, ut Liuium a pueris magis quam Sallustium – et hic historiae maior est auctor, ad quem tamen intellegendum iam profectu opus sit*” (QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. II.5.19).

³² “*Numquamne legisti, Gaditanum quendam Titi Livi nomine gloriaque commotum ad visendum eum ab ultimo terrarum orbe venisse, statimque ut viderat abisse?*” (PLÍNIO. *Epistulae*. II.3)

³³ “*Titus Livius, eloquentiae ac fidei praeclarus in primis*” (TÁCITO. *Annales*. IV.34.3). Como pontua Woodman (1990, p. 179), *fidei*, nesse excerto, significa avaliação imparcial de caráter, isto é, para Tácito, a narrativa liviana seria imparcial quanto à descrição dos personagens.

³⁴ “*quadraginta milia librorum Alexandriae arserunt. Pulcherrimum regiae opulentiae monumentum alius laudauerit, sicut et Liuius, qui elegantiae regum curaeque egregium id opus ait fuisse. Non fuit elegantia illud aut cura, sed studiosa luxuria (...)*” (SÊNECA, *De Tranquillitate Animi*, IX).

nos permitem compreender a ressonância de Tito Lívio nos versos de autores, tais como: Petrônio (27 – 66 d.C.), Quinto Curcio (I d.C.), Tácito (55 – 120 d.C.), bem como o Imperador Cláudio (10 a.C. – 54 d.C.), o qual se inspirou em Tito Lívio para compor seus discursos (OGILVIE, 1965, p. 163, 487, 490). Ao corroborarmos a hipótese de Tomás Recio (1952, p. 243), consideramos que a fama da monumentalidade de *Ab Vrbe Condita Libri* possibilitou a produção de diversas anedotas, o que nos permite afirmar sobre o prestígio alcançado à sua época. Dito *isso*, consideramos que os usos e ressignificações *da* narrativa histórica de Lívio permitiram ao historiador legitimar-se perante um público-leitor e, deste modo, consagrar-se diante do espaço de produção literária do mundo antigo. A respeito desses usos literários, temos ainda a referência do escritor e historiador Quinto Curcio Rufo (I d.C.), o qual produziu uma obra composta de dez livros dedicados à Alexandre Magno, tendo em Tito Lívio seu modelo literário para a composição dos textos (RECIO, 1952, p. 244).

A relação entre os leitores de Tito Lívio se estende também a Frontino (40 – 103 d.C.) e a Valerio Máximo (I a.C. – I d.C.), já que alguns episódios de *Ab Vrbe Condita Libri* auxiliaram Frontino a compor sua coleção sobre a ciência militar denominada de *Strategemata*, bem como auxiliaram Valerio Máximo na elaboração de sua antologia intitulada *Factorum et dictorum memorabilium libri*, a qual contém nove livros referentes aos feitos e dizeres memoráveis dedicados ao imperador Tibério. Foi elaborada em Roma em 31 e o seu fim era elogiar as virtudes romanas por meio de anedotas e relatos tradicionais extraídos de historiadores, tal como Tito Lívio. Tais compilações colocavam em evidência a relevância retórica, argumentativa e estilística que deveriam compor os discursos históricos, a exemplo dos elogios atribuídos à composição de *Ab Vrbe Condita Libri*. Como parte dessas discussões, faz-se necessário ressaltar, ainda, a consideração de Quintiliano ao destacar a eloquência narrativa de Lívio. Citemos *in extenso*:

a história não a de se inclinar ante os historiadores gregos; nem a que temer Salústio contra Tucídides; nem Heródoto se ressinta de igualar-se a Tito Lívio, pois este último tem uma brilhante transparência em sua narração, ao passo que seus discursos são eloquentes, mais que uma descrição (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, X, 101 – Trad. de Bruno Fregni Bassetto).³⁵

De fato, consideramos que o discurso de Quintiliano acentua a narrativa liviana a partir de sua composição retórica e, sobre isso, sua eloquência e narração dos eventos. Tito Lívio,

³⁵ “*at non historia cesserit Graecis, nee opponere Thucydidi Sallustium verear, neque indignetur sibi Herodotus aequari T. Livium, cum in narrando mirae iucunditatis clarissimique candoris, turn in contionibus supra quam enarrari potest eloquentem*” (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, X, 101).

como podemos observar, selecionou as representações do passado, dos valores constituintes do *mos maiorum*, os quais deveriam ser transmitidos aos leitores ouvintes (LOWENTHAL, 1998, p. 306). A partir dessa ideia, concordamos com as perspectivas de Miles (1995) e Feldherr (1998) ao pontuarem que a composição de *Ab Vrbe Condita Libri* seria o resultado de uma monumentalização do passado, um modo de o historiador garantir *auctoritas* à sua obra, já que ela estava inserida nos espaços de sociabilidades e leituras do mundo antigo.

Segundo Tomás Recio (1952), apesar do grande reconhecimento da obra liviana, a partir do século III d.C., os ecos de *Ab Vrbe Condita Libri* puderam ser percebidos apenas em alguns fragmentos de um rolo de papiro denominado de *Epítome de Oxyrrinco*, do qual já aludimos, e que continha os índices dos livros XXXVII – XL e XLVIII – LV. No contexto do século IV, figuraram as *Periochae*, as quais indicaram o resumo de alguns episódios narrados por Tito Lívio, assim como a produção anônima de *Origo gentis Romanae*, *De Viris Illustribus* e os Breviários da História de Roma de autoria de Eutropio (IV d.C.) e Rufo Festo (IV d.C.), parcialmente derivados dos *Epítomes* Lívio. Foi, pois, nesta conjuntura do século IV que houve uma revalorização dos autores do período clássico e, dentre eles, Tito Lívio (RECIO, 1952, p. 248).

No que se refere a isso, consideremos a atuação de membros de famílias romanas renomadas, as quais buscavam manter a tradição cultural romana contra o advento da cultura cristã pela reivindicação da arte e literatura clássica. Como membros das famílias não cristãs situados na conjuntura do século IV, temos os nomes de Aurelio Símaco (340 d.C. – 402 d.C.) e Nicómaco Flaviano (s/d), defensores das obras clássicas que realizavam, deste modo, traduções com o intuito de preservá-las, tal como as cópias feitas dos manuscritos de *Ab Vrbe Condita Libri* de Tito Lívio. Desse modo, os nomes de Símaco e Nicómaco ficariam registrados nas notas das *subscriptions* (uma espécie de breve prefácio com descrição do trabalho feito pelos tradutores e copistas) que, como se nota, os copistas medievais reproduziam junto aos textos elaborados. As *subscriptions* que continham as referências de Símaco e Nicómaco só aparecem nos manuscritos da primeira década; contudo, pode-se afirmar com determinada segurança que muitos dos manuscritos conservados devem-se ao esforço de preservação, organização e transmissão de Símaco e Nicómaco (MCDONALD, 1971, p. 332; ZETZEL, 1980, p. 38). A esse respeito, Ángel Sierra (1990, p. 113) pontua que muitas das *subscriptions* encontradas nos manuscritos indicavam que os textos reproduzidos foram organizados em grupos de cinco e dez livros, com exceção dos livros XXVI – XL. Isso nos leva a crer que cada

década conservada, seja completa ou fragmentária, parte de testemunhos que foram escritos entre os séculos IV e V.

A partir desse ponto, iremos abordar a transmissão dos manuscritos durante o contexto medieval. Devemos lembrar, entretanto, que a obra liviana chegou à época moderna por meio de uma grande quantidade de manuscritos cujas tradições são complexas. Dito isso, iremos elencar apenas os principais códices que constituem a base para as edições livianas, sem a pretensão de esgotar o tema.

A obra liviana parece ter chegado completa ao final do século IV, segundo consta uma carta de Símaco a Valeriano: “a doação das obras completas de Lívio, que prometi, está atrasada devido à diligência da correção”³⁶ (SÍMACO. *Epistulae*. 9.13 – Trad. do inglês de Marielle de Franchis).³⁷ Ainda assim, de acordo com Franchis (2015, p. 3), o grande volume da obra liviana, associado à circulação do texto de forma incompleta (pêntade e décadas), promoveram a fragmentação do texto e a perda de sua maior parte no contexto da Antiguidade Tardia. Diante dessas considerações, compreendemos que não há como assegurar quando exatamente se perdeu a maior parte da obra liviana; contudo, parece-nos possível deduzir que os textos de *Ab Vrbe Condita Libri* se conservaram completos até começo da Idade Média.

Desse modo, consideramos que a primeira década de *Ab Vrbe Condita Libri* apresenta três testemunhos antigos. Um deles refere-se ao fragmento de um papiro do século IV (*P. Oxy.* XI 1379); o segundo fragmento diz respeito ao *codex Veronensis* (V= Verona XL), situado no começo do século V, contendo fragmentos dos livros III a VI; e o terceiro fragmento é atribuído à recensão nicomaquea, ou seja, ao arquétipo da reconstrução de todos os manuscritos medievais da primeira década. Para a composição da terceira década, têm-se dois testemunhos situados temporalmente no século V, sendo um manuscrito completo – o *Puteaneus* (*P* = Paris Lat. 5730) – e os fragmentos de *Taurinensia* (= *Ta*), os quais configuram-se por serem restos de um palimpsesto³⁸ de Turín, cuja escrita borrada continha partes dos livros XXVII a XXX;

³⁶ Segundo Hedrick (2000, p. 189), essas *emendationis* se referiam a anotações marginais, leituras variantes e correções. Tais correções se faziam a partir do manuscrito copiado ou em comparação a outro manuscrito e, desse modo, apareciam no texto como acréscimo de uma nota marginal ou interlinear no sentido de que uma leitura diferente aparece em outro manuscrito; em outros casos, o corretor realmente apagava uma palavra e a substituía por outra. Como propõe Zetzel (1980, p. 53), as correções derivam da comparação imediata do manuscrito com seu exemplar, enquanto leituras variantes derivam de outros manuscritos.

³⁷ “*munus totius Liviani operis quod sponendi etiam nunc diligentia emendationis moratur*” (SÍMACO. *Epistulae*. 9.13)

³⁸ Palimpsesto (do grego antigo παλίμψηστος, transl. “palímpsêstos”, “aquilo que se raspa para escrever de novo”: πάλιν, “de novo” e ψάω, “arranhar, raspar”) designa um pergaminho ou papiro, cujo texto foi eliminado para permitir a reutilização. Tal prática foi adotada na Idade Média, sobretudo entre os séculos VII e XII, devido ao elevado custo do pergaminho. A eliminação do texto era feita por intermédio de lavagem ou, mais tarde, de raspagem com pedra-pomes. A reutilização do suporte de escrita conduziu à perda de inúmeros textos antigos,

este fragmento foi destruído em um incêndio em 1904. Os testemunhos da quarta década são simbólicos e fragmentários apresentam-se a partir dos fragmentos *Romana* (*R*), restos de um códice de fins do século IV a princípios do século V, contendo linhas soltas dos livros XXXIV, e os *fragmenta Piacentina* (= *F*), pertencente a um manuscrito do século IV, com os textos dos livros XXXIII – XXXV e XXXIX. Temos ainda os testemunhos antigos sobre a quinta década, sendo o *Vindobonensis* (*V* = Viena Lat. 15), um códice elaborado no V século, contém os textos referentes aos livros XLI – XLV e apresenta-se com algumas mutilações e lacunas. Diante deste mapeamento dos testemunhos antigos, faz-se importante destacar o *bifolium Vaticanum*, que compunha um palimpsesto situado entre os séculos V ou VI, contendo os fragmentos do livro XCI (SIERRA, 1990, p. 114).

A história da transmissão dos clássicos latinos manifestou-se de modo fragmentário e disperso temporalmente, isto é, desde o ano de 550 a 750 perderam-se muitos livros e até mesmo os manuscritos fragmentaram-se ou sofreram diversas interferências que os danificaram, a exemplo do fragmento do manuscrito de *Taurinensia* (= *Ta*), que foi borrado e reescrito no século VII. A mesma situação repetiu-se com o *codex Veronensis*, o qual continha dois códices antigos incompletos, um de Tito Lívio e outro de Virgílio. Esses textos latinos sofreram alterações a princípios do século VIII, quando foi escrito acima deles os *Moralia* de S. Gregório Magno (540 d.C. – 604 d.C.). Poderíamos, assim, afirmar que durante os séculos VI a VIII houve certo silenciamento sobre Tito Lívio e sua obra. Os códices produzidos muitas das vezes eram levados de um lugar a outro; deste modo, sofriam alterações e reescritas, tal como se sucedeu com o palimpsesto *Veronensis* do século IV, o qual se encontrava no século VIII em Luxeuil (Gália), ou seja, neste espaço de tempo o manuscrito foi transferido da Itália à Gália (MÉNDEZ, 2002, p. 17).

A respeito dessas discussões, McDonald (1971) pontua que em 1906 foram encontrados em Roma, na igreja de S. Juan Lateranense, fragmentos de pergaminhos que remontam às partes do livro XXXIV, escritos nos séculos IV – V, os quais estavam destinados a envolver relíquias das catedrais de Roma e encadernar códices nos séculos XI e XV. Esses apontamentos nos mostram as possíveis variáveis ocorridas desde o processo de cópia dos manuscritos até o processo de leitura e estudo das obras clássicas; neste percurso, é preciso levar em consideração o estado de fragmentação de muitas obras, as intervenções que foram realizadas, as notas comentadas, as reescrituras e, do mesmo modo, as rasuras feitas acima dos textos já copiados

desde normas jurídicas em desuso até obras de pensadores gregos pré-cristãos. Disponível no site: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/palimpsesto>

pelo trabalho minucioso de alguns comentadores e copistas (e.g. Nicolas Trevet; Petrarca; Landolfo Colonna).

De acordo com as reflexões de Rosario Delicado Méndez (2002), foi a partir da reforma cultural promovida por Carlos Magno (século VIII - IX) que surgiu um novo alvorecer da literatura clássica e, portanto, de *Ab Vrbe Condita Libri*. Foram criadas escolas e bibliotecas junto a monastérios, os quais favoreciam a educação literária; a corte converteu-se em um espaço de relações sociais entre poetas, estudiosos e filósofos vindos de toda a Europa, desenvolvendo, assim, um movimento cultural que tinha na literatura e nas artes um lugar de destaque. Neste contexto, os manuscritos voltaram a ser copiados e começaram a circular. No caso da obra liviana, várias dessas cópias e seus códices tiveram importância capital para as sucessivas transmissões do texto.

Diante dessa nova conjuntura cultural situada em finais do século X, tem-se a cópia da primeira década de *Ab Vrbe Condita Libri* na cidade de Verona, a partir dos *codex Mediceus* e o *codex Vormatiensis* pertencentes à tradição nicomaquea e simaquiana. A cópia da terceira década partiu do *codex Puteanus*, o arquétipo de todos os manuscritos que contém os livros XXI-XXX; tais cópias foram realizadas na França em meados do século VIII e princípios do século IX. Dos livros XXXI-XL produziu-se no começo do século IX, um importante manuscrito denominado de *Moguntinus*, o original completo dos *fragmenta Piacentina (F)* foi levado em finais do século X de Piacenza a Bamberg, onde se estabeleceu uma cópia – o *Bambergensis*. Desse manuscrito *Piacentina (F)* continha na Itália uma cópia antiga (*X*), a qual daria origem a dois importantes manuscritos: o *Spirensis* e o *Vetus Carnotensis* (Cf. SIERRA, 1990, p. 115; MÉNDEZ, 2002, p. 18). Quanto à cópia da quinta década, tem-se por argumento a existência de um único manuscrito – o *Vindobonensis*, legado aos princípios do século IX pelo bispo de Utrecht ao monastério de Lorsch, considerada uma das fundações religiosas favoritas de Carlos Magno.

Com o advento da baixa Idade Média houve determinado silenciamento sobre a obra liviana, a qual raramente esteve presente nos cânones dos livros escolares ou nos catálogos das bibliotecas. Sem dúvida ocorreram muitas transferências de manuscritos e cópias de *Ab Vrbe Condita Libri* pela Europa medieval, pois, assim como entendemos, houve indivíduos interessados na leitura, coleção e cópia da obra liviana. A esse respeito, consideramos relevante destacar dois nomes de referência no estudo e compilação da obra de Tito Lívio: Aviñón e Petrarca. A partir das primeiras décadas do século XIV na cidade de Aviñón, um jovem professor (Aviñón) de regresso à cidade em 1326, a serviço do cardinal Colonna, empenhava

seu tempo auxiliando na exegese de *Ab Vrbe Condita Libri*; neste mesmo ambiente, Aviñón conheceu Petrarca (1304 – 1374), Nicolas Trevet (1265 – 1335) e Landolfo Colonna (1250 – 1331), todos estudiosos da obra liviana, com os quais compartilhou suas análises dos fragmentos de manuscritos (MCDONALD, 1971, p. 331).

Pelo trabalho de compilação desses três estudiosos, os ecos de Tito Lívio e de sua obra chegaram à época moderna (Cf. BILLANOVICH, 1951): Nicolas Trevet havia redigido em 1320 o primeiro comentário que conhecemos hoje sobre a obra liviana; graças ao esforço de Colonna se divulgou a quarta década e Petrarca realizou o trabalho de reunir as tradições medievais separadas e organizá-las em um único texto, o qual serviu de base para as relevantes traduções feitas posteriormente por Bersuire (1290–1362), bem como para os estudos filológicos de Lorenzo Valla (1407 – 1457). Dessa forma, o Tito Lívio representado por Trevet esteve presente nos manuscritos medievais das primeiras décadas da *Ab Vrbe Condita Libri* e da terceira década (*de Bello Punico*), uma vez que seus comentários estiveram estritamente relacionados à tradição escolar das glosas e com a inserção de notas gramaticais, trabalho que, mais à frente, contribuiu aos estudos perpetrados por Landolfo Colonna.

Segundo nos informa McDonald (1971, p. 334), Landolfo de Colonna chegou a Aviñón no ano de 1328 com uma cópia de um velho manuscrito de Lívio: o *uetus Carnotensis*. Assim como todos os manuscritos pertencentes à tradição espirensiana, continha os livros XXVI – XXX e mais os da quarta década com algumas fragmentações, pois faltavam os finais dos livros XXXII, XXXIII por completo e XL. Perante tais esforços, Petrarca acrescentou em seus exemplares da primeira e terceira décadas os livros obtidos por Colonna; contudo, Petrarca não se limitou a realizar cópias dos demais livros, mas acima de tudo recorreu às leituras das tradições precedentes, tais como as já mencionadas simaquiana e nicomaquea; deste modo, corrigiu as cópias feitas dos livros XXVI – XXX, derivados do manuscrito *Puteanus* e do *Carnotensis*; esses mesmos exemplares serviram aos trabalhos posteriormente realizados por Lorenzo Valla em Nápoles. Temos, então, com Petrarca, a realização de compilações e, até mesmo, recriações literárias em termos de argumentos e personagens já mencionados em *Ab Vrbe Condita Libri*, tal como se vê nas obras *Viri Illustres* e *Res memorandae*, as quais possuíam em suas temáticas ecos da obra liviana. Compreendemos, em razão disso, que Petrarca, inserido no contexto do humanismo, aplicou em suas análises um método filológico a partir da comparação de diferentes versões manuscritas do mesmo texto, destinados a fornecer uma versão confiável e definitiva de uma obra (BILLANOVICH, 1951, p. 145). Desse modo, seguindo os preceitos desta prática textual, alterou o texto latino, incorporando a ele um

conjunto de intervenções, anotações e notas de caráter explicativo, as quais traduzem as convicções estéticas dos tradutores e compiladores (CANALA, 2009, p. 1).

Poderíamos dizer, portanto, que foi no contexto do humanismo na Itália do século XV que se estabeleceu um reviver, uma ressignificação da obra de Tito Lívio; neste momento, reis, duques, papas, cardeais, bispos, banqueiros e comerciantes buscavam obter suas cópias de *Ab Vrbe Condita Libri*. Em Florença, por exemplo, o círculo humanístico do cardinal Próspero Colonna realizava os estudos e cópias dos manuscritos da obra de Lívio. Temos ainda, em Nápoles, em torno de Afonso V, o grupo de estudiosos e compiladores presididos por Lorenzo Valla, o qual desenvolveu um trabalho de crítica do texto liviano em suas *Emendationes* e iniciava a crítica histórica em sua *Disputatio*.

É nesse contexto que surge a *editio principes* de *Ab Vrbe Condita Libri*, a qual foi realizada por Juan Andrés Bussi e reuniu a primeira década do texto liviano. A obra foi impressa em Roma no ano de 1469. Foi seguida pela edição Aldina, de 1518. A primeira edição completa dos livros sobreviventes foi publicada em 1616, por Lusignanus. Por outro lado, durante os próximos três séculos não se completaria toda a compilação e organização dos livros e fragmentos da obra de Tito Lívio, tal como hoje conhecemos.

Importa ressaltarmos que nem todas as décadas perdidas foram encontradas; contudo, alguns manuscritos foram encontrados e se tornaram base para a formulação do material que atualmente temos para estudo e análises. Dentre esses destaques há os capítulos finais do livro XL e quase todo o livro XXXIII, encontrados em um manuscrito de Maguncia intitulado *Moguntinus*. Tais livros foram publicados na edição de Garbach e Angst no ano de 1519. Diante dessa conjuntura, no ano de 1527, Simón Grineo descobriu em Lorsch o manuscrito *Vindobonensis*, ao passo que foi encontrado em Worms, o *Vormatiensis*, e outro em Spira, o *Spirensis*. No ano de 1615, o jesuíta Horrion descobriu o *Bambergensis*, cujo texto completo do livro XXXIII fora publicado no ano posterior; por último, no ano de 1773, pelo trabalho de J. Bruns, temos a publicação do fragmento do livro XCI, que havia sido descoberto no ano de 1772 por Vito Giovenazzo, em um palimpsesto vaticano.

Em síntese, os livros I-X estão preservados por duas famílias de manuscritos, a Nichomaceana e a representada pelo palimpsesto de Verona. O principal manuscrito da Terceira Década é *Puteanus* (Codex Parisinos 5730), do qual derivam o *Colbertinus*, do século X, e o *Mediceus Laurentianus*, do século XI. Da quarta década, os principais manuscritos são o *Bambergensis M*, o *Barbergensis Q* e o codex *Maguntinus*.

Isso nos leva a identificar que até o ano de 1700 se desenvolveram, a partir do trabalho de compilação, aproximadamente 160 edições da obra de Lívio. Algumas se destacaram pela incorporação de anotações, apêndices e comentários aos textos, outras por suas contribuições documentais e de interpretação histórica aos eventos narrados; logo, podemos afirmar que com o passar dos séculos aperfeiçoaram-se os estudos e técnicas para as análises dos manuscritos e, por conseguinte, organizaram-se materiais mais claros e completos sobre as narrativas de Tito Lívio como, por exemplo, a monumental edição de Drakenborch (século XVIII), que colocou em destaque um processo de seleção e organização dos trabalhos já realizados em quatro séculos anteriores sobre *Ab Vrbe Condita Libri*.

De modo sucinto, as principais edições modernas são: Gronovinius, Leyden, 1645; Drakenborch, Leyden, 1738-1746; Alschfski, Berlin, 1841-1846; Madvig and Ussing, Copenhagen, 1886; Hertz, Leipsic, 1857-1863; Weissenborn, Leipic, 1881; Luchs, Berlin, 1888-1889; Zingerle, Leipsic, 1888-1909; Muller, Luterbacher, Wolfflin, Muller e Friedersdorf, Leipsic, várias datas. As principais edições recentes são as de Conway e Walters, Oxford, 1914; a edição francesa Les Belles Letres, cuja publicação iniciou na década de 1940 e possui tradução de vários autores.

A partir dessa multiplicidade de edições, devemos destacar que, para o presente trabalho, iremos usar as edições bilíngues italianas publicadas pela editora UTET – *Unione Tipografico-Editrice Torinese*, publicada em sete tomos entre 1970 e 1989. Essa obra foi editada por Luciano Perelli, Giovanni Pascucci, Paola Ramondetti, Lanfranco Fiore, Piero Pecchiura, Alessandro Ronconi e Barbara Scardigli. As edições se baseiam no latim estabelecido por J. Bayet³⁹ (Tomo 1), C. F. Walters e R. S. Conway⁴⁰ (Tomo 2), W. Weissenborn e H. J. Müller (Tomo 3,⁴¹ Tomo 6,⁴² Tomo 7 e *Periochae*⁴³), A. Luchs⁴⁴ (Tomo 4) e A. H. McDonald⁴⁵ (Tomo 5).

Sabemos que nos últimos séculos houve um interesse pelo estudo dos manuscritos de *Ab Vrbe Condita Libri* provenientes da Idade Média, a partir do trabalho de pesquisadores como

³⁹ Texto em latim estabelecido em 1940, para a edição bilíngue da Les Belles Lettres.

⁴⁰ Texto estabelecido em 1919, para a edição bilíngue da Loeb Classical Library.

⁴¹ Edição pela Weidmann, publicada entre 1895.

⁴² Edição pela Weidmann, publicada entre 1909.

⁴³ Texto estabelecido em 1914, editado pela Weidmann.

⁴⁴ Publicado pela Weidmann, em 1889.

⁴⁵ Texto publicado pela Clarendon Press, em 1965.

G. Billanovich (1951), A. H. McDonald (1971), R. M. Ogilvie (1965) e T. A. Dorey (1958). Assim, passou-se a desenvolver análises e problemáticas acerca da obra liviana, as quais contribuíram para o amadurecimento de pesquisas à luz de novas leituras e temáticas (MÉNDEZ, 2002, p. 15).

Partindo dessas premissas, consideramos que a sobrevivência da obra liviana na literatura europeia se deveu, em parte, ao trabalho das traduções e compilações que foram realizadas pelos estudiosos aqui já mencionados. Segundo Canala (2009, p. 2), mesmo que os textos das décadas liviana tenham se fragmentado, o esforço de reunir e organizar essas partes dispersas contribuiu, de fato, para a sobrevivência dos 35 livros que chegaram até nós. Visto assim, compreendemos que os usos e ressignificações de *Ab Vrbe Condita Libri* persistiram por meio dos séculos, seus conteúdos e episódios influenciaram escritores, filósofos e o pensamento político. No contexto do século XVI, os textos de *Ab Vrbe Condita Libri* estiveram presentes na ilustração histórica do pensamento político, tal como nos *Discorsi sopra la prima decade di Livio* de Maquiavel (1469 – 1527), bem como na esfera da filosofia do direito por intermédio da obra de Hugo Grocio (1583 – 1645) e Montesquieu (1689 – 1755). Podemos afirmar também que Tito Lívio serviu de fonte documental para a composição de outras obras: as crônicas de Fernández de Heredia (1310 – 1396); *libro de las virtuosas y claras mujeres* de D. Álvaro de Luna (1390 – 1453); Pedro Mártir de Anglería (1457 – 1526) recordou Tito Lívio no título de sua obra intitulada *Decades de orbe novo* e em seus retratos sobre as mulheres (SIERRA, 1990, p. 127). Isso nos leva a crer que houve grupos de indivíduos – biógrafos, historiadores, cronistas, compiladores e teóricos da ciência política –, que auxiliaram a preservar os textos livianos a partir da transmissão, financiamento e doação da obra às bibliotecas.

Vemos, então, que Tito Lívio e sua *Ab Vrbe Condita Libri* se tornaram, de fato, modelo documental em termos de episódio e conteúdo histórico, estilo literário e modelo de composição narrativa para autores posteriores ao historiador latino, seja à época da Antiguidade, seja nos contextos medievais e renascentistas, quando houve um esforço de compilação com o intuito de ressignificar os ecos e rastros da monumental obra sobre a história de Roma. Essas percepções nos permitem compreender que as imagens do passado e o conhecimento sobre ele são, conforme demonstramos, transmitidos e conservados por meio dos testemunhos ao longo do tempo; trata-se, portanto, de investigar hermeneuticamente os vestígios de outrora, extrair deles as recordações, os ecos ressoados das ações humanas passadas (CONNERTON, 1999, p. 15).

Nosso objetivo com essa fortuna crítica da obra liviana foi compreender os caminhos percorridos pelos textos do historiador latino, desde a Antiguidade até nossos dias. Consideramos, em razão disso, a importância de *Ab Vrbe Condita Libri* na tradição escrita europeia, a qual se observa desde o trabalho de recepção, compilação, circulação e comentários dos escritores e estudiosos de Tito Lívio (CANALA, 2009, p. 7). Acreditamos, desse modo, que os testemunhos dessa visão do passado, tais como os manuscritos medievais, buscavam demonstrar os antigos personagens e feitos históricos a partir de seus contextos e costumes de sua própria época. Logo, o conhecimento sobre o passado não estava anulado e silenciado, pois sobreviveria por meio da reprodução dos códices, bem como pelo trabalho de manutenção e preservação nas bibliotecas de particulares, nos mosteiros, ou ainda mantidos na corte de Constantinopla como também pela sua circulação, sobretudo, no Mediterrâneo (GUARINELLO, 2013, p. 18). Tal como foi discutido, compreendemos que a partir do século XII esses textos antigos, dentre os quais se inclui *Ab Vrbe Condita Libri*, foram cada vez mais procurados e difundiu-se na Itália a ideia de que representavam uma herança cultural escrita dos antigos; pensadores, escritores, artistas e personagens políticos debruçaram-se no estudo desses textos, extraíndo o conteúdo dessas obras em grandes compilações manuscritas que foram realizadas neste período.

De fato, parece-nos possível deduzir que os vestígios do mundo antigo se tornaram objetos de contemplação cultural. Com o advento do Renascimento, privilegiou-se uma ressignificação da memória antiga, a qual permeava de modo consistente a cultura erudita, dos sábios e das cortes europeias. Portanto, podemos afirmar que o mundo antigo em suas nuances, sejam elas textuais ou materiais, tornou-se, segundo nossos pressupostos, um participante ativo na construção dos conceitos modernos (políticos e sociais) e constituiu parte de diversas pesquisas filosóficas e históricas, as quais, mais tarde, despontariam as pesquisas arqueológicas. Tal como nos pontua Fernando Cartroga (2009, p. 18), há um interesse pela erudição antiga, pelas ações desses homens antigos, seja por meio de suas obras políticas, suas obras de artes e poéticas ou de suas obras históricas, como no caso de Tito Lívio.

Diante dessas considerações, compreendemos que discutir esses contextos de releitura e ressignificação da obra liviana é também repensar os rastros de memória que esses testemunhos documentais representam. É ressaltar, sobretudo, a historicidade do texto latino. Cumpre-nos entendê-lo como produto de um trabalho de crítica que cruzou a evidência dos manuscritos com os testemunhos indiretos, de forma a reconstruir a melhor leitura de *Ab Vrbe Condita Libri*. Assim sendo, quando falamos da obra de Tito Lívio, estamos nos referindo não

ao que o historiador latino ditou ou escreveu, mas a uma *Ab Vrbe Condita Libri* reconstruída a partir dos testemunhos textuais disponíveis por meio das evidências codicológicas. Logo, analisar e refletir os códices e as edições dos livros de Tito Lívio consiste em parte do papel do historiador enquanto investigador de um tempo que já não é o nosso, mas que ainda reside, resiste e ecoa na lembrança, por meio do trabalho de memória. Como pontua o historiador Noé Freire Sandes (2009, p. 179),

a recomposição do passado como memória resulta de um complexo processo de negociação entre presente e passado. O que deve ser permanentemente lembrado atende ao imperativo do agir. A memória conserva as versões dos acontecimentos em meio a uma multidão de pontos de vista. O presente parece ativar apenas parte das interpretações que dão sentido às ações humanas; outras tantas possibilidades interpretativas permanecem inativas, relegadas a um lugar de pouca visibilidade.

É nesse esforço de repensar a construção de um discurso de memória que nos centraremos nas próximas páginas que compõem o segundo capítulo desta tese, no qual dialogaremos e analisaremos o contexto religioso mencionado por Tito Lívio em sua narrativa e nos ateremos à discussão da adivinhação dos prodígios situada no período da República romana.

CAPÍTULO II
A ADIVINHAÇÃO DOS PRODÍGIOS NA REPÚBLICA ROMANA

2.1 – A *DIVINATIO* NO CONTEXTO POLÍTICO DA REPÚBLICA

Há diferentes modos de analisar a religião romana. Um deles é aceitar a imagem das fontes disponíveis como reflexo mais ou menos verdadeiro da vida religiosa romana e aceitar que sua religião operava com um vocabulário muito limitado. Outro modo é argumentar que recebemos de nossas fontes, especialmente as textuais, uma imagem cuidadosamente editada do que se queria que fosse a vida religiosa, escolhida para refletir uma piedade escrupulosa (BELTRÃO, 2006, p. 137).

Tal como sugere a passagem acima, é preciso que tenhamos o devido cuidado em ler, analisar e interrogar nossas documentações, haja vista que as mesmas representam os espaços de sociabilidade e comunicabilidade de um determinado contexto social. Sabemos, pois, que ao construirmos uma pesquisa histórica, nos defrontamos com os vestígios de um passado, com as vivências, recordações e inquietudes dos homens de outrora. Deve-se ressaltar, então, que as documentações e, em nosso caso, as textuais, expressam “a reprodução de uma visão de mundo, de um princípio de ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, [que] supõe a existência de “produtores de autoridades” da memória a ser, assim, transmitida (CANDAUI, 2011, p. 124). Assim interpretadas, é relevante destacar que consideramos a documentação como aquela que permeia símbolos de legalidade, legitimação e reconhecimento das instituições romanas, tal como a *religio* romana que, em nossa abordagem, refere-se a uma prática social e um discurso em torno do domínio político. Seguindo este raciocínio, nossas discussões buscam compreender a definição e a manutenção da prática de adivinhação no contexto político de fins da República. Para tanto, iniciamos nossas análises com o testemunho de Cícero:

Dado que toda a religião do povo romano se achava dividida em ritos sagrados e auspícios aos que haviam de acrescentar uma terceira coisa, se os intérpretes da Sibila ou os arúspices têm sido capazes de fornecer-nos a partir dos presságios e sinais algumas advertências, sempre pensei que nenhuma prática religiosa devesse ser negligenciada. Assim, estou persuadido de que Rômulo, mediante o estabelecimento dos auspícios e Numa mediante os ritos sagrados, foram quem deram os fundamentos de nossa cidade, a qual não havia podido chegar nunca a ser tão grande, se não houvesse aplacado de maneira excelsa os deuses imortais (CÍCERO, *De Natura Deorum*, III, 5 -Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁴⁶

⁴⁶ “*cumque omnis populi Romani religio in sacra et in auspicia diuisa sit, tertium adiunctum sit si quid praedictionis causa ex portentis et monstris Sibyllae interpretes haruspicesue monuerunt, harum ego religionum nullam unquam contemnendam putavi mihi que ita persuasi Romulum auspiciis, Numam sacris constitutis fundamenta iecisse nostrae ciuitatis, quae numquam profecto sine summa placatione deorum immortalium tanta esse potuisset*” (CÍCERO, *De Natura Deorum*, III, 5).

A partir do relato de Cícero, compreendemos que a ênfase dada à relação entre *religio* romana e *Res Publica* garantiria o sucesso e a prosperidade de Roma. Parece-nos pertinente inferir que o testemunho de Cícero indica uma descrição da estrutura da religião romana e, assim, coloca em destaque os *sacra*⁴⁷ e os *auspicia*, cuja origem remonta aos primeiros reis de Roma, o que demonstra a relevância social da *religio* associada à fundação da *urbs*. Assim é que pontífices e áugures aparecem nas documentações antigas dividindo competências relativas aos dois principais campos da religião romana, quais sejam: os *auspicia* – criados por Rômulo, segundo a tradição (e.g. CÍCERO, *De Haruspicum Responsis*, II) – e os *sacra* – atribuídos a Numa (e.g. CÍCERO, *De Natura Deorum*, III, 5). Entendemos, portanto, que a primeira instância da *religio* relacionava-se aos sinais enviados por Júpiter (seres divinos/seres humanos) e a segunda instância, corresponde aos sinais enviados pelos seres humanos às divindades. Como se nota, a manutenção das estruturas da *religio* constituía parte dos *fundamenta nostrae ciuitatis* (fundamentos da nossa cidade) (CÍCERO, *De Haruspicum Responsis*, 13). Cícero em *De natura Deorum* (I, 122), afirma que os *sacra* estavam direcionados às competências sacerdotais dos pontífices e, assim, apresenta a *religio* romana dividida entre *sacra* e *auspicia* – competência dos áugures – acrescentando um terceiro termo, as predições dos sacerdotes da Sibila, os *decemviri sacris faciundis*, os quais eram os sacerdotes responsáveis pelos Livros Sibilinos, bem como por emitir pareceres em processos de introdução de novos cultos e divindades em Roma.

No latim clássico, o conceito latino *divinatio* [*divino* + *tio*] indica um substantivo feminino pertencente a III declinação e pode significar três ações (Cf. OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968): 1) O ato, faculdade ou capacidade de prever o futuro, profecia ou prognóstico (Ver ainda, em termos documentais, CÍCERO, *De Divinatione*, I, 93; *Tusculanae Quaestiones*, I, 73; TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri XXV*, 35); 2) Um julgamento independente do processo de raciocínio, intuição, palpite, sentimento instintivo; 3) Uma investigação realizada para determinar qual dos vários acusadores deve conduzir uma dada

⁴⁷ Segundo Cláudia Beltrão (2015, p. 197), “a distinção entre *sacra publica* e *sacra priuata* fornecida por Festo é um guia para a compreensão dos *sacra* romanos: os ritos públicos são aqueles realizados a expensas públicas em benefício do povo (...) em contraste com os ritos privados que são realizados em benefício de indivíduos, das famílias, dos descendentes”. De acordo com a pesquisadora, os *sacra priuata* não se restringiam apenas aos ritos da *religio doméstica*, mas, também àquilo que não se inseriam nas definições de *publicae sacra*, por exemplo, os ritos celebrados para o povo romano (*pro populo*), por oficiantes sancionados e financiados pelo tesouro público. Em razão disto, compreendemos que a definição dos *sacra* (juridicamente) seguiam os mesmos procedimentos e passos que configuravam “o ritual público, ou seja, um objeto ou lugar que se tornava sagrado através de um ato ritual específico – a *consecratio* – que devia ser autorizado pelo Senado, presidido por sacerdotes e magistrados e promovido com fundos públicos”. (BELTRÃO, 2015, p. 197-198).

acusação (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 564). Conforme esta linha de raciocínio, podemos conclamar as argumentações ciceronianas, ao denotar, com isso, seu posicionamento frente a prática da *divinatio*. Assim, de acordo com suas palavras:

uma antiga convicção foi legada, já desde os tempos heroicos, e confirmada pelo consenso do povo romano e de todos os povos, de que existe entre os homens certa divinação (...) isto é, pressentimento e conhecimento das coisas futuras. Coisa magnífica e salutar, caso ainda haja alguma, pela qual a natureza mortal possa chegar perto da força dos deuses. Por isso, como nós solucionamos muitas outras questões melhores que os gregos, assim os nossos deduziram o nome dessa importantíssima atividade de *divis*, “divino”, enquanto os gregos, segundo Platão declarou, a deduziram de *furor* (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 1 - Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁴⁸

De fato, torna-se pertinente a inferência, pois podemos supor que a divinação parte de um sentimento ou uma sensação de antecipação, podendo, deste modo, ser falsa ou verdadeira, ou ainda um conhecimento mais racional e dedutivo. Isto porque a adivinhação poderia ser compreendida no âmbito de uma prática “natural”, diretamente inspirada pelas divindades (como os sonhos e outros oráculos), ou como uma ação “artificial”, a qual incluiria toda técnica divinatória em que a constante observação e a computação dos sinais foram necessárias para desvendar a vontade das divindades. Segundo Maria Eichler Sant’Angelo (2018, p. 21), com o intuito de definir e regular as cerimônias e as práticas cívico-religiosas, “Cícero⁴⁹ submete a um crivo rigoroso alguns aspectos da *divinatio* que escapavam dos meios de restrição e de controle público e, assim sendo, os bane do escopo da sua compreensão sobre a *religio publica*”. Neste sentido, consideramos que Cícero na posição de *augur*, reivindicou em sua escrita as questões e problemas relativos à prática da adivinhação romana. Isto porque o orador romano deixa-nos claro que a tarefa atribuída ao áugure é realizar um ritual e interpretar os signos de não hostilidade dos deuses (SANTANGELO, 2016, p. 13). Cícero, pontua que originalmente o augúrio fosse visto como tendo uma dimensão divinatória, e que a ciência augural era capaz de

⁴⁸ “*Vetus opinio est iam usque ab heroicis ducta temporibus, eaque et populi Romani et omnium gentium firmata consensu, versari quandam inter homines divinationem [...] id est praesensionem et scientiam rerum futurarum. Magnifica quaedam res et salutaris, si modo est ulla, quaque proxime ad deorum vim natura mortalis possit accedere. Itaque ut alia nos melius multa quam Graeci, sic huic praestantissimae rei nomen nostri a divis, Graeci, ut Plato interpretatur, a furore duxerunt*” (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 1)

⁴⁹ Aqui, sem ressalvas, consideramos que na obra *de Divinatione*, Cícero pontuou algumas reflexões sobre os limites da predição, e um dos objetos de sua crítica é a prática divinatória realizada pelos *harúspices*. Assim, podemos afirmar que a intenção de Cícero não foi rejeitar a forma de adivinhação em questão. O próprio orador introduziu a discussão tendo o cuidado de dizer que o desempenho dos *harúspices* foi essencial para a manutenção do bem-estar de Roma e, portanto, da *communis religio* (Cf. SANTANGELO, 2013, p. 11, 14, 22-3, 29, 32). Logo, “afastou de sua reflexão as relações plenas de implicações políticas que os mesmos estabeleciam com senadores e magistrados, no âmbito do cumprimento de suas obrigações religiosas cívicas” (SANTANGELO, 2013, p. 1).

predizer o futuro, mas esta interpretação fora então superada – a antiguidade estava errada em muitos aspectos (CÍCERO, *De Divinatione*, II, 70). De acordo com Santangelo (2016, p. 13), o conhecimento augural tinha como objeto o ritual, não a predição: este é um fator crucial de diferenciação deste conhecimento da disciplina etrusca. É necessário observar o desenvolvimento da adivinhação pública em Roma, incluindo a ascensão dos harúspices ao centro da arena política romana e seu crescente sucesso no século II a. C: foi a partir da sua ascensão que encontramos profecias explícitas e detalhadas se tornando parte do discurso público. Importante ressaltar que no contexto político-religioso da República romana tinha, em alguns momentos, a presença dos *vates* os quais também produziam profecias; contudo, raramente eram reconhecidas ou incluídas no quadro institucional da adivinhação pública: cf. a notável exceção dos *carmina Marciana* (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri XXV*, 12).

O uso das *Divinationes* importa para a nossa análise, pois esteve no centro das práticas e discursos político-religiosos. Sabemos, pois, que toda deliberação política de maior consequência foi acompanhada de procedimentos divinatórios, haja vista o contexto de “disputas políticas por recursos de poder e de *auctoritas*, acirradas pelas guerras civis, expansão do império e, portanto, pelas mudanças substanciais no arranjo institucional e disposição jurídico-normativa de fins da República” (SANT’ANGELO, 2018, p. 20). Federico Santangelo (2016, p. 12) destaca que o processo de adivinhação em Roma desencadeou-se pela apresentação de conhecimentos por meio de sentenças de *experts* e respostas – em latim, *responsa*.

Neste sentido, podemos acrescentar à argumentação a afirmação de que a prática da adivinhação à época romana representava uma forma de aconselhamento especializado, o qual podia ser específico e genérico, intrusivo e não vinculante, dependendo da ocasião, do clima e do contexto nos quais eram praticadas e produzidas.⁵⁰ Segundo o autor, a adivinhação foi uma forma de controle do futuro ou, de fato, tentativas de assegurar tal controle (CÍCERO, *De Legibus*, I.19), haja vista que se tratava, em especial de uma prática específica e especializada de predição. Nesta perspectiva, Jorg Rupke (2005, p. 225) pontua-nos que no contexto da República romana o processo de adivinhação frequentemente estruturou-se em duas etapas: primeiramente ocorria a aparição dos sinais situados em uma dada conjuntura e, num segundo momento, decorriam-se as observações e interpretações dos ditos sinais. Frente a isto, a validade dos sinais dependeria de sua consideração ou aceitação pelos magistrados: o direito de

⁵⁰ Sobre o lugar dos *responsa* na cultura tardo-republicana ver: RAWSON, 1985, p. 201-206.

tomar os auspícios é parte integrante de sua capacidade de ação, expressa na terminologia romana *imperium auspiciumque*. Como percebemos, a observação dos sinais foi essencial e teve de ser comprovada e legitimada pelos conhecimentos da prática de adivinhação. Como o próprio Rupke (2005, p. 225) afirma, proceder ao exercício da adivinhação foi, sobretudo, estabelecer um procedimento em várias etapas que deveriam ser definidas pelo Senado; com isso, decidiriam sobre a interpretação e as devidas cerimônias a serem realizadas em reação aos sinais ocorridos. Ao que nos parece, a execução precisa e legitimada da prática de adivinhação constituiria sua pertença como instrumento político-religioso da *Res Publica* romana (RUPKE, 2005, p. 225). Em outras palavras, acreditamos que o papel da adivinhação pública tornar-se-ia qualificada, ordenada e significativa, estando amparada pela *prudentia*, uma vez que não poderia ser aceita sem um conjunto de restrições ou, em última instância, sem ocorrer no interior de práticas políticas e legais. De fato, a adivinhação foi útil e fez sentido somente porque tornou-se uma estrutura institucionalizada (Cf. SANTANGELO, 2013 e 2016).

As *Divinationes* consistiam, deste modo, na consulta/tomada dos auspícios e na interpretação e expiação dos prodígios.⁵¹ Salientamos que os auspícios se configuravam em sinais os quais indicavam a vontade e aprovação de Júpiter no que dizia respeito a questões públicas (*auspicia publica*) ou a situações excepcionais. Nestas circunstâncias, o colégio sacerdotal dos *augures* era chamado para realizar a consulta dos auspícios, por exemplo, os *auspicia ex avibus* (auspícios das aves) e *auspicia ex tripudiis* (auspícios dos tripúdios), e estes eram examinados mediante a ocasião da convocação de comícios, e os *auspicia bellica*, aos quais se recorria antes de se iniciar uma guerra ou mudar de estratégia (LIMA, 2002, p. 64). Importante ressaltarmos que nossas análises se centram na prática divinatória romana dos prodígios que, segundo nossa compreensão, provinham da interpretação feita de fenômenos reconhecidos como incomuns. Sobre tal aspecto, Tito Lívio, ao longo de sua *Ab Vrbe Condita Libri*, apresenta-nos registros de alguns desses fenômenos, tais como: raios e tempestades violentas, meteoros, desastres naturais, pragas, fomes, epidemias, deformidades congênicas e a irrupção de animais selvagens na cidade. A este respeito Sant'Angelo (2015, p. 90) acrescenta que,

havia entre cidadãos e deuses um “pacto cívico” que não limitava os últimos a permanecer como estátuas em seus templos, mas a coabitar junto com os

⁵¹ Salientamos que a discussão detalhada sobre o estabelecimento, ocorrência e definição dos prodígios no contexto da República romana serão, assim, debatidos no tópico 2.3, deste capítulo e também constituirão parte de nossa análise documental com o estudo de caso sobre *Ab Vrbe Condita Libri* no capítulo terceiro desta tese.

primeiros no espaço da cidade e a participar ativamente das ocasiões públicas, regularmente acompanhados por preces e sacrifícios.

Acreditamos, assim, que diante deste contexto a definição dos papéis relacionados às magistraturas e aos sacerdotes seriam de fundamental importância para manterem o ordenamento cívico em sua relação com o espaço sagrado. Para tanto, consideramos que os senadores, os magistrados, bem como os sacerdotes, ou seja,

os grupos sociais mais influentes nas tomadas de decisão política e religiosa no final da República, precisavam entrar em acordo quanto à determinação de um prodígio, e juntos deviam administrá-lo, pois a simples ocorrência de um fenômeno natural não garantia a sua caracterização com sinal prodigioso (BELTRÃO, 2003, p. 27).

Como percebemos, as *Divinationes* desempenharam um papel relevante nos processos de tomada de decisão política centrada no período da República. Ora, entendemos que diante desta conjuntura, os *harúspices* passaram a ser mais solicitados para o manejo dos prodígios e a sua crescente participação e influência resultou em um número maior e mais detalhado de predições. Ao que nos parece, a ideia de uma possível “crise” ou do “declínio” da religião romana no período final da República representa, nessa perspectiva, uma visão reducionista da prática das *Divinationes* como formas de manipulação política.

Como sustenta Santangelo (2013, p. 3-7), essa explicação não é útil para se compreender o desempenho político atribuído às mesmas pela elite romana do século I a. C. Segundo nosso entendimento, um dos principais fatores que motivaram tais reflexões diz respeito ao significativo papel e em constante mudança que a adivinhação desempenhou no mundo romano, sobretudo no domínio político. É preciso levar em consideração que a República tardia se definiu pela presença entre discursos e conflitos de natureza político-religiosa que buscavam posicionar-se e legitimar-se frente as práticas sociais e aos grupos políticos por manutenção de poder e *status*. Logo, a adivinhação, no contexto republicano tardio, não pode ser reduzida a um esquema de dualismo entre o que seria definido e compreendido como “racional” ou “irracional”; à época romana essas categorias não faziam sentido para se compreender a prática de adivinhação, haja vista que a mesma foi regida por um corpo sacerdotal, leis e regulamentos que normatizavam suas respostas no âmbito da *religio publica*.

Tal percepção nos permite compreender que o desenvolvimento negativo associado à prática da adivinhação romana pode ter sido gerado por sua associação com práticas estrangeiras, que supostamente são movidas por preocupações particulares, as quais não estavam relacionadas à comunidade (SANTANGELO, 2013, p. 44). Esta perspectiva pode ser observada em *Ab Vrbe Condita Libri* no livro VIII, quando Tito Lívio afirma que, estando em contexto de guerra contra os latinos, os dois cônsules Públio Décio Mure e Tito Mânlio Torquato tiveram a mesma visão durante uma certa noite: no sonho um homem de tamanho maior que um ser humano – certamente um deus – os instruiu a realizar uma dedicação aos Manes e à Mãe Terra. Nesta conjuntura, um general teria que oferecer sua morte para que seu exército vencesse; portanto, a ação dos cônsules era evitar a *ira deorum*. Para tanto, foi concordado entre ambos que se a leitura das entranhas confirmasse a mensagem recebida em sonho, um deles enfrentaria a morte. A resposta dos harúspices confirmaram o sonho (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, VIII, 6).

Assim, parece-nos possível deduzir que, apesar do sonho dos cônsules não ter se configurado enquanto um prodígio público, demonstrava, segundo nosso entendimento, as preocupações particulares e também as ações públicas dos magistrados mediante a realização de um sacrifício pelos cônsules com a ajuda dos harúspices. Consideramos que, neste episódio, Tito Lívio colocou, de fato, em destaque a relevância da prática da adivinhação expressa pelo aconselhamento dos harúspices, como também denota a importância de não negligenciar a relação para com os deuses. Em relação a tal aspecto, o historiador latino, nos pontua a partir de sua narrativa no livro V, a importância da comunidade se manter atenta quanto aos deveres religiosos; para tanto, estabelece uma relação clara entre a manutenção da prosperidade na *urbs* e a capacidade de evitar a negligência para com as práticas ritualísticas, isto é, para com as divindades. Nesta narrativa, com ênfase ao discurso atribuído a Camilo, Tito Lívio exalta a relação entre o povo romano e os deuses, em forte oposição aos gauleses; a negligência religiosa desempenha um papel central em sua argumentação. Em outras palavras, Roma sairia vitoriosa quando se voltasse para a manutenção do sagrado (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, V). Há uma exortação em sua narrativa, sugerindo, deste modo, laços de obrigação, devoção e afeto para com as potências divinas. Em nossa percepção, o excerto de Tito Lívio coloca em evidência a associação entre os deuses e a cidade, haja vista que a cidade tornar-se-ia a morada dos deuses (SCHEID, 2012, p. 117-119). A respeito dessa relação para com os deuses, Tito Lívio relata no episódio narrado no livro XXVIII sobre o ano de 206 quando fogo no templo de Vesta se extinguiu. Tito Lívio deixa claro que não era mensagem dos deuses, mas uma

consequência da negligência da Vestal que estava encarregada do fogo sagrado. Nesta narrativa, há a evidência de um erro humano, o qual coloca em destaque os usos políticos em relação a ocorrência dos prodígios. Compreendemos pela argumentação de Tito Lívio, que os acontecimentos ou situações de natureza incomum seriam, pois, escolhidos e avaliados antes mesmo de serem considerados como prodígios. E com isso, poderiam ter a necessidade de expiação. Diante desta perspectiva, afirmamos que o comportamento da Vestal representou, uma distração/fatalidade humana que teve claras implicações religiosas. Aqui, sem ressalvas, a responsabilidade pelo equívoco recaiu sobre a Vestal. Segundo Tito Lívio,

mais que todos os prodígios anunciados no exterior ou avistados em Roma aturdiu os espíritos a extinção do fogo no templo de Vesta. Por ordem do pontífice Públio Licínio, foi açoitada a vestal de guarda naquela noite (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita*. XXVIII, 11).⁵²

À vista disso, compreendemos que a reconexão com o sagrado foi realizada por intermédio de uma expiação ritual, com uma série de sacrifícios e uma súplica no templo de Vesta (FEVRIER, 2008, p. 145). Assim, em nosso entender, ao destacar em suas narrativas a necessidade dos rituais com as práticas de sacrifícios, as oferendas, as novenas e súplicas, Tito Lívio indica a relevância atribuída pela manutenção e pela busca constante da *pax deorum* na comunidade. Logo, o discurso liviano deveria atuar como *exemplum*, dado que seus contemporâneos não poderiam negligenciar o espaço do sagrado que, em nossa abordagem, configurou-se como elemento vital para a manutenção das instituições e do cotidiano social na *Res Publica*.

Consideramos, portanto, que Lívio coloca em evidência o papel da prática de adivinhação com ênfase na observação dos prodígios ou mesmo dos sonhos que sugeriam uma certa interpretação. Os prodígios em *Ab Vrbe Condita Libri* são apontados como um fenômeno que diz respeito à comunidade; não implicam em eventos sem sentido e conexão, por meio dos quais os indivíduos refletiriam suas próprias preocupações e medos. Em Tito Lívio, os prodígios são uma manifestação da necessidade imediata da *pax deorum*: “não importa quantas vezes eles ocorram, devem ser reconhecidos e compartilhados socialmente. É, sobretudo, a negociação

⁵² “*plus omnibus aut nuntiatibus peregre aut uisis domi prodigiis terruit animos hominum ignis in aede Uestae extinctus, caesaque flagro est Uestalis cuius custodia eius noctis fuerat iussu P. Licini pontificis*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita*. XXVIII, 11).

social e política dos prodígios que os coloca no quadro da *religio*” (SANTANGELO, 2013, p. 205).

Orientando-nos pelas discussões estabelecidas aqui, compreendemos que a adivinhação em Roma se baseou em algumas suposições fundamentais: a) foi pela prática da adivinhação que a relação entre os deuses e a comunidade cívica, tornou-se assegurada pela realização e celebração dos rituais apropriados; b) por meio da execução dos rituais foi possível buscar a proteção dos deuses e, para isso, ofertavam-se sacrifícios, cultos e súplicas. Consideramos, portanto, que a prática da adivinhação esteve no cerne do discurso político pela manutenção da *religio* romana, haja vista seu manejo por grupos detentores de poder e pelos sacerdotes com o intuito de tomarem os auspícios e interpretarem os prodígios. No entanto, é preciso salientar que no contexto político de fins da República a adivinhação assumiu uma relevância particular: foi utilizada tanto para dissipar preocupações relacionadas com a comunidade cívica, quanto como uma ferramenta de controle político, já que nesta conjuntura havia uma especial integração e debate do poder político com as dimensões religiosas (Ver ainda em, FOWLER 2008, p. 192-193; LIEBESCHUETZ 1979, p. 7-17; SCHEID 2001, p. 137-140; BELTRÃO, 2003, p. 29).

Devemos ter em mente que em um contexto de disputa política entre facções, poderia se colocar em risco a ordem civil e as instituições da República. Por essa razão, havia a necessidade de manter a *Divinatio* sob o controle público e estabelecer métodos capazes de restringir a extensão das experiências divinatórias proféticas. É neste sentido que Cícero, sendo um indivíduo político e influente da República romana, acentuou a relevância da *Divinatio* como instrumento da *religio publica* e, deste modo, a necessidade de precisar, definir e controlar sua prática. Em suas palavras,

qual é o povo ou qual é a sociedade que não seja impulsionada ou pela predição dos arúspices ou dos intérpretes dos prodígios e dos raios, ou dos áugures, dos astrólogos, dos tiradores da sorte [pois essas formas são como de habilidade], ou dos sonhos ou dos vaticínios [pois estes dois são considerados naturais]? Penso que conviria mais serem examinados os eventos dessas coisas do que buscar suas causas. De fato, existem uma força e certa natureza que prenunciam o futuro, ora pela observação dos sinais por longo tempo, ora por alguma inspiração e sopro divino (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 12 - Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁵³

⁵³ “*Quae est autem gens aut quae civitas, quae non aut extispicum aut monstra aut fulgora interpretantium aut augurum aut astrologorum aut sortium (ea enim fere artis sunt) aut somniorum aut vaticinationum (haec enim duo naturalia putantur) praedictione moveatur? Quarum quidem rerum eventa magis arbitror quam causas quaeri*

Logo, pode-se afirmar que Cícero submeteu a um crivo rigoroso alguns dos aspectos da *Divinatio* e os baniu do escopo da sua compreensão da *religio* romana, isto não significa que o orador romano tenha desacreditado sobre a atuação e respeitabilidade religiosa “conferida às consultas oraculares públicas e no prestígio de que gozavam os harúspices” (SANT’ANGELO, 2015, p. 93). Em sua argumentação, compreendemos que a prática da religião romana requeria um controlado e refletido processo de engajamento para com os sinais emitidos pelas divindades; as cerimônias deveriam, nesta conjuntura, serem conduzidas mediante a performance de rituais apropriados e, desta forma, autorizados pela tradição. Ora, quando Cícero (*De Divinatione*, I, 12) acentua em suas palavras “que conviria mais serem examinados os eventos dessas coisas do que buscar suas causas”, em nossa opinião, parece indicar a necessidade e importância de se aterem a ocorrência dos fenômenos auspiciais e prodigiosos e, assim, procederem na correta e minuciosa observação e interpretação. A partir disso, formular-se-iam medidas e práticas ritualísticas, as quais deveriam estar instituídas legalmente; trata-se aqui de uma comunidade cívica e política a qual, por excelência, normatiza-se pela *religio* e pela busca da *pax deorum*.

Em nossa percepção, o crescente interesse em definir as fronteiras entre a *Divinatio* e a *superstitio* que é atestado no primeiro século I a.C. fazia parte de uma tentativa mais ampla de definir e regular as práticas religiosas, incluindo, deste modo, os sacerdotes e a prática da *Divinatio* como mecanismos essenciais da religião romana que era adivinhação. Queremos, com isso, enfatizar que o debate estabelecido neste tópico visou acentuar as práticas e discursos sobre a adivinhação na República romana como um dispositivo que deveria estar direcionado ao espaço institucional da cidade, à medida que o espaço religioso se confundia com o espaço político pela renovação dos laços com o sagrado em benefício da *Res Publica* (SCHEID, 1991, p. 22). Nosso objetivo, aqui, foi compreender os espaços de poder e autoridade da religião no mundo romano, pois tal como acentua Scheid (1991, p. 67), houve em Roma sempre uma solução pragmática e formal para garantir o êxito da ação ritual. Em nossa opinião, esta solução vem do poder dos magistrados do Senado que consulta, portanto, os colégios sacerdotais (LIMA, 2002, p. 70). É, neste sentido que, nosso próximo tópico se conduz pelas discussões e definições acerca dos papéis atribuídos aos sacerdotes, em especial aos Harúspices, decênviros

oportere. Est enim vis et natura quaedam, quae tum observatis longo tempore significationibus, tum aliquo instinctu inflatuque divino futura Praenuntiat “(CÍCERO, *De Divinatione*, I, 12).

e os pontífices no âmbito da *Divinatio* romana pela observação, interpretação e expiação dos prodígios.

2.2 – O PAPEL DOS SACERDOTES NA ADIVINHAÇÃO DOS PRODÍGIOS

Tendo concluído os ritos que buscavam a paz com os deuses, os cônsules submeteram ao Senado a situação política, a condução da guerra e a consistência das tropas e seu deslocamento (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, XXIV, 11.1).⁵⁴

Escolhemos iniciar com a epígrafe supracitada por dois motivos: por reconhecer que nossa documentação de estudo nos possibilita um aprendizado e leitura referente às práticas institucionais e religiosas da República romana. E pelo fato deste pequeno excerto colocar em destaque a relação entre as ocorrências divinas e a essencial atuação dos magistrados, bem como dos sacerdotes pela manutenção da esfera do sagrado na cidade. Aqui, sem ressalvas, a definição dos papéis no âmbito das práticas religiosas torna-se relevante. É neste sentido que ao relatar, no livro XXIV, sobre a ocorrência de prodígios, Tito Lívio destaca função dos magistrados ao serem consultados acerca da tomada de posições para buscar a *pax deorum*. Sabemos, pois, que o Senado, tendo reconhecido que o acontecimento necessitasse de uma consulta, recorria aos colégios com seus sacerdotes específicos. Dada a observação dos prodígios, declaravam a realização de uma ação expiatória. Logo, o testemunho de Lívio nos permite compreender o valor que a comunidade romana deveria dar à observância dos prodígios; isto é, o tratamento muito bem definido e específico que estas ocorrências deveriam receber por parte da *Res Publica* (tanto do Senado como dos sacerdócios públicos) (CELADA, 2010, p. 281).

Com isso, gostaríamos de destacar nosso recorte temático, haja visto que não nos debruçaremos nestas discussões a trabalhar com todos os colégios sacerdotais⁵⁵ da República

⁵⁴ “*perpetratis quae ad pacem deum pertinebant, de re publica belloque gerendo et quantum copiarum et ubi quaeque essent consules ad senatum rettulerunt*” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, XXIV, 11.1).

⁵⁵ É importante ressaltar nestas discussões as atribuições e competências dos demais colégios sacerdotais romanos denotando, deste modo, sua importância religiosa, política e social. Segundo os pressupostos de Cláudia Beltrão (2015, p. 18), os colégios sacerdotais possuíam distintas funções e obrigações, “tradicionalmente escolhiam seus membros, realizavam seus próprios rituais ou supervisionavam rituais realizados por magistrados, tomavam decisões relativas aos seus colégios ou que tangiam à vida pública”. Ao corroborarmos a hipótese de Beltrão, consideramos que a pluralidade dos colégios e suas específicas competências e responsabilidades promoviam a manutenção de diversos setores da vida pública romana, tais como: festividades anuais, rituais, registros políticos e jogos comemorativos. Portanto, quando nos referimos aos sacerdócios, estamos, sobretudo, afirmando que a autoridade religiosa foi bastante distribuída entre os colégios. Acerca dos principais colégios sacerdotais, temos

romana. Neste sentido, focaremos na definição e diálogo de três colégios sacerdotais: os harúspices, os decênviros e os pontífices, os quais foram fundamentais na prática da adivinhação romana com relação a expiação dos prodígios. Tal como argumenta Cláudia Beltrão (2008, p. 15), discutir sobre ‘religião romana’ é, sobretudo, trazer à luz uma vasta categoria, a qual se configura a partir de um enorme número de práticas, instituições e crenças. É neste sentido que se torna impossível, como nos alerta a pesquisadora, abarcar e analisar todos os elementos da *religio* romana em pouco tempo. Partindo desta afirmativa, nossa atenção está voltada para a compreensão da religião oficial da cidade de Roma (BELTRÃO, 2008, p. 15). Posto isto, interessa-nos ressaltar que ao tratamos acerca desta temática utilizando da expressão “religião romana”, estamos nos referindo às crenças, aos ritos, aos mitos e às práticas religiosas que eram compartilhadas pelos indivíduos e que estavam presentes no cotidiano da comunidade, enquanto religião oficial. Sabemos, pois, que a religião é um aspecto imprescindível nos estudos referentes a Roma antiga, haja vista que por meio dela os indivíduos se posicionavam na sociedade e estabeleciam relações para com deuses. Roma possuía na religião uma potência norteadora da vida social, ao buscar a ordem cívica pela manutenção da paz com os deuses. Tal percepção permite-nos compreender a *argumentatio* de Cícero em *De Inventione* (II, 161) ao afirmar que

no livro “An Introduction to Roman Religion” de John Scheid (2003, p. 134-135) um quadro esquemático com os principais sacerdócios e suas funções, a saber: **Colégio dos pontífices:** possuía 9 membros desde 300 a.C. sendo 5 plebeus e 4 patrícios; com Sila aumentou para 15 membros, com César para 16 membros e, provavelmente com Augusto 19 membros. Apresentava como seu líder a figura eleita do pontifex maximus o qual falava pelo colégio no Senado e, assim, os aconselhava sobre os assuntos referentes aos sacra; **Colégio dos áugures:** continham o mesmo número de membros do colégio dos pontífices, contudo, não haviam membros adicionais. Controlavam a interpretação dos auspícios, aconselhavam os magistrados e supervisionavam os procedimentos rituais; **Colégio dos quindecemviri sacri faciundis:** originalmente 2, passou para 10 a partir de 367 a.C., com Sila possuía 15 membros e com César 19. Detinham como função cuidar e consultar os livros Sibílicos, verificava a aplicação do oráculo Sibílico; **Colégio dos septemviri:** apresentava em 196 a.C. 3 membros, a partir da lex Domitia passou a ter 7 membros e, com Augustos 10 membros. Supervisionava os jogos romanos. Há também menção dos outros colégios consultados ocasionalmente pelo Senado romano: **Colégio dos fetiales:** continham 20 membros. Este colégio comunicava as decisões diplomáticas ao Senado, pronunciavam-se em relação aos tratados de guerra, paz; **Colégio Haruspices:** não procedem dos colégios sacerdotais romanos, são de origem etrusca e lidam com os prodígios e as adivinhações. E os demais colégios não consultados pelo Senado: **Colégio do salii:** 2 grupos de 12 membros cada: o *salii* do Palatino e o *salii* do Quirinal. Estavam relacionados as procissões e danças de Marte nas ruas de Roma; **Colégio do luperci:** 2 grupos o *luperci Quinctiales* e o *luperci Fabiani*. Celebravam as luperçalias de 15 de fevereiro; **Colégio do fatres aruales:** Continham 12 membros os quais cuidavam da celebração do sacrifício de *Dea Dia* numa gruta fora da cidade de Roma. Assim, parece-nos possível afirmar que Roma também conhecia outros especialistas e intérpretes do sagrado: os feriais, os aruales, os imperadores deificados, aos quais devem ser acrescentados, a responsabilidade pelos cultos e santuários locais espalhados por todo o Império e, claro, também aqueles que estavam presentes nos cultos familiares. Todos exerceram, em diferentes graus, a função de depositários de uma tradição religiosa e, portanto, celebrantes de um culto prescrito: em resumo, a função dos agentes do sagrado (SCHEID, 1991, p. 35).

religião é aquela que de certa natureza superior, a que os homens chamam divina, devido a observância e a cerimônia. (CÍCERO, *De Inventione* II, 161 – Trad. do inglês de H. M. Hubbell).⁵⁶

De acordo com Cícero, a religião romana não se refere a um tipo de sentimento vago ou associado ao medo, mas, sobretudo, resulta da aceitação dos deuses como parte de sua ordem social, uma disposição cívica, a qual encontra sua expressão prática na celebração das cerimônias rituais. Como afirma Scheid (1991, p. 42), o lugar específico da religião romana encontrava-se no fórum, um espaço público em que as relações entre o religioso e o político se destacavam, com o claro intuito de promoverem o bem-estar da comunidade cívica e a deliberação e organização das cerimônias religiosas. No que se refere a isto, Rüpke (2010, p.750-751) acrescenta que religião romana deve ser compreendida como um elemento cultural, um modo de relação/*pietas* para com as divindades; trata-se, de fato, de promover a manutenção da relação para com o sagrado. Logo, *pietas* e *religio* devem ser compreendidas como indissociáveis, haja vista que a primeira descreve o relacionamento de dever e respeito para com os deuses, enquanto a *religio* pautar-se-ia, na prática, no modo de efetivar o cumprimento dessa devoção para com as divindades, seja por intermédio da comemoração, dedicação e celebração dos ritos, cultos, festas,⁵⁷ súplicas, jogos⁵⁸ ou sacrifícios.

⁵⁶ “*religio est, quae superioris cuiusdam naturae, quam divinam vocant, curam caerimoniamque affert*”. (CÍCERO, *De Inventione* II, 161).

⁵⁷ Para uma compreensão teórica referente ao conceito de festa em relação aos estudos sobre a Roma antiga consultar a tese de doutoramento de Ana Teresa M. Gonçalves: GONÇALVES, A. T. M. *A construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. 2002. (Tese de doutoramento). Pós-graduação em História econômica da FFLCH da USP. São Paulo, 2002.

⁵⁸ Os primeiros jogos (*ludi*) provavelmente remontam-se aos primeiros tempos de Roma: os *ludi plebei* e os *ludi Romani*, que foram estabelecidos na República arcaica (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, I, 5); outros jogos com mais quantidade de dias foram acrescentados na República tardia, chegando a mais de cinquenta na República tardia (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 263). Estes jogos incluíam competições e divertimentos (dramatizações, lutas gladiatoriais e a presença de animais selvagens). Segundo Cláudia Beltrão (2003, p. 31), os jogos apresentavam seu aspecto ritualístico: “os deuses desciam de seus templos para assisti-los e havia rituais religiosos realizados, inclusive representados perfeitamente para que a cerimônia fosse bem-sucedida”. Havia inclusive um colégio especial de sacerdotes, criado em 196 a.C., cuja função foi supervisionar os jogos e as cerimônias religiosas a eles relacionadas, os *epulones*. (BELTRÃO, 2003, p. 31). Há também referência da celebração de jogos no ano de 249 a.C., em decorrência do fim da Guerra Púnica realizou-se jogos expiatórios e consagrados às divindades infernais (Plutão e Proserpina) (ROQUE, 2002, p. 152). Tais percepções permitem-nos compreender que as comemorações festivas, na Roma antiga, foram celebradas com cantos, oferendas, preces, sacrifícios e jogos, possibilitando a manutenção das relações entre os homens e as divindades; a respeito destas questões temos como exemplo uma referência em Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita Libri*, XXVII, 37) ao mencionar a realização de uma celebração a Juno Rainha como meio de buscar a *pax deorum* (POE, 1984, p. 61). Logo, em 207 a.C. ocorreu uma ação expiatória e associada a deusa; sabe-se que foi composto por Lívio Andrônico (poeta e escritor nascido em Tarento, em 284 a.C.) um hino expiatório cantado por 27 moças em uma procissão. Em seguida, separou-se um dia para a realização de sacrifícios à deusa como meio de obter a *pax* pela ação expiada e celebrada diante da divindade (POE, 1984, p. 61; BOYCE, 1937, p. 157-160).

Assim, parece-nos possível afirmar que proceder ao exame dos prodígios fora tarefa crucial da prática de adivinhação romana; contudo, é preciso enfatizar que embora os sinais prodigiosos pudessem ser observados e relatados por qualquer indivíduo, foi apenas sua consideração pelo Senado e sua interpretação pelos sacerdotes que os introduziu no contexto político. De acordo com Beltrão (2003, p.28), “as questões eram iniciadas no Senado, seja com base em relatos e moções recebidas, ou como resultado das ações dos magistrados⁵⁹ ou, ocasionalmente, por questões trazidas pelos sacerdotes”. Com isso, se o Senado julgasse que se tratava de um ponto que requeria uma consulta aos colégios, se reportava aos sacerdotes, conforme suas especialidades. Acreditamos, assim, que os colégios se dirigiam, então, ao Senado, pois não deveriam tomar decisões independentes ou agirem por sua própria iniciativa. Por outro lado, seus julgamentos sobre as leis sagradas ou as interpretações que ofereciam eram respeitadas e legitimadas pelo Senado, ao tomar sua decisão. Neste sentido, proceder a uma perícia religiosa por meio da ordem senatorial tornou-se, de fato, uma das características distintivas da *religio* romana no período republicano e se manteve no contexto imperial (SANTANGELO, 2016, p. 350). Assim como supomos, a orientação fornecida por um colégio sacerdotal sobre a realização de um procedimento religioso constituía parte de uma *res religiosa* e não deveria, deste modo, ser ignorada (BEARD, NORTH, PRICE 1998, p. 126).

Importante ressaltar que o uso do termo *sacerdos* como nome genérico para os sacerdotes públicos representa etimologicamente àquele que está investido dos poderes que o autorizam a sacrificar – agentes do *sacrificium*. Assim sendo, os sacerdotes públicos de Roma recebiam o título genérico e oficial de *sacerdotes publici populi Romani Quiritium*, tal como consta em Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita Libri*, V, 40). Tais percepções permitem-nos considerar que, de acordo com o *mos maiorum*, os sacrifícios eram realizados pelos magistrados anualmente, de preferência pelos cônsules como forma de manter o vínculo com os deuses e o ordenamento social. Como parte dos seus deveres, eles eram responsáveis pela direção da comunidade, pela organização de cerimônia relativas a *religio* entre os homens e os deuses. A

⁵⁹ De acordo com Campos (2017, p. 119), seriam os magistrados que celebrariam “os grandes jogos para os deuses, que faziam sacrifícios e tomavam os auspícios, também assumiam funções sacerdotais nos colégios. Embora as funções dos magistrados e sacerdotes fossem distintas e se buscasse não ultrapassar os limites estabelecidos, em suas esferas de ação, eles pareciam interagir em suas funções. Afinal, muitos sacerdotes pertenciam aos grupos de famílias, que ano após ano, disputavam e, muitas vezes, assumiam funções nas magistraturas e vice e versa”. Logo, alguns magistrados, em virtude do seu *imperium*, tinham a plena capacidade de atuação em todos os âmbitos da vida pública, incluindo o religioso. Deste modo, consideramos que correspondia ao magistrado a execução do zelo pelo culto, ou seja, a participação e intervenção pública do sacerdote estaria condicionada ao requerimento dos magistrados. Ao que nos parece, “sacerdotes e magistrados eram depositários de poderes de distintas naturezas, os primeiros pertenciam ao domínio do *ius sacrum* – direito sagrado – e os segundos ao *ius publicum* – direito de atuação na vida pública” (CAMPOS, 2017, p. 119).

historicidade da formação dos colégios sacerdotais remonta-se ao período monárquico no governo de Numa Pompílio, quando o monarca elaborou e reconfigurou os colégios sacerdotais romanos para o funcionamento da religião (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, I).

É neste sentido que, quando nos referimos ao termo sacerdote, temos por compreensão e definição aquele que exerceu um sacerdócio, o que pode ser analisado “[...] como o exercício de uma autoridade religiosa, cujo poder de iniciativa comporta os aspectos rituais do culto ou o controle do sistema religioso” (SCHEID, 1992, p. 52). Segundo Carlos Eduardo Campos (2017, p. 114),

os deveres e funções religiosas dos sacerdotes eram altamente especializados. Logo, a religião e as suas várias funções tinham uma alta complexidade e estrutura para o funcionamento. É essencial frisar que no final da República, uma das características mais distintivas do sistema religioso romano era a organização sacerdotal, pois consistia num número de colégios sacerdotais e outros pequenos grupos de sacerdotes, cada um com uma área específica de dever religioso ou experiência.

A respeito desta consideração, concordamos com Scheid (1992, p. 54-56) quando nos diz que aos sacerdotes caberiam as práticas constantes dos rituais para com os deuses, assim como a transmissão dos desígnios emanados pelo sagrado para os homens. Em nossa leitura, a função dos colégios sacerdotais esteve relacionada às esferas de poder, com o intuito de consolidar, auxiliar e preservar a ordem social vigente. Portanto, os sacerdócios especializados e específicos que nos interessam, haja vista que com eles poderiam ser indicadas medidas de expiação (pontífices e os *decênviro*s), como também a inspeção das entranhas das vítimas (harúspices) (RUPKE, 2005, p. 221).

Com essas discussões podemos, enfim, analisar o papel destes três colégios sacerdotais. Para tanto, ressaltamos que durante a República romana houve, para alguns episódios, a necessidade de convocar especialistas divinatórios – os harúspices – do território vizinho da Etrúria, quando um sinal fosse particularmente difícil de interpretar ou para que auxiliassem os sacerdotes romanos em sua interpretação dos signos. Embora os harúspices estejam relacionados a interpretação dos prodígios, os quais foram relatados ao Senado romano, sua habilidade em particular foi a interpretação de entranhas das vítimas. Em contraste com a prática romana, os etruscos sacrificavam uma vítima e interpretavam o futuro com base em inspeção das entranhas da vítima, em especial o fígado. De acordo com Delgado (2000, p. 46), os harúspices foram de origem etrusca, dominavam certas técnicas adivinatórias contidas em

livros rituais (*disciplina etrusca*). Sua intervenção nas práticas religiosas romanas se produzia única e expressamente por ordem senatorial, os quais solicitavam periodicamente sua colaboração como intérpretes dos raios (*fulgura*), portentos e prodígios (*ostenta*) e, em especial a averiguação das vísceras dos animais (*exta*). Membros da aristocracia etrusca, já desde o período final da República, formavam um colégio composto por 60 membros sob a autoridade de um *magister haruspicum*. O colégio foi reorganizado e admitido entre os colégios sacerdotais romanos pelo imperador Cláudio e situado sob a supervisão dos pontífices. Essa admissão entre os sacerdócios de Roma se deve, em particular, por preservarem uma tradição de conhecimentos especializados da cultura etrusca, que muito auxiliava quando lidavam com as práticas divinatórias com ênfase nas ocorrências prodigiosas. Aqui, sem ressalvas, lidamos com o papel dos adivinhos, não dos áugures⁶⁰ (SCHEID, 1991, p. 36).

Há de se ressaltar, também, que os harúspices estiveram presentes em algumas campanhas militares; neste contexto, seu principal dever foi observar as entranhas sacrificiais em conexão com eventos oficiais públicos e militares (RASMUSSEN, 2003, p. 178). Seguindo este raciocínio, compreendemos a importância da atuação dos harúspices e de sua relação com as elites aristocráticas, bem como seu diálogo com o Senado. Para tanto, destacamos as palavras de Cícero ao dizer que,

por outro lado, a Etrúria, com todo o conhecimento, dá atenção aos sinais do céu e os interpreta, o que é a quem se mostram com os monstros e os portentos. Por causa disso, entre os nossos antepassados, o Senado, quando o Império prosperava, corretamente decretou que dez dos filhos dos dirigentes, de cada povo da Etrúria, fossem entregues para a educação, a fim de que a ciência tão grande não fosse reduzida à mercadoria e a modo de ganhar dinheiro (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 92 – Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁶¹

Levando estes apontamentos em conta, torna-se importante destacar que os colégios sacerdotais poderiam se auxiliar mutuamente. Por exemplo, houve algumas situações em que

⁶⁰ Tal como nos pontua Jonh Scheid (1991, p. 36-37), a faculdade augural remonta-se à época de Rômulo ao advento da fundação da *urbs*. Augures na verdade eram especialistas nos auspícios, o rito fundamental que em determinados momentos garantiria o exame e a prescrição de uma situação harmoniosa entre a vontade da cidade e dos deuses. Em outras palavras, a prática augural poderia auxiliar na intermediação e confirmação da vontade dos deuses. Segundo J. A. North (2000, p. 23), os áugures atuavam como “supervisores e conselheiros sobre os rituais e procedimentos concernentes aos auspícios”.

⁶¹ “*Etruria autem de caelo tacta scientissime animadvertit eademque interpretatur, quid quibusque ostendatur monstris atque portentis. Quocirca bene apud maiores nostros senatus tum, cum florebat imperium, decrevit, ut de principum filiis x ex singulis Etruriae populis in disciplinam traderentur, ne ars tanta propter tenuitatem hominum a religionis auctoritate abduceretur ad mercedem atque quaestum*” (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 92).

os harúspices e os *decemviri sacris faciundis* deram respostas idênticas ao serem consultados sobre o contexto prodigioso e a necessidade de um *remedium* (ver em: CÍCERO, *De Divinatione*, I, 97-98). Corrobora essa argumentação uma passagem de Tito Lívio quando acentua que os dois especialistas na adivinhação romana, tendo sido consultados, elaboraram suas *responsa* e a ambas foram aceitas oficialmente pelo Senado. Segundo as palavras de Tito Lívio,

Numa cidade inquieta pela expectativa da nova guerra, a coluna rostral, erguida no Capitólio por ocasião da primeira guerra púnica (...) foi fendida de alto a baixo pelo raio, durante uma tempestade noturna. Considerado como um prodígio, o incidente tornou-se objeto de um relatório ao Senado. Os senadores determinaram que o caso fosse referido aos harúspices e que os decênviros consultassem seus livros (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLII, 20).⁶²

À vista disso, consideramos que tanto os harúspices quanto os decênviros possuíam função interpretativa. Infelizmente o conteúdo dessas interpretações nem sempre é mencionado em nossa documentação, a qual, na maioria das vezes, indica apenas a consulta a estes colégios ou a determinação pontifical para os rituais de expiação e as divindades que deveriam ser aplacadas. Compreendemos, assim, que os harúspices estavam envolvidos com àqueles casos relacionados ao aparecimento de *monstrum*, os quais exigem uma interpretação mais detalhada dos prodígios; enquanto os *decemviri sacris faciundis* estavam mais associados aos rituais de expiação e aos sacrifícios. Nota-se, portanto, que em relação aos possíveis critérios tipológicos que exigem a consulta ao colégio dos *decemviri* e seu uso dos livros Sibílicos, que tal sacerdócio está especialmente relacionado com atividades como a expiação da peste (RASMUSSEN, 2003, p. 181).

Tal como mencionado acima, o colégio sacerdotal dos *decemviri sacris faciundis* apresenta como função religiosa consultar e guardar os livros Sibílicos, os quais referem-se a uma coleção que continha os oráculos das Sibilas, provenientes da cultura grega (ROQUE, 2002, p. 138). Além disso, consultavam os livros no Senado e recomendavam expiações propícias aos prodígios e, assim, suas propostas poderiam ser implementadas de modo a procurar a *pax deorum*. Os livros foram guardados em uma arca posta em uma cripta de pedra existente sob o templo de Júpiter Capitolino, em Roma. “Profetas mulheres – [as Sibilas] que

⁶² “*in suspensa ciuitate ad expectationem noui belli, nocturna tempestate columna rostrata in Capitolio bello Punico priore [...] tota ad imum fulmine discussa est. ea res prodigii loco habita ad senatum relata est; patres et ad haruspices referri et decemuiros adire libros iusserunt*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLII, 20)

faziam previsões em enigmas, as dez sibilas eram “imortais” cujas palavras, segundo acreditavam os gregos e romanos, eram dotadas de profundo significado para os mortais” (FISCHER, 2006, p. 73-74). Provavelmente estes livros chegaram a Roma na época dos reis, talvez de Cumas para Roma; foram colocados sob os cuidados dos sacerdotes, consultados pelos pontífices em tempos de calamidades na ocorrência de prodígios (*e.g.* TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libere* VII, 27; XX, 9; LX, 19, 37, 45), os livros aconselhavam sobre a introdução dos ritos e cultos sob a organização dos decênviros, os quais se encarregavam de vigiar as correspondentes celebrações. Tal como argumenta Scheid (1991, p. 45), os oráculos Sibilinos auxiliavam a *Res Publica* a compreender os motivos das crises e expiá-las conforme a tradição.

Interessa, sobretudo, ressaltar que não se tratava de consultar qualquer oráculo, só se reconhecia os conjuntos de livros que estivessem sobre a proteção dos decênviros, os quais fossem deliberados por ordem senatorial; ou seja, “entre a palavra, a vontade dos deuses e, entre estes e os cidadãos sempre se encontravam a presença dos magistrados e dos sacerdotes” (SCHEID, 1991, p. 45). De acordo com Beltrão (2003, p. 22), os decênviros “reportavam essencialmente o que os deuses necessitavam em forma de sacrifícios ou outros rituais”. Este colégio também supervisionava a adoração de deuses estrangeiros em Roma.

Outros estudiosos destacaram a relação intrínseca desse colégio com o Senado romano. North (2000, p.93) pontua que a função consultiva do colégio dependia da vontade do Senado e que a opinião do Senado carregava mais peso do que a autoridade religiosa. Rüpke (2007, p. 223), por sua vez, sintetizou de maneira concisa a interação entre as duas instituições, identificando o colégio como “sacerdócio senatorial”. Em seu livro sobre os portentos públicos na Roma republicana, Rasmussen (2003, p. 169-177) argumenta que o Senado mantinha uma estreita relação com o colégio, a fim de controlar os procedimentos relativos aos prodígios e expiações.

Como pontua O’Brien (2016, p. 5), desde a monarquia romana, o colégio possuía autoridade religiosa significativa por meio de sua proteção e consulta aos Livros Sibilinos, e seu título oficial, *sacris faciundis*, implica que seu propósito original era simplesmente instituir e executar novos ritos sagrados, mas, na realidade, suas realizações eram muito mais amplas. Após o fim da monarquia e início da República ao final do século V a.C., o colégio torna-se mais proeminente e ativo, pois se tornou responsável por buscar a *pax deorum* em momentos de crise, como nos atesta Dionísio de Halicarnasso:

Eles consultam [os Livros Sibílicos], por ordem do Senado, quando o Estado está nas garras do conflito partidário ou alguma grande desgraça lhes aconteceu na guerra, ou foram vistos alguns prodígios e aparições importantes que são difíceis de interpretar, como sempre aconteceu (DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Ρωμαϊκή Αρχαιολογία*. IV.62.5).⁶³

Aqui, vemos a relação intrínseca entre o Senado, o colégio dos *decemviri*, os prodígios e os rituais expiatórios.⁶⁴ Como pontuou North (1976, p. 9), o colégio e sua consulta aos Livros Sibílicos forneceu as “quatro fontes mais óbvias de legitimação religiosa disponíveis em Roma - um portentoso, tradição antiga, sabedoria estrangeira e autoridade sacerdotal”. Por sua significativa autoridade religiosa, o Senado controlava a capacidade dos membros do colégio em consultar os Livros. Nesse sentido, os decênviros apenas lidariam com a busca da *pax deorum* em um contexto de crise mediante autorização dos senadores. Além disso, no procedimento da *procuratio prodigiorum*, o Senado tinha outros colégios religiosos para consultar, como os pontífices e os harúspices. Acrescenta O’Brien (2016, p.8) que, o Senado decidiria quais prodígios eram dignos de resposta religiosa, fazendo com que o conselho do decênviros refletisse sua vontade política. Nessa mesma perspectiva, Orlin afirma que

É inteiramente concebível que o Senado possa ter sugerido ou explicitamente dito aos *decemviri* que tipo de resposta eles queriam dos Livros. Os *decemviri*, como membros do próprio Senado, poderiam até mesmo saber sem ser informado de que tipo de resposta era desejada. Os *decemviri* poderiam então ter abordado os Livros com uma ideia específica da resposta que eles queriam. Como a consulta foi feita apenas pelos *decemviri*, teria sido fácil gerenciar o processo para alcançar o resultado desejado (ORLIN, 2002, p.87).

Embora nosso objetivo principal, nesta tese, não seja refletir sobre a relação dos colégios com o Senado e os outros magistrados, é importante destacar essa relação intrínseca, haja vista que o Senado estava inserido em todas as tomadas de decisão no que se refere à expiação dos prodígios. Aqui, é importante destacar, de modo geral, o papel dos decênviros na religião

⁶³ Versão para o português a partir da tradução de Earnest Cary das Antiquidades Romanas de Dionísio De Halicarnasso para a coleção da Loeb Classical Library, publicada pela Harvard University Press entre 1937 e 1950.

⁶⁴ Sabemos muito pouco sobre esse colégio em seus primeiros anos. Da sua fundação até 367 a.C., o colégio possuía apenas dois sacerdotes, os *duumviri*, os quais eram cooptados entre os patrícios. Após o Conflito das Ordens, gradualmente foi concedido aos plebeus acesso aos cargos religiosos. Em 367, por meio da *Lex Liciniae Sextiae*, a filiação ao colégio foi aumentada de dois para dez membros, e metade desses membros seriam plebeus. Posteriormente o número de membros foi aumentado para quinze, provavelmente sob a ditadura de Sula.

romana e, em especial sua função no que se refere à expiação dos prodígios, isto é, sua participação na *procuratio prodigiorum* e na busca da *pax deorum*.

Diante desta conjuntura, gostaríamos de salientar que a maioria das atividades sacerdotais é representada, em primeiro lugar, pelos pontífices. Presidido pelo *Pontifex Maximus*, o colégio dos pontífices constituiu a mais elevada autoridade religiosa de Roma (SANTANGELO, 2013, p. 203). É interessante destacar que a origem deste colégio se remonta à época arcaica no governo do monarca Numa Pompílio, uma vez que, nesse contexto, houve a necessidade de estruturar com um certo rigor os ritos públicos, de forma que não fossem esquecidos e negligenciados. De acordo com a argumentação de Tito Lívio,

as cerimônias do culto público ou privado, ele as submeteu também à decisão do pontífice, a fim de que o povo soubesse para quem apelar e nenhuma particularidade do direito divino fosse perturbada pela negligência dos ritos ou pela introdução dos ritos estrangeiros. Além do culto dos deuses celestes, o pontífice deveria também orientar os ritos funerários, ensinar os meios de aplacar os Manes e decidir quais os prodígios anunciados pelo raio de Júpiter, ou por qualquer outro fenômeno, que fosse preciso observar e expiar (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, I, 20).⁶⁵

Tal como compreende Cláudia Beltrão (2013, p. 236), as competências pontifícias estavam relacionadas aos *sacra* a partir da determinação de datas, lugares e vítimas nas cerimônias públicas. Devemos ainda ressaltar que, segundo Tito Lívio, as funções pontificais poderiam destacar-se em: 1) conselheiros e intérpretes; 2) a supervisão dos magistrados e outros sacerdócios; 3) a investigação dos prodígios (*procuratio prodigiorum*); 4) a regulamentação dos *uota* e a declaração de serem sacerdotes de “todos os deuses” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, I, 20). Assim, parece-nos possível deduzir que temos a ênfase em decisões pontificais, as quais foram organizadas e expressas por fórmulas que indicam a importância que se dava às decisões tomadas em conjunto, em referência ao seu caráter no colegiado; isto é, as decisões e/ou conselhos eram transmitidos ao colegiado pelo *pontifex maximus*. Interessa-nos, sobretudo, enfatizar que ficou atribuído aos pontífices controlar, guardar e preservar, deste modo, a tradição religiosa. Diríamos, assim, que os pontífices frequentemente intervinham na vida litúrgica, auxiliavam ativamente os magistrados e os demais sacerdotes perante as

⁶⁵ “*Cetera quoque omnia publica privataque sacra pontificis scitis subiecit, ut esset quo consultum plebes veniret, ne quid divini iuris neglegendo patrios ritus peregrinosque adsciscendo turbaretur; nec caelestes modo caerimonias, sed iusta quoque funebria placandosque manes ut idem pontifex edoceret, quaeque prodigia fulminibus a Iove quo visu missa susciperentur atque curarentur*” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, I, 20).

celebrações religiosas. Em outras palavras, as competências e jurisdição dos pontífices atingiram todos os níveis da vida religiosa romana (SCHEID, 1991, p. 33). Segundo as palavras de Cícero, os *pontifex et caerimoniis pontifices praesunt*, buscavam supervisionar todas as atividades religiosas e promulgar os decretos sacerdotais (Cf. CÍCERO. *De Legibus*, II, 30; *De Natura Deorum*, I, 122; TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, X, 8).

Devemos ainda ressaltar que, segundo Tito Lívio, até 206, o *Pontifex* não poderia sair da Itália, por estar a ela ligado por meio da *cura sacrorum* (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXVIII, 38; XXVIII, 44); desse modo, o costume teria sido abandonado somente em 131. Acrescentam-se a essas perspectivas as discussões de Ronald T. Ridley (2005, p. 277-278), ao nos pontuar que uma das funções reservadas ao sumo pontífice estaria a de atuar como o *detentore* dos registros religiosos. Desempenhavam um papel relevante na decisão dos ritos expiatórios, ou seja, sobre como expiar (*e.g.* nos anos de 213, 210, 207, 203, 194, 186, 181, 180 e 176 (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXIV, 44; XXVII, 4; XXVII, 37; XXX, 2; XXXIV, 45; XXXIX, 22; XL, 19; XL, 37 e XLI, 16)). À vista disso, deveriam pronunciar um voto de modo a produzir o efeito desejado na comunidade. Há de se ressaltar, então, que o sumo pontífice ditava as fórmulas para realizar a dedicação de um templo (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, IX, 46); consagrava os limites para a constituição dos santuários e regulamentava a prescrição em sacrifícios. Os pontífices, auxiliados pelos harúspices, especificavam e examinavam os sacrifícios e as vítimas para cada potência divina: por exemplo, examinavam a idade e o sexo das vítimas, para, assim, decidirem se a carne a ser ofertada deveria ser cozida ou assada.

Em tais ações, parece-nos possível deduzir que o sacerdócio do *Pontifex Maximus* corroborava as atitudes dos *sacra* da comunidade cívica em geral (DELGADO, 2000, p. 173). Nota-se, portanto, que quaisquer formas de relação dos romanos para com seus deuses estariam amparadas pela presença sacerdotal. Os romanos, segundo nossas hipóteses, só poderiam atuar religiosamente por intermédio de um espaço temporal definido, sancionado e reconhecido. Acrescentam-se a essas perspectivas os estudos de Yann Berthelet (2011, p. 6), o qual a ideia da legitimidade do colégio dos pontífices e, em particular, do *Pontifex Maximus* no exame dos prodígios e na definição da ação expiatória para fins de buscar a *pax deorum*. Nesse sentido, o autor propõe que há muitos prodígios (*prodigia publica*) que não foram reconhecidos nos decretos e registros pontificais; contudo, tal circunstância não distânciava ou inviabilizava a reafirmação do papel decisivo e atuante do sumo pontífice. É importante ressaltar que a ele cabia registrar os decretos de expiação dos prodígios; dessa forma, ficariam registrados para

posteriores consultas. Assim, o sumo pontífice possuía o poder e a autoridade de receber os anúncios de prodígios ao longo do ano, para posteriormente gravá-los após as devidas verificações e discussões perante os sacerdotes e o Senado. Obtinham, de tal modo, todas as informações para, então, decidirem a manutenção da relação para com os deuses. É nesse sentido que, no final de cada ano, a autoridade máxima do pontífice finalizava seus registros dos acontecimentos prodigiosos e de suas expiações, entregavam-nas aos cônsules e aos senadores e, daí, procediam à sua publicação na residência do *pontifex maximus* (SCHEID, 1994, p. 154). Berthelet (2011, p.3) corrobora a hipótese de Scheid ao afirmar que os registros do *Pontifex Maximus* se tornavam um decreto sacerdotal para se consultarem os prodígios. Os registros pontificais eram, segundo o autor, discursos institucionais, já que os sacerdotes, cônsules e senadores consultariam, no início de cada ano, o colégio dos pontífices para, assim, procederem à revisão e consulta dos decretos cronológicos sobre os eventos religiosos, incluindo, desta forma, os prodígios e a recomendação das medidas expiatórias. Vale dizer que, quando os próprios pontífices julgavam necessário, também recomendavam ao Senado a consulta e o aconselhamento com os *decemviri sacris faciundis*, para o exame dos Livros Sibilinos, bem como a leitura dos harúspices etruscos.

Do ponto de vista documental, Tito Lívio, em seu livro XXXVII, apresenta uma situação que valida nossas hipóteses sobre a participação do pontífice: conforme seu relato, durante o consulado de Lúcio Cornélio Cipião e Caio Lélvio, foi realizada a divisão de províncias romanas e, nesse contexto, antes da partida dos cônsules para suas respectivas regiões provinciais, foi necessária a observação de algumas medidas de ordem religiosa, pois, segundo suas palavras, tornou-se preciso decretar os prodígios por supervisão dos pontífices – “*prodigia per pontifces procurari placuit*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXXVII, 3).

É interessante notar no discurso de Tito Lívio a ênfase dada à autoridade do pontífice, uma vez que aconteciam em Roma situações funestas com a ocorrência de prodígios celestes, tais como fogos, raios e chuvas de terra que, em determinadas ocasiões, acometiam a população (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXXVII, 3). Havia, portanto, a necessidade de observar, interpretar e expiar os prodígios de modo a procurar a *pax deorum*. No excerto acima, a ênfase dada sobre a *religio* romana é expressa, neste caso, a partir do substantivo neutro da segunda declinação *prodigia* – prodígio, algo funesto –, o qual acentua o papel do *Pontifex* ante as práticas ritualísticas ao colocar em destaque três elementos essenciais dos ritos expiados a partir de contextos prodigiosos: 1) a *supplicatio*; 2) a presença e participação dos decênviros e de outros sacerdotes; 3) e a consulta aos livros sibilinos ou aos oráculos. Tito Lívio nos mostra

que, mesmo em outras narrativas, as cerimônias religiosas aparecem vinculadas à necessidade de serem restabelecidas em conformidade com os ritos e os prodígios expiados – “*si sacra renovata rito, si procurata prodigia essent*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, V, 18). Seu discurso acentua a estreita relação entre a regulamentação dos ritos, os quais seriam presididos pelos pontífices ou outro sacerdote específico, e a prática ritual, uma vez que ambas garantiriam a renovação da comunidade por meio da busca da *pax deorum*.

É importante salientar que o colégio dos pontífices também continha outras autoridades sacerdotais: a presença e participação do *rex sacrorum*, das seis vestais e dos *flamines* – os deuses Júpiter, Marte e Quirino (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 19). Nesse sentido, parece-nos pertinente inferir que o *Pontifex Maximus* possuía seus poderes limitados, isto é, compartilhado com as demais hierarquias sacerdotais. A compreensão dessa afirmação nos permite questionar: como o poder sacerdotal do *Pontifex* foi definido e exercido? Discutir tal questão nos direciona à seguinte consideração: as ações religiosas e a tomada de suas decisões foram, de fato, distribuídas e especificadas entre as diferentes autoridades romanas e os colégios sacerdotais – não havia um poder central que controlasse as relações estabelecidas entre os homens e os deuses. Entendemos, portanto, que a posição e a função assumidas por cada sacerdócio devem ser compreendidas no contexto institucional da cidade (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 21). A propósito, devemos destacar, aqui, a singularidade político-religiosa relacionada aos pontífices; para tanto, recorreremos a Cícero que, em sua obra *Oratio De Haruspicum Responsis* (VII, 14-15), salienta que aos pontífices foram atribuídas as virtudes da autoridade, fidelidade e prudência para, deste modo, dirigirem as ancestrais cerimônias religiosas tanto privadas quanto públicas (CÍCERO. *Oratio De Haruspicum Responsis*, VII, 14-15).⁶⁶

Seguindo tal raciocínio, os pontífices tiveram, em algumas situações, de consultar e, em outras ocasiões, tiveram de ser consultados, para que, deste modo, pudessem intervir na discussão ou na implementação de alguma reforma. O *Pontifex Maximus* não atuava sozinho para garantir a legitimidade de suas decisões, já que deveria buscar conselho e apoio de, pelo menos, três pontífices (GALINSKY, 2005, p. 188-189). Compreendemos, em razão disso, que o exercício do pontificado promoveria a manutenção da lei sagrada como elemento agregador

⁶⁶ “*ad pontifices reicietur, quorum auctoritati fidei prudentiae maiores nostri sacra religiones queet privatas et publicas commendarunt*” (CÍCERO. *De Haruspicum Responsi*, VII, 14-15).

do *ius civile* (CÍCERO. *De Legibus*, 2, 47). Aqui, sem ressalvas, o pontífice tornava-se o depositário do *ius diuinum* e, com isso, o mantenedor da tradição. (RIDLEY, 2005, p. 277).

Portanto, nosso objetivo, neste tópico, foi estabelecer uma discussão que privilegiasse o papel de atuação dos sacerdotes em específico os decênviros, os harúspices e os pontífices no contexto da adivinhação romana, haja vista seus relevantes papéis e atribuições frente a ocorrência e resolução dos prodígios. Trata-se, de fato, de compreender como estes sacerdotes promoveriam a manutenção do espaço do sagrado e, como observamos, concatenavam-se ao cumprimento dos rituais religiosos (Cf. SHEID, 1991). Desse modo, parece-nos possível afirmar que a *religio* romana esteve situada no centro do poder do espaço público. Assim, os deuses e os sacerdotes representariam, uma só palavra: o sagrado. Os deuses falam apenas por intermédio dos sacerdotes, e eles nunca se comunicam diretamente com os magistrados, exceto quando tomam os auspícios. Tal como nos coloca Scheid (1991, p. 49), “o espaço do sagrado não pertence a ninguém, a não ser aos deuses e àqueles considerados seus intérpretes e guardiões – os sacerdotes”. Consideramos, portanto, que o conhecimento proveniente do sacerdócio foi fundamental para o bom andamento da sociedade romana. Assim, o processo de relação entre o mundo dos homens e o do sagrado era um ato constante na *urbs* (SCHEID, 2001, p. 24). A partir dessas discussões sobre as esferas institucionais da religião romana, pretendemos destacar e analisar, em nosso próximo tópico, a presença dos prodígios e como foi construída sua associação com a reivindicação da *pax deorum*.

2.3 – OS PRODÍGIOS NA REPÚBLICA ROMANA E A MANUTENÇÃO DA PAX DEORUM

A definição clássica a respeito dos prodígios vem da obra de Raymond Bloch (1968, p. 103), o qual os considera “um fenômeno imprevisto, terrível, antinatural e expressa sobre a terra a cólera dos deuses”. Ao contrário dos presságios, que poderiam anunciar a continuação ou interrupção de determinadas ações, os prodígios seriam signos adivinhatórios que revelariam “que se havia quebrado a paz com os deuses e que os indivíduos e a cidade estão gravemente ameaçados pela ira divina” (BLOCH, 1968, p. 104). Segundo o autor, a observação correta dos rituais religiosos garantiria a *pax deorum*, ao passo que toda transgressão ou inobservância aos deveres religiosos irritaria as divindades e, então, aconteceria o prodígio, signo de sua cólera.

Nesse sentido, a definição de Bloch se baseia em três ideias: a) os prodígios são fenômenos contra as leis naturais; b) são signos adivinhatórios que revelam a ira divina pela inobservância dos rituais; c) alertam para um perigo iminente aos homens causado pela *ira deorum*. No entanto, essa visão é atualmente contestada por alguns autores que revisaram a definição clássica de prodígio a partir de uma releitura dos registros documentais, em especial Tito Lívio (REQUENA JIMÉNEZ, 2018; SATTERFIELD, 2015; SANTANGELO, 2011). Tendo em vista tais questões, vejamos agora como esses três pontos foram contestados pela historiografia recente.

Em primeiro lugar, o prodígio aparece como um fenômeno que extrapola as leis da natureza. Tal definição se aplica aos diversos eventos, como o nascimento de um porco com rosto humano (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII.4.14), animais falando (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXIV.10.10), várias luas no céu (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII.1.8-20) etc. No entanto, outros sinais, tais como relâmpagos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXIV.44.8), pragas (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita Libri*. VII.27.1-2), animais nos templos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXIV.10.6; XXVII.23.3; XXXV.9.4; XXVIII.11.2), não podem ser interpretados como sinais de violação das leis naturais. No mais, essa definição de prodígio exclui outros eventos sem qualquer relação com a natureza (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p.481) como a queda de objetos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII.11).

Devemos lembrar que o conceito de natureza em Lívio não é o mesmo que o nosso, mas relaciona-se às próprias divindades, sendo a *naturalis ordo* equivale à *pax deorum* (DAVIES, 2004, p. 98). Nesse sentido, uma alteração na ordem natural significa uma perturbação na paz dos deuses. Voltaremos a relação entre prodígios e *pax deorum* adiante, embora já notamos que não se pode fazer uma relação direta entre prodígios e ruptura da natureza, isto é, da *pax deorum*.

Em segundo lugar, na definição de Bloch, o prodígio revelaria a ira divina pela inobservância dos rituais religiosos. Aqui, o prodígio aparece como um evento inesperado que foi causado pela ação direta de uma divindade que procura revelar suas intenções aos homens. Assim, um prodígio é tratado como signo divinatório, um sinal oblativo, isto é, um sinal não solicitado aos humanos pelos deuses (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p.482). No entanto, Tito Lívio dificilmente alude às consequências que os prodígios supostamente trariam. Quando fala

sobre suas consequências, Lívio nos traz as respostas dos harúspices, a consulta ao Senado e a *procuratio prodigiorum*, e não as consequências negativas.

Segundo Requena Jiménez (2018, p. 484), os prodígios, durante a República, representavam a ausência dos deuses protetores, ou seja, não revelaria as intenções dos deuses para os homens e não anunciariam o futuro. Por outro lado, essa ausência significava consequências negativas para o futuro da comunidade, daí a necessidade de analisar e interpretar tal ausência. Os prodígios, em alguns casos, seriam considerados signos divinatórios não por expressarem a *ira deorum*, mas por significarem a necessidade da *pax deorum*.

No terceiro ponto da definição de Bloch, o prodígio representa um perigo iminente aos homens devido à *ira deorum* que expressaria. Para o autor, os prodígios alertariam aos humanos de que seu relacionamento com os deuses, a *pax deorum*, fora rompido, o que traria consequências negativas (BLOCH, 1968, p. 82). Esses infortúnios poderiam ser evitados por meio de cerimônias expiatórias e propiciatórias ordenadas pelas autoridades religiosas para restaurar a relação dos deuses com a comunidade. No entanto, como nos mostra Santangelo (2011, p. 162), as fontes antigas não entendiam a *pax* como algo que pudesse ser rompido ou restaurado. Ao analisar os verbos latinos usados em conexão com o termo *pax*, o autor identificou que os romanos frequentemente buscavam (*impetrare*), solicitavam (*exposcere*) ou pediam (*adorare*) a *pax deorum* e eventualmente a encontravam (*invenio*), mas, em nenhum momento, ela havia sido perdida, rompida ou restaurada (SANTANGELO, 2011, p. 162-168).

A *pax deorum* não era suscetível a rupturas, uma vez que não era estável nem duradoura. A religião romana a buscava constantemente e a *pax deorum* nunca era tomada como garantida (SATTERFIELD, 2015, p.433). Essa perspectiva fica clara no texto de Tito Lívio quando este descreve um discurso de Ápio Cláudio Crasso, defensor do privilégio patrício e contra a abertura do consulado aos plebeus:

Agora, como se não precisássemos mais da paz dos deuses, contaminamos todas nossas cerimônias. Os pontífices, os augúrios, os reis dos sacrifícios são nomeados ao acaso, o chapéu do Flamen Dialis é colocado na cabeça do primeiro que vier, desde que ele seja um homem; nós confiamos os escudos sagrados, os santuários, os deuses e o cuidado dos deuses àqueles que não são permitidos; votamos as leis e elegemos os magistrados sem ter tomado os auspícios. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VI. 41.9-10).⁶⁷

⁶⁷ “*nunc nos, tamquam iam nihil pace deorum opus sit, omnes caerimonias polluimus. uolgo ergo pontifices, augures, sacrificuli reges creentur; cuilibet apicem Diale, dummodo homo sit imponamus; tradamus ancilia, penetralia, deos deorumque curam, quibus nefas est; non leges auspiciato ferantur, non magistratus creentur*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VI.41.9-10)

Como podemos notar na passagem supracitada, a *pax deorum* era a preocupação de todos os sacerdotes - pontífices, augures, *rex sacrorum*, *flamen dialis* - e o propósito de todo ritual religioso em Roma. Era o objetivo de todo culto oficial romano, não apenas de cerimônias expiatórias. Segundo Linderski (1993, p. 55-56), a “religião do estado romano não estava interessada na salvação individual; sua única preocupação era a *salus publica*, a segurança da *Res Publica* romana, ou, em termos romanos, a preservação da *pax deorum*, a paz entre os deuses e a comunidade. O objetivo dos cultos era manter os deuses satisfeitos e bem-dispostos em relação a Roma.” Orlin (2002, p. 4), em uma interpretação semelhante, afirma que “o principal objetivo da religião do estado era salvaguardar a *pax deum*, o favor dos deuses e, assim, garantir a segurança e a prosperidade da comunidade.”

Segundo Santangelo (2011, p.164), a *pax*, para os romanos (seja para com homens ou com deuses) possuía um significado muito diferente da nossa palavra “paz” pois, como pontua o autor, pensamos em “paz” como algo estável, um estado de calma, um estado livre de tumultos ou conflitos. Mas a *pax* romana era “um ato de equilíbrio dramático, tenso e laborioso” (Barton, 2007, p. 246). A paz ideal era desigual, formada entre conquistadores e vencidos. Na guerra, os romanos tendiam a desempenhar o papel de conquistadores, mas na religião, eles eram os conquistados, a parte mais fraca forçada a implorar aos deuses por misericórdia (SATTERFIELD, 2015, p.434).

Sobre essa discussão, Lennon (2014, p. 16) afirma que “a *pax deorum* não era apenas algo que precisava ser mantido; muitas vezes ela tinha que ser alcançada por meio da meticulosa observância do procedimento ritual.” Desse modo, os prodígios não eram sinais da ruptura do *pax deorum*, uma vez que a *pax* não poderia ser rompida e era sempre fugaz. Ainda assim, há uma relação intrínseca entre a *pax* e os prodígios, relação essa que podemos observar em uma passagem de Lívio. Em 208 a.C., depois de vários prodígios terem sido relatados, os cônsules Marco Cláudio Marcelo e Tito Quíncio Crispino conduziram as expiações, apesar destas não serem inteiramente bem-sucedidas:

Por causa desses prodígios houve um dia de súplica. Durante vários dias, vítimas adultas foram imoladas sem sucesso e, por muito tempo, a paz dos deuses não foi obtida. A República ficou ileso, mas o desfecho fatal desses

prodígios caiu sobre a cabeça dos cônsules. (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII.23.4).⁶⁸

A expressão *exitibilis prodigiorum eventus* nos revela que um prodígio não era um fim em si mesmo, mas uma parte de uma cadeia de eventos a qual, se não fosse interrompida por expiações adequadas, inevitavelmente levaria ao desastre. No caso dos prodígios de 208, a *Res Publica* não foi prejudicada porque a *pax deorum* foi obtida. Mas como as expiações foram conduzidas por um longo tempo sem resultados, a consequência desastrosa caiu sobre os cônsules.

Os prodígios, assim, eram geralmente avisos de perigo iminente. Esta passagem de Tito Lívio nos mostra que os sacerdotes romanos procuraram a *pax deorum* por meio das expiações para evitar esse perigo. Nesse ponto vemos a adequada relação entre prodígios e a *pax*, isto é, a de que os prodígios não sinalizavam que a *pax* havia sido quebrada, mas que ela era necessária. O propósito das cerimônias expiatórias – obter a *pax* – foi o mesmo de qualquer outro ritual religioso, a diferença estava na iminência e gravidade das consequências se a *pax* não fosse obtida (SATTERFIELD, 2015, p.346).

Assim, na religião romana, a busca da *pax* por meio do ritual ajudou a evitar o perigo e assegurar o sucesso, quer em relação aos inimigos nos contextos de guerra, na colheita do próximo ano, ou direcionada para a ameaça representada pelos prodígios. Dessa forma, notamos como a procura obstinada da *pax deorum* era um elemento importante na República romana. A seguinte passagem de Cícero é reveladora sobre esse aspecto, já que o autor afirma que foi na área da *pietas* que, os romanos superaram outros povos:

Pensem tão bem de nós mesmos como desejamos, pais conscritos, mas não somos superiores aos espanhóis em número, nem aos gauleses em força, nem aos cartagineses em astúcia, nem aos gregos nas artes, nem na percepção que é nativa dos italianos e latinos desta terra; mas nós superamos todas as outras nações em piedade e religião e nesta forma única de sabedoria, nós cuidamos para que em todas as coisas somos governados e dirigidos pela vontade dos deuses (CÍCERO, *Oratio De Haruspicum Responsis* XIX.12-18 – Trad. do inglês de B. A. Watts).⁶⁹

⁶⁸ “*horum prodigiorum causa diem unum supplicatio fuit. per dies aliquot hostiae maiores sine litatione caesae diuque non impetrata pax deum. in capita consulum re publica incolumi exitibilis prodigiorum euentus uertit*” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII .23.4).

⁶⁹ “*Quam volumus licet, patres conscripti, ipsi nos amemus, tamen nec numero Hispanos nec robore Gallos nec calliditate Poenos nec artibus Graecos nec denique hoc ipso huius gentis ac terrae domestico nativoque sensu Italos ipsos ac Latinos, sed pietate ac religione atque hac una sapientia, quod deorum numine omnia regi*

Esse mesmo entendimento da importância dos rituais religiosos é visto em Tito Lívio, quando o autor narra o discurso do cônsul Quinto Márcio Filipo diante de suas tropas na guerra contra Perseu da Macedônia: “Pois os deuses favorecem a piedade e a fidelidade, por meio dos quais o povo romano subiu a tal altura.” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLIV.1.10).⁷⁰ Em ambas as passagens supracitadas, a ênfase não é colocada nas ações dos deuses, mas nos esforços dos romanos em buscar sua boa vontade, isto é, a busca pela *pax*. É nesse contexto religioso de busca constante pela *pax deorum* que os prodígios e as expiações se inseriam, sobretudo se considerarmos que os rituais expiatórios não constavam no calendário oficial romano; ao contrário, eram rituais necessários que se faziam devido às circunstâncias e ao registro dos prodígios.

Mas ainda nos resta uma questão fundamental: se os prodígios indicam a necessidade imediata da *pax deorum* devido a um perigo eminente, qual seria a origem ou causa de tal perigo? Como vimos acima, a historiografia clássica atribui os prodígios ao rompimento da *pax deorum* ou como signos divinatórios que expressam a ira divina. Já mostramos que os prodígios não expressam o rompimento da *pax*, mas sua necessidade imediata.

Quanto à sua relação com a *ira deorum*, a interpretação tradicional coloca os prodígios na seguinte cadeia de eventos: um erro humano leva à *ira deorum*, que então é sinalizada por meio dos prodígios e esses, por sua vez, devem ser expiados ou algum perigo eminente atingirá a comunidade. No entanto, a partir das evidências de Tito Lívio, não podemos fazer essa correlação direta. De todos os prodígios relatados pelo historiador, a *ira deorum* é citada apenas nos casos de pragas (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. III.7.8, IV.25.3, V.14.4, VII.3.1 e XL.37.2) e no contexto da guerra contra Aníbal, em 217 (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII.9.10). Como pontua Satterfield (2015, p.438), Lívio vincula os prodígios à ira divina somente naqueles casos de um perigo mortal para a comunidade, e não apenas como advertências relacionadas às adversidades vindouras. Como pontua Santangelo (2011, p. 169), Lívio poderia usar o termo *ira deorum* “mais como uma metáfora contundente do que uma categoria teológica. Quase pode ser evocado como um sinônimo de desastre”. Apesar disso, a

gubernarique perspeximus, omnis gentis nationesque superavimus” (CÍCERO, *Oratio De Haruspicum Responsis*. XIX.12-18).

⁷⁰ “*fauere enim pietati fideique deos, per quae populus Romanus ad tantum fastigii uenerit*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLIV.1.10).

obra liviana traz elementos que evocam a *ira deorum* como uma ação ativa dos deuses e não simplesmente uma ameaça. Temos, nesse sentido, o evento que narra a proposta de Lúcio Anio ao Senado, ou seja, o compartilhamento do poder político entre os romanos e os demais latinos. Lúcio Anio, enfurecido pela resposta, amaldiçoa Júpiter Optimus Maximus e, após o evento, cai das escadas da Cúria:

Como nem todos autores concordam se ele morreu no local, eu também deixarei o assunto em dúvida, como também sou da afirmação de que durante o testemunho sobre o tratado quebrado uma tempestade irrompeu com um rugido enorme vindo do céu; pois essas coisas podem ser verdadeiras, ou podem ser inventadas para demonstrar a ira dos deuses. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VIII.6.3).⁷¹

Aqui, a argumentação de Tito Lívio evidência sua relação dúbia para com a ira dos deuses. O historiador relaciona a tempestade e o trovão como sinais da ira divina ou simplesmente como situações aleatórias da natureza. Com isso, não podemos presumir, a partir desse exemplo, que todos os prodígios foram resultados das ações dos romanos e sinais da ira divina (SATTERFIELD, 2015, p. 439). Como já dissemos, parte da historiografia atribui os prodígios como sinais da ira divina resultados dos erros humanos em rituais. Se esse fosse o caso, seria esperado que apenas a repetição e execução correta dos respectivos rituais fossem suficientes para expiar a *ira deorum*. Entretanto, tal repetição ritualística por causa dos prodígios é mencionada por Tito Lívio apenas em duas ocasiões, ambas no ano de 179 a.C. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XL.45.1; XL.59.6-8). Apesar desses casos, a maior parte das expiações envolviam rituais que não estavam incluídos no calendário anual. Isso sugere que, apesar do erro humano e sua consequente *ira deorum* serem a causa do perigo imediato representado por alguns prodígios, essa interpretação não satisfaz a maior parte da ocorrência dos prodígios em Tito Lívio.

Com a narrativa do livro XXI temos o contexto do confronto entre os cartagineses e romanos, datado, aproximadamente, em 218 a.C., quando os Cartagineses, comandados por Hanão, foram derrotados pelas forças romanas sob comando de Cneu Cipião. Nesse mesmo contexto, Tito Lívio informa aos leitores-ouvintes que se produziram inúmeros prodígios, tais como: 1) Uma criança de seis meses havia nascido livre e gritara “triunfo” em pleno mercado

⁷¹ “*exanimatum auctores quoniam non omnes sunt, mihi quoque in incerto relictum sit, sicut inter foederum ruptorum testationem ingenti fragore caeli procellam effusam; nam et uera esse et apte ad repraesentandam iram deum ficta possunt*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VIII.6.3).

de legumes; 2) No Fórum Boário, a multidão testemunhou a subida de um boi até o terceiro andar de um prédio e a sua inusitada queda, causada em função do medo do animal diante do alvoroço das pessoas presentes; 3) O templo da Esperança, situado no mercado de legumes, foi atingido por um raio; 4) Um corvo havia voado para o templo de Juno e pousado sobre a almofada da deusa; 5) Na região do Piceno, ocorreu uma chuva de pedras (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI, 62). Assim, parece-nos possível deduzir que, nesse contexto bélico, a observação e interpretação dos prodígios tornaram-se imprescindíveis. De acordo com as palavras de Tito Lívio:

Em relação a todos os prodígios anunciados ordenaram os decênviros que se consultassem os livros, salvo quanto à chuva de pedras no Piceno, que mereceu uma novena. Quase toda a cidade se empenhou em afastar, mediante cerimônias, a ameaça dos prodígios (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri* XXI, 62).⁷²

Em nossa leitura, Tito Lívio afirma a importância de se consultar os decênviros e, igualmente, acentua a *auctoritas* deste colégio sacerdotal na organização das ações rituais, pois, segundo suas argumentações, ao escrever sua obra, fez-se tal como os homens de sabedoria ao considerarem dignos de relato determinados acontecimentos ou sinais enviados pelos deuses, de modo que os prodígios se transformariam em objetos de consultas oficiais (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XLIII, 13), destinados à aprovação sacerdotal. Dessa forma, a partir do decreto dos decênviros, determinou-se a purificação da *urbs* por meio da realização de sacrifícios oferecidos aos deuses, de maneira que, em Lanúvio, Juno recebera uma oferenda de quarenta libras de ouro; no Aventino, as matronas dedicaram à deusa uma estátua de bronze; em Ceres, onde as tabuinhas haviam encolhido, determinou-se a realização de um banquete – *lectisternium* – e *supplicatio* à deusa Fortuna; em Roma também decretou-se um *lectisternium* e suplicações, respectivamente à Juventude e ao templo de Hércules; imolaram-se vítimas ao Gênio e o pretor Caio Atílio Serrano recebeu ordem de fazer votos para que a *Res Publica* romana permanecesse intacta durante dez anos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62). Realizadas as devidas expiações e votos em acordo com as prescrições contidas nos Livros

⁷² “*ob cetera prodigia libros adire decemviri iussi; quod autem lapidibus pluisset in Piceno, nouendiale sacrum edictum; et subinde aliis procurandis prope tota ciuitas operata fuit*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI, 62).

Sibilinos, Tito Lívio nos afirma que “viram-se em grande parte aliviar os ânimos religiosos” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62).⁷³

De fato, compreendemos que a narrativa liviana acentua o rito expiatório como um *remedium* à ocorrência dos prodígios nefastos em meados do combate dos romanos contra os cartagineses (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 51), de modo a evitar o caos e a desordem na *urbs*. Neste sentido, consideramos que o discurso de Lívio expressa a observância e a expiação do prodígio, como elementos constituintes da prática ritual expiatória, que objetivava a *placatio deorum*, uma ação excepcional, um modo de reconexão com o espaço sagrado, o qual atingia toda a comunidade cívica.

As análises de José Jimene Delgado (1963, p. 404) reforçam tais argumentações ao pontuar que os prodígios ocupavam, de fato, um papel essencial na vida religiosa dos romanos. Como sinais da necessidade da *pax deorum*, evitava-se a infração e o não cumprimento das práticas ritualísticas, pois, como supomos, os fatos prodigiosos eram objetos de minuciosa e atenta observação por parte dos representantes oficiais do povo. Sendo assim, seguiam-se as deliberações e consultas ao colégio sacerdotal, em especial aos *decemviri sacris faciundis*, ou quando necessário aos livros Sibilinos (*e.g.* TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XLII, 2), de modo a compreender o significado religioso dos acontecimentos prodigiosos e, portanto, estabelecer as devidas ordens para a organização das cerimônias ritualísticas – *procuratio* – ou expiação dos prodígios (DELGADO, 1963, p. 404).

A partir do exposto, podemos compreender que os prodígios mencionados por Tito Lívio não foram uma simples alusão desprovida de conexão temporal e contextual. Pelo contrário, é relevante compreender quando, como e onde se produziram tais prodígios. Conforme propõe José J. Delgado (1963, p. 412), os prodígios foram provenientes de momentos críticos, diante de um perigo ou de calamidades públicas ocorridas em vésperas de grandes acontecimentos (*e.g.* TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XLII, 2). Isso nos leva a crer que Tito Lívio teve cuidado em recorrer às circunstâncias históricas que precediam o aparecimento dos prodígios; tal suposição pode ser vislumbrada no episódio do livro XXI, pois, como vimos, os prodígios ocorridos em Roma no ano de 218 a.C. estiveram diante do contexto histórico das guerras romanas contra os cartagineses (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62).

⁷³ “*magna ex parte leuauerant religione animos*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62).

Visto desse modo, consideramos que, ao se manifestarem por meio de fenômenos imprevistos, os prodígios foram configurados em duas categorias gerais, as quais determinavam as características e manifestações singulares de cada acontecimento prodigioso, sendo, portanto, compreendidos como prodígios celestes⁷⁴ e prodígios terrestres (CÍCERO, *De Divinatione*. I, 42).⁷⁵ Esses prodígios anunciariam um perigo imediato, visto que, para os romanos, não seria possível subsistir nenhuma sociedade sem a proteção dos deuses (Cf. MACBAIN, 1982, p. 7; DELGADO, 1963, p. 402). Consideramos, assim, que a posição de Lívio perante os prodígios é, de fato, destacada ao longo de sua *Ab Vrbe Condita Libri*, pois, de acordo com suas palavras, os prodígios ocupavam um lugar importante na manutenção da vida religiosa dos romanos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XLII, 2). Logo, por tais motivos, eram organizadas rogativas, cultos, oferendas e sacrifícios aos deuses no intuito de garantirem a manutenção da *pax* e, desse modo, obterem benesses.

Já no episódio do livro XXI faz-se notar a presença dos prodígios no contexto da guerra dos romanos contra os cartagineses, um momento em que a *urbs* romana buscava atrair alianças com as cidades da Hispânia. Interessante observar que o aparecimento dos prodígios funestos em Roma desencadeou-se de modo variado e significativo, conforme ressaltado em nossas análises, já que os prodígios ocorridos pertenceram à categoria dos prodígios celestes e dos prodígios terrestres (DELGADO, 1961, p. 443).

Mediante essa esquematização, é relevante destacar, tal como propõe José J. Delgado (1961, p.41-44), que os relatos dos prodígios acima constituem o primeiro passo da execução do ritual expiatório; a partir disso, o segundo passo trataria da tomada de posição do Senado ou dos grupos sacerdotais perante a ocorrência dos fenômenos prodigiosos. A respeito dessas considerações, Tito Lívio pontua que, em relação a todos os prodígios anunciados, ordenaram os decênviros que se consultassem os livros (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62); assim, a partir do exposto, podemos compreender que dada a deliberação pelos decênviros e realizada a consulta nos livros Sibilinos, prosseguiu-se ao estabelecimento do decreto de

⁷⁴ Podem ser compreendidos como exemplos de prodígios celestes (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, I, 28; XXX, 38; XXXVIII, 36; XLIV, 37; 2XXVI, 5; XXVIII, 11; XXIX, 14; XLI, 21; XXII, 1; XXXI, 12; III, 9; XXIII, 31; XXIX, 14; XLIII, 13; XL, 58, entre outros).

⁷⁵ Podem ser compreendidos à guisa de exemplificação como prodígios terrestres (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXII, 1; XXIV, 10; XXVII, 11; XXVII, 23; XXVII, 37; XLV, 16; XXIII, 31; XL, 19; XLIII, 13; XXXV, 9; X, 27, entre outros).

expição, pois, conforme o testemunho de Lívio, quase toda a cidade se empenhou em afastar os prodígios por meio da *procuratio* (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62).⁷⁶

Como observamos nesse exemplo, a correta observância, interpretação e expiação dos prodígios garantiriam o sucesso dos romanos nos contextos de guerra, pois expressavam a busca da *pax deorum*, da proteção dos deuses. Notamos, aqui, a importância de tais rituais no contexto religioso e político romano. Os acontecimentos prodigiosos eram um dos temas mais recorrentes e presentes nos catálogos dos livros pontificais, mediante a autorização senatorial, uma vez que os assuntos religiosos se mesclavam aos assuntos políticos (CÍCERO, *De Legibus*. II, 9).

Retomando a questão sobre a causa do perigo imediato que os prodígios representam, Requena Jiménez (2018, p. 492-493) sugere que os prodígios expressam a ausência de uma divindade e, em consequência, da *pax deorum*, ou seja, a proteção dos deuses à comunidade. Requena Jiménez procura analisar os prodígios a partir da percepção da natureza e sua organização das sociedades antigas. Para a autora, o retorno ao caos original, expresso, por exemplo, nas Metamorfoses de Ovídio (*Metamorphoseon*. I.4-30), é um medo recorrente nessas sociedades. A proteção dos deuses contra esse caos e suas forças aliadas constitui a base sobre o qual a estabilidade do mundo e a sobrevivência humana descansam (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p. 491). O dever dos homens, nessa perspectiva de cosmos, é manter essa proteção divina, e a frase *pax deorum* sintetiza essa proteção das divindades aos homens quando estes cumprem seu papel. Sem a proteção das divindades, os homens se encontrariam vulneráveis a forças pré-cósmicas. Nesse sentido, os prodígios seriam um sintoma desse caos no mundo dos homens, em oposição à paz, isto é, ao funcionamento normal da *ordo naturalis*. Os prodígios, como expressão do abandono divino, podem ser vistos, por exemplo, quando Lívio sugere que o abandono da deusa Juno, invocada pelos romanos, tornou inevitável a queda dos Veios nas mãos de Roma (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. V.21.3).

O autor afirma que, da perspectiva romana, alguns prodígios poderiam ser positivos, haja vista que poderiam expressar que os deuses deixaram de proteger uma comunidade inimiga (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. V.21.3) (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p.493). As razões para tal abandono poderiam ser diversas, seja a insatisfação do deus protetor em relação a alguma ação ou erro de seu povo, ou por outra cidade ofertar oferendas, provisões ou estátuas

⁷⁶ “*aliis procurandis prope tota ciuitas operata fuit*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXI, 62).

superiores (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p.493). A comunidade abandonada poderia buscar o restabelecimento da relação com os deuses, seja reparando as ações que causaram a ruptura (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI.62.7), repetindo o ritual (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLI.15.1), oferecendo aos deuses sacrifícios (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII.11.1-6), templos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. IV. 25.3), oferendas (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI. 62.7) ou uma *supplicatio* (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII.23.4).

Para o autor, as mudanças na ordem natural expressas pelos prodígios não representam o rompimento da *pax deorum*, mas que sua divindade protetora foi forçada a abandonar a comunidade ou deliberadamente a abandonou (REQUENA JIMENEZ, 2018, p.493). Eventos extraordinários como dias escurecendo inesperadamente, estátuas caindo, terremotos, animais falantes, pragas, incêndio, etc, seriam sinais claros da falta de proteção divina e a consequente desordem natural, o que traria consequências negativas à comunidade e, portanto, a necessidade imediata da procura pela paz dos deuses.

Nessa interpretação, os prodígios não podem ser vistos como mensagens dos deuses, mas como sintomas da ausência divina. As divindades romanas protegiam a comunidade e até poderiam abandoná-la, mas raramente a castigara diretamente, não sendo possível então relacionar os prodígios com a expressão da ira divina (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p.496). A *procuratio prodigiorum*, então, deveria ser vista menos como um remédio para apaziguar uma divindade e mais como uma forma de procurar os deuses, reconciliar a relação e buscar a paz. Desse modo, a frase *placare deum* (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VIII. 25.1) geralmente traduzida como “apaziguar os deuses”, poderia ser interpretada como “agradar os deuses”, de modo a retomar sua proteção para a comunidade (REQUENA JIMÉNEZ, 2018, p. 496).

Embora Requena Jiménez e Susan Satterfield não dialoguem em seus respectivos textos, ambos autores chegam a conclusões bastante semelhantes, isto é, que os prodígios expressam a ausência da proteção divina e sua consequente necessidade imediata por meio de rituais expiatórios, conclusão essa com a qual concordamos, ainda que Satterfield (2015, p. 440) pondere tal interpretação e nos mostre que, em alguns casos, Tito Lívio relacione diretamente os prodígios com a ira divina.

De modo a reforçar nosso posicionamento no debate historiográfico, vejamos agora como Tito Lívio apresenta os prodígios em sua obra e, assim, poderemos partir de uma classificação e definição dos prodígios a partir da própria *Ab Vrbe Condita Libri*. Como

dissemos, o termo *prodigium*, em Tito Lívio, expressa algum evento que representa a necessidade imediata da procura da *pax deorum*. Além desse termo, outras expressões foram usadas em conexão com esses fenômenos, como *portentum*, *ostentum*, *monstrum*, *praesagium* ou *miraculum*. Cícero sugere diferentes etimologias no *De Divinatione* (I.93), no qual Quinto estabelece ligações claras entre substantivos e verbos, e a ênfase é colocada no valor preditivo dos portentos:

Pois o que mostram (*ostendunt*), prognosticam (*portendunt*), revelam (*monstrant*) e predizem (*praedicunt*) são considerados presságios (*ostenta*), portentos (*portenta*), avisos divinos/maravilhas (*monstra*) e prodígios (*prodigia*) (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 93 - Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁷⁷

Apesar dessa variedade, não podemos estabelecer distinções precisas em seu significado e pode-se até mesmo duvidar que algum critério rigoroso tenha existido. Com certa generalização, podemos notar que as palavras *ostentum* e *portentum* se relacionam especialmente com objetos inanimados, enquanto *monstrum* e *miraculum* se tratam de seres animados (CHALUPA, 2012, p.57). A palavra *prodigium* pode ser considerada como um termo geral de descrição para esses fenômenos. Mas, como pontua Santangelo (2013, p.37), um exame minucioso de suas ocorrências mostra que elas geralmente se sobrepõem ao significado e são usadas quase de forma intercambiável pois, apesar dos esforços para estabelecer a etimologia e os significados exatos dessas palavras, na prática o uso desses termos foi bastante fluido.

A partir dessa diversidade de eventos e fenômenos, nos valem da proposta de categorização feita por Chalupa (2012, p.57-58) dos prodígios: a) eventos comuns e naturais que ocorreram em lugares especiais ou em circunstâncias incomuns. Esta subcategoria inclui, inundações, tempestades e terremotos, além de edifícios, templos ou muros atingidos por raios ou eclipses solares ou lunares; b) eventos extraordinários de caráter contra intuitivo, tais como uma transferência de habilidades psicológicas ou funções biológicas para objetos inanimados. Esta categoria inclui, por exemplo, animais falantes, estátuas suando ou objetos se movendo espontaneamente (estátuas, lanças em um templo etc.); c) eventos comuns que não violam as expectativas intuitivas, mas ultrapassaram os limites da normalidade pela sua intensidade ou por algumas circunstâncias concomitantes incomuns. Esta subcategoria abrange, em especial,

⁷⁷ “quia enim ostendunt, portendunt, monstrant, praedicunt, ostenta, portenta, monstra, prodigia dicuntur” (CÍCERO, *De Divinatione*, I, 93).

incursões de animais na cidade (lobos), templos (corujas) ou acampamentos militares (lobos, enxames de abelhas) ou comportamento animal incomum (por exemplo, um touro copulando com uma estátua de bronze de uma vaca).

Durante a República Romana houve um procedimento fixo no tratamento desses eventos. Em primeiro lugar, tal evento teve que ser relatado ao Senado. Embora teoricamente todos os cidadãos romanos possam relatar uma observação de eventos incomuns, nossas fontes antigas raramente mencionam outra pessoa além de um dos cônsules ou outros magistrados (CHALUPA, 2012, p.59). Em segundo lugar, o Senado tinha que decidir se um evento relatado seria um prodígio público (*prodigium publicum*) ou não, embora os critérios exatos usados pelo Senado nos sejam desconhecidos. Se ele fosse aceito como um prodígio público, seria necessária uma expiação pública. O Senado assumiu assim oficialmente a responsabilidade por qualquer ação adicional necessária à expiação deste prodígio. Em terceiro lugar, o Senado poderia agir por conta própria ou consultar alguns especialistas religiosos que possuem conhecimento religioso relacionado à interpretação de prodígios. Como mostram os relatos das listas de prodígios em Tito Lívio, o Senado geralmente se valeu de três grupos sacerdotais diferentes: os *decemviri sacris faciundis*, os pontífices e os harúspices. Os membros do colégio escolhido examinaram o evento e relataram ao Senado, ao passo que este poderia aceitar ou não a deliberação dos colégios. Finalmente, se o Senado aprovasse, uma expiação recomendada era autorizada e exigia que os rituais expiatórios fossem realizados, geralmente pelos cônsules no início de um novo ano. Esses procedimentos ligados à expiação de prodígios públicos eram parte inerente da vida política e religiosa romana nos tempos da República Romana.

A partir dessa complexidade, torna-se difícil uma definição única dos prodígios, especialmente em Tito Lívio. Além das contradições apontadas na historiografia, as evidências de *Ab Vrbe Condita Libri* não nos permitem uma definição linear e estática dos prodígios. Com o risco de perder a complexidade de tais fenômenos, podemos definir os prodígios como “uma ocorrência incomum na sociedade que é relatada ao Senado e aceita por aquele corpo como um *prodigium publicum* que requer expiação ritual” (RASMUSSEN, 2003, p. 11), em especial por expressar a necessidade da busca da *pax deorum*.

Em todos os casos, os prodígios em sua maioria eram a) expressões dos males vindouros provocados pela ausência divina ou b) expressões da ira divina, em casos de guerras e pragas. Assim, poderiam ser resultados dos erros humanos e da subsequente ira divina ou não estar associados às ações humanas. Tais visões não são necessariamente excludentes e ambas

encontram evidências na obra liviana. Mas devemos observar, em todos os casos, independentemente da causa da ameaça, a reação dos romanos sempre foi a mesma: procurar a *pax deorum*. Nesse sentido, todos os prodígios indicavam que a *pax deorum* era necessária e apenas em alguns casos implicavam a *ira deorum*. Assim, a expiação dos prodígios serviria não apenas para impedir uma ação divina contra a comunidade, mas também para mobilizar o apoio ativo dos deuses contra uma ameaça externa, como uma guerra ou praga (SATTERFIELD, 2015, p.443).

A partir das análises realizadas neste capítulo, definimos o conceito de adivinhação na república romana, a sua relação com a política e o papel fundamental dos colégios sacerdotais. Nosso recorte, como mostramos, foi na adivinhação dos prodígios, a partir da qual definimos o conceito de prodígio, suas dificuldades e multiplicidades, bem como a relação entre o *prodigium*, a *pax deorum* e a *ira deorum*. A partir do exposto, podemos avançar em nosso texto para, então, fazermos as análises do conceito de *supplicatio* em *Ab Vrbe Condita Libri*. A partir dessa definição, veremos em quais casos a *supplicatio* assume a função de expiação e, com esses dados extraídos da fonte, analisaremos mais de perto a execução desse ritual.

CAPÍTULO III
UMA ANÁLISE DA *SUPPLICATIO* EXPIATÓRIA EM *AB VRBE*
CONDITA LIBRI

3.1 – O VOCABULÁRIO DAS *SUPPLICATIONES* EM *AB VRBE CONDITA LIBRI*

Orientados pelas nossas hipóteses, e porque nosso estudo sobre esta documentação desperta certo deslumbre, decidimos estudar *Ab Vrbe Condita Libri* com o intuito de compreendermos, a partir de um novo olhar, esse período já tão estudado. Consideramos que as práticas da *religio* romana foram e continuam a ser, por intermédio das pesquisas (históricas, antropológicas e arqueológicas), objetos de referência cultural. Logo, a obra liviana nos traz possibilidades de leitura e análises atuais, pois mesmo estando temporalmente em um contexto distante da nossa atualidade, o tema sobre práticas religiosas, comportamentos sociais e discursos de memória constituem, em nosso entendimento, assuntos e debates instigantes.

É relevante ressaltarmos que em nossa tentativa de analisarmos o passado, acabamos esbarrando no nosso presente e, assim, lançamos mão de nossas expectativas para o futuro. Diante dessa percepção, Jeanne Marie Gagnebin (2006) acrescenta que

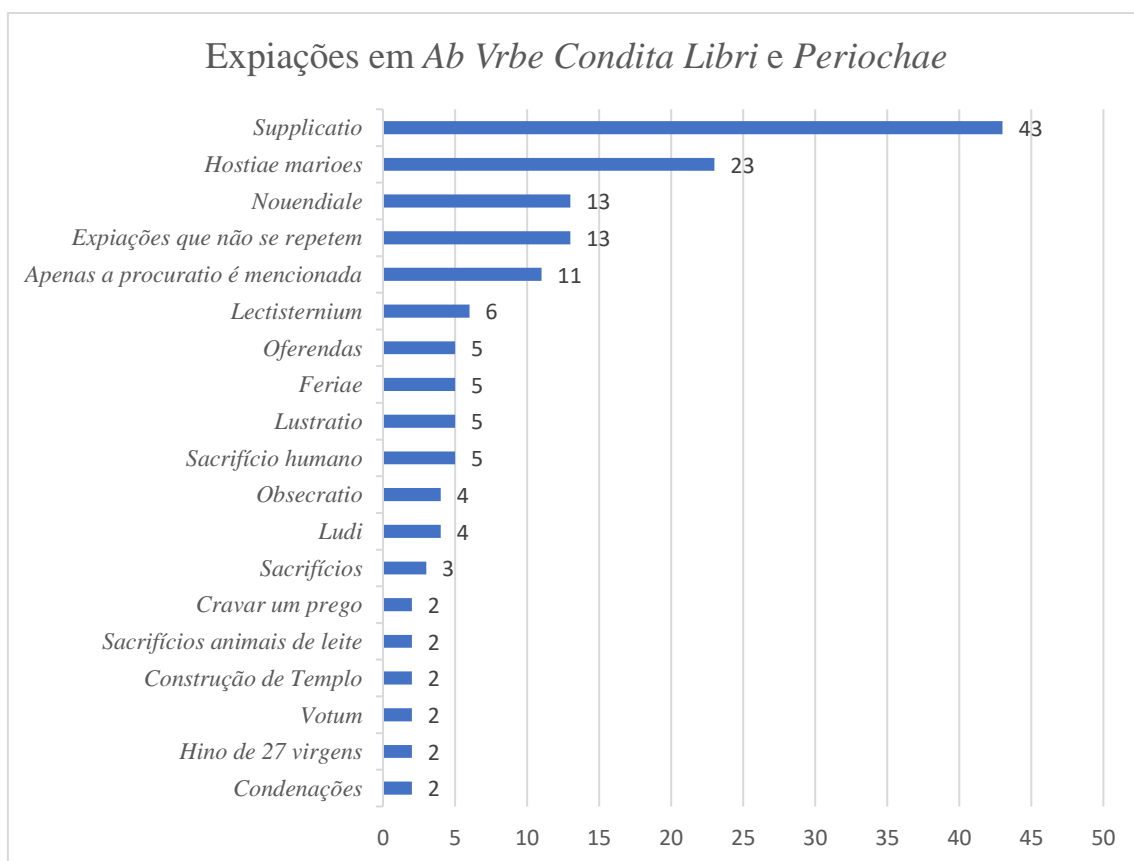
o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua narrativa afirma que o inesquecível existe mesmo se nós não podemos descrevê-lo (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

Sendo assim, podemos afirmar que o trabalho de Tito Lívio corresponde à produção de um saber e abarca a busca pela compreensão da vida humana em um tempo e um espaço específicos. A narrativa, seja ela utilizada para qualquer fim, apresenta um potencial de investigação histórica, pois traz em si um conhecimento além daquele exposto. Aqui, sem ressalvas, inferimos sobre aquele tipo de conhecimento retoricamente elaborado e construído pelos autores antigos.

Instigados pela reinvenção e ressignificação da História de Roma por Tito Lívio, passamos a elaborar questionamentos, os quais tornaram-se parte de uma problemática central da pesquisa. Tal problemática interroga sobre a ênfase nas práticas religiosas e na presença dos deuses e a relação destes com os homens, destacadas por Tito Lívio ao longo de sua narrativa. Lívio se esforça em ressaltar as experiências religiosas desde os primórdios de Roma até o contexto republicano; para tanto, coloca em destaque o papel fundamental da *religio* como elemento de manutenção cívica e institucional.

Mediante uma leitura de 35 livros e com temas tão plurais, inclusive sobre as diversas práticas religiosas, sentimo-nos na necessidade de fazer escolhas. Foi uma escolha feita por meio de perguntas, mapeamentos, dúvidas, interrogações, que resultaram, por fim, em um recorte temático. Nosso recorte se refere às práticas religiosas abordadas em *Ab Vrbe Condita Libri*, em específico às práticas de *supplicatio* que, segundo a tradição religiosa romana, inseriam-se nos rituais de expiação. Com isso, nossa proposta de estudo, como já mencionado, é pensar a *supplicatio* expiatória como uma categoria de análise. A pergunta aqui é: como chegamos a este ponto de definição acerca do objeto de estudo?

Para respondermos a tal questionamento, recorremos ao mapeamento documental e, a partir dele, construímos o gráfico abaixo, com o intuito de demonstrarmos os tipos de expiação que aparecem em *Ab Vrbe Condita Libri*. Portanto, objetivamos destacar a recorrência da *supplicatio* como prática de expiação e reivindicação da *pax deorum* na *Res Publica* romana.



Podemos verificar, no gráfico, a quantificação de todas as expiações mencionadas por Tito Lívio ao longo de sua narrativa. Todos os prodígios, suas referências na fonte, suas datas e expiações, estão listados em nosso Apêndice B. Como notamos, a *supplicatio* possui uma presença expressiva no que tange à expiação dos prodígios, representando cerca de 28% de todas as 152 expiações que mapeamos em *Ab Vrbe Condita Libri*. Abaixo da referência das

supplicationes, notamos a presença do sacrifício de vítimas maiores (*hostiae maiores*), seguidas por novenas e um conjunto de expiações que não se repetem.⁷⁸ As que classificamos apenas como *procuratio* dizem respeito à informação de que houve um ritual expiatório, mas Tito Lívio não o explicitou na documentação.⁷⁹ No conjunto das oferendas, reunimos as expiações que apresentam ofertas de partes de dotes, moedas, joias, etc. Em sacrifício humano, estão presentes três mortes de hermafroditas e o sacrifício de Marco Cúrcio que se lançou a um poço para expiar um prodígio. No que se atribuem aos *Ludi*, agrupamos as expiações que se referem à realização de jogos, tais como a instituição dos *Ludi scaenici* e a celebração de dez dias de jogos em honra de *Júpiter Optimus Maximus*. No conjunto dos sacrifícios, reunimos as referências às imolações em que Lívio não menciona o tipo de vítima, ao contrário das *hostiae maiores*, na qual o autor indica o sacrifício de vítimas adultas ou das *hostiae lactantes*, vítimas lactantes. Por fim, no item de condenações, temos a presença de duas virgens vestais supliciadas por violarem seu voto de virgindade.

Essa especificação e quantificação conceitual nos permitiu encontrar o caminho possível para desenvolvermos nossas análises e, portanto, apresentarmos as práticas ritualísticas expiatórias em *Ab Vrbe Condita Libri* como um tema instigante e significativo para a pesquisa histórica. Importa ressaltarmos que há outras práticas religiosas mencionadas por Tito Lívio ao longo de sua narrativa. Por exemplo, no esquema do gráfico acima visualizamos e compreendemos as variadas formas de se realizar as cerimônias religiosas, com seus sacrifícios e oferendas como práticas de expiação. Isto significa que temos um discurso plural e heterogêneo na obra liviana. Desse modo, acreditamos que a análise de nossa documentação textual pode ser profícua para o estudo de um certo recorte da religião romana. Esses textos trazem, nitidamente, discussões singulares sobre o modo de celebrar, ressignificar e ritualizar na Roma republicana da perspectiva de Tito Lívio.

A *religio* foi um traço fundamental de manutenção e prosperidade para a comunidade, por isso nossa ênfase nas *supplicationes*, haja vista que desconsiderá-las enquanto pesquisa é arriscarmos deixar escapar elementos centrais da experiência coletiva antiga. Neste ponto, a

⁷⁸ Temos, nesse conjunto, a presença de drenagem de água, um banquete, uma primavera sacra, introdução de Cibele em Roma, jejum a cada 5 anos etc.

⁷⁹ Nessa classificação, podemos citar os prodígios que foram expiados de acordo com a instrução dos Livros Sibílicos (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri* XXII.36.6-9; XXII.57.2-6); os prodígios que são expiados adequadamente (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri* XXIII.31.15; XXIII.39.5) ou quando os senadores ordenaram que os prodígios fossem expiados segundo prescrição dos pontífices (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri* XLI.15.1-4; XLI.16.3-6).

supplicatio expiatória é uma categoria ímpar para a análise, expressando-se na linguagem dos rituais romanos. Visto desse modo, selecionamos a prática da *supplicatio*, já que a mesma aparece em nossa documentação com maior frequência e, associada à performance e execução do ritual, pode, na maior parte dos casos, ser compreendida como uma medida expiatória. Aqui, sem ressalvas, colocaremos em destaque a prática da *supplicatio* com o objetivo de expiar os prodígios.

Com isso, torna-se notória a relação que nos propomos entre *religio*, *pax deorum* e *supplicatio*. A *religio* romana apresentada por Tito Lívio se traduz em atos e práticas que se repetem em um longo espaço temporal, conforme veremos. Torna-se a representatividade da comunicação cerimonial, já que, como supomos, isto garantiria uma coerência ritual circunscrita à relação da comunidade para com as divindades. Como sustenta William Paden (1996, p. 5), a relação com o sagrado não deve ser compreendida como um “além”, mas como o modo pelo qual uma ordem social específica é, deste modo, consolidada ou mantida intacta. Nesta perspectiva, consideramos que a celebração dos rituais demonstrava a relevância social dos valores e das crenças atribuídas à *pietas* para com os deuses.

A prática ritual cria um espaço de recordação em que seus membros estabelecem uma linguagem comunicativa e constroem laços de reciprocidade para com os deuses (SCHILLING, 1979, p. 51). Logo, a comunidade cívica que se celebra, se recorda e se renova cerimonialmente pela execução do rito consoma e confirma sua identidade cultural e religiosa (ASSMANN, 2008, p. 33). Existiu em Roma o ideal de comunidade como parte integrante da *Res Publica*, à medida que essas concepções fundamentavam a noção de coletividade e de *ciuitas*. Ressaltamos que o *ethos* romano se baseava no cumprimento das práticas sociais, religiosas e civis, o que permitiria a manutenção do *mos maiorum* e, por conseguinte, a promoção e consolidação da *pax deorum*. É nessa perspectiva que inserimos nossa compreensão sobre a categoria de análise da *supplicatio* expiatória.

Desse modo, a conceituação do termo latino *supplicatio* se torna essencial. Para tanto, recorreremos à pesquisadora F. S. Naiden (2006, p.7), ao nos dizer que a *supplicatio*, compreendida como elemento da ação ritual, significa tanto “apaziguo” quanto “ajoelho”, e o termo latino *supplex* (“ajoelhar-se”) se refere ao gesto clássico dos suplicantes. A *supplicatio* representa, antes de tudo, uma prática processional que veicula um pedido formal ou um agradecimento por um favor, auxílio, perdão ou misericórdia, e que demanda resposta. Segundo a autora, a súplica se assemelha à *precatio* (prece), mas tal pedido e sua consequente resposta

dizem respeito essencialmente aos seres humanos. Certamente os deuses estão envolvidos, mas a solicitação e a resposta são questões humanas e lidam com ações realizadas por seres humanos, e não por divindades. Na prece, os deuses são os destinatários. Na suplicação, o homem é o destinatário, ou, se o suplicante estiver diante de um altar e os oficiantes do rito lhe respondem em nome de um deus, os oficiantes e o deus são, ambos, os destinatários. Mesmo nesta situação, na qual um deus é o destinatário, os deuses são figuras secundárias, podem ser invocados num terceiro momento, quando um suplicante faz seu pedido e apresenta seus argumentos; servem, igualmente, como garantias de qualquer oferta ou auxílio. Outra característica também distingue a suplicação da prece: o endereçado na prece está ausente. Na suplicação, o endereçado está presente. Por esta razão, a suplicação de um deus só é possível se o deus responde por uma epifania (NAIDEN, 2006, p. 4).

A pesquisa da Naiden foi o único material mais completo que encontramos a respeito da *supplicatio* em Roma. No entanto, a autora lida com um tipo de súplica que não constitui nosso objeto de análise. Tal pesquisa se baseia na súplica de homens para homens, ao passo que nossa pesquisa trata de um ritual religioso. Nesse ponto, podemos notar que o anexo que Naiden apresenta acerca da lista das *supplicationes* em Tito Lívio não contém nenhum ritual religioso ou referência aos prodígios (NAIDEN, 2006, p. 347-348). A análise da autora a respeito das etapas da súplica não se enquadra em nosso objeto de análise.⁸⁰ Assim, apesar de se usar o mesmo termo *supplicatio*, tratam-se de gestos e de práticas distintas.

Outro ponto importante a destacarmos é a comparação entre prece (*precatio*), súplica (*supplicatio*) e obsecração (*obsecratio*). A prece ou oração⁸¹ é um ato de fala explícita ou

⁸⁰ A autora destaca as quatro etapas que constituem a prática da *supplicatio*: 1) primeiramente é caracterizada pela abordagem do suplicante a um destinatário em um determinado local; 2) a partir daí desenvolve-se a segunda etapa representada pelo uso expressivo dos gestos, como ajoelhar-se, juntar as mãos e elevá-las ao alto ou curvar-se; 3) com isso, destaca-se o terceiro passo quando ocorre o pedido, a formulação da súplica que é totalmente verbal; 4) realizado estes passos estruturais da *supplicatio*, o quarto momento é, pois, a resposta do suplicado. Aqui, sem ressalvas, avalia-se os suplicantes, decide se aceita ou rejeita o pedido formulado. Como destaca Beltrão (2015, p. 204-205), “a aproximação física que suscita o primeiro passo da súplica, e a presença dos gestos, no segundo, são estereotipados, visando à sua univocidade, e a *supplicatio* tem as características da repetição e da formalidade que caracterizam os rituais em geral. Compreendemos assim, que nestes dois primeiros momentos o contato físico e a performance gestual são condições prévias sob as quais o suplicante apresenta sua demanda ao destinatário. Teríamos, assim, no terceiro passo a presença daquele a quem a súplica é direcionada, o suplicado, que se fundamenta em padrões morais, legais e religiosos compartilhados.” Posto isto, interessa-nos ressaltar que a *supplicatio* representou uma prática de contato, gesto e discurso, atuando simultaneamente e, nela, a argumentação desempenha papel crucial. As palavras e os gestos são complementares para fins de comunicação e persuasão numa *supplicatio*. Para Naiden (2006, p. 26), a etapa do julgamento – quarto passo – configura-se por ser uma relação assimétrica de forças, mesmo que momentânea. Ora, um suplicante deveria ser retoricamente persuasivo, mas, sobretudo, deveria ser confiável.

⁸¹ A oração romana, como outros rituais, foi distinguida por tempos e lugares determinados. Cada cenário tinha suas próprias orações características, seja em casa, cemitério, templo, fórum ou campo de batalha. Para cada um

implicitamente dirigida a um público divino. O tipo mais comum de oração entre os romanos, bem como o mais ilustrativo do espírito de sua religião, era a oração peticionária, definida como uma solicitação feita por um ser humano a um imortal. As palavras latinas *precor*, *preces* e *precatio* são essencialmente palavras de petição (HICKSON, 1993, p. 4). A religião oficial se fazia pelos representantes da *Res Publica*, tanto religiosos quanto civis. Em certas observâncias de culto, os sacerdotes de divindades individuais ofereciam orações apropriadas. Mas quando a cerimônia era de interesse público, tal como um voto pelo bem-estar da *Res Publica*, um magistrado falava palavras que lhes foram ditadas por um *pontifex* (HICKSON, 1993, p. 5). Em algumas ocasiões, os magistrados e cidadãos particulares ofereciam orações juntos. No contexto de relato de prodígios e instauração da *procuratio prodigiorum*, o Senado poderia decretar dias públicos de oração, nos quais os cidadãos – homens, mulheres e crianças – se deslocariam de templo a templo por toda a cidade orando por ajuda divina, a *supplicatio* expiatória.

A *obsecratio*, por sua vez, é muitas vezes colocada como sinônimo da *supplicatio* (Cf. MACBAIN, 1982, p. 82; NAIDEN, 2006, p. 44). No entanto, das sete vezes em que o termo *obsecratio* aparece em Tito Lívio, em quatro ele está ao lado do termo *supplicatio* (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII.11, XXXI.8, XXXI.9, XLII.20), indicando que se tratam de rituais distintos. Como pontua Schultz (2006, p.163-164), o significado da obsecração não pode ser recuperado apenas com as evidências que nos chegaram; portanto, qualquer semelhança ou distinção entre os dois rituais não podem ser analisadas.

É interessante notarmos que em nosso mapeamento dos prodígios (Apêndice A), em nenhum momento o autor usa o termo *precatio* para se referir a alguma expiação, e quando usa o termo *obsecratio*, este aparece ao lado da *supplicatio*, indicando, deste modo, ações distintas. A partir dessas constatações, nosso mapeamento em torno do ritual se baseou apenas na análise

desses lugares, havia horários regulares que determinavam as performances rituais: refeição, nascimento, morte, festa, inauguração, batalha. Importa ressaltarmos que cada um desses tempos possuía suas próprias orações. Enquanto as orações públicas dos magistrados e sacerdotes seguiam as formas estabelecidas em livros, as orações particulares foram mais abertas à variação em sua estrutura, linguagem e conteúdo (HAHN, 2007, p. 238). De todos os rituais religiosos da antiguidade, a oração era a mais comum, já que podia aparecer de forma independente e como um componente de outros rituais. Tão importante era a formulação precisa das orações que nos rituais dos magistrados do estado recitavam as palavras seguindo o ditado de um sacerdote. Não aderir às fórmulas prescritas exigiu que o ritual fosse realizado novamente. Em seguida, um verbo ou frase verbal identificou o objetivo da oração, por exemplo, petição ou ação de graças. Além do pedido específico, as petições frequentemente incluíam, geralmente no final, um apelo mais geral ao favor da divindade invocada, sem a qual nenhuma oração poderia ser eficaz. Um componente essencial de qualquer petição era uma lista dos beneficiários do pedido. Finalmente, orações petitorias geralmente faziam alguma referência à razão pela qual a divindade deveria responder favoravelmente, na maioria das vezes uma referência a uma oferta presente ou futura. O tipo mais comum de oração peticionária, pelo menos na religião pública, era o voto.

do termo *supplicatio*, uma vez que apesar de algumas semelhanças possíveis com a *obsecratio* e a *precatio*, a súplica apresenta, em nossas leituras, traços distintivos. A *supplicatio* a que nos referimos, portanto, não se trata de um pedido de humanos para humanos, nem sequer demanda resposta. Nosso objeto de análise se refere a uma prece coletiva, ou seja, são orações de humanos para as divindades.

Diante dessas perspectivas, Hahn (2007, p. 236) acrescenta que as súplicas romanas não diziam respeito apenas a meros atos locutórios endereçados aos deuses. Por exemplo, em contextos de crises, o Senado decretava dias públicos de oração, nos quais os cidadãos, homens, mulheres e crianças, andavam de templo a templo por toda a cidade suplicando benesses divinas. Neste sentido, podemos afirmar que as *supplicationes* foram, sobretudo, uma forma de comunicação, uma linguagem verbal e gestual, as quais poderiam apresentar-se a partir de três sentidos: propiciatórias (petição), agradecimento (ação de graças) e expiatória (misericórdia), conforme veremos em detalhes no próximo tópico.

Desse modo, a prática da *supplicatio* se aproximava das performances dramáticas com seus movimentos e gestos, já que os coros se organizavam para cantar as orações enquanto caminhavam ou dançavam em procissão. Ao invocar os deuses, os suplicantes faziam gestos com as mãos, ajoelhavam-se e proferiam as súplicas durante a procissão, em especial no momento de encontro com a divindade representada, simbolicamente, pela presença de suas estátuas ou seus leitos (*puluinaria*) nos templos. Embora a comunidade cívica pudesse oferecer orações em qualquer lugar, muitos optaram por visitar os templos ou santuários onde a presença da divindade fazia-se especialmente mais próxima. Nestes locais, os suplicantes ficavam diante da própria estátua para, com isso, realizarem suas orações e estas serem ouvidas. Além disso, haviam numerosos santuários à beira da estrada, onde os transeuntes realizavam uma pausa para saudarem as divindades. Presentes, oferendas, cantos e sacrifícios poderiam também acompanhar a celebração da súplica, mas a função de destaque foi, de fato, as palavras que poderiam ser um pedido, um agradecimento ou a misericórdia divina, uma vez que a comunidade, neste caso, estaria em expiação.

Como pontua Hahn (2007, p.247), o termo *supplicatio* era usado para identificar dias públicos de oração com objetivo de propiciação, expiação e ação de graças. O fator distintivo era o conteúdo das orações, os magistrados e pessoas envolvidas (HAHN, 2007, p.247). Acrescentamos ainda que o objetivo da súplica, definido por seu contexto (guerra ou algum prodígio) era fator de diferenciação.

A respeito do que era dito nas orações de súplica, como pontua o autor (HAHN, 2007, p.242), não possuímos nenhuma oração completa a respeito das ações de graças, petições ou expiatórias que eram feitas durante as preces coletivas. Em *Ab Vrbe Condita Libri* não há qualquer menção ao que era dito durante as súplicas, com exceção de um excerto do livro XXXVIII, quando Lívio afirma que “se serve das seguintes palavras solenes para decretar um triunfo ou uma ação de graças: ‘Por ter conduzido os negócios públicos com competência e boa sorte’” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXXVIII.48).⁸² Ainda assim, essa citação se refere ao decreto da *supplicatio*, não à súplica em si.

Roma esteve envolvida em diversos contextos de derrotas militares, expansão e conquistas de territórios, sérios colapsos de suprimentos, bem como descontentamentos internos, os quais ocasionavam incertezas e caos na comunidade (HAHN, 2007, p. 237-240). É relevante ressaltarmos que muitos desses acontecimentos foram considerados como consequências de uma *religio neglecta* (“culto negligenciado”) e, com isso, supunha a expressão de uma *ira deorum* (“ira dos deuses”) (BERNSTEIN, 2007, p. 227). É neste sentido que a súplica se fazia necessária, pois promoveria um laço, uma comunicação com os deuses; deste modo, a comunidade garantiria a *pietas*. Todas as ações oficiais, em Roma ou no campo de batalha, envolviam atos de adivinhação e, portanto, de oração (HAHN, 2007, p. 242). Um exemplo disso é a argumentação de Cícero em *De Divinatione* (I, 102), quando elucida que

Os pitagóricos observaram atentamente não apenas as vozes dos deuses, mas também as dos homens, as quais chamam prognósticos. Uma vez que nossos antepassados pensavam que eles tinham valor, recitavam por isso primeiramente a fórmula em todos os empreendimentos, ‘para que fossem bons, propícios, produtivos e afortunados’; nas coisas divinas, tratadas publicamente, pediam que ‘favorecessem as línguas’ e, na determinação dos dias de descanso em homenagem aos deuses, que ‘se abstivessem de brigas e discussões’. (CÍCERO, *De Divinatione*. I, 102 – Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁸³

Os apontamentos de Cícero demonstram que a formulação de uma súplica endereçada às divindades deveria preceder todas as práticas sociais na *Res Publica* e, assim, permitiria a

⁸² “*in sollemnibus uerbis habet, cum supplicationem aut triumphum decernit, 'quod bene ac feliciter rem publicam administrarit'*” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita Libri*, XXXVIII.48).

⁸³ “*Neque solum deorum voces Pythagorei observitaverunt, sed etiam hominum, quae vocant omina. Quae maiores nostri quia valere censebant, idcirco omnibus rebus agendis 'quod bonum, faustum, felix fortunatumque esset' praefabantur, rebusque divinis, quae publice fierent, ut 'faverent linguis', imperabatur inque feriis imperandis, ut 'litibus et iurgiis se abstinere'*.” (CÍCERO, *De Divinatione*. I, 102).

ação das divindades com o intuito de proclamarem a *pax*. Segundo Hickson (1993, p. 9), a recitação dessas orações deveria seguir uma composição escrupulosa das fórmulas previstas. Assim, se obtivessem sucesso, saberiam que tinham utilizado as palavras e rituais apropriados, com isso, as súplicas seriam preservadas para serem usadas outras vezes. Contudo, poderiam ocorrer possíveis erros, casos nos quais as súplicas – propiciatórias, agradecimento e expiatórias – não surtiam o efeito esperado (HICKSON, 1993, p. 8). Para essas situações, buscavam descobrir o erro e, então, corrigi-lo; quando isso fosse feito, por mais que demorasse, os deuses ouviriam novamente as súplicas da comunidade.

Sobre esse aspecto, a narrativa de Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 9) destaca que, sob o consulado de Quinto Fábio Máximo (aproximadamente no ano de 217 a.C.),⁸⁴ quando este foi escolhido ditador pela segunda vez, com o intuito de ocupar-se das coisas sagradas, convocou o Senado. Nesta ocasião soube das negligências religiosas de Caio Flamínio e, objetivando aplacar a ira dos deuses, determinou aos decênviros a consulta dos livros sibílicos. Assim,

ao examinarem esses livros do destino, relataram aos senadores que o voto feito a Marte para aquela guerra não fora devidamente cumprido. Tinha de sê-lo de novo, na conformidade dos ritos e com maior amplitude; impunha-se votar a Júpiter grandes jogos, um templo a Vênus Ericina e à Inteligência; proceder a suplicações a um lectisternio, e a votar uma primavera sagrada para o caso de se obter a vitória ou a *Res Publica* permanecer tal qual era antes da guerra. (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, XXII. 9).⁸⁵

Podemos perceber que a *religio* romana era pragmática. Consideramos que a narrativa liviana indica a necessidade de proceder na execução correta dos ritos prescritos. Desse modo, a *Res Publica* obteria o apoio divino, uma vez que esta característica contratual da *religio* romana se manifestava no permanente cuidado que os homens deveriam ter para com a realização das coisas ditas sagradas – oferendas, sacrifícios, festividades, entre outros –, pois qualquer lapso, descuido ou inobservância às práticas religiosas poderia acarretar a ocorrência de prodígios funestos. No caso relatado, percebemos que uma promessa feita ao deus Marte não teria sido cumprida a partir da *res religiosa* determinada; com isso, houve a necessidade de

⁸⁴ Importa salientarmos que as datas que se referem aos eventos na obra de Tito Lívio foram retiradas da tabela elaborada pela autora Susanne William Rasmussen em seu livro “*Public portents in Republican Rome*” de 2003.

⁸⁵ “*qui inspectis fatalibus libris rettulerunt patribus, quod eius belli causa uotum Marti foret, id non rite factum de integro atque amplius faciundum esse, et Ioui ludos magnos et aedes Ueneri Erycinae ac Menti uouendas esse, et supplicationem lectisterniumque habendum, et uer sacrum uouendum si bellatum prospere esset resque publica in eodem quo ante bellum fuisset statu permansisset.*” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*, XXII. 9).

consulta aos sacerdotes e aos livros para que pudessem reivindicar a comunicação precisa com os deuses. O excerto comprova não somente a relação entre comunidade e seus deuses, mas mais precisamente a busca pela súplica. Temos em um primeiro momento a presença do pedido e a determinação do *votum* – promessa – às divindades; em seguida, decreta-se que caso a *Res Publica* se mantivesse estável, realizar-se-ia uma súplica de ação de graças, a qual seria acompanhada da execução de um *lectisternium*⁸⁶ (banquete ritualístico) e da promulgação de uma primavera sagrada (sacrifícios de animais).

Assim, ao se preocuparem com a promoção da *pax* e da prosperidade na *urbs*, deveriam conduzir suas súplicas com distinção e louvor (HICKSON, 1993, p. 5). Para tanto, sua linguagem poderia assumir o sentido de uma petição – um pedido formal – ou de um voto associado a promessa condicionada ao cumprimento do pedido realizado (Cf. TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 10). Como nos propõe Scheid (2007, p. 270), homens e deuses deveriam estar sempre em relação; por isso, a súplica tornava-se, de fato, um instrumento necessário. Assim, a comunidade poderia aproveitar, por exemplo, para celebrar, oferecer honras, pedir perdão, proteção e estabelecer compromissos inadiáveis perante o sagrado.

A súplica, portanto, é o tema central de nosso trabalho, uma vez que ela expressa essa relação da comunidade cívica para com o divino. A oração, embora também seja fundamental nessa constante busca da *pax deorum*, se torna objeto de outras análises, ao passo que aqui lidamos com preces coletivas, isto é, as *supplicationes*. Conforme já anunciamos anteriormente, a súplica assume a função de ações de graças, propiciatória ou expiatória. Nesse sentido, no tópico seguinte iremos estabelecer suas principais diferenças e, assim, apresentar a *supplicatio* expiatória como categoria de análise.

3.2 – A SUPPLICATIO EXPIATÓRIA COMO CONCEITO DE ANÁLISE

A partir do debate a respeito da súplica, prece e obsecração em Tito Lívio, no contexto da expiação dos prodígios, observamos que o termo que aparece na obra liviana é *supplicatio*. A partir dessa constatação, realizamos um mapeamento a respeito desse vocábulo, com o objetivo de compreendermos seus usos em nossa documentação. Nesse sentido, buscamos

⁸⁶ O termo *lectisternium* advindo da documentação em latim significa – *lectus* + *sterno* – *lectistérnio* – ação de estender um leito, no qual se colocavam as estátuas dos deuses para lhes oferecerem um banquete.

analisar os sentidos e usos da *supplicatio* em Tito Lívio e, assim, refletirmos sobre a *supplicatio* expiatória como categoria de análise. Vejamos, assim, como o ritual da *supplicatio* expiatória aparece na *Ab Vrbe Condita Libri* de Tito Lívio.

Antes de iniciarmos nossas análises, algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, o mapeamento que fizemos para compor a argumentação desse tópico se deu a partir do substantivo feminino *supplicatio*. Esse termo aparece 117 vezes na obra liviana, todas as vezes em *Ab Vrbe Condita Libri* e nenhuma nas *Periochae*. Conforme dissemos, há uma distinção entre a *supplicatio* enquanto propiciatória, como ação de graças e como expiação. Sendo assim, verificamos a seguinte ocorrência: 9 súplicas propiciatórias, 40 súplicas de ação de graças e 43 súplicas expiatórias.

Vejamos, então, as principais diferenças no que se refere à súplica expiatória diante das outras duas ocorrências. Temos que destacar que, nesse ponto, a diferença fundamental se refere ao objetivo e contexto do ritual, não à sua execução em si, conforme veremos no próximo tópico. Nesse sentido, notamos que as súplicas propiciatórias e de ação de graças ocorrem sempre em um contexto de guerra, seja para pedir por uma vitória ou para agradecer por uma, respectivamente. Assim sendo, uma das súplicas propiciatórias aparecem como um *votum* para o caso de vitória militar (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII.9; XXII.10), ao passo que as restantes se remetem a pedidos de feliz termo (*feliciter eueniret*) a alguma batalha (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI.17; XXV.12; XXX.1; XXXI.8; XXXI.9; XXXVI.2; XXXVII.47). As súplicas gratulatórias, ou de ações de graças, por sua vez, sempre aparecem em um contexto de vitória militar, muitas das quais ocorrem quando o Senado recebe uma carta de um dos cônsules informando sobre a vitória (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. X.45, XXXI.22; XXXIII.37; XLI.12 e XLII.9).

O primeiro ponto de diferença fundamental entre a *supplicatio* expiatória e as demais é a participação dos cônsules. Em nosso mapeamento, no que tange às suplicações gratulatórias, observamos que o Senado é citado 24 vezes, sempre referenciado como o que decretou a *supplicatio* (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. *senatus decerneret* V.23; *decreta ab senatu*. XXXVI.38; *senatus consulto* XXXVII.58; *senatu decreta* XL.28). Entre as 7 vezes em que os cônsules são citados nos eventos da súplica de ação de graças, em 4 eles são apontados como os responsáveis por vitórias militares que mereceram as súplicas (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. III.63; X.21; XXV.8; XLV.2). As súplicas propiciatórias, embora tenhamos menos dados, também foram decretadas pelo Senado (*senatus consulto indicta est* XXXI.8). A

supplicatio expiatória, por sua vez, também envolve a participação do Senado (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. senatus decreuit* X.23; *senatus decreuit* XXIII.11; *senatus consulto* XXVIII.11). Isso ocorre devido ao processo da *procuratio prodigiorum*, na qual o cônsul leva ao Senado os relatos de prodígios e os senadores decretam a expiação destes prodígios. A peculiaridade da súplica expiatória ocorre pela necessidade de participação do cônsul, não apenas para levar os relatos ao Senado, mas também por sua participação nos rituais de expiação.

Como pontua Satterfield (2012, p.68), o início do ano era um momento-chave para a expiação dos prodígios relatados. Na narrativa liviana, muitos dos prodígios foram expiados pelos cônsules antes destes deixaram a cidade de Roma para lidarem com assuntos militares (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. XXVII.11; XXVII.23; XXVII.37; XXV.21; XXXVI.37*). Os cônsules eram responsáveis por apresentar cada novo prodígio ao Senado para aprovação e depois supervisionar ou conduzir as cerimônias expiatórias apropriadas em um processo que poderia levar dias ou até semanas para ser concluído. Mas devemos ter em mente que a expiação dos prodígios foi, para os romanos, a chave para o sucesso dos empreendimentos militares e políticos; isto é, as expiações foram realizadas não apesar de desafios militares urgentes, mas por causa deles (SATTERFIELD, 2012, p.74).

Isso nos remete à questão de que os romanos não estavam preocupados em expiar os prodígios o mais rápido possível, mas o mais corretamente. Se levarmos em consideração a interpretação tradicional de que os prodígios expressam o rompimento da *pax deorum*, seria incoerente que alguns prodígios esperassem meses até serem expiados no início do próximo ano, uma vez que manter a relação apropriada com os deuses era uma questão fundamental para a vida pública dos romanos.

Haviam algumas implicações pelo fato de a expiação dos prodígios serem alocadas no início do ano consular. Uma vantagem prática é que as cerimônias teriam sido menos prejudiciais para a vida política romana, haja vista que limitaria o número de dias em que cerimônias expiatórias seriam realizadas. Um único ano poderia ver dez ou mais prodígios e expiar estes juntos teria reduzido as exigências ao Senado, aos sacerdotes e ao povo, que eram frequentemente convidados a participar em dias de oração pública, as *supplicationes* expiatórias. Ao realizarem expiações no início do ano, os romanos deixaram claro que as cerimônias eram conduzidas com o propósito de obter o favor dos deuses para o novo ano. Ao expiar prodígios fora do contexto de sua ocorrência, os romanos afastaram a ênfase do evento

negativo dos próprios prodígios e colocaram-na na ação positiva de expiação, a qual, por intermédio da diligência dos executores, foi quase sempre bem-sucedida em obter o favor dos deuses (SATTERFIELD, 2012, p.84). Em outras palavras, se os prodígios são expiados em massa no início do ano, a ênfase é colocada mais na expiação do que nos prodígios em si.

O momento das cerimônias deu aos cônsules e aos sacerdotes a chance de não apenas obter o favor dos deuses, mas também um meio de comprovar tal favor. Quando as cerimônias foram realizadas e o resultado dos sacrifícios foi favorável, os romanos podiam ter plena confiança nas benesses dos deuses naquele ano. O envolvimento dos cônsules nas cerimônias expiatórias enfatizava seu papel como líderes religiosos em Roma e sua responsabilidade de manter o favor dos deuses durante seu próprio ano no cargo (SATTERFIELD, 2012, p.84). Para os romanos, a religião desempenhou um papel fundamental no sucesso ou fracasso de um cônsul e se ele falhasse em seus deveres militares, seu fracasso poderia ser atribuído à falta de *pietas* religiosa. A participação do cônsul em rituais religiosos oferecia um meio importante de expressar sua piedade para com os deuses.

Outro ponto de distinção entre as súplicas, o qual aprofundaremos no próximo tópico, se refere à participação dos sacerdotes no processo de decerto das expiações necessárias aos prodígios. Como podemos observar no Apêndice D, para a realização das *supplicationes* expiatórias, verificamos 6 referências aos Livros Sibílicos, 14 referências aos decênviros, 3 menções dos pontífices e 3 dos harúspices. Na realização dos rituais das ações de graças, não encontramos qualquer menção aos sacerdotes e, do mesmo modo, nas súplicas propiciatórias os sacerdotes não são mencionados, com uma única exceção. Vejamos esse evento com mais detalhes:

Declarando que para aplacar a cólera dos deuses estes mesmos deveriam ser consultados, que os decênviros consultassem os Livros Sibílicos, o que geralmente só é decretado em presença de prodígios alarmantes. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 9).⁸⁷

Neste caso específico, Tito Lívio nos informa que os decênviros foram chamados pelo ditador Quinto Fábio Máximo e este, convocando o Senado, mostrou a negligência das cerimônias de Caio Flamínio. É interessante notarmos que, neste caso, Lívio reforça mais uma

⁸⁷ “*esse quaeque piacula irae deum essent ipsos deos consulendos esse, perucit ut, quod non ferme decernitur nisi cum taetra prodigia nuntiata sunt, decemviri libros Sibyllinos adire iuberentur*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 9).

vez a importância da participação dos sacerdotes no contexto de eventos prodigiosos e que esse caso excepcional, em nossa leitura, destaca ainda mais a distinção entre as súplicas expiatórias e as demais.

A partir das definições acima, compreendemos que a súplica, enquanto prática, representa uma forma de busca da coesão social, de laços de reciprocidade e de gestos que foram compartilhados em devoção às divindades. De modo a detalharmos essas diferenças, vejamos mais de perto três momentos em que na *Ab Vrbe Condita Libri* aparece a *supplicatio* com distintos objetivos. Em Tito Lívio temos as seguintes alusões:⁸⁸

A leitura da carta dos cônsules foi ouvida com muita alegria na cúria, em seguida na assembleia do povo. Com súplicas que duraram quatro dias, os particulares procuraram celebrar a alegria pública. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. X, 45).⁸⁹

Também para o caso de vitória, a fim de celebrar os grandes jogos, votaram-se 333 mil asses, 333 trientes de asse, 300 bois a Júpiter e a vários outros deuses, bois brancos e outras vítimas prescritas. Pronunciados esses votos segundo os ritos, ordenaram-se súplicas. E suplicaram não só a multidão de cidadãos com mulheres e filhos, mas camponeses de algumas posses igualmente preocupados com o destino da *Res Publica*. (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 10).⁹⁰

Nesse ano, a primavera foi procelosa. Um dia antes da Parílias, cerca de meio-dia, tremenda tempestade acompanhada de vento devastou numerosos locais sagrados e profanos [...]. Por isso, a tempestade foi interpretada como um prodígio, prescrevendo os harúspices medidas de expiação. [...]. Para conjurar tais prodígios, ofereceu-se o sacrifício de vinte vítimas adultas e celebrou-se um dia de súplica. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XL, 2).⁹¹

Temos com esses excertos documentais o uso do conceito latino *supplicatio*; contudo, sua prática e sentido tornam-se, respectivamente, diferenciados para cada contexto acima. Na primeira referência retirada do livro X de *Ab Vrbe Condita Libri* o contexto situa-se em meados

⁸⁸ *Ab Vrbe Condita Libri* nos traz outras referências sobre o conteúdo e a característica das súplicas, mas selecionamos apenas três casos diferentes para estabelecermos a distinção conceitual.

⁸⁹ “*litterae consulum ingenti laetitia et in curia et in contione audita, et quadridui supplicatione publicum gaudium priuatis studiis celebratum est*”. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. X, 45).

⁹⁰ “*eiusdem rei causa ludi magni uoti aeris trecentis triginta tribus milibus, trecentis triginta tribus triente, praeterea bubus Ioui trecentis, multis aliis diuis bubus albis atque ceteris hostiis. uotis rite nuncupatis supplicatio edicta; supplicatumque iere cum coniugibus ac liberis non urbana multitudo tantum sed agrestium etiam, quos in aliqua sua fortuna publica quoque contingebat cura*”. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 10).

⁹¹ “*uer procellosum eo anno fuit. pridie Parilia, medio ferme die, atrox cum uento tempestas coorta multis sacris profanisque locis stragem fecit [...]. ita-que in prodigium uersa ea tempestas, procurarique haruspices iusserunt. [...]. ob ea prodigia uiginti hostiis maioribus sacrificatum est et diem unum supplicatio fuit*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XL, 2).

do ano de 294 a.C., já o excerto do livro XXII indica o contexto político-religioso do ano de 217 a.C., enquanto nossa referência ao trecho do livro XL se trata de um acontecimento narrado aproximadamente no ano de 182 a.C. Ao destacarmos essas três referências em Tito Lívio, nosso objetivo é demonstrar como, em nossa documentação, o conceito de *supplicatio* pode estar relacionado ao sentido de uma petição (propiciatória), a um agradecimento, tal como a prática de uma ação de graças por uma vitória alcançada, como também pode estar associada ao contexto de caos com as ocorrências de prodígios, já que, como supomos, nesses casos, a celebração da *supplicatio* estaria vinculada à necessidade de expiação. Representaria, assim, o que denominamos de *supplicatio* expiatória.

No primeiro excerto do livro X temos a ênfase na realização de uma *supplicatio* em contexto de vitória contra os Sâmios. Neste episódio, Tito Lívio acentua que em decorrência da vitória e pela alegria concedida à Roma, decretou-se a realização durante quatro dias de uma *supplicatio*. Em nossa leitura, o sentido desta súplica foi de um agradecimento – ação de graças – direcionado às potências divinas.

É significativo observarmos que as orações de agradecimento sempre mencionavam o ato divino que merecia a oferta de agradecimento (HAHN, 2007, p. 236). Tal como se observa na narrativa liviana, a comunidade celebra a *fortuna* da *Res Publica* e, para tanto, ofertam graças aos deuses pela conquista. Outro elemento em destaque nas súplicas de agradecimento é a presença de um verbo ou uma locução verbal, e neste caso temos o verbo celebrar – *celebratum* – indicando, deste modo, o objetivo da súplica. Aqui, o ato de celebrar fundamenta, em nossa opinião, o sentido de reciprocidade e de *pietas*. A *Res Publica* é, portanto, o espaço de reivindicação pela permanência do sagrado (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXXVIII, 48).

No excerto seguinte, do livro XXII de *Ab Vrbe Condita Libri*, temos nas palavras de Tito Lívio a seguinte expressão: “pronunciados esses votos segundo os ritos, ordenaram-se súplicas” (*uotis rite nuncupatis supplicatio edicta*); neste trecho acentua-se a súplica de petição. Há a formulação de um pedido aos deuses, essas petições são representadas, geralmente, por pedidos de cura, de proteção, ou bênção. Percebemos que o pedido, aqui, diz respeito ao favor das divindades pela prosperidade e proteção da *urbs* romana. Precede a elaboração do pedido a oferta de um *votum* já que, como supomos, as súplicas direcionadas a pedir algo incluíam uma oferta de dedicação às divindades, representada pelo advento do voto que indicaria um compromisso assumido para com o sagrado. Tito Lívio, ao dizer que “para o caso de vitória, a

fim de celebrar os grandes jogos, votaram-se 333 mil asses, 333 trientes de asse, 300 bois a júpiter e, a vários outros deuses, bois brancos e outras vítimas prescritas” (TITO LÍVIO, *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 10) coloca em destaque, uma súplica com característica de uma petição, ao expressá-la na forma de uma condição, ao prometer (voto) ofertas e sacrifícios às divindades caso o pedido fosse concedido. Isto quer dizer que, além do pedido específico, as petições constituíam-se pela presença de um apelo mais geral ao favor da divindade invocada, sem a qual nenhuma súplica poderia ser eficaz. Em se tratando da invocação das divindades no ato da súplica, Ogilvie (1989, p. 24-29) acrescenta que invocar seria aquela parte da súplica que objetivava ganhar a atenção dos deuses, de modo que o pedido se tornasse eficaz. Ao que tudo indica, toda prática de *supplicatio*, independentemente do propósito (por exemplo, voto e petição, agradecimento e expiatória), incluía, portanto, uma invocação (HICKSON, 1993, p. 33).

Segundo Hahn (2007, p. 240), um componente essencial de uma *supplicatio* petítória foi a presença de uma lista ou menção dos beneficiários do pedido a ser realizado. Na narrativa de Tito Lívio, o uso da expressão “*fortuna publica*” nos permite afirmar que os beneficiários seriam, de fato, a comunidade preocupada com a manutenção da *urbs*. Lembremos que o contexto mencionado por Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 10) se refere a um período de guerra, de disputas por conquistas territoriais e, neste sentido, o apoio e a intervenção divina seriam primordiais para o sucesso.

Diante dessa perspectiva, Freyburger (1988, p. 514) pontua que a prática da súplica teria, pois, uma dupla relevância: a primeira diz respeito às benesses que poderiam ser alcançadas, de acordo com a resposta positiva em relação aos votos e pedidos estabelecidos; a segunda se refere à possível recusa por parte das divindades, o que poderia gerar caos e a necessidade de ressignificar a *supplicatio*. Em outras palavras, formular-se-iam novos pedidos e votos em conformidade com ritos prescritos.

Diante dessas considerações, Lívio acentua, no terceiro excerto, uma referência do livro XL, situada por volta do ano de 182 a.C. Esta narrativa se refere ao contexto de uma primavera procelosa com a ocorrência de prodígios nefastos, e como medida ritualística ficou determinada a celebração de um dia de *supplicatio* (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, XL, 2). O elemento primordial neste contexto são os prodígios, já que, a partir deles, se definem medidas de expiação para apaziguar as divindades. Compreendemos, assim, a relevância dada à prática da *supplicatio* expiatória como elemento da ação ritual, um modo de reconexão com o sagrado

pela realização de orações ofertadas aos deuses. Ao suplicar e expiar a comunidade, reconciliava-se com as divindades a fim de garantir a permanência da comunicação entre humanos e deuses e, deste modo, promover a *pax* na *urbs*.

Interessa ressaltarmos que na maioria dos casos narrados por Tito Lívio, o conceito latino *supplicatio*, quando inserido em contexto de expiação, aparece diretamente relacionado aos seguintes termos: *prodigium*, *sacrificatum*, *hostiis maioribus*, *piaculum*, *irae deum*. Isso nos leva a crer que tais conceitos indicam, sobretudo, a necessidade de reparação e de reconciliação por intermédio de procedimentos jurídico-religiosos – *procuratio prodigiorum* – os quais garantiriam por seu rigor a eficácia da *pax* buscada pela comunidade (FÉVRIER, 2008, p. 165-170).

Como sustenta Caroline Février (2008, p. 165), a *supplicatio* expiatória poderia se inserir como uma das medidas estabelecidas pela *procuratio*, isto é, o “cuidado” dos prodígios pelas autoridades civis e religiosas. Interessa observarmos que o contexto de expiação vem descrito pelas práticas de *expiare* e *placare*. Desse modo, havia um primeiro momento a ação de eliminação da contaminação – *expiare* – e, com isso, propunham-se ao momento de reconciliação com a divindade – *placare* – por meio de uma série de cerimônias ritualísticas. Propiciavam, segundo pensamos, o apaziguamento com o divino; deste modo, constituíam uma forma de diálogo entre homens e deuses.

Segundo a autora, a *supplicatio* enquanto expiação poderia ser celebrada no santuário de uma divindade em específico e, quando apropriado, realizar-se-ia no local onde o prodígio havia ocorrido. Nestes casos, o objetivo seria apaziguar divindades locais (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLI, 13). Em consequência dessas ocorrências, a atuação dos sacerdotes ficou cada vez mais necessária para estabelecerem junto ao Senado a *procuratio*. Por exemplo, os pontífices (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXX, 2), os harúspices (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXXII, 1; XLI, 13), e mais especialmente os dencênviros (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXXVI, 4; XXXVII, 3; XL, 19; XL, 45; XLII, 2; XLIII, 13) foram levados durante suas interpretações e observações dos prodígios a revelarem os nomes dos deuses a quem as súplicas deveriam ser dirigidas – quase sempre deuses não mencionados por Tito Lívio, que apenas nos diz que foram realizadas súplicas em todos os templos, para todos os deuses ou em todos os leitos dos deuses. Quando identificavam os destinatários, os sacerdotes redigiam um decreto que seria enviado ao Senado para, assim, prosseguirem com a implementação da expiação. As *supplicationes*, nesses contextos, assumiam o papel de um

remedium (FÉVRIER, 2008, p. 174). Inseriam-se nos ritos expiatórios, tratando-se de orações feitas pela população nos templos e altares, diante das divindades, apresentadas ao público em seus *puluinaria* (leitos).

Portanto, Tito Lívio pretende enfatizar o ato da súplica como um dos momentos essenciais do *piaculum* (rito expiatório), o qual constituía as prescrições rituais (SCHEID, 1991, p. 9). Por esse motivo, consagravam a busca pela ordem sagrada. Como observamos até aqui, foi na perfeição ritualística que a divindade esteve interessada, e só quando esta não é observada corretamente há o descontentamento. “Os reais humores dos deuses são dados através de fenômenos espetaculares e ameaçadores” (SCHEID, 1991, p. 66), os prodígios. Assim, de acordo com nossas hipóteses, a obrigação piacular (expição) se relaciona diretamente a um objetivo: o êxito ou o fracasso, os quais traduziriam a vontade dos deuses (SCHEID, 1991, p. 19); ou seja, os homens repetiam o rito religioso com a celebração de sacrifícios específicos fixados pela tradição (POE, 1984, p. 61; BOYCE, 1937, p. 157-160), no claro intuito de recobrem o efeito positivo do ato sagrado.

Diante dessas considerações, alinhamo-nos a Halkin (1953, p. 9–13), quando diz que embora os estudiosos da religião romana tenham prestado considerável atenção aos festivais e atos ritualísticos, distanciaram-se de um estudo mais específico e detalhado sobre as *supplicationes* e sua relevância como uma prática da *religio* romana. Segundo o pesquisador, a súplica foi, então, o momento crucial do ritual. Por mais que a celebração dos sacrifícios fosse reconhecida como o ponto central do rito, consideramos que os sacrifícios sem a ação da prece com suas fórmulas e gestos seria vazio e sem fundamentação, uma vez que era na prece que a divindade seria nomeada e declarada como a recebedora do sacrifício. A prática ritualística romana, portanto, possuía uma arquitetura complexa. Se pensarmos a elaboração dos rituais e seus aparatos – decretos, consultas sacerdotais, oferendas, sacrifícios, altares, preces, templos e divindades – perceberemos que as palavras (sejam de agradecimento, de pedido ou por uma expiação) de uma súplica representaria, de fato, o propósito do ritual. Assim, os destinatários e os suplicantes poderiam estabelecer uma comunicação. No entanto, conforme já enunciamos, as palavras ditas durante tais preces coletivas, as *supplicationes*, nos são irrecuperáveis.

Sobre isso, é importante destacarmos que Tito Lívio acentua a suplicação como um dispositivo do “*ritus sacrorum tradidit*”, uma ação perpetrada em benefício do indivíduo e da comunidade cívica em prol da manutenção da *pax deorum*. Logo, o compartilhar dos gestos simbólicos e do pedido verbal constituíram as etapas da *supplicatio* e, de fato, compunham a

prática ritualística. Representava, assim, um espaço de reminiscências, procissão e reverência. Embora não tenhamos acesso ao conteúdo dessas preces, Tito Lívio nos permite refletir e pensar as especificidades do ritual da *supplicatio* expiatória, em especial seu contexto prodigioso, nos sacerdotes e autoridades envolvidas, bem como a procissão em si e seus participantes. É, portanto, a partir dessa compreensão que desenvolvemos estas discussões, com o objetivo de demonstrarmos como em *Ab Vrbe Condita Libri* aparece o conceito de *supplicatio* e, com isso, seus diferentes propósitos e conteúdo para cada contexto da narrativa. Tendo definido conceitualmente o termo *supplicatio*, cumpre-nos discutir nos próximos tópicos o objeto de estudo desta tese: o recorte temático sobre a categoria de análise *supplicatio* expiatória. Para tanto, colocamos em destaque sua característica processional e os protagonistas dessa prática.

3.3 – O PROCESSO DA *SUPPLICATIO* EXPIATÓRIA COMO PRÁTICA COLETIVA

Ao longo de nossa leitura de *Ab Vrbe Condita Libri*, percebemos que Tito Lívio compreende a *religio* e sua prática como um fenômeno coletivo e social. Daí seu interesse ao colocar em destaque as crises e as negligências religiosas como ações que abalaram a cidade, especialmente no contexto conturbado marcado pela segunda guerra púnica.⁹² Ao nos referirmos à *religio* romana, recordemos as palavras de Tito Lívio ao relatar em seu primeiro livro que

naquela época a justiça e o sentimento religioso de Numa Pompílio eram célebres. Vivia em Curo, na Sabina, e conhecia profundamente tudo o que se podia saber na época em relação às leis divinas e humanas [...] desejou que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 18).⁹³

⁹² Dos livros XXI ao XXX, Lívio narra a segunda Guerra Púnica, que ocorreu entre 218 e 202 a. C., quando os cartagineses resolveram aumentar seus domínios sob a liderança de Amílcar Barca. Romanos e cartagineses limitaram suas áreas em um tratado assinado em 226, na cidade de Sagunto, aliada de Roma. Com a morte de Asdrúbal, Aníbal tornou-se líder dos cartagineses na Espanha e em 219 conquistou a cidade de Sagunto. Os romanos fizeram questão da restituição da cidade e da libertação do comandante militar, mas Cartago preferiu combater, iniciando assim a guerra. Importa salientarmos que durante a segunda Guerra Púnica ocorreram numerosos prodígios, como o acontecimento de chuvas de sangue, visões, relâmpagos, estátuas que suam e o incesto das vestais Opímia e Floronia (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI. 46. 1-2; XXI. 62; XXII. 1. 8-12; XXII. 36. 6-7; XXII. 57. 1-4). De acordo com Celada (2010, p. 288), nesta conjuntura concentraram-se numerosos prodígios funestos justificados, segundo o autor, pelo advento da guerra e dos conflitos.

⁹³ “*Inclita iustitia religioque ea tempestate Numae Pompili erat. Curibus Sabinis habitabat, consultissimus vir, ut in illa quisquam esse aetate poterat, omnis divini atque humani iuris. [...] sicut Romulus augurato urbe condenda regnum adeptus est, de se quoque deos consuli iussit*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, I, XVIII).

A epígrafe supracitada sugere a relevância das práticas religiosas representadas em *Ab Vrbe Condita Libri*, pois a observância dos augúrios e auspícios, tal como é notado no comportamento de Numa Pompílio (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 18), coloca em evidência a associação da *religio* como elemento essencial do discurso institucional romano. Assim sendo, o monarca Numa Pompílio incorpora a *pietas* a partir da obediência aos rituais, e reestabelece a vinculação com as divindades pela comemoração e ritualização dos laços entre homens e deuses. Representa, em nossa opinião, o ideal de comportamento social que expressava, em termos efetivos, a *uirtus* de uma comunidade cívica em função da manutenção de suas relações com os deuses por meio das cerimônias, das festividades e dos rituais. Nesse sentido, o discurso liviano apresenta a *religio – sacra publica* – como necessária ao ordenamento social na comunidade cívica.

Em outras palavras, o vínculo estabelecido entre homens para com os deuses, segundo a tradição religiosa romana, foi de respeito e agradecimento. O compromisso dessa relação se dava por meio da prática ritualística. Representava um dever. Em nossa percepção, a *religio* romana se baseava na celebração adequada dos ritos e das cerimônias, as quais asseguravam a relação dos deuses com a *Res Publica* (RAMÍREZ BATALLA, 2009, p. 270). Conforme nosso entendimento, a execução do rito se constituiu a partir de um repertório ritual, com suas fórmulas sobre como proceder diante de cada cerimônia. A prática ritualística é parte da tradição e, sendo assim, reinventavam-se no cotidiano e nas celebrações, já que a tradição pode ser compreendida como um

conjunto de práticas regidas normalmente por regras manifestas ou tacitamente aceitas, sendo de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade com o passado (HOBSBAWM, 1997, p. 8).

Desse ponto de vista, consideramos que a tradição foi um elemento essencial para a manutenção da *religio* e suas práticas. Segundo Miguel Ángel Ramírez Batalla (2009, p. 271), a *religio* com a realização de suas práticas ritualísticas foi um importante instrumento de coesão social; por isso, a execução das cerimônias e a preservação das instituições religiosas foram consideradas um dever cívico de toda a comunidade, como bem notamos na obra liviana. Esses elementos a definiam Roma, portanto, como um espaço do sagrado. Sobre isto, importa destacarmos que a

autoridade da tradição religiosa e a presença dos deuses em Roma fizeram com que a *Res Publica* se preocupasse em conservar e manter o aparato religioso e as bases ancestrais da cidade.

Visto desse modo, parece-nos pertinente inferir que a temática das práticas ritualísticas, em especial a celebração das *supplicationes*, passa pela compreensão dos gestos, dos comportamentos, das circunstâncias e de todo o conjunto de signos que acompanhavam o discurso religioso (FOUCAULT, 1996, p. 41). Como pontua Scheid (2007, p. 39-40), a religião romana não foi baseada em fé, mas sim, na manutenção da prática ritual. Nesta perspectiva, Cícero, em *De natura deorum*, nos alude algumas reflexões. Citemos *in extenso*:

Célio⁹⁴ escreve que C. Flamínio, por menosprezar a religião, tombou junto ao Trasimeno⁹⁵ por causa do menosprezo da religião, com grande golpe contra a República. Pela ruína desses, pode-se compreender que a República foi engrandecida sob o comando daqueles que respeitaram a religião. E caso queiramos comparar com as estrangeiras nossa religião, isto é, o culto dos deuses, descobriremos que, nesse aspecto, somos muito superiores e nos demais somos iguais ou até inferiores (CÍCERO, *De Natura Deorum*, II, 8 – Trad. de Bruno Fregni Bassetto).⁹⁶

A *Religio* romana, de acordo com Cícero, foi representada pela *religione id est cultu deorum* – o culto aos deuses. Aqui, sem ressalvas, compreendemos que Cícero se refere a uma atenção meticulosa diante das prescrições para a celebração do rito. Isto quer dizer que a *fides* e a *pietas* dos homens para com os deuses resultaram do correto cumprimento das ações estabelecidas pelos costumes ancestrais. Segundo Scheid (2007, p. 41-42), o comportamento social, os gestos compartilhados e os deveres foram expressões que definiram e constituíram a base do ritual romano. Com isso, a comunidade cívica teria condições de compartilhar e repetir as práticas ritualísticas ano após ano, criavam uma espécie de segmento ritual, o qual foi observado e sentido (BELL, 2006, p. 173-177). Nota-se que foi por meio do ritual que os homens demonstraram a superioridade dos deuses e sua crucial e efetiva participação na

⁹⁴ Célio (*Caelius Antipater*) foi historiador e jurista do tempo dos Gracos.

⁹⁵ Trasimeno se refere a um lago na Etrúria, Itália, junto ao qual Caio Flamínio foi derrotado por Aníbal, em 217 a.C., durante a segunda guerra púnica.

⁹⁶ “*C. Flaminius Coelius religione neglecta cecidisse apud Transumenum scribit cum magno rei publicae vulnere. quorum exitio intellegi potest eorum imperiis rem publicam amplificatam qui religionibus paruisent. et si conferre volumus nostra cum externis, ceteris rebus aut pares aut etiam inferiores reperiemur, religione id est cultu deorum multo superiores.*” (CÍCERO, *De Natura Deorum*, II, 8).

comunidade, isto é, na gestão e sobrevivência da *Res Publica* ao lado dos romanos (SCHEID, 2007, p. 42). É, portanto, nesse ambiente que a participação da comunidade ganha ênfase.

Cabe-nos ressaltar que a *supplicatio* se desenvolvia enquanto uma procissão, e isso coloca em destaque o papel dos suplicantes e dos destinatários envolvidos. Segundo argumenta Beltrão (2012, p. 121), a participação numa procissão ou num banquete radicava na “premissa da igualdade de seus participantes; não a igualdade jurídica, teórica, dos *ciues*, mas uma paridade de nível e *status* social. Assim, o público, a grande massa da população, assistia ao ritual”. Como acentua Rupke (1996, p.146), “a noção romana de ‘público’ denota um espaço limitado no qual apenas os grupos superiores podiam comunicar-se entre seus próprios membros”. No entanto, observamos que a população romana participava ativamente das *supplicationes* e de outros ritos que formavam os *piacula*, segundo sua responsabilidade religiosa na *urbs*. Percebe-se que os cidadãos agiam religiosamente segundo seu nível de responsabilidade para com as instituições públicas (BELTRÃO, 2003).

Assim, antes mesmo de iniciarmos as análises devemos levar em consideração o elemento do *fatum* – destino – na Roma antiga e, com isso, conseguiremos olhar para nossa documentação e ver até que ponto temos a predeterminação da vontade divina e atuação dos homens. No latim clássico, *fatum* indica um substantivo neutro pertencente a II declinação e pode ser compreendido como: 1) uma profecia, os decretos dos deuses; 2) um decreto do destino – fadado – o que o destino reserva, o futuro; 3) o destino, a determinação dos limites da vida; 4) destino como a força que molda os eventos e acontecimentos (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 680). Segundo Peter Kuhlmann (2011, p. 15-23), não houve em Roma uma concepção de *fatum* – destino – no sentido de um determinismo. Isto implica reconhecer que mesmo a ocorrência de alguns prodígios e a prática do ritual expiatório no quadro de cerimônias religiosas da *Res Publica* demonstram a participação e intervenção da ação do homem, tal como o próprio Tito Lívio demonstra no episódio do livro XXVIII. Nesta narrativa, situada aproximadamente no ano de 206 a.C., Tito Lívio acentua a ocorrência de numerosos prodígios numa certa cidade da Itália. Segundo o historiador latino, em um contexto de guerras, os quais se atribuíam aos deuses as causas de todos os acontecimentos, favoráveis ou adversos, proliferavam as notícias sobre prodígios (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri. XXVIII, 11*). Com o intuito de apaziguarem os deuses e resolverem os assuntos referentes aos prodígios, os cônsules decretaram medidas expiatórias: o sacrifício de vítimas adultas – *hostiae maiores* – e a celebração das *supplicationes*. Esses ritos expiatórios foram conclamados a partir de um Senado consulto. Até aqui entendemos que os prodígios estivessem relacionados à vontade

divina – *ira deorum* –, contudo, neste mesmo contexto da narrativa ocorreu a extinção do fogo no templo de Vesta, evento associado, segundo indica Tito Lívio, à negligência humana. É exatamente este aspecto que desejamos frisar, pois observamos que nem todos os eventos estavam relacionados com a determinação da providência divina, havia em muitas ocasiões a interferência das desmesuras do homem. Assim, colocamos em destaque as palavras de Lívio:

Mais que todos os prodígios anunciados no exterior ou avisados em Roma aturdiu os ânimos a extinção do fogo no templo de Vesta. Por ordem do pontífice Públio Licínio, foi açoitada a vestal de guarda naquela noite. Embora, não constituísse nenhuma advertência da parte dos deuses, mas mero acidente provocado pela negligência humana, decidiu-se aplacar os efeitos pelo sacrifício de vítimas adultas e com a realização de uma súplica no templo de Vesta (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVIII, 11).⁹⁷

Por outro lado, também temos na narrativa liviana a correspondência em relação à presença do destino – *fatum*. Isto nos demonstra que a intervenção humana e a determinação do destino poderiam constituir dois planos possíveis de evidência em nossa documentação. Dessa maneira, Tito Lívio atribuiu alguns eventos/acontecimentos da história de Roma ao *fatum*⁹⁸, tal como fica expresso em sua narrativa do livro primeiro, quando diz que “mas o destino exigia, creio eu, a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 4).⁹⁹ O *fatum* representava, deste modo, a providência divina, a qual poderia afetar ou influenciar o cotidiano da comunidade (KUHLMANN, 2011, p. 15). A palavra latina *fatum* deriva de *fari* – dizer – e inicialmente significa “o que foi dito”. Na poesia épica latina a expressão é encontrada várias vezes no plural *fata deum* – asserções dos deuses – (e.g. VIRGÍLIO. *Aeneis*. II,54; III,576; VI,376) e indica ideias fundadas à época arcaica. O *fatum*, tal como indicado pela obra de Virgílio, seria a vontade de Júpiter, a qual determina que se cumpra com os deveres cívicos (VIRGÍLIO. *Aeneis*. I, 278).

⁹⁷ “*plus omnibus aut nuntiatis peregre aut uisis domi prodigiis terruit animos hominum ignis in aede Uestae extinctus, caesaque flagro est Uestalis cuius custodia eius noctis fuerat iussu P. Licini pontificis. id quamquam nihil portentibus dis ceterum neglegentia humana acciderat, tamen et hostiis maioribus procurari et supplicationem ad Uestae haberi placuit.*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVIII, 11).

⁹⁸ O termo *fatum* e suas variantes (*fata, fati, fato, fatorum, fatis*) aparece num total de 39 vezes em *Ab Vrbe Condita Libri*.

⁹⁹ “*sed debebatur, ut opinor, fati tantae origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 4).

De acordo com Marco Antonio Collares (2010, p. 112), Tito Lívio teria concebido os eventos progressos pela “(re) significação do conceito de *fatum*, que pode ser resumido pelos acontecimentos predestinados da história humana, mas que, em *Ab Vrbe Condita Libri*, significaria a não-determinação total da fortuna no devir, apesar de suas constantes intervenções”. Para Jason Davies (2004, p. 108), o conceito de *fatum* em *Ab Vrbe Condita Libri* pode ser entendido como um sistema de interpretação, o qual contribuiu para a integridade da *religio* em Roma. Isso não quer dizer que as disposições do destino – *fatum* – funcionassem como uma categoria causal para o inexplicável: não há evidências em *Ab Vrbe Condita Libri* de que as divindades operassem de maneira misteriosa. A atuação do sagrado foi inteligível e com condições de serem interpretadas e compreendidas pelos homens. Os livros sibilinos, por exemplo, continham previsões baseadas no destino. Ora, não haveria sentido em documentar o inexplicável como previsível. Como propõe Davies (2004, p. 114), os deuses poderiam ser invocados quando os esforços dos homens tivessem sido esgotados; assim, também o *fatum* tornar-se-ia necessário quando todas as explicações divinas já tivessem sido buscadas. Com isso, podemos supor que as disposições do destino não foram necessariamente o único caminho para se obter referências sobre o prognóstico de Roma. Podemos dizer, assim, que houve no contexto romano um poder retórico atribuído aos elementos do destino. Trata-se, aqui, da relevância dada às determinações atribuídas pelas potências divinas. Contudo, apesar dessa influência e do papel do destino nos acontecimentos, não podemos deixar de enfatizar que a prática dos homens continua sendo a arena de atuação e que os deuses e o destino foram a estrutura para a legitimação de todas as ações sociais, políticas e religiosas. Não nos referimos a três níveis de poder independentes, pois percebemos que na narrativa liviana homens, deuses e o destino estiveram presentes como elementos essenciais para a prosperidade da *urbs* (DAVIES, 2004, p. 114). É exatamente esse tecido de relações e comunicabilidade que torna a obra de Tito Lívio uma possibilidade para investigações.

À vista disso, podemos afirmar que a *religio* para os romanos foi interpretativa. As deduções religiosas são práticas no sentido de que elas têm a intenção de dar origem a um determinado curso de ação. É nessa conjuntura que Tito Lívio define, redefine e reafirma as categorias de interpretação sobre os desígnios sagrados. Ao longo de sua narrativa, instituições e indivíduos faziam distinções entre situações “religiosas” e “não-religiosas”, avaliavam os eventos prodigiosos e, neste sentido, propunham soluções. Soluções que seriam buscadas e realizadas a partir de práticas: cerimônias, sacrifícios, ritos e em muitas ocasiões, com a promulgação das *supplicationes* em ordem de procissão pelos santuários. Como argumentamos,

a religião forma um sistema de conhecimento, e isso significa que os “diagnósticos” religiosos pautar-se-iam em um esforço interpretativo, o qual não terminou com uma resposta definitiva e correta, mas sobre múltiplas considerações, tanto sociais quanto religiosas (DAVIES, 2004, p. 124). Qualquer declaração religiosa estava sujeita a múltiplas considerações: escritores, oradores, sacerdotes e Senado colocavam as questões religiosas em uma teia complexa, a partir da qual os deuses e a comunidade tornavam-se os protagonistas.

Com esse viés interpretativo, supomos que a narrativa de Tito Lívio indica as *supplicationes* como um espaço de interações sociais. Para tanto, nos propomos a analisar a prática da *supplicatio* em contexto de expiação como uma ação excepcional, um modo de reconexão com o espaço sagrado, o qual atingia toda a comunidade cívica. Neste sentido, utilizamos como metodologia de análise o mapeamento representado em apêndice nesta tese. Nele consta a prática da *supplicatio* como uma das medidas expiatórias em contexto de prodígios. Contudo, interessa-nos ressaltar que nem todas as vezes que se refere ao conceito Tito Lívio nos fornece detalhes e informações suficientes sobre a prática da súplica, isto é, como foi decretada e sua realização, tampouco o colégio sacerdotal que a presidiu. Nesses casos – como consta em apêndice – a *supplicatio* é apenas mencionada após os prodígios. Com essas ressalvas, nos vimos na condição de realizar escolhas, sendo assim, passamos a analisar o processo da realização do ritual da súplica.

Apesar das distinções que estabelecemos antes a respeito dos objetivos de cada suplicação, a súplica em si não difere no que se refere à sua execução. Ou seja, apesar de serem rituais com objetivos distintos, propiciar, gratular e expiar, a narrativa de Tito Lívio não destaca qualquer distinção no tocante à realização do ritual da súplica aos deuses. Nesse sentido, até onde os dados que colhemos da fonte nos permitem dizer, não há diferença alguma entre os três tipos de súplica para além do seu objetivo. Do mesmo modo, em Tito Lívio não há qualquer destaque a respeito de uma mudança diacrônica na realização desse ritual. Assim sendo, ao que a narrativa liviana nos permite afirmar, não houve mudanças no tocante ao ritual da súplica aos deuses desde seu primeiro aparecimento na narrativa, em 463 a.C. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. III.7) até sua última menção, em 167 a.C. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLV.16).

A partir dessas constatações, iremos, neste tópico, traçar um quadro a respeito da execução do ritual da súplica na narrativa de Tito Lívio. Como já dissemos, muitas vezes o autor apenas menciona que foi realizada uma *supplicatio*, sem qualquer outra informação, ao

passo que outras vezes é apresentado o número de dias de súplica, o local, a quais deuses eram endereçadas ou quem participou, sejam magistrados, membros de algum colégio sacerdotal ou povo de Roma. Sendo assim, são raros os casos em que mais de uma informação desse tipo nos é apresentada a respeito de um mesmo ritual de *supplicatio* (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. X.23, XXI.62, XXV.12, XXVII.37, XXX.17, XXXI.8 e XL.37). Ao não constarmos alguma mudança entre os rituais com distintos objetivos ou entre os diferentes contextos, iremos, a partir do nosso mapeamento, unir diferentes informações de distintas práticas de súplica narradas em *Ab Vrbe Condita Libri*, para traçarmos esse quadro geral a respeito do ritual da *supplicatio*.

Nosso mapeamento se baseou na busca por todas as aparições da palavra *supplicatio* na narrativa liviana, como dissemos, sendo encontradas um total de 117 aparições correspondentes a 92 ocorrências de preces públicas. A partir do recorte das respectivas passagens, fizemos algumas perguntas à documentação: a qual tipo de *supplicatio* corresponde e qual seria seu objetivo? Quais autoridades participam da instauração ou execução no rito? Quais sacerdotes, magistrados ou o Senado? Quem participou do ritual em si? Qual o local e quantos dias durou a respectiva súplica? Quais foram os deuses, templos, santuários ou *puluinaria* mencionados por Lívio? Quais outros detalhes a respeito da procissão são informados por Tito Lívio?

As primeiras questões foram respondidas no tópico anterior, haja vista que remetem aos diferentes objetivos da *supplicatio*, ou sejam, gratular, propiciar e expiar. Neste momento, vamos nos voltar para as questões que envolvem a prática da *supplicatio* expiatória em si, tais como: 1) presença dos prodígios; 2) *procuratio prodigiorum*; 3) participação das autoridades; 4) dos cidadãos, o local, as divindades e outros detalhes. Neste sentido, consideramos primordial iniciarmos nossas análises pela conjuntura em que a *supplicatio* expiatória foi dada a realizar-se: o contexto dos prodígios.

Interessa mencionarmos que o contexto dos prodígios é nosso primeiro momento de análise, haja vista que é por meio de sua ocorrência que se justifica a realização de uma *supplicatio* expiatória. As súplicas com objetivo de ação de graças e as de petição se inserem, segundo consta em *Ab Vrbe Condita Libri*, em conjuntura de guerra, seja em combate, em derrota ou em vitórias militares (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. III, 63; V, 23; X, 21; X, 45; X, 47. Ver ainda em Apêndice D). Em *Ab Vrbe Condita Libri* os prodígios representam uma ocorrência incomum que é relatada ao Senado e aceita como um *prodigium publicum*, o qual requer expiação ritual (RASMUSSEN, 2003, p. 11), em especial por expressar

a necessidade da busca da *pax deorum*. Como sugere Santiago Montero (2008, p. 141-142), a ocorrência de prodígios na narrativa de Tito Lívio sugere que a paz com os deuses deveria ser procurada com maior vigor. Como esclarece Veit Rosenberger (2007, p. 295), os prodígios representaram eventos que necessitavam de serem expiados. A maioria dos ritos expiatórios pode ser classificada da seguinte forma:

1. A remoção do evento prodigioso:

- a) De Roma: em 135 a.C., uma coruja foi ouvida primeiro no Capitólio e depois na cidade, foi pega e queimada; em 101 a.C., foi realizado um ritual de bode expiatório: os sacerdotes levaram uma cabra com seus chifres em chamas pela cidade e a expulsaram por um dos portões;
- b) Dentro da cidade: aqui inclui o enterro de relâmpagos, bem como o enterro de vestais vivas, as quais haviam sido condenadas por falta de castidade. As duas vestais de 216 a.C. foram enterradas dentro das paredes na porta colina, o ponto mais distante possível do fórum (*e.g.* TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 57.2);
- c) Fora de Roma: os hermafroditas, por exemplo, não podiam ser mortos em Roma. A expiação para o caso de aparecimento de hermafroditas era presidida, em especial pelos harúspices (*e.g.* TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXVII, 11). Nestes casos, entendiam que toda forma monstruosa deveria desaparecer do mundo dos homens, sendo assim, seriam jogados/afogados no mar ou queimados vivos pelos sacerdotes (CELADA, 2010, p. 286). Entendemos que ao se tratarem de hermafroditas, deveriam ser executados fora de Roma, pois, como sabemos, a *urbs* era considerada um local sagrado e mantinha-se delimitada pelo *pomerium*. O *pomerium* permitiria, assim, a proteção e a integridade sagrada do solo da *urbs*. Uma vez *sacra*, a comunidade deveria garantir o cumprimento e respeito por aquele espaço, pois, como entendemos, o *pomerium* transformar-se-ia em um *locus religiosus*.

2. A restauração de fronteiras por intermédio dos rituais:

- a) com a realização de uma *lustratio*, a qual se desenvolveu em torno de uma procissão solene celebrada pelos colégios sacerdotais pelo território urbano; trata-se, portanto, de um rito expiatório (*piaculum*) que purificava o solo urbano, restaurando ritualmente os limites e a segurança de Roma (*e.g.* TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. III, 29);

- b) em uma súplica, por exemplo, a população encaminhava-se para os templos abertos e celebravam os sacrifícios usando coroas de flores em seus cabelos. O objetivo era a restauração e redefinição das fronteiras entre deuses e humanos, ou seja, os limites entre os grupos da sociedade romana. No *lectisternium* de 217 a.C., celebrado após a derrota no lago Trasimeno, as estátuas dos 12 deuses do Olimpo foram ritualmente servidas por três dias (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII,10). Entende-se que comer junto ao leito dos deuses simbolizava tanto a estreita ligação quanto a diferença entre os deuses e a comunidade.

Apenas alguns rituais não se encaixam neste quadro, por exemplo, um jejum ritual em homenagem a Ceres, registrado em 191 a.C. (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXXVI, 37.4). Tal como pontua Rosenberger (2007, p. 197), o mesmo tipo de prodígio nem sempre seria expiado com os mesmos rituais. A única exceção seria os prodígios referentes a chuva de pedras, tal como indica Tito Lívio, que seriam regularmente expiados pela celebração de um *nouemdiale sacrum* (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. I, 31; XXIII, 31; XXV, 7; XXVII, 37; XXIX, 10-14; XXX, 38, ver ainda em Apêndice B) ou um *feriae* por três ou até nove dias (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. III, 5). Para os demais tipos de prodígios, os romanos usaram uma variedade de rituais, tais como os cultos, as *supplicationes* em todos os leitos dos deuses (*puluinaria*) e os sacrifícios (*hostiae maiores*). Desse modo, entendemos que os prodígios expressaram que a *pax deum*, garantida pela observância dos ritos, deveria ser buscada (*pacem exposcere*). Neste sentido, a presença do prodígio marca a necessidade de uma intervenção por parte dos cônsules antes destes deixaram a cidade para assuntos militares, qual seja: a prática expiatória estabelecida a partir da *procuratio prodigiorum*.

De acordo com Février (2008, p. 166), a procuração dos prodígios foi, sem dúvida, uma das manifestações mais evidentes da *religio* que em Roma condicionava as relações entre homens e deuses. Existia nos romanos uma preocupação pela eficiência dos rituais. Assim, mesmo após a expiação, não hesitavam em prosseguir na manutenção das cerimônias, ao celebrarem continuamente em favor dos deuses. Neste sentido, a partir da *procuratio prodigiorum* definiam-se quais as cerimônias seriam necessárias para melhor expiarem as impurezas e, assim, apaziguar os deuses. Em outras palavras, determinavam a qual divindade ou divindades deveriam direcionar suas orações e sacrifícios, ao invés de invocá-la inapropriadamente (FÉVRIER, 2008, p. 177).

Sabemos, pois, que os deuses em Roma são definidos por seu poder de ação. São reconhecidos como forças que atuam e agem sobre a cidade e seus habitantes e, por esta razão, são solicitados e, se necessário, “designados” por meio de um epíteto funcional. Nomear um deus invocando-o foi recorrer à especificidade de seu poder (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VII, 33; X, 23; X, 47; XXI, 62; XXXVIII, 11; XLI, 28). Invocá-lo sem nomeá-lo, isto é, sem especificar seu epíteto, foi recorrer à totalidade e multiplicidade dos deuses e de suas atribuições para com a comunidade (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXIII, 11; XLI, 13). Como afirma Scheid (2007, p. 50), a obrigação ritual implicava a realização das cerimônias e, a partir disso, produzir-se-iam efeitos benéficos para o povo romano. Logo, promover a manutenção do rito se tornou, de fato, a expressão de uma jurisprudência sagrada (SCHEID, 2007, p. 50).

É interessante ressaltarmos que percebemos, a partir de nosso mapeamento, que os termos mais utilizados por Tito Lívio para determinar o contexto de expiação e a promulgação da *procuratio prodigiorum* são: *pacemque exposcere*, *ire placuit*, *senatus decerneret*, *procurari placuit*, *rite placatis*. Como indica o verbo transitivo *exposcere* – solicitar, implorar – há uma reivindicação pelo sagrado que permitiria a manutenção da *pax deum* e, desse modo, a condição ideal de manutenção da ordem no interior da *urbs*. Assim, a recorrência ao verbo *placuit*, no sentido de aplacar os deuses, ter o merecimento da misericórdia divina, reafirma a relação que temos proposto e sustentado ao longo de nossas discussões. Há em *Ab Vrbe Condita Libri* etapas, ou seja, contextos essenciais que antecipam a promulgação da *supplicatio* expiatória: *prodigium*, *procurari* e *pax*. Esta tríade representa, em nossas análises, que a comunidade romana sempre buscou pela manutenção da *pax*, a presença dos deuses era vínculo de sobrevivência e legitimação da *urbs* e de seu poder. Nada se mantinha estável sem que os deuses determinassem e participassem. Trata-se, portanto, de se aterem à mensagem divina, desenvolvendo-se não somente uma exegese dos prodígios e ritos expiatórios específicos, mas, sobretudo, procedimentos jurídico-religiosos para esconjurar seus efeitos. É neste contexto que a participação do Senado torna-se, de fato, primordial, já que a partir do *senatus decerneret* – aqui, *decerneret* é um verbo transitivo, expressa ação – assumiam oficialmente os prodígios e, com isso, decretavam sua expiação – *procuratio prodigiorum* – e reivindicavam em muitas ocasiões a presença dos colégios sacerdotais e a participação dos cônsules. A partir do decreto senatorial tinha-se como primeiro objetivo *expiare* (eliminar; expurgar) o perigo e, como segundo, *placare deorum* (apaziguar os deuses), reconciliando os mortais com as divindades mediante algumas cerimônias – em nosso caso, as *supplicationes*, que se constituíram como

uma forma de comunicação entre humanos e divindades. Tais eventos, contudo, escapavam às possibilidades de previsão humana, ou seja, “à ordem “normal” das coisas e da vida, necessária à manutenção da comunidade enquanto tal e, para os romanos, implicavam que algo no mundo estava “errado”” (BELTRÃO, 2012, p. 71-72), o que vinculavam a uma necessidade de manter as relações *pax deorum-pax hominum*, que garantia a ordem do mundo.

Neste sentido, observamos o relato de Tito Lívio em seu livro XXIV, ao se referir à ocorrência de prodígios, coloca em destaque a função dos magistrados ao serem consultados acerca da tomada de posições para aplacar os deuses: “Depois de tentar assim apaziguar os deuses, os cônsules submeteram ao Senado os assuntos públicos (...)” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXIV, 11).¹⁰⁰ O testemunho de Lívio nos permite compreender o valor que a *Res Publica* dava à observância dos prodígios. Desta forma, o tratamento muito bem definido e específico que essas ocorrências deveriam receber por parte do Senado e dos sacerdócios públicos foi fundamental para a execução dos ritos, tal como determinavam os costumes. Podemos inferir, com essas discussões, que em um quadro esquemático para a execução e celebração da *supplicatio* expiatória temos a seguinte quantificação referente à participação dos magistrados: 3 menções aos pontífices, 3 menções aos harúspices, 14 menções ao colégio dos dencênviros e 6 indicações do uso dos livros sibilinos, o que também nos remete à participação dos dencênviros. Teríamos, então, um total de 26 referências aos magistrados em *Ab Vrbe Condita Libri*, das quais 20 são atuações dos dencênviros para a realização da *supplicatio* no contexto do rito expiatório. A partir disso, Rosenberger (2007, p. 293) afirma que o primeiro passo mediante contexto prodigioso seria anunciá-lo a um magistrado, geralmente a um cônsul ou um pretor (*nuntiatio*). O magistrado, em seguida, relataria o sinal perante o Senado, em alguns casos, tendo uma testemunha com ele (*relatio*). O Senado tinha o direito de aceitar ou recusar o sinal incomum. Uma vez que o prodígio fosse aceito (*susceptio*), o Senado detinha o poder de decidir qual ritual realizaria com o intuito de expiá-lo. Conforme já discutimos anteriormente, nesse momento o Senado recorria à especialização de cada sacerdócio, que eram solicitados para auxiliarem na interpretação dos fenômenos prodigiosos e, assim, recorrerem às medidas mais exatas para expiação.

Sabemos que o Senado poderia aceitar, recusar, reinterpretar ou mesmo recorrer novamente ao aconselhamento e especialização dos sacerdotes, caso fosse necessário. Em Tito

¹⁰⁰ “*perpetratis quae ad pacem deum pertinebant, de re publica [...] essent consules ad senatum rettulerunt.*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXIV, 11).

Lívio, percebemos uma especificação relacionada a cada sacerdócio, por exemplo, os pontífices consultavam seus *libri pontificii*, livros que consistiam em: *annales*, *fasti*, *ritualia*, *indigitamenta*, *acta*, e *commentarii*, os quais incluíam várias *responsa* e *decreta* em assuntos religiosos (RASMUSSEN, 2003, p. 171). Os harúspices recorriam aos seus livros sobre rituais relacionados à função de *exta* (exame das entranhas das vítimas), e os decênviros estavam diretamente relacionados à consulta aos livros sibilinos. Observemos dois exemplos tidos em *Ab Vrbe Condita Libri* referentes à participação dos decênviros junto à execução da *supplicatio* expiatória. Citemos *in extenso*:

Os decênviros consultaram os livros sibilinos sobre os prodígios que diziam respeito ao interesse público. Determinaram os deuses aos cônsules que deveriam oferecer quarenta vítimas adultas e ordenaram uma suplicação. O corpo de magistrados sacrificaria também vítimas adultas, em procissão à roda de todos os templos, com o povo usando coroas. Essas cerimônias foram realizadas segundo as prescrições dos decênviros (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLIII, 13).¹⁰¹

Em Roma e nas imediações, produziram-se naquele ano inúmeros prodígios (...). Em relação a todos os prodígios anunciados ordenaram os decênviros que se consultassem os livros, salvo quanto à chuva de pedras no Piceno, que mereceu uma novena. Quase toda a cidade se empenhou em afastar, mediante cerimônias, a ameaça dos prodígios. Antes de mais nada purificou-se a cidade, com sacrifícios de vítimas adultas aos deuses indicados (...), em Ceres, onde as tabuinhas haviam encolhido, decretou-se um lectisternio e suplicações à Fortuna, no Álgido; também em Roma se prescreveu um lectisternio à Juventude, mais suplicações no templo de Hércules, designado pelo nome, e em seguida a todo o povo, em redor de todos os altares (...). Cumpridas assim as expiações e os votos nos termos das prescrições contidas nos livros sibilinos, viram-se os ânimos em grande parte aliviados de seus temores religiosos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI, 62).¹⁰²

Vejamos, temos duas narrativas de livros e contextos diferenciados: a primeira se refere ao livro XLII e se situa aproximadamente entre o ano de 169 a.C., e a segunda narrativa diz respeito ao livro XXI, situada por volta do ano de 218 a 217 a.C. Contudo, as duas referências

¹⁰¹ “*publicorum prodigiorum causa libri a decemuiris aditi: quadraginta maioribus hostiis quibus diis consules sacrificarent ediderunt, et uti supplicatio fieret cunctique magistratus circa omnia puluinaria uictumis maioribus sacrificarent populusque coronatus esset. omnia, uti decemuii praeierunt, facta*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XLIII, 13).

¹⁰² “*Romae aut circa urbem multa ea hieme prodigia facta aut [...]. ob cetera prodigia libros adire decemuii iussi; quod autem lapidibus pluisset in Piceno, nouendiale sacrum edictum; et subinde aliis procurandis prope tota ciuitas operata fuit. iam primum omnium urbs lustrata est hostiaeque maiores quibus editum est dis caesae [...]. et lectisternium Caere, ubi sortes attenuatae erant, imperatum, et supplicatio Fortunae in Algido; Romae quoque et lectisternium Iuuentati et supplicatio ad aedem Herculis nominatim, deinde uniuerso populo circa omnia puluinaria indicta [...]. haec procurata uotaque ex libris Sibyllinis magna ex parte leuauerant religione animos*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXI, 62).

partem de uma conjuntura que envolve acontecimentos prodigiosos. Assim, nosso objetivo ao selecioná-las é demonstrarmos o processo pelo qual se desenvolvia a celebração da *supplicatio* enquanto expiação e, com isso, destacarmos a participação dos decênviros e da população organizada em uma procissão religiosa. Há, nesses dois relatos, uma semelhança quanto ao desenvolvimento do rito expiatório, isto é, Tito Lívio, apresenta os seguintes elementos ritualísticos: 1) a participação do colégio sacerdotal dos decênviros e a consulta aos livros sibílicos (*publicorum prodigiorum causa libri a decemviri, ex libris Sibyllinis*); 2) os sacrifícios de vítimas adultas (correspondido pelos termos latinos: *Sacrificarent maioribus hostiis/ hostiaequae maiores*); 3) a presença do lectisternio e da participação do povo diante dos leitos dos deuses (*lectisternium e uniuerso populo circa omnia puluinaria indicta; populusque coronatus esset*).

Como destacado na narrativa liviana, temos a presença da autoridade sacerdotal dos decênviros, sua participação como colégio autorizado pelo Senado para presidir a prática da *supplicatio* expiatória, que aparece em *Ab Vrbe Condita Libri* 19 vezes (e.g. TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. VII.28; 1X.47; XXI.62; XXII.9; XXXIV.55; XXXV.9; XXXVI.37; XXXVII.3; XXXVIII.36; XXXVIII.44; XXXIX.46; XL.19; 4XL.37; XL.45; XLI.21; XLII.2; XLII.20; XLIII.13; XLV.16). Isto significa que os decênviros responderam ao chamado do Senado com uma lista de rituais específicos a serem realizados. A respeito de suas atividades especializadas, os decênviros só agiam segundo a determinação do Senado, tal como consta em Tito Lívio (e.g. *Ab Vrbe Condita Libri*. V.13; V.50; VII.27; XXI.62; XXII.1.14; XXII.9; XXII.36; XXII.57; XXV.12; XXXI.12; XXXIV.5; XXXV.9; XXXVI.37; 4XL.19; XL.37; XLI.21; XLII.20 e XLV.16.). Como sugerem as duas narrativas levianas, os decênviros geralmente estabeleciam os *remedia* a partir da consulta aos livros sibílicos (SATTERFIELD, 2015, p. 442). Esta foi sua característica especializada e, com isso, tornou-se o sacerdócio mais indicado para a expiação dos prodígios (RASMUSSEN, 2003, p. 169). Não estamos afirmando que não houve a participação das atividades sacerdotais dos pontífices e dos harúspices, contudo, em nossa pesquisa percebemos, em relação à *supplicatio* expiatória, que a participação efetiva dos decênviros deu-se com mais ênfase. Logo, a representatividade deste colégio foi, de fato, na determinação dos rituais apropriados para realizar a expiação. Em outras palavras, a recorrência aos decênviros pode indicar, segundo nosso entendimento, a necessidade de um melhor esclarecimento e interpretação quando os prodígios se mostravam por demasia aterrorizantes diante da comunidade, tal como mencionado por Tito Lívio no livro XXII.9 “que os decênviros consultassem os Livros Sibílicos, o que geralmente só é decretado em presença

de prodígios alarmantes”.¹⁰³ Renee O’Brien (2016, p.6) pontua que as recomendações dos decênviros sobre como propiciar aos deuses e, com isso, aliviar as crises buscando a *pax deorum*, possuiu inquestionável sanção divina. Como North (1976, p. 9) afirma, o colégio e sua consulta aos livros sibilinos se legitimaram perante a *religio* a partir de três elementos essenciais, aos quais atribuíam sentido de *auctoritas*: os prodígios, a tradição antiga e a sabedoria estrangeira.

Nesta sequência, temos a presença da prática sacrificial demarcada na narrativa liviana pela expressão *hostiaequae maiores*, bem como pela indicação do ritual do *lectisternium*.¹⁰⁴ Compreendemos que a celebração do sacrifício de vítimas adultas representava, sobretudo, uma atitude ou prática religiosa considerada um dever *sacro* perante a divindade. A prática do *sacrificium* para os romanos esteve vinculada às oferendas (animais, humanas ou cereais), estabelecidas em um local que a deidade havia tomado como sagrado, ou em algum espaço considerado protegido pelos deuses. Importa ressaltarmos que, associados às celebrações dos sacrifícios, eram realizados pedidos de benevolência aos deuses por qualquer irregularidade ou erro que pudesse vir a ocorrer no dia da imolação da vítima, por exemplo, se o animal (animais domésticos: porcos, ovelhas, cabras, gado) a ser sacrificado fugisse ou estivesse manco, ou ainda, com algum indicativo de má saúde. Nesses casos, a execução do sacrifício¹⁰⁵ seria um fracasso perante a comunidade cívica e perante o sagrado.

¹⁰³ “*quod non ferme decernitur nisi cum taetra prodigia nuntiata sunt, decemviri libros Sibyllinos adire iuberentur*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. XXII, 9).

¹⁰⁴ Segundo pontua Rüpke (2009, p. 144), a palavra se refere à preparação para um banquete (*lectus*: leito para comer, correspondente ao gr. *Kliné*). O banquete é oferecido pelos próprios deuses; trata-se de uma representação e não da realidade que, decerto, envolve seres humanos conduzindo bustos ou estátuas de deuses, comida. Neste sentido, Beltrão (2012, p. 114) nos diz que “os decênviros, após consultarem os Livros Sibilinos, recomendaram a introdução de um tipo inédito de cerimônia na *urbs*: estátuas (*simulacra*) de divindades foram exibidas publicamente como comensais de um banquete, do qual participaram senadores, sacerdotes e magistrados e, paralelamente, ocorreram vários ritos de hospitalidade e partilha em casas particulares, envolvendo toda a *urbs* num grande movimento que visava ao restabelecimento das boas relações entre seres divinos e seres humanos”.

¹⁰⁵ Seguindo este raciocínio, importa salientarmos as etapas que constituíam um sacrifício, com o intuito de compreendermos a dinamização da ação ritual, haja vista que todo rito apresenta sequências e comportamentos que devem ser rigorosamente observados para se obter o êxito da prática. Vejamos: em um primeiro momento, havia a preparação do ambiente com a queima de incenso e a libação com vinho. Após essa sequência, o sacerdote oficiante se dirigia à imolação, na qual pulverizava a vítima com farinha misturada com sal (*salsa mola*), derramava um copo de vinho sobre a cabeça e, em seguida, passava a faca em suas costas, da cabeça à cauda; um segundo momento caracterizava-se pela abertura do animal e tal ação era responsabilidade do sacerdote assistente. Contudo, a correta observância desses passos não era suficiente, pois era necessário que o ritual fosse celebrado sem qualquer ruído ou incidente incomum. O terceiro momento ocorria após o pronunciamento de um discurso sacramental, onde o cenário compunha-se pela atividade dos flautistas com o intuito de encobrir qualquer som divergente, e a partir destas circunstâncias, o sacerdote oficiante estaria com a cabeça velada (*capite velato*).

Nessas ocasiões, para se realizar o exame das entranhas das vítimas sacrificadas recorria-se aos harúspices, ou seja, era verificado se a oferta do sacrifício seria aceitável para os deuses. Com a aprovação do sacrifício, as partes da vítima seriam queimadas no altar pelo fogo sagrado e logo em seguida as entranhas – fígado, vesícula biliar e os pulmões – seriam assados ou cozidos para serem ofertados aos deuses. Conforme pontua Guillermina Bogdan (2014, p. 135), as vísceras tornavam-se, de fato, um elemento vital por excelência, e eram destinadas às divindades em um prato juntamente com algumas partes da vítima: partes do quadril, pescoço e cauda. Em uma atitude de *pietas*, o sacerdote e os participantes objetivavam agradecer e promover a comemoração ritual perante o espaço do sagrado.

Em razão disso, compreendemos que em relação aos sacrifícios mencionados por Tito Lívio, a potencialização da cena ritual, expressa no substantivo neutro *lectisternium* – banquete –, acentua a celebração da oferta aos deuses com a presença dos alimentos servidos e compartilhados em um baquete. Deste modo, para além da comida, os participantes traziam a si mesmos, a comunidade comia a carne que fora tornada *sacra* e “liberada” pelo toque do oficiante, tornando-a, assim, *profana*. Conforme esclarece Scheid (2007, p. 42), o sacrifício romano, representou, de fato, a realização de uma oferta pelos sacerdotes e comunidade às divindades. De acordo com o autor, os ritos constroem e reproduzem um compartilhamento de gestos simbólicos durante as etapas de preparação do banquete sacrificial.

É interessante notarmos que os rituais sacrificiais de *hostiaequ maiores* e o de *lectisternium*, em alguns dos relatos de Tito Lívio, poderiam acompanhar a celebração da *supplicatio* expiatória.¹⁰⁶ Tal constatação nos permite afirmar que durante a realização da *supplicatio* poderia ocorrer concomitantemente outras cerimônias para expiação. Ao que tudo indica, durante a procissão que desencadearia a execução da súplica, a comunidade e, em especial os sacerdotes realizavam os sacrifícios e os banquetes (Cf. RÜPKE, 2009; SCHEID, 2005; BELTRÃO, 2011; 2012). Para tanto, os templos costumavam ter cozinhas (*culinae*) e *tricliniae* anexos para a preparação do banquete, ou melhor dizendo, para a disposição nos leitos dos deuses. Referem-se, deste modo, à prática comunal. É neste sentido que inserimos a compreensão liviana acerca das *supplicationes* expiatórias, as quais se desenrolavam por meio

¹⁰⁶ Queremos dizer que a *supplicatio* apresenta suas próprias características: pode ser celebrada sozinha a partir de um decreto, como pode ser realizada juntamente na presença de rituais como o *lectisternium* ou o sacrifício de *hostiaequ maiores*. Contudo, não existiu nenhuma razão religiosa que implicasse fazê-la coincidir com outros rituais, pois isso dependeria de cada contexto expiatório (MONTERO, 2008, p. 143).

de orações feitas pela população nos templos e altares, diante das divindades, apresentadas ao público em seus *puluinaria* (assentos).

Logo, podemos inferir que a expressão latina *circa omnia puluinaria*, referenciada por Tito Lívio, indica, sobretudo, a característica processional da *supplicatio*, assim como os termos *uniuerso populo* ou *populusque coronatus* demonstram que a participação do povo foi fundamental para a legitimação e execução dessa prática. Tornavam-se, como entendemos, elementos agregadores do processo pelo qual se desencadeava a *supplicatio*. Importa ressaltarmos que a *supplicatio* celebrada com a indicação do *puluinaria* expressava, seguindo a interpretação de Tito Lívio, que o povo – *uniuerso populo* – deslocar-se-ia por todos os leitos dos deuses e isso significaria, em outras palavras, que a comunidade tornava suas ações sacralizadas. Podemos dizer, assim, que decretar a realização da *supplicatio* em *circa omnia puluinaria* – ao redor de todos os leitos – colocava em evidência os valores sociais que deveriam ser compartilhados e vivenciados a partir da súplica, que direcionada aos deuses criava um sentido de unidade e pertencimento entre a *Res Publica* e, sobretudo, de respeito à condição de superioridade das divindades. De acordo com Christopher Van Den Berg (2008, p. 240), o *puluinaria* foi um elemento central presente nos ritos religiosos da *supplicatio*, como também do *lectisternium*.

Nessas cerimônias os romanos normalmente ofereciam vinho e incenso aos deuses no dia (ou dias) das *supplicationes*. Isto representava uma oferta, uma forma de presentear e honrar as divindades, pois assim se tornariam merecedores de sua boa vontade e misericórdia. Durante a realização da *supplicatio*, as representações dos deuses repousavam sobre “assentos sagrados” e, como tal, as oferendas eram colocadas diante da representação da divindade (BERG, 2008, p. 242). Consideramos, assim, que a participação das divindades – ou de seus *simulacra* –, garantia uma potente *epifania*, uma manifestação das divindades, não apenas por meio de sons e outros sinais, fenômenos naturais, mas também uma presença visual excepcional. Nessa percepção, Beltrão (2012, p. 122-123) pontua que,

os elementos rituais, os *simulacra* e a *performance* se combinavam para criar não apenas a expectativa, mas também a realização de uma epifania, criando uma experiência afetiva para todos os participantes. Ritual, bem como as imagens reforçavam a potência afetiva e social do ritual, posto que os *simulacra* “moravam” em seus templos, longe dos olhos do público, salvo raras vezes em que eram trazidas a público em grandes cerimônias.

Neste sentido, a celebração da *supplicatio* organizada a partir do *puluinaria* foi, de fato, considerada como uma prática benéfica para a promoção da *Res Publica*, já que abrangia quase sempre todos os deuses. Logo, a *supplicatio* apresentaria os deuses aos olhos de todos. As celebrações da *supplicatio* deveriam invocá-los, recordá-los. Trata-se de comportamentos *res religioso*. Em nossa percepção, os rituais se tornavam indispensáveis à sobrevivência da própria comunidade como um todo, representada na procissão sagrada. Na escrita de Tito Lívio, a comunidade conduz-se em procissão à roda de todos os templos, com o povo usando coroas como símbolo de louvor. De acordo com nossa argumentação, as *supplicationes* direcionadas em *puluinaria* e com a participação do *populusque coronatus* – povo coroado – indicariam, assim, símbolos do sagrado, uma vez que a figuração das folhagens e flores acentuavam, em nosso entendimento, a reivindicação do equilíbrio para com os deuses. Sobretudo, a relevância de um discurso pela manutenção da abundância, da paz, da prosperidade e estabilidade da comunidade (GRUMMOND, 2006, p. 75). Ao que nos parece, ao elencar a presença do povo com o adereço de coroas, Tito Lívio coloca em evidência dispositivos do sagrado e do poder.

A partir dessas perspectivas, consideramos que o conjunto descrito – *supplicatio* expiatória, *puluinaria*, *uniuerso populo* e/ou *populusque coronatus* – indicam a necessidade de buscar a *pax deorum*. Como se nota, o povo, na narrativa liviana, regenerar-se-ia a partir da condução do ritual prescritos pelos sacerdotes e, em tal ação, parece-nos possível deduzir que, ao propormos a hipótese de *supplicatio* expiatória, a comunidade obteria por benesse divina a sua sobrevivência e abundância. Santiago Montero (2008, p. 146) afirma que a *supplicatio* representou, assim, uma forma de coesão social, a qual comportava manifestações de *pietas*, orações e ofertas aos deuses. Dito em outras palavras, a *supplicatio* foi uma *deorum placatio* – no sentido de apaziguar os deuses (*placare*).

Portanto, consideramos que a celebração das *supplicationes* transformavam-se, segundo nosso ponto de vista, em performances sociais, a partir de atos institucionalizados. Comportavam, conforme analisamos, diversos elementos – procissões, sacrifícios, banquetes, encenações dramáticas, pedidos – os quais estimulavam sensorialmente seus participantes. Tal como afirma Beltrão (2013, p. 109), nessas performances ritualísticas os atores e espectadores eram envolvidos em “atos comunicativos por meio de símbolos, gestos, sons e, nelas, relações de poder eram expressas, sentimentos eram despertados, modulados e disciplinados; comportamentos eram orquestrados, e fronteiras de diversos tipos eram marcadas”. As *supplicationes* elaboradas como rituais de expiação se tornaram essencialmente ocasiões públicas. Neste cenário, articulavam e encenavam diálogos, ações e conteúdos considerados

importantes pelos participantes (oficiantes ou espectadores), já que estreitavam laços de solidariedades, ao mesmo tempo em que consolidavam hierarquias sociais. Diríamos, assim, que a comunidade e as divindades envolvidas no ritual afirmavam seu lugar na manutenção e na estabilidade da *urbs*. Nesse sentido, parece-nos pertinente inferirmos que a estrutura narrativa de *Ab Vrbe Condita Libri* põe em cena o formalismo e o simbolismo das procissões ritualísticas, ao destacar o valor exemplar da relação dos homens para com seus deuses, visando à *pax deorum*.

Torna-se relevante salientarmos que a prática da *supplicatio* representou, em nossa leitura, uma fundamentação e reafirmação de valores e crenças, *imagines mundi* que, pelo ritual expiatório, são expressas e experienciadas. Tornavam-se, de fato, para seus integrantes, uma realidade. Entendemos que os rituais se estruturaram a partir de conhecimentos e de tradições, as quais normatizaram as ações e escolhas do grupo; determinando os atores/protagonistas apropriados, os locais adequados e as formas pelas quais tanto o ritual quanto as ações públicas que são instituídas oficialmente devem ser conduzidas. Em outras palavras, as cerimônias ritualísticas colocavam em destaque um corpo cívico, que deveria se guiar a partir de representatividades, padrões e procedimentos bem definidos.

Posto isto, interessa-nos ressaltar que o discurso liviano deveria atuar como *exemplum*, dado que seus contemporâneos não poderiam mais negligenciar o espaço do sagrado que, em nossa abordagem, configurou-se como elemento vital para a manutenção da vida humana, bem como para a preservação da *urbs*. Há uma exortação em sua narrativa, sugerindo, deste modo, laços de obrigação, devoção e afeto para com as potências divinas. Em nossa percepção, os excertos de Tito Lívio colocam em evidência a associação entre os deuses e a comunidade, haja vista que a cidade tornar-se-ia a morada dos deuses. Como acrescenta Satterfield (2015, p. 433), a *pax deum* foi o propósito de todo ritual religioso, logo, um objeto sagrado em Roma. Como argumentamos, ao longo deste capítulo, a perspectiva de Tito Lívio revela-nos o papel das práticas de *piacula* (expiar), em que a ação ritual se transformava em uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar específicos, implicando a concentração de ações em torno de um objeto que é celebrado e ritualizado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes.

Dito de outro modo, a manutenção da *pax deorum* esteve relacionada à conservação dos ritos religiosos, enquanto prática social, na qual os membros da sociedade buscavam desempenhar suas funções religiosas, de modo a manter sua ligação com os deuses.

Entendemos, assim, que o discurso liviano ressalta a importância de se ater à vontade divina, à medida que os deuses possuíam a capacidade de interferir na ordem natural, de modo a promover ou não a *pax* na *urbs*. Junta-se a isso nosso entendimento de que as *supplicationes* expiatórias foram práticas integrantes da vida social, já que um repertório de rituais integra os meios pelos quais um povo comunica suas experiências (Cf. BELL, 2009). As práticas ritualísticas configuraram-se como um sistema culturalmente construído, um repertório ritual que garantiria, ao nosso ver, a glória da comunidade cívica. Trata-se, de fato, de promover a manutenção do espaço do sagrado e, como observamos ao longo deste capítulo, concatenavam-se ao cumprimento dos rituais religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a memória dos costumes divinos e humanos tenha sido obscurecida, e costumes novos e estrangeiros sejam preferidos do que os antigos costumes pátrios, estimo que não me afastaria do assunto de minha obra ao mencionar essas tradições nos próprios termos em que nos foram transmitidas e formuladas (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, VIII, 11).¹⁰⁷

Ao longo de sua narrativa, Tito Lívio conduziu-nos para a compreensão da relação intrínseca entre a escrita histórica, retórica e memória, como elementos que constituem as representações culturais socialmente produzidas em um dado contexto. De fato, parece-nos possível deduzir que a obra de Tito Lívio sugere a elaboração da escrita como um ato religioso (COOLEY, 2012, p. 68), haja vista que a escrita foi um dos suportes utilizados na elaboração das fórmulas rituais com o intuito de evocar a presença dos deuses nas celebrações das oferendas e dos atos sacrificiais em sua honra. Desse modo, quando Tito Lívio menciona na passagem acima: “*diuini humanique moris memoria*” – a memória de nossos costumes divinos e humanos (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, VIII, XI), indica, sobretudo, que a *religio* era parte constituinte da vida social romana. Logo, as práticas religiosas integravam o discurso institucional, já que as ações humanas se relacionavam com o divino.

Por esse ponto de vista, Tito Lívio nos relatou as práticas ritualísticas, com a presença das *supplicationes* como elementos vitais para a manutenção da vida humana, bem como para a manutenção da *urbs*. Explorou, com isso, a relação com o espaço do sagrado, que permitiria, de fato, o estabelecimento da *pax deorum*, numa correta relação da *pietas*, garantindo a condição ideal de manutenção da ordem no interior da *urbs*. Neste sentido, Jan Assmann (2011, p. 55-58) propõem-nos que a comemoração ritual representava uma recordação, uma memória cultural permeada de sentido sacro, a qual simbolizava as experiências coletivas dos grupos sociais.

Alison Cooley (2012, p.178) afirma que a escrita é, pois, um meio de estabelecer comunicação com os deuses, por meio das súplicas, inscrições, votos, apelações e agradecimentos formulados a partir de cantos, oferendas e discursos, os quais seriam direcionados ao espaço do sagrado com o intuito de promoverem a potencialidade das

¹⁰⁷ “*haec, etsi omnis diuini humanique moris memoria aboleuit noua peregrinaque omnia priscis ac patriis praefereudo, haud ab re duxi uerbis quoque ipsis, ut tradita nuncupataque sunt, referre.*” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*, VIII, 11).

divindades na *urbs* romana. Escrever, portanto, tornou-se parte de uma ação ritualizada em que Tito Lívio evocava simbolicamente a presença dos deuses como uma atitude de devoção e dedicação pela *auctoritas* de sua *Ab Vrbe Condita Libri*. De acordo com nosso entendimento, isso ocorria porque para os autores romanos, a exemplo de Lívio, o ato ritualístico e a relação para com os deuses permeavam toda a constituição de sua argumentação narrativa. Deste modo, Tito Lívio incorpora a *pietas*; em função disto, a sua narrativa histórica, alicerçada no *mos maiorum*, transformou-se em um contributo à *Res Publica*, na medida em que, ao reivindicar a relação com os deuses, Lívio colocou em destaque a importância da constituição de sua obra para a comunidade cívica romana, numa relação intrínseca entre o sagrado, a escrita e seu público.

Ao longo desta pesquisa nos defrontamos com os vestígios de um passado e com as vivências, recordações e inquietudes dos homens de outrora. Aqui, sem ressalvas, o trabalho do historiador consiste em transformar esses vestígios por meio da pesquisa em fontes que dão testemunho da história. Este é, portanto, nosso trabalho: dotar o passado de inteligibilidade. É neste sentido que, ao construirmos esta tese de doutoramento, nos deparamos com a possibilidade de repensarmos a temática da *religio* romana. Com isso, realizamos uma análise de caso sobre a presença da *supplicatio* enquanto uma das ações expiatórias mencionadas por Tito Lívio. Propusemo-nos analisar a prática do ritual expiatório como mecanismos que sacralizava o ordenamento social da *urbs*. Logo, podemos afirmar que a prática da *supplicatio* expiatória reunia em torno de si comunicação e performance, veiculava diversos conteúdos que, reiterados no tempo e no espaço, são agregados ao “universo cognitivo e afetivo de seus participantes – oficiantes ou espectadores –, reafirmando ou alterando uma determinada visão de mundo e de ordem social, é percebê-los como um fenômeno social” (BELTRÃO, 2015, p. 195).

Procuramos, com este debate, enfatizar a prática do rito expiatório com a presença da *supplicatio* enquanto um elemento da *res religiosa* dedicado à promoção da *pax*, a qual expressava, com muita nitidez, a necessidade da comunidade cívica de se comunicar, celebrar, dedicar e perpetuar sua comunicação para com suas divindades. Diríamos, assim, que *Ab Vrbe Condita Libri* foi um laboratório privilegiado para o estudo das práticas religiosas, as quais, como demonstramos, deveriam ser celebradas a partir de um corpo sacerdotal estabelecido e específico. Deveriam ser instituídas oficialmente, bem como comportavam a participação da comunidade para assim buscarem, por meio de seus comportamentos, a *pax deorum*. A paz com os deuses não pode ser compreendida como restabelecida ou mesmo restaurada, mas, sobretudo,

buscada e mantida – os deuses permaneciam presentes na e pela cidade. Como percebemos, a administração do sagrado se desenvolveu em dois planos complementares, a saber: a direção das cerimônias reconhecidas como sagradas e o controle da legitimidade político-religiosa (SCHEID, 1991, p. 33). Podemos notar, portanto, que o exercício da *religio* expressava e, ao mesmo tempo, criava um sentido de coletividade, já que consistia em práticas de sacrifícios, oferendas e festivais que representavam marcos importantes na vida cívica da comunidade.

Consideramos que a obra histórica de Tito Lívio é muito mais do que um registro das transformações sociais e religiosas situadas no contexto republicano. Trata-se de um testemunho literário que depõe sobre o horizonte de expectativa, as experiências e os *exempla* do passado romano. Guiando-se, então, nessa perspectiva, Federico Santangelo (2013, p. 192) afirma que a obra de Tito Lívio se tornou um importante trabalho para o estudo da *religio* romana, com ênfase ao papel da adivinhação no contexto dos prodígios. Para o autor, a narrativa liviana representa muito mais que um simples e determinante inventário de histórias instrutivas, uma vez que *Ab Vrbe Condita Libri* refere-se a um discurso socialmente construído, o qual colocou em destaque a ascensão de Roma enquanto *urbs*. Sua obra foi elaborada em um contexto de mudanças e conflitos nas estruturas da política e das práticas religiosas. Daí a intenção de Lívio em enfatizar a distância entre o passado glorioso e o caos do presente; com isso, permitiu aos seus leitores-ouvintes compreenderem a importância da crise dos comportamentos sociais, os quais o historiador apontou desde a abertura de seu prefácio. Tito Lívio deu sentido à recriação e ressignificação dos valores romanos a partir da escrita da história. Assim sendo, estudar a obra liviana nos permitiu compreender os comportamentos sociais – na família, na política e no espaço religioso - que deveriam constituir a memória romana e, sobretudo, nos permitiu considerar a relação essencial entre o registro de práticas e condutas sociais. Portanto, a *religio* é uma das ferramentas e práticas de recordação dos bons costumes e do *mos maiorum* romano (HABINEK, 1998, p. 53-54).

Deste modo, compreendemos que o discurso construído por Tito Lívio nos possibilitou entender que a proeminência de Roma esteve relacionada a uma consideração moral: as práticas sociais que corroborassem o crescimento da cidade e, para tanto, a ênfase nas ações religiosas, na necessidade de comunicação com o espaço do sagrado tornaram-se, de fato, uma precisão na narrativa liviana. Deixar de exercer tais práticas acometeria em prejuízos toda a comunidade cívica. É neste sentido que Lívio acentua o declínio moral no contexto da República: neste momento, as cerimônias religiosas e as divindades encontravam-se negligenciadas.

A representação da *religio* romana na narrativa liviana é uma constante a partir dos comportamentos religiosos que deveriam ser adotados e precisamente exercidos pela manutenção da ordem sagrada na *Res Publica*. Portanto, nosso trabalho teve como meta a compreensão da função expiatória relacionada a prática da *supplicatio*, haja vista a ocorrência dos prodígios que deveriam ser observados para, assim, cumprirem a exigência *res religiosa*. A *religio* foi parte indissociável da *urbs*, mas também da *ciuitas* romana. Tal percepção nos permitiu afirmar que foi preciso continuamente praticar, comemorar e organizar os ritos, os cultos, as oferendas e as *supplicationes*, pois, como entendemos, não houve nenhum ato público que estivesse sem o consentimento das potências divinas, seja por intermédio de um sacrifício como ação de graças aos deuses, seja pela ação de uma cerimônia expiatória para se aplacar a *ira deorum*, ou pela manutenção da ordem com a permanência da *pax deorum*.

Estudar *Ab Vrbe Condita Libri* nos permitiu compreender os discursos e práticas ritualísticas como um objeto de pesquisa de fundamental relevância para a reflexão acerca da experiência social do sagrado. Consideramos que a observância dos prodígios, a partir da *supplicatio*, colocava em evidência a vinculação das práticas religiosas com o discurso institucional romano. Percebemos que a narrativa liviana apresenta a *religio* como um espaço privilegiado para a construção de condutas cívicas que, segundo nossos pressupostos, exploravam a associação da comunidade com as divindades. Mediante a confecção de nosso mapeamento documental e, a partir dele, as tabelas e gráficos que constituíram esta tese, chegamos à conclusão de que a *supplicatio* expiatória, enquanto uma categoria de análise, designou um modo de ação ritualística, à medida que continha gestos e comportamentos da vida cotidiana, cuja significação traduzir-se-ia em honra, respeito, *pietas* e *fides*. Tal como pontua John Scheid (2009, p. 41), a religião romana era ritualística; logo, a prática ritual constituía-se em um momento de interpretação, súplicas, oferendas e expiação – portanto, de compartilhamento do sentimento religioso, um veículo de comunicação para com os deuses.

Queremos enfatizar, com isso, que o discurso de Tito Lívio ressalta as representações das práticas ritualísticas como dispositivos direcionados ao espaço institucional da cidade, à medida que o espaço religioso se confundia com o espaço político pela renovação dos laços com o sagrado em benefício da *Res Publica*. Deste modo, consideramos que as práticas ritualizadas se configuraram como ações comemorativas e comunicativas. Enquanto instrumentos por excelência, tais práticas nos permitem afirmar a relação intrínseca que se estabeleceu entre poder, *religio* e memória em nossos estudos. Ora, toda comunidade precisa de algo para celebrar, reatualizar e ritualizar, assim, os rituais de característica expiatória,

representados em *Ab Vrbe Condita Libri*, traduziu-se em comportamentos e símbolos sociais, os quais auxiliaram a legitimar a tradição religiosa romana.

Nosso objetivo, aqui, foi compreender os espaços de poder e autoridade da religião no mundo romano por meio do testemunho de Tito Lívio, que se realiza ao pontuar em *Ab Vrbe Condita Libri* que a cidade de Roma foi fundada pela aprovação divina, revelada pelos augúrios e auspícios, e ao afirmar que não houve lugar na cidade que não estivesse associado ao sentimento religioso, portanto, a presença dos deuses fazia-se constante. Em outras palavras, os sacrifícios e rituais possuíam seus lugares e dias fixados para sua realização (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Libri*. V, 52).

Por intermédio dos diversos rituais, a sociedade romana se organizou e se manteve ordenada. Foram as práticas dos rituais que garantiram a distinção e as relações entre os dois grupos, homens e deuses. Diríamos, assim, que eram dois espaços, a princípio separados, que eram relativizados quando era praticado o ritual, e o profano podia relacionar-se com o sagrado sem que houvesse contaminação, mas sim, uma comunicação. O homem cultuava as divindades, e, ao mesmo tempo, cultuava a sua própria sociedade, simbolicamente representada. Garantir os ritos representava a certeza da manutenção da comunidade como a queriam: ordenada e segura. Ao respeitar as regras de comportamento, como o respeito às divindades, sobretudo, em seus espaços, ao curvar-se sob a autoridade dos rituais, o cidadão garantiria a ordem social e a *pax deorum*. Logo, a busca da *pax* entre homens e deuses é o fim da ameaça de destruição da ordem romana (BELTRÃO, 2003, p. 38).

Com este trabalho, reconhecemos que cultura romana do passado significa uma paisagem da memória, em que os locais da vida passada se tornaram *topoi*/agentes mnemônicos. Esses *topoi* são locais em que se realizaram os sacrifícios, em que se celebraram os rituais. Posto isto, as procissões representadas pelas *supplicationes* são lugares que fixaram recordações e práticas de outrora. Neste sentido, gostaríamos de encerrar nossa tese com as reflexões de Aleida Assmann (2011, p. 334), nas quais a autora afirma que a cultura desaparecida na história passa por uma metamorfose: ela se torna “clássica”, ou seja, imerge novamente em um horizonte normativo de referências na memória formativa de uma época posterior. As ruínas de Roma testemunham, em nosso entendimento, o modo pelo qual “a história se desloca para dentro do cenário”. Assim essa história continua a ser transmitida e lembrada; por isso, sem ressalvas, as ruínas permanecem como sustento e garantia de memória, de investigações e de estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A – DOCUMENTOS TEXTUAIS:

CICERO. *The Speeches: Pro Archia Poeta, Post Reditum in Senatu, Post Reditum ad Quirites, De Domo Sua, De Haruspicum Responsis, Pro Plancio*. Ed. and Trad. by B. A. Watts. London: Harvard University Press, 1935.

CICERO. *De Inventione*. Trad. by H. M. Hubbel. London: Harvard University Press, 1949.

CÍCERO. *A natureza dos deuses*. Trad. e notas de Bruno Fregini Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2016.

CÍCERO. *A divinação*. Trad. e notas de Bruno Fregini Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2017.

CICERO, M. T. *De Oratore*. Books I-II. Vol. 1. Tr. by E. W. Sutton. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

CICERO, M. T. *De Legibus; De re publica*. Tr. by C. W. Keyes. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

CICERO. *De finibus bonorum et malorum*. Tr. by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

DIONISIO DE HALICARNASSO. *Roman Antiquities*. Trad. by E. Cary. Vol. I (L. I-II). Cambridge: Harvard University Press, 1937.

HERODOTO. *História*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1988.

HORACE. *Odes and Epodes*. Tr. by C.E. Bennett. Loeb Classical Library. Harvard University Press: Cambridge, 1995.

LIVIO, T. *Historia de Roma desde su fundación*. Trad. de SIERRA. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

LIVY. *The History of Rome I*. Books I-II. Tr. B. O. Foster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1919.

MARCIAL. *Epigramas*. Vol. I e I. Trad. José Luis Brandão e Paulo Sérgio Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2000.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Vera Lucia Leitão Magyar. São Paulo: Madras Editora Ltda, 2003.

PLINY. *Complete letters*. Tr., intr. and notes by P. G. Walsh. London: Harvard University Press, 2006.

QUINTILIANO. *Instituição Oratória* (Tomo I). Trad., apr. e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

SALLUSTE, *Catilina, Jughurta*: Fragments des Histoires. Tr. par A. Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

SÊNECA. *Sobre a Ira. Sobre a tranquilidade da alma*. Intr., Trad e notas de J. E. S. Lohner. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad., pref. E notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

SENECA EL VIEJO. *Controversias libros I – IV*. Intr., trad., y notas de Ignacio Javier Adiego Lajara *et al.* Madrid: Editorial Gredos, 2005.

_____. *Controversias libros VI – X*. Trad., y notas de I.Javier Adiego Lajara *et al.* Madrid: Editorial Gredos 2005.

SYMMACHUS. *Letters Book 1*. Tr. by M. Salzman and M. Roberts. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2011.

SUETÔNIO. *Vida do Divino Augusto*. Tradução: Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez Rezende. Belo Horizonte – Mg: Ed. UFMG, 2007.

SUETONIO. *Vidas de los doces césares*. Intr. Antonio Ramirez de Verger. Trad. y notas de Rosa M. Agudo Cubas. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

_____. *Vidas de los doces césares Vol II*. Trad., y notas de Rosa M. Agudo Cubas. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

TÁCITO, Cornelio. *Anales libros I-VI*. Intr., trad., y notas de José L. Moralejo. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

_____. *Anales libros XI-XVI*. Intr., trad., y notas de José L. Moralejo. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Intr., Trad. e Notas de P. M. Peixoto. 6 volumes. São Paulo: Paumape, 1990.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri I-V. Vol. 1. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1974.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri VI-X. Vol. 2. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1979.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXI-XXV. Vol. 3. A cura di Paola Ramondetti. Torino: UTET, 1989.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXVI-XXX. Vol. 4. A cura di Lanfranco Fiore. Torino: UTET, 1981.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXXI-XXXV. Vol. 5. A cura di Piero Pecchiura. Torino: UTET, 1970.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XXXVI-XL. Vol. 6. A cura di Alessandro Ronconi e Barbara Scardigli. Torino: UTET, 1980.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Libri XLI-XLV e Frammenti. Vol. 7. A cura di Giovanni Pascucci. Torino: UTET, 1971.

VIRGIL. *Aeneid*. Trad. by Rushton Fairclough. London: Harvard University Press, 1916.

VIRGILIO. *Eneida*. Tr. de J. de Echave-Sustaeta. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

B – OBRAS DE REFERÊNCIA:

GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin français*. Paris: Hachette, 2016.

ERNOUT-MEILLET. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Kincksieck, 2001.

Oxford Latin Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1968.

Oxford Classical Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário Latino-Português*. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.

VAAN, M. de. *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*. Boston: Brill University Press, 2008.

C – OBRAS GERAIS:

ALBRECHT, Michael von. *A History of Roman Literature*. Vol. 1. London: E. J. Brill, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História*. A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALEXANDRE JUNIOR, M. Eficácia retórica: A palavra e a imagem. Centro de estudos clássicos, faculdade de letras da universidade de Lisboa. *Revista Rhêtorikê*. n.1, v.0, p.1-26, 2008.

ANTIQUERA, M. *Moderatio tuendae libertatis*: moderação, exemplo e poder na história de Tito Lívio (livro III). 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. O escudo da virtude e a ideologia do principado augustano. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, n.5, v.3, p. 1-12, 2008.

ARANTES JUNIOR, E. Héracles/Ôgmio: nas encruzilhadas do regime de memória romano. *Nuntius Antiquus*. Belo Horizonte, v. IX, n. 2., p.125-137, 2013.

ARENDT, H. O conceito de História: antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p.69-126.

ARIÉS, P. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

_____. SHORTT, L. (Eds.) *Memory and Political Change*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

ASSMANN, J. *Historia y mito em el mundo antiguo*. Los Orígenes culturales de Egipto, Israel e Grecia. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

_____. *Religión y memoria cultural*. Diez estudios. Trad. Marcelo G. Burello y Karen Saban. Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria, 2008.

BARNABÉ, L. E. *Lívio e os reis romanos: a defesa de uma identidade romana*. 2006. 154f. (Mestrado em História). Faculdade de ciências e letras, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Assis, 2006.

BAROIN, Catherine. Mémoire romaines. In: *École pratique des hautes études, Section des sciences religieuses*. Annuaire. T. 106. 1997. p. 609-611.

BARTON, C. A. The Price of Peace in Ancient Rome. In: RAAFLAUB, K. A. *In War and Peace in the Ancient World*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 245–55.

BATALLA, M. A. R. Tradición y costumbres en la religión romana. *Nova Tellvs*, n. 27, 2009, p. 247-294.

BAYET, J. *Histoire politique et psychologique de la religion romaine*. Paris: Payot, 1976.

BEARD, M.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. (Ed.) *Religions of Rome*. Vol. 1 - A History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *Religions of Rome*. Vol. 2 - A Sourcebook. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BEGBIE, C. M. The Epitome of Livy. *The Classical Quarterly*. V.17, N.2, 1967, p. 332-338.

BELL, C. (Ed.). *Teaching ritual*. Oxford: Oxford University Press, 2007, 298p.

_____. Religion through Ritual. In: BELL, C. (Ed.). *Teaching ritual*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 177-191.

- _____. *Ritual theory, ritual practice*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. *Ritual: perspectives and dimensions*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- BELL, C. Ritual. In: SEGAL, R.A. (ed.) *The Blackwell Companion to the Study of Religion*. Oxford: The Blackwell Publishing, 2006, p. 397-411.
- BELTRÃO, C. R. A religião na *urbs*. In: MENDES, N. M., da S., G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.137-59.
- _____. O *vir bonus* e a *prudentia civilis* em Marco Túlio Cícero. In: *Intelectuais, poder e política na Roma antiga*. ARAÚJO, S. R. R.; ROSA, C. B.; JOLY, F. D. (org.). RJ: Nau: FAPERJ, 2010, p. 21-61.
- _____. Arte, Religião e poder na Roma antiga. In: CANDIDO, M. R. (org). In: *Roma e as sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008, p 15-20.
- _____. *Lectisternium*: banquete ritual e ordem sagrada na República romana. In: CANDIDO, M. R. (Org.). *Práticas Alimentares no Mediterrâneo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 27-44.
- _____. O *lectisternium* e a *placatio Deorum*: um estudo de caso em Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*, 22, 9-10. In: LEITE, L. R. et al (Org.). *Rito e celebração na Antiguidade*. Vitória: Ed. PPGL, 2012, p. 111-128.
- _____. A quem julgas apropriado escrever a história? O orador e o historiador no *De Oratore* de Marco Túlio Cícero. In: SILVA, G. J.; SILVA, M. A. O. (orgs.). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 335-363.
- _____. Religião, Gênero e Sociedade: Ordem romana, ordem sagrada. *Maracanan*. Janeiro | Dezembro 2013. p. 117-134.
- _____. O problema da periodização da 'República romana': algumas observações a partir do estudo da religião romana. *NEARCO - Revista Eletrônica de Antiguidade*, v. 1, p. 115-136, 2013.
- _____. De *haruspicum responso*: religião e política em Cícero. *Mirabilia* (Vitória. Online), v. 3, p. 2, 2004.
- _____. *EPVLVM IOVIS*: o espetáculo da ordem sagrada na Roma Republicana. *MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES*, 12 (30), 2011 (jul./dez), p. 137-156.
- _____. *Prudentia* e *Prudens* em Cícero: Religião, Jurisprudência e os Poderes do Magistrado. *R. EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64. 2014, p. 49-66.
- _____. Ritual e narrativa. A *supplicatio* no mito da *Fortuna Muliebris* (Dionísio de Halicarnasso, *Antiquitates Romanae*, 8. 39.1-53.1). *Varia Historia*, v. 31, n. 55, 2015, p. 193-220.

_____. Religião e poder: Augusto e o Pontifex Maximus (36-12 AEC). In: SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M. (Orgs.). *Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos*. Vitória: GM Editora, 2015, p. 15-34.

_____. *Fortuna muliebris*: um mito augustano (Tito Lívio. Ab urbe condita II, 39-40). *PHOÊNIX*, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 108-126, 2013.

_____. Religião, escrita e sistematização: reflexões em torno dos Annales Maximi. *Tempo*. V.19, N.35, p. 229-248, 2013.

BENDLIN, A. E. *Social Complexity and Religion at Rome in the Second and First Centuries BCE*. 1998. 403f. (Thesis). Faculty of Literae Humaniores, Brasenose College. Oxford. 1998.

BERG, C. V. D. The Pulvinar in Roman Culture. *Transactions of the American Philological Association*. V. 138, N. 2, 2008, p. 239-273.

BERNSTEIN, F. Complex Rituals: Games and Processions in Republican Rome. In: RUPKE, J. (Org.). *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 222-234.

BERTHELET, Yann. Le rôle des pontifes dans l'expiation des prodiges à Rome, sous la République : le cas des "procurations" anonymes. *Cahiers «Mondes anciens»*, 2, 2011, p. 1-13.

_____. Colère et apaisement des dieux de Rome. Remarques sur la réponse graduelle des autorités républicaines à l'angoisse suscitée par les prodiges. *Mythos*. N. 4, 2010, p. 15-26.

BESSONE, L. The *Periochae*. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 425-436.

BILLANOVICH, G. Petrarch and the Textual Tradition of Livy. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 14, No. 3/4, 1951, p. 137-208.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, R. *Los Prodigios en la Antigüedad Clásica*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1968.

_____. Les prodiges romains et la procuratio prodigiorum. *Rev. intern. Droits Antiqu*, n. II, p. 119-131, 1949.

BLOM, H. V. D. *Cicero's Role Models The Political Strategy of a Newcomer*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOGDAN, Guillermina. *La representación de la religio en Eneida de Virgilio*. Tesis. Doctorado en Letras. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 2014.

BOLLAN, J. McG. *Pontificalis honor*: a re-evaluation of priestly *auctoritas* and sacro-political violence in the transition from republic to principate. (PhD thesis). University of Glasgow. School of Humanities. College of Arts. Glasgow, 2013.

BOUCHÉ-LECLERCQ, A. *Les pontifes de l'ancienne Rome: étude historique sur les institutions religieuses de Rome*. Paris: A. Franck, 1874.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOWERSOCK, G. W. *La storia inventada: immaginazione e sogno de Nerone a Giuliano*. Milano: Jouvence, 2000.

BOYCE, A. A. The Expiatory Rites of 207 B.C. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. Vol. 68, p.157-171, 1937.

_____. The Development of the *Decemviri Sacris Faciundis*. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. V. 69, 1938, p.161-187.

BROWN, R. Livy's Sabine Women and the ideal of concordia. *Transactions of the American Philological Association*, v.125, 1995, p. 291-319.

BURTON, P. J. Livy's Preface and its Historical Context. *Scholia*. V. 17. 2008, p. 70-91

BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p.109-136.

_____. Festa das Lemúrias: os mortos e a religiosidade na Roma Antiga. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, p.1-18.

_____. Rômulo e Remo: ritos e escritos. *História Revista*. n.6, v.2, p. 87-116, 2001.

CAMPOS, C. E. C. *Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC)*. 2017. 396f. (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

CANALA, J. P. La biblioteca y los márgenes: notas y curiosidades de algunos volúmenes de la colección Foulché-Delbosc de la Biblioteca Nacional. *Actas del Encuentro de Bibliotecarios*. Universidad de Buenos Aires. Septiembre 2009, p. 1-8.

CANAU, J. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARANDINI, A. *La fondazione di Roma raccontata da Andrea Crandini*. Napoli: Editori Laterza, 2011.

CARVALHO, A. V. de; FUNARI, P. P. A. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, v. 2, p. 7-16, 2010.

CATROGA, Fernando. *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.

CAVALLO, G. Entre *volumen* e *codex*: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998, p. 71-102.

CHAMPION, C. B. *The Peace of the Gods*. Elite religious practices in the Middle Roman Republic. Princeton: Princeton University Press, 2017.

CELADA, J. M. A. Religião, política y sociedad: los *progidia* en la Roma republicana. *El Futuro del Pasado*, nº 1, 2010, p. 279-293.

CELESTINO, M. M. La arcaica Ceres romana y su devenir histórico. *Estudios humanísticos. Filología*, Nº 22, 2000, p. 137-160.

CENERINI, F. *La donna romana: modelli e realtà*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2002.

CESILA, R. T. *O palimpsesto epigramático de Marcial*: intertextualidade e geração de sentidos na obra do poeta de BÍlbilis. 2008. 281f. (Tese de doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2008.

CICCUTO, M. Reliquiarum servator: il Livio Parigino Lat. 5690. In: M. Brock, F. Furlan, F. La Brasca (Ed.). *La bibliothèque de Pétrarque*. Livres et auteurs autour d'un humaniste. Turnhout: Brepols, 2011, p. 89-100.

CID LÓPEZ, R. M. Imágenes y prácticas religiosas de la sumisión femenina en la Antigua Roma. El culto de «Juno Lucina» y la fiesta de «Matronalia». *Stud. hist., Hª antig.* V. 25, 2007, p. 357-372.

CHALUPA, A. The religio-political change in the reign of Augustus: the disappearance of public prodigies. *Graeco-Latina Brunensia*. V.17(2), 2012, p.57-67.

CHAMPEAUX, J. *La religione dei romani*. Bologna: Editora Il Mulino, 2002.

CHAPLIN, J. D. *Livy's exemplary history*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____; KRAUS, C. S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford. 2009.

_____. Livy's Use of Exempla. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 102-113.

GUITTARD, C. Tite-Live, Accius et le rituel de la *deutio*. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, N.4, 1984. p. 581-600.

_____. Les prodiges dans le livre 27 de Tite-Live. *Vita Latina*, N.170, 2004. p. 56-81.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, V.24, N.69, 2010, p. 7-30.

_____. *Do palco à página: publicar e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHLUP, J. T. *Nulla unquam res publica maior: the recreation of the Early Roman Republic in Ab Urbe Condita II-V*. Thesis. 91p. Dalhousie University. Nova Scotia, 1998.

CLÍMACO, J. C. Alexandria no Século I a.C.: Uma Ameaça a Roma no Mediterrâneo? *Mare Nostrum*, n. 3, p.104-114, 2012.

COLLARES, M. A. *Representação do Senado romano na Ab Vrbe Condita libri de Tito Lívio: livros 21-30*. São Paulo. Cultura acadêmica, 2010.

CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CONNOLLY, J. Virtue and violence: the historians on politics. In: FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194.

_____. The politics of rhetorical education. In: GUNDERSON, E. (Ed.) *The Cambridge Companion to ancient rhetoric*. Cambridge: Cambridge University press, 2009, p. 126-144.

COOLEY, Alison E. *The Cambridge Manual of Latin Epigraphy*. New York: Cambridge, 2012.

CUETO, A. S. Introducción a la crítica textual latina. *RODIN – Repositorio de Objetos de Docencia e Investigación de la Universidad de Cádiz*. 2014, p. 1-46.

DALZELL, A. C. Asinius Pollio and the early history of public recitation at Rome. *Hermathena*, V.86, 1955, p.20-28.

DAMON, C. Rhetoric and Historiography. In: DOMINIK, W. HALL, J. (Ed.) *A companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007.

DAVIES, J. P. *Rome's Religious History: Livy, Tacitus and Ammianus on their Gods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. *A Brief History of Death*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

DELGADO, J. J. Lo religioso en Tito Livio, I: dificultad del tema. Salamanca: *Helmantica*, n. 11, 49-77, 1960.

_____. Lo religioso en Tito Livio II: orientacion bibliografica. Salamanca: *Helmantica*, n. 11, p. 461-484, 1960.

_____. Importancia de los prodigios tito-livianos. Salamanca: *Helmantica*, n. 12, p. 27-46, 1961.

_____. Postura de Livio frente al prodigio. Salamanca: *Helmantica*, n. 14, p. 381-419, 1963.

DELGADO, J. A. D. *Sacerdocios y sacerdotes de la Antigüedad Clásica*. Madrid: Ediciones del Orto, 2000.

DIX, T. K. "Public Libraries" in Ancient Rome: Ideology and Reality. *Libraries & Culture*, V. 29, N. 3, 1994, p. 282-296.

DOMINIK, W.J.; GARTHWAITE, J.; ROCHE, P. A. (Eds.). *Writing politics in Imperial Rome*. Boston: Brill University Press, 2009.

DOSSE, F. *A História*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DUPONT, F. Comment devenir à Rome un poète bucolique? Corydon, Tityre, Virgille et Pollion. In: CALAME, C.; CHARTIER, R. (Org.). *Identités d'auteur dans l'Antiquité et la tradition européenne*. Paris: Jérôme Millon, 2004. p.171-189.

_____. *L'invention de la littérature*. Paris: La Découverte & Syros, 1998.

_____. *L'acteur-roi: le theater dans la Rome antique*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____. Recitatio and the reorganization of the space of public discourse. In: HABINEK, T.; SCHIESARO, A (Ed.). *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 44-60.

DOREY, T. A. The textual tradition of Livy 21-25. *The Classical Quarterly*. V.8, N.3, 1958, p. 161-164.

EIRE, A. L. Mito y Ritual: una aproximación. *Humanitas*, n.56, 2004, p.329-364.

ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESTEVES, A. A. M. Cícero e a narrativa da história. *Phoênix*, v.19 n.1, 2013, p.77-90.

FANTHAM, E. *The Roman World of Cicero's De Oratore*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

FEENEY, D. *Literature and Religion at Rome: cultures, contexts and beliefs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. The History of Roman Religion in Roman Historiography and Epic. In: RUPKE, J. (Org.). *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 129-142.

FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. Livy's revolution: civic identity and the creation of the *res publica*. In: HABINEK, T., SCHIESARO, A. (Ed.). *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.136-170.

_____. *Spectacle and Society in Livy's History*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

FÉVRIER, C. *Diis Placandis*. Les destinataires de la *procuratio prodigiorum*. *Kentron*, n. 24, 2008, p. 165-181.

FÉVRIER, C. *Ponere lectos, deos exponere*: le lectisterne, une image du panthéon romain? In: FLEURY, P.; DESBORDES, O. (ed.) *Roma Illustrata*. Caen: PUC, 2008: 143-156.

FONTÁN, A. Continuidad y articulación del relato en la historia de Livio. *Cuadernos de Filología Clásica*. N. 10, 1976, p. 249-270.

FINLEY, M. I. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FISCHER, S. R. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

FLOWER, H. *Roman Republics*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

FOWLER, W. *The Religious Experience of the Roman People*. Echo Library, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edusc, 1996.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

FOX, M. Rhetoric and literature at Rome. In: DOMINIK, W. HALL, J. (Ed.). *A Companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

FRANCHIS, M. Livian Manuscript Tradition. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 3-23.

FREYBURGER, G. La supplication d'action de grâces dans la religion romaine archaïque. *Latomus*, N. 36,2. 1977. p. 283-315.

_____. Supplication grecque et supplication romaine. *Latomus*, T. 47.3, 1988, p. 501-525.

FUNARI, P, P, A. Ensaio sobre a retórica, a argumentação e a historiografia antiga. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, v.7, n.1, p. 140-149, 2011.

GABBA, E. 'True History and False History in Classical Antiquity', *JRS*, v.71, p.50-62, 1981.

GAGNEBIN, J, M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. Verdade e memória do passado. *Projeto História – trabalhos da memória*. São Paulo, n. 17, p. 213-221,1998.

_____. O início da história e as lágrimas de Tucídides. *Margem*, n.1, s/p, 1992.

GALINSKY, K. *Augustan Culture: an interpretive introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

_____. Introduction. In: GALINSKY, K. (Ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 1-9.

_____. Introduction. In: GALINSKY, K. (Ed.). *Memory in Ancient Rome and Early Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 1-42.

GINSBURG, C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, A. T. M. *A construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. 2002. 456f. (Tese de doutoramento). Pós-graduação em História econômica da FFLCH da USP. São Paulo, 2002.

_____. Entre gregos e romanos: história e literatura no Mundo Clássico. *Revista Tempo*, 2014, v.20, p.1-14.

GORDON, R. From Republic to Principate: Priesthood, Religion and Ideology. In: Beard, M.; North, J. *Pagan Priests. Religion and Power in the Ancient World*. London: Duckworth, 1990, p. 179-255.

GOWING, Alain M. *Empire and memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRADEL, I. *Emperor Worship and Roman Religion*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

GRUMMOND, N. T. *Etruscan Myth, Sacred History, and Legend*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2006.

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, v.7, n.13, p. 49-62, 1994.

_____. Uma morfologia da história: as formas da História antiga, *Politéia*, Vitória da Conquista, n.1, v.3, p 41-62, 2003.

_____. O Império Romano e Nós. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HAACK, M.-L. Haruspices publics et privés: tentative d'une distinction. *Revue des Études Anciennes*. T.104, N.1, 2002, p. 111-133.

HABINEK, T. N. *The Politics of Latin Literature: Writing, Identity, and Empire in Ancient Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

HAHN, F. H. Prayer, Roman. In: BAGNALL, R. S. *et al.* (Eds). *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013, p. 5509–5510.

_____. Livy's Liturgical Order: Systematization in the History. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 90-101.

_____. Performing the Sacred: Prayers and Hymns. In: RUPKE, J. (Org.). *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 235-248.

HALKIN, L. *La supplication d'action de graces chez les Romains*. Paris: Les Belles Lettres, 1953.

HALL, J.; DOMINIK, W. (Eds.) *A Companion to Roman Rhetoric*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2007.

HARTOG, F. O confronto com os antigos. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003, p. 115-154.

_____. *Memória de Ulisses*. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Evidência da história, o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

_____. (Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HEDRICK, C. W. *History and Silence: purge and rehabilitation of memory in Late Antiquity*. Austin: University of Texas Press, 2000.

HICKSON, F. V. *Roman Prayer Language: Livy and the Aeneid of Vergil*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1993.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLDBROOK, A. L. *Constructions of the family in Livy's Ab Urbe Condita*. 2009. 316f. (Thesis). McMaster University. Hamilton, 2009.

HOPE, V. M. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Ed.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.

_____. Introduction. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Org.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. XI-XXIV.

IONESCU. D.-T. The mythology of the *Ara Pacis Augustae*: iconography and symbolism of the western side. *Acta Ant. Hung.* 55. 2015, p. 17-43.

JAEGER, M. *Livy's Written Rome*. Ann arbor: University of Michigan Press, 2000.

JAL, M. P. Historiographie annalistique et historiographie thématique dans l'antiquité

classique: quelques remarques. *Revue des Études Latines*, v.75, p.27-37, 1997.

JOHNSON, M. *Pax Deorum*. In: BAGNALL, R. S. et al. (Eds). *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013, p. 5116–5117.

JOHNSON, P. D. El culto privado en la religión romana: Lares y Penates como custodios de la Pietas Familis. *Revista Electrónica Historias del Orbis Terrarum*. Núm. 03, Santiago, 2009, p. 12-23.

JUNQUEIRA, N. M. Religião e controle social no mundo romano. A proibição das Bacanais em 186 a.C. *Conferência do I Colóquio Internacional e III Colóquio Nacional do LEIR da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Franca*, p. 341-156, 2010.

KENNEDY, G. Tito Lívio. In: *The art of rhetoric in the Roman World - 300 B.C.-A.D. 300*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972, p. 420-427.

KENNEY, J. Libros y lectores en el mundo de la antigua Roma. In: KENNEY, J.; CLAUSEN, W. (Eds). *Historia de la Literatura Clásica* (Cambridge University). II Literatura Latina. Trad. de E. Bombín. Madrid: Editorial Gredos, 1989, p.15-47.

KER, James. *The deaths of Seneca*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio: Ed. Puc, 2006.

KRAUS, C. S. & WOODMAN, A. J. *Latin Historians, Greece & Rome: new surveys in the classics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

KUHLMANN, P. Fate and Prodigies in Roman Religion and Literature. *Estudios Humanísticos*. Filología, n. 33, 2011, p.15-24.

LAIRD, A. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 197-213.

LAZARUS, F. M. Fortuna and Rhetorical Structure in Livy. *The Classical Journal*, V. 74, N. 2. 1979, p. 128-131.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEITE, L. R. *O universo do livro em Marcial*. 2008. 98f. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

_____. O gênero retórico demonstrativo e sua influência em obras poéticas segundo Menandro Retor, Horácio e Quintiliano. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, 2015, Volume 4, Número 2, p. 209-225.

_____. Difusão e recepção das obras literárias em Roma. In: SILVA, G. V.; LEITE, L. R. (Orgs.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: Textos. Inscrições. Imagens*. Vitória: EDUFES, 2013, p. 83-100.

LEMOS, M. S. A elite senatorial, o *mos maiorum* e a fortuna do Império Romano nas crônicas do século IV d.C. *Anais Eletrônicos - VI Encontro Estadual de História - ANPUH/BA*, p. 1-10, 2013.

_____. O 'mos maiorum' e a fortuna do Império Romano no século IV d.C. *Dimensões*, v.25, p. 46-62, 2010.

_____. Cultura escrita, público leitor e censura no Império Romano. In: *5º Encontro Estadual de História*. ANPUH- BAHIA, 2010, Vitória da Conquista. 5º Encontro Estadual de História. ANPUH- BAHIA, 2010. v. 5. p. 1-10.

LENNON, J. J. *Pollution and Religion in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LEVENE, D. S. Allusions and Intertextuality in Livy's Third Decade. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 205-216.

LEVICK, B. Historical Context of the *Ab Urbe Condita*. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 24-36.

LIEBESCHUETZ, W. The Religious Position of Livy's History. *The Journal of Roman Studies*, v.57, n.1/2, p. 45-55, 1967.

_____. *Continuity and Change in Roman Religion*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

LIMA, L. F. S. Superstições e Religiosidade na Res Publica: Espaços de Poder? *Mirabilia - Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval*. N. 02, p. 62-72, 2002.

LIMA, M. V. de; CORDÃO, M. P. de S. História e Civismo na Roma Liviana. *HISTÓRIA*, São Paulo, n.28, v.2, p. 605-620, 2009.

_____; _____. História e historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo. *Mnemosine Revista*, Volume 1, N. 2, 2010, p. 269-291.

LINDERSKI, J. Roman Religion in Livy. In: SCHULLER, W. (Ed.) *Livius*. Aspekte seines Werkes. Berlin: Konstanz: 1993, p.53-70.

_____. The Augural Law. *ANRW II*. 16.3, 1986.

LISDORF, A. *The Dissemination of Divination in Roman Republican Times: A Cognitive Approach*. 2007. 308f. (Phd Dissertation). University of Copenhagen. Copenhagen, 2007.

LORAUX, N. Elogio do Anacronismo. In: Novaes, A. (Org). *Tempo e Historia*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p.57-70.

LOWENTHAL, D. Conocer el Pasado. In: _____. *El pasado es um país extraño*. Madrid: Akal, 1998, p. 271-375.

LOWRIE, M. *Writing, Performance, and Authority in Augustan Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LUCE. T. J. The Dating of Livy's First Decade. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 96, p. 209-240, 1965.

_____. The dating of Livy's first decade. In: CHAPLIN, J. D; KRAUS, C. S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford. 2009.

_____. *Livy – The Composition of his History*. Princeton: Princeton University press, 1977.

MACBAIN, B. *Prodigy and expiation: a study in religion and politics in Republican Rome*. Bruxelles: *Latomus* - Revue d'études latines, 1982.

MARINCOLA, J. *A companion to Greek and Roman historiography*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

_____. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan, 1990.

MARTINOS, L. M. Reescribiendo la moral de los ancestros. Las costumbres “intanchables” de los *maiores* en Tito Livio. *Ágora*. Estudios Clásicos em Debate. N. 11, 2010, p. 49-69.

MARQUES, J. B. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. 2007. 258f. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MATTHES, M. M. Livy and the Repetition of Republican Foundations. In: _____. *The Rape of Lucretia and the Founding of Republics Readings in Livy, Machiavelli, and Rousseau*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1964. p. 23-50.

MCDONALD, A. H. The style of Livy. In: *Oxford readings in classical studies*. CHAPLIN, J; KRAUS, C. S. (Ed.) Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 222-259.

_____. Livius, Titus. In: KRISTELLERR, Paul Oskar (Ed.). *Catalogus Translationum et Commentariorum - Mediaeval and Renaissance Latin Translations and Commentaries: Annotated Lists and Guides*. Vol. II. Washington: The Catholic University of America Press, 1971, p. 331-348.

MCGOWAN, L. F. *The development of the preface in roman historiography*. 2010. 102f. (Thesis) Graduate Faculty of The University of Georgia. Athens. 2010.

MEHL, A. How the Romans Remembered, Recorded, Thought About, and Used Their Past. In: RAAFLAUB, K. A. *Thinking, Recording, and Writing History in the Ancient World*. Blackwell, 2014, p. 256-275.

MELLOR, R. *The Historians of Ancient Rome*. London/New York: Routledge, 1998.

_____. *Roman Historians*. London: Routledge, 1999.

MENDEZ, R. D. *Tito Livio en España* (Los códices Latinos en las Bibiotecas Espanholas: la Tradición Castellana, directa e indirecta). Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Filología. Departamento de Filología Clásica. Madrid, 1991.

MILES, G. *Livy: reconstructing early Rome*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1995.

_____. *Maiores, Conditores, and Livy's Perspective on the past. Transactions of the American Philological Association*. V. 118, 1988, p. 185-208.

MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015.

_____. *L'année 207 dans le récit livien. Latomus*. V. 59.3. 2000, p. 512-540.

_____. *Livy's Political and Moral Values and the Principate*. In: _____. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 125-138.

MITRAUD, C. A. *História e Tradição no livro I de Tito Lívio*. 2007. 129f (Dissertação de Mestrado). Faculdade de letras da UFMG. Belo Horizonte. 2007.

MOLES, J.L. *Livy's preface*. In: CHAPLIN, J. D; KRAUS, C. S. (Ed.). *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 49- 87.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *La historiografía griega*. Trad. de J. M. Gázquez. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

MONTERO, Santiago. *L'imperatore e le consultazioni divinatorie: uerba e silentia*. In: SCHETTINO, M. T.; PYTTIA, S. (Dir.). *Les sons du pouvoir dans les mondes anciennes*. La Rochelle, Presses Universitaires du France Comte, 2012, p. 297-308.

_____. *La religión romana antigua*. Akal, Madrid, 1990.

_____. *La supplicatio expiatoria romana como fator de cohesión social. Atti del IV Convegno Internazionale del Gruppo di Ricerca Italo-Spagnolo di Storia delle Religioni*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2008, p. 141-160.

MORA, F. *Storiografia greca e romana. Dialogues d'histoire ancienne*. n.25, v.25, p. 7-33, 1999.

_____. *La noción romana de auctoritas y la responsabilidad por auctoritas*. Granada: Editorial Comares, 2000.

MUSTI, D. *O Pensamento Histórico Romano*. In: CAVALLO, G. et al (Ed.). *O Espaço Literário da Roma Antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p.187-254.

- NAIDEN, F. S. *Ancient Supplication*. New York: Oxford University Press, 2006.
- _____. Supplication on roman coins. *American Journal of Numismatics*. V. 15, 2003, p. 41-52.
- NICE, A. *Divination and Roman Historiography*. 1999. 325f. Thesis. (Philosophy in Classics). University of Exeter, 1999.
- NOCK, A. D. The Roman Army and the Roman Religious Year. *The Harvard Theological Review*, v.45, n.4, p. 187-252, 1952.
- NOGUEIRA, C. R. F. *Bruxaria e história: as práticas mágicas no ocidente cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard, 1992.
- NORTH, J. A. *Roman Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. Conservatism and Change in Roman Religion. *Papers of the British School at Rome*. V. 44, 1976, p. 1-12.
- _____. Diviners and Divination at Rome. In: BEARD, M.; NORTH, J. (Ed.) *Pagan Priests. Religion and Power in the Ancient World*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.
- NOVAK, M. G. Adivinhação, superstição e religião no último século da República (Cícero e Lucrécio). *Clássica*. N. 4, 1991, p. 145-161.
- OAKLEY, S. P. Reading Livy's Book 5. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 230-242.
- O'BRIEN, R. *The Political Role of the Decemviri Sacris Faciundis and their Consultation of the Libri Sibyllini during the Roman Republic 367–104 BCE*. 2016. 72f. (Thesis). School of Historical and Philosophical Studies Faculty of Arts The University of Melbourne. Melbourne. 2016.
- OGILVIE, R. M. *et al.* (Ed.). *The Cambridge ancient history, volume VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. *A commentary on Livy: books 1-5*. Oxford: Oxford University Press, 1965.
- _____. The sources of early Roman history. In: OGILVIE, R. M. *et al.* (Ed.). *The Cambridge ancient history, volume VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 1-29.
- _____. The Manuscript Tradition of Livy's First Decade. *The Classical Quarterly*, V. 7, N. 1, 1957, p. 68-81.
- _____. Livio. In: KENNEY, J.; CLAUSEN, W. (Eds). *Historia de la Literatura Clásica* (Cambridge University). II Literatura Latina. Trad. de E. Bombín. Madrid: Editorial Gredos, 1989, p.505-514.

OMENA, L. M.; SILVA, S. B. O pontifex maximus: uma leitura acerca do pontificado máximo de Augusto (século I. a.C.). *Phoenix*. N. 24, 2018, p. 124-141.

ORLIN, E. *Temples, religion, and politics in the Roman Republic*. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.

_____. Urban Religion in the Middle and Late Republic. In: RUPKE, J. (Org.) *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 58-70.

ORTEGA Y GASSET, José. A História como sistema. In: *História como sistema Mirabeau ou o Político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 27-58.

PADEN, W.E. Sacrality as Integrity: “Sacred Order” as a Model for Describing Religious Worlds. In: T.Q., INDINOPULOS; E.A., YONAN (ed.). *The Sacred and its Scholars: Comparative Methodologies for the Study of Primary Religious Data*. Leiden: Brill, 1996.

PARKER, H. N. Books and reading latin poetry. In: _____; WILLIAM, A. J. (Ed.). *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p.186-232.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. II Volume - Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

POE, J. P. The Secular Games, the Aventine, and the Pomerium in the Campus Martius. *Classical Antiquity*, v. 3, n. 1, p. 57-81, 1984.

POEL, M. V. D. The Use of exempla in Roman Declamation. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, v. 27, n. 3, p. 332-353, 2009.

POLO, F. P. *The Consul at Rome: The civil functions of the consuls in the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PRICE, S. R. The place of religion: Rome in the Early Empire. In: BOWMAN, Alan; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew. *The Cambridge Ancient History*. Vol. X. 2nd Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark; BOWERSOCK, G. W. (org.). *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate*. California: University of California Press, 1993.

RASMUSSEN, S. W. *Public Portents in Republican Roman*. Roma: “L'ERMA” di BRETSCHNEIDER, 2003.

RAWSON, E. Prodigy Lists and the use of the *Annales Maximi*. *The Classical Quarterly*. V. 21, N.01, 1971, p. 158-169.

_____. *Intellectual life in the late Roman Republic*. London: Duckworth, 1985.

RECIO, T. de la A. *Tito Livio*. Barcelona: Editorial Labor, 1952.

REQUENA JIMÉNEZ, M. Prodigies in Republican Rome. The Absence of God. *Klio*, n. 100(2), 2018, p.480-500.

REIS, J C. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV (Ed.), 2006.

RICH, J. Structuring Roman History: The consular year and the Roman Historical Tradition. In: CHAPLIN, J D; KRAUS, C S. *Oxford readings in classical studies Livy*. New York: Oxford, 2009, p. 118-144.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

RIDLEY, R. T. The Absent Pontifex Maximus. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, V. 54, N. 3, 2005, p. 275-300.

RINCÓN, J. S. Ramos, coronas, guirnaldas: símbolos de amor y muerte en la obra de Federico García Lorca. *Revista de literatura*, T. 61, N. 122, 1999, p. 495-519.

RIVES, J. Religion in the Roman world. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. New York: Routledge, 2005, p. 245-276.

ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROBLEDO, I. B. El libro en Roma. *Cuadernos del Tomás*, Nº. 3, 2011, p. 103-124.

RODRÍGUEZ HORRILLO. M. A. Diodoro, Tito Livio y su público. *Myrtia*, n. 27, 2012, p. 89-110.

ROLLER, M. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: FELDHERR, A (Ed.). *The roman historians*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194.

_____. The Politics of Aristocratic Competition: Innovation in Livy and Augustan Rome. In: DOMINIK, W.J.; GARTHWAITE, J.; ROCHE, P. A. (Eds.). *Writing politics in Imperial Rome*. Boston: Brill University Press, 2009, p. 153-172.

_____. Pliny's Catullus: the politics of literary appropriation. *Transactions of the American Philological Association*. V.128, 1998, p. 265-304.

ROSENBERGER, V. Republican *Nobiles*: Controlling the Res Publica. In: RUPKE, J. (Org.). *A companion to roman religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 292-301.

ROQUE, M. L. *Horácio, o Carme Secular e os Jogos Seculares em Roma*. Brasília: Thesaurus, 2002.

RUPKE, J. Religious pluralism. In: BARCHIESI, A. SCHEIDEL, W. *The Oxford handbook of Roman studies*, Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. *The Roman Calendar from Numa to Constantine - Time, History and the Fasti*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.

_____. Controllers and Professionals: Analyzing Religious Specialists. *Numen*, V. 43, N. 3, 1996, p. 241-262.

_____. Divination et décisions politiques dans la République romaine. *Cahiers Glotz*, V.16, 2005, p. 217-233.

_____. *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

_____. *Religions of the Romans*. Cambridge: Polity Press, 2009.

RÜSEN, J. *Reconstrução do passado*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

SALLES, C. *Lire à Rome*. Paris: Petite Bibliothèque Payot. 2010.

SANDES, Noé F. A memória inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane C.; SALOMON, Marlon (orgs.). *Escritas da História: arte, cultura e memória*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. p. 179-196.

SANTANGELO, F. *Divination, Prediction and the End of the Roman Republic*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2013.

_____. Enduring Arguments: Priestly Expertise in the Early Principate. *TAPA*. N. 146, 2016, p. 349–376.

_____. Priestly Auctoritas in the Roman Republic. *Classical Quarterly*. N. 63.2, 2013, p. 743–763.

_____. *Pax Deorum* and Pontiffs. In: RICHARDSON, J. H.; SANTANGELO, F. (Eds.). *Priests and State in the Roman World*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011, p.161-186.

SANT'ANGELO, M. E. A *divinatio* na literatura romana do século I AEC. *Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medieval* – v. 10/1, 2015, p. 88-99.

_____. A “batalha semântica” pela *religio publica* romana no *De Rerum Natura* de Lucrécio. 2018. 247f. Tese (Doutorado em História). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Lei e Adivinhação na República Romana Tardia. *Hélade*. V. 2, N.2, 2016, p. 9-24.

SANZ, A. S. Prodígios y ceremonias de expiación em el año 207 a.C. *Iberian*. Revista digital de Historia. N. 6, 2013, p. 14-26.

SATTERFIELD, S. Prodigies, the *Pax Deum* and the *Ira Deum*. *The Classical Journal*. V. 110, N. 4, 2015, p. 431-445.

_____. Livy and the *Pax Deum*. *Classical Philology*. N. 111, 2016, p. 165–176.

_____. Livy and the timing of expiation in the Roman year. *Histos*, v.6, 2012, p. 67-90.

SCHEID, J. Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation. In: GALINSKY, K. *The Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.175-193.

_____. *Pouvoir et religion à Rome*. Paris: Pluriel, 1991.

_____. *Rito e religione dei Romani*. Bergamo: Sestante Edizioni, 2009.

_____. Livy and religion. In: MINEO, B. (Ed.). *A companion to Livy*. Oxford: Blackwell, 2015, pp. 78-89.

_____. Sacrifices for gods and ancestors. In: RUPKE, J. (Org) *A companion to roman religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p.263-271.

_____. *An introduction to Roman Religion*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 2003.

_____. *La religion en Roma*. Madrid: Clásicas Madrid, 1991.

_____. “Les livres Sibyllins et les archives des quindecemvirs.” In: MOATTI, C. *La memoie perdue. Recherches sur l’administration romaine*. Rome, p. 11-26, 1998.

_____. O Sacerdote. In: GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 49-72.

_____. (Dir.). *Rites et croyances dans les religions du monde romain*. Huit exposés suivis de discussions. Genève: Fondation Hardt, 2006.

_____. Sacrifices for gods and ancestors. In: RUPKE, J. (Org.). *A companion to roman religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 263-271.

_____. Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation. In: GALINSKY, K. *The Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.175-193.

_____. *Religion et Piété à Rome*. Paris: Albin Michel, 2001.

_____. Le temps de la cité et l’histoire des prêtres, des origines religieuses de l’histoire romaine. In: DETIENNE, M. (Dir.) *Transcrire les mythologies*. Paris: Albin Michel, 1994, p. 149-158.

SCHILLING, R. *Rites, cultes, dieux de Rome*. Paris: Éditions Klincksieck, 1979.

SCHULTZ, C. E. *Women’s religious activity in the Roman Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

_____.; HARVEY JR., Paul B. *Religion in Republican Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SEBASTIANI, B. B. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. 2002. 169f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico do século I a.C. In: JOLY, F. D. (Org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 77-96.

SEGALEN, M. *Ritos y rituales contemporáneos*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, 186p.

SERRES, M. *Rome: the Book of Foundations*. California: Stanford University Press, 1991.

SILVA, R. F. Da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

STADTER, P. A. The Structure of Livy's History. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. V. 21, N. 2. 1972, p. 287-307.

STARR, R. The circularion of literary texts in roman word. *The Classical Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 213-223, 1987.

_____. Lectores and roman reading. *The Classical Journal*, v. 26, n. 4, p. 337-343, 1991.

_____. Pliny the Younger on Private Recitations and C. Titius on Irresponsible Judges. *Latomus*. T. 49.2, 1990, p. 464-472.

STEM, R. *The Exemplary Lessons of Livy's Romulus*. California: University of California, 2007.

STRUEVAR, N. S. Rhetoric: time, Memory, Memory, In: WALTER, J.; OLMSTED, W. (Ed.). *A companion to Rhetoric and Rhetorical Criticism*. Oxford: Blackwell publishing, 2004, p.425-441.

TAINÉ, H. *Essais sur Tite-Live*. Paris: Hachette, 1896.

TALBERT, R. *The Senat of Imperial Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

TEIXEIRA, F. C. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40, p. 551-568, 2008.

TRUMPER, M. Gender and Space, "Public" and "Private". In: JAMES, S L; DILLON (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. Oxford: Blackwell, 2012, p. 288-304.

TURCHI, N. *La religione di Roma antica*. Bologna: Capelli Edit, 1939.

TURNER, V. W. *O Processo Ritual – Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis, Vozes, 1974.

VASALY, A. *Representations images of the world in ciceronian oratory*. California: University of California press. 1993.

_____. The Composition of the *Ab Urbe Condita*: The Case of the First Pentad. In: MINEO, B. (Ed.). *A Companion to Livy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015, p. 217-129.

VASCONCELOS, B. A. Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano. *Phaos* n.2, p. 205-225, 2002.

VERNANT, J P. O indivíduo na cidade. In: Vernant, Jean-Pierre. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Setenta, 1987, p. 25-44.

VERSNEL, H. S. Religious mentality in ancient prayer. In: _____ (Ed.). *Faith, Hope and Worship: aspects of religious mentality in the Ancient World*. Leiden: Brill University Press, 1981, p. 1-64.

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. Lisboa: Gradiva: 1989.

VIDAL, J. L. Libros, librerías y librerías en la Roma antigua. *Myrtia*. N. 27, 2012, p. 57-71.

VON ALBRECHT, M. *Historia de la Literatura Romana*. Desde Andrónico hasta Boecio. Volumen I. Trad. de Dulce Estefanía y Andrés P. Pérez. Barcelona: Editorial Herder, 1997.

WALLACE-HADRILL, A. Housing the Dead: The Tomb as House in Roman Italy. In: BRINK, L.; GREEN, D. (Eds.). *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Context*. New York: Walter de Gruyter, 2008, p.39-77.

WALSH, P.G. The literary techniques of Livy. In: CHAPLIN, J. D; KRAUS C. S (Ed.). *Oxford readings in classical studies*. New York: Oxford University press. 2009, p. 201-221.

_____. Livy's Preface and the Distortion of History. *The American Journal of Philology*. V. 76, N. 4, 1955, p. 369-383.

WERTSCH, J. V. Deep Memory and Narrative Templates: Conservative Forces in Collective Memory. In: ASSMANN, A. SHORTT, L. (Eds.) *Memory and Political Change*. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 173-185.

WHITE, P. Poets in the New Milieu: Realigning. GALINSKY, K. (Ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 321-339.

_____. Amicitia and the Profession of Poetry in Early Imperial Rome. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 68, 1978, p. 74-92.

_____. Bookshops in the Literary Culture of Rome. In: PARKER, H. WILLIAM, A. J. (Eds.). *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009, 268-287.

_____. *Promised Verse: poets in the society of Augustan Rome*. Harvard: Harvard University Press, 1993.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988.

_____. KRAUS, C. S. III. Livy. *New Surveys in the Classics*. V.27. (Latin Historians), 1997, p. 51-81.

ZETZEL, J. E. G. The Subscriptions in the Manuscripts of Livy and Fronto and the Meaning of *Emendatio*. *Classical Philology*, V. 75, N. 1, 1980, p. 38-59.

APÊNDICE A

PASSAGENS DE *AB VRBE CONDITA LIBRI* E *PERIOCHAE* QUE REFERENCIAM PRODÍGIOS

Nesta tabela, organizamos as passagens em latim de todas as ocorrências de prodígios que aparecem em *Ab Vrbe Condita Libri* e nas *Periochae*. Nosso objetivo foi o de listar as passagens específicas de onde retiramos as informações que constam no Anexo B. Não pretendemos, nessa tabela, transcrever toda a passagem ou parágrafo, mas apenas as trechos que trazem informações relevantes sobre o sacerdote, magistrado ou Senado envolvidos na *procuratio prodigiorum*, bem como a descrição dos prodígios em si e os rituais de expiação.

Referência <i>Ab Vrbe Condita Libri e Periochae</i>	Passagem em latim de <i>Ab Vrbe Condita Libri</i> e <i>Periochae</i>
I.31	<i>in monte Albano lapidibus pluuisse. quod cum credi uix posset, missis ad id uisendum prodigium in conspectu haud aliter quam cum grandinem uenti glomeratam in terras agunt crebri cecidere caelo lapides. Romanis quoque ab eodem prodigio nouendiale sacrum publice susceptum est, seu uoce caelesti ex Albano monte missa — nam id quoque traditur — seu haruspicum monitu.</i>
I.55	<i>caput humanum integra facie aperientibus fundamenta templi dicitur apparuisse. quae uisa species haud per ambages arcem eam imperii caputque rerum fore portendebat; idque ita cecinere uates quique in urbe erant quosque ad eam rem consultandam ex Etruria acciuerant.</i>
II.42	<i>caput humanum integra facie aperientibus fundamenta templi dicitur apparuisse. quae uisa species haud per ambages arcem eam imperii caputque rerum fore portendebat; idque ita cecinere uates quique in urbe erant quosque ad eam rem consultandam ex Etruria acciuerant.</i>
III.5	<i>ut Romam reditum est et iustitium remissum, caelum uisum est ardere plurimo igni, portentaque alia aut obuersata oculis aut uanas exterritis ostentauere species. his auertendis terroribus in triduum feriae indictae, per quas omnia delubra pacem deum exposcentium uirorum mulierumque turba implebantur.</i>
III.7	<i>et per ignota capita late uagata est uis morbi, inopsque senatus auxilii humani ad deos populum ac uota uertit. iussi cum coniugibus ac liberis supplicatum ire pacemque exposcere deum, ad id quod sua quemque mala cogebant auctoritate publica euocati omnia delubra implent. stratae passim matres, crinibus templa uerrentes, ueniam irarum caelestium finemque pesti exposcunt.</i>

III.10	<i>eo anno caelum ardere uisum, terra ingenti concussa motu est. bouem locutam, cui rei priore anno fides non fuerat, creditum. inter alia prodigia et carne pluit, quem imbrem ingens numerus auium interuolitando rapuisse fertur; quod intercidit, sparsum ita iacuisse per aliquot dies ut nihil odor mutaret. libri per duumuiros sacrorum aditi; pericula a conuentu alienigenarum praedicta, ne qui in loca summa urbis impetus caedesque inde fierent; inter cetera monitum ut seditionibus abstineretur</i>
III.29	<i>lupos uisos in Capitolio ferunt a canibus fugatos; ob id prodigium lustratum Capitolium esse. haec eo anno gesta.</i>
IV.21	<i>ceterum magis uis morbi ingrauescens curae erat terroresque ac prodigia, maxime quod crebris motibus terrae ruere in agris nuntiabantur tecta. obsecratio itaque a populo duumuiris praeuentibus est facta.</i>
IV.25	<i>pestilentia eo anno aliarum rerum otium praebuit. aedis Apollini pro ualetudine populi uota est. multa duumuiro ex libris placandae deum irae auertendaeque a populo pestis causa fecere; magna tamen clades in urbe agrisque promiscua hominum pecorumque pernicie accepta</i>
V.13	<i>tristem hiemem siue ex intemperie caeli, raptim mutatione in contrarium facta, siue alia qua de causa grauis pestilensque omnibus animalibus aestas excepit; cuius insanabili perniciei quando nec causa nec finis inueniebatur, libri Sibyllini ex senatus consulto aditi sunt. duumuiro sacris faciendis, lectisternio tunc primum in urbe Romana facto, per dies octo Apollinem Latonamque et Dianam, Herculem, Mercurium atque Neptunum tribus quam amplissime tum apparari poterat stratis lectis placauere. priuatim quoque id sacrum celebratum est. tota urbe patentibus ianuis promiscuoque usu rerum omnium in propatulo posito, notos ignotosque passim aduenas in hospitium ductos ferunt, et cum inimicis quoque benigne ac comiter sermones habitos; iurgiis ac litibus temperatum; uinctis quoque dempta in eos dies uincula; religioni deinde fuisse quibus eam opem di tulissent uinciri.</i>
V.14	<i>pestis eius arcendae causa placandos esse in libris fatalibus inuentum sit.</i>
V.15	<i>prodigia interim multa nuntiari, quorum pleraque et quia singuli auctores erant parum credita spreataque, et quia, hostibus Etruscis, per quos ea procurarent haruspices non erant: in unum omnium curae uersae sunt quod lacus in Albano nemore, sine ullis caelestibus aquis causaue qua alia quae rem miraculo eximeret, in altitudinem insolitam creuit. quidnam eo di portenderent prodigio missi sciscitatum oratores ad Delphicum oraculum sic igitur libris fatalibus, sic disciplina Etrusca traditum esse, ut quando aqua Albana abundasset, tum si eam Romanus rite emisisset uictoriam de Ueientibus dari; antequam id fiat deos moenia Ueientium deserturos non esse. exsequeretur inde quae sollemnis deriuatio esset</i>
VII.2	<i>et hoc et insequenti anno C. Sulpicio Petico C. Licinio Stolone consulibus pestilentia fuit. eo nihil dignum memoria actum, nisi quod pacis deum exposcendae causa tertio tum post conditam urbem lectisternium fuit; et cum uis morbi nec humanis consiliis nec ope diuina leuaretur, uictis superstitione animis ludi quoque scenici—noua res bellicoso populo, nam circi modo spectaculum fuerat—inter alia caelestis irae placamina instituti dicuntur; ceterum parua quoque, ut ferme principia omnia, et ea ipsa peregrina res fuit. sine carmine ullo, sine imitandorum carminum actu ludiones ex Etruria acciti, ad</i>

	<i>tibicinis modos saltantes, haud indecoros motus more Tusco dabant. imitari deinde eos iuuentus, simul inconditis inter se iocularia fundentes uersibus, coepere; nec absoni a uoce motus erant. accepta itaque res saepiusque usurpando excitata.</i>
VII.3	<i>nec tamen ludorum primum initium procurandis religionibus datum aut religione animos aut corpora morbis leuauit; quin etiam, cum medios forte ludos circus Tiberi superfuso inrigatus impedisset, id uero, uelut auersis iam dis aspernantibusque placamina irae, terrorem ingentem fecit. itaque Cn. Genucio L. Aemilio Mamerco iterum consulibus, cum piaculorum magis conquisitio animos quam corpora morbi adficerent, repetitum ex seniorum memoria dicitur pestilentiam quondam clauo ab dictatore fixo sedatam. ea religione adductus senatus dictatorem clauī figendi causa dici iussit; dictus L. Manlius Imperiosus L. Pinarium magistrum equitum dixit.</i>
VII.6	<i>eodem anno, seu motu terrae seu qua ui alia, forum medium ferme specu uasto conlapsum in immensam altitudinem dicitur; neque eam uoraginem coniectu terrae, cum pro se quisque gereret, expleri potuisse, priusquam deum monitu quaeri coeptum quo plurimum populus Romanus posset; id enim illi loco dicandum uates canebant, si rem publicam Romanam perpetuam esse uellent. tum M. Curtium, iuuenem bello egregium, castigasse ferunt dubitantes an ullum magis Romanum bonum quam arma uirtusque esset; silentio facto templa deorum immortalium, quae foro imminent, Capitoliumque intuentem et manus nunc in caelum, nunc in patentes terrae hiatus ad deos manes porrigentem, se deuouisse; equo deinde quam poterat maxime exornato insidentem, armatum se in specum immisisse; donaque ac fruges super eum a multitudine uirorum ac mulierum congestas lacumque Curtium non ab antiquo illo T. Tati milite Curtio Mettio sed ab hoc appellatum. cura non deesset, si qua ad uerum uia inquirentem ferret: nunc fama rerum standum est, ubi certam derogat uetustas fidem; et lacus nomen ab hac recentiore insignitius fabula est. post tanti prodigii procurationem eodem anno de Hernicis consultus senatus, cum fetiales ad res repetendas nequiquam misisset, primo quoque die ferendum ad populum de bello indicendo Hernicis censuit populusque id bellum frequens iussi</i>
VII.27	<i>exercitibus dimissis, cum et foris pax et domi concordia ordinum otium esset, ne nimis laetae res essent, pestilentia ciuitatem adorta coegit senatum imperare decemuiris ut libros Sibyllinos inspicerent; eorumque monitu lectisternium fuit.</i>
VII.28	<i>prodigium extemplo dedicationem secutum, simile uetusto montis Albani prodigio; namque et lapidibus pluit et nox interdiu uisa intendi; librisque inspectis cum plena religione ciuitas esset, senatui placuit dictatorem feriarum constituendarum causa dici. dictus P. Ualerius Publicola; magister equitum ei Q. Fabius Ambustus datus est. non tribus tantum supplicatum ire placuit sed finitimos etiam populos, ordoque iis, quo quisque die supplicarent, statutus.</i>
VIII.18	<i>ex quibus ad centum septuaginta damnatae; neque de ueneficiis ante eam diem Romae quaesitum est. prodigii ea res loco habita captisque magis mentibus quam consceleratis similis uisa; itaque memoria ex annalibus repetita in secessionibus quondam plebis clauum ab dictatore fixum alienatasque discordia mentes hominum eo piaculo compotes sui fecisse, dictatorem clauī figendi causa creari placuit. creatus Cn. Quinctilius magistrum equitum L. Ualerium dixit, qui fixo clauo magistratu se abdicauerunt.</i>

X.23	<i>eo anno prodigia multa fuerunt, quorum auerruncandorum causa supplicationes in biduum senatus decreuit; publice uinum ac tus praebitum; supplicatum iere frequentes uiri feminaeque</i>
X.31	<i>felix annus bellicis rebus, pestilentia grauis prodigiisque sollicitus; nam et terram multifariam pluuisse et in exercitu Ap. Claudi plerosque fulminibus ictos nuntiatum est; librique ob haec aditi</i>
X.47	<i>multis rebus laetus annus uix ad solacium unius mali, pestilentiae urentis simul urbem atque agros, suffecit; portentoque iam similis clades erat, et libri aditi quinam finis aut quod remedium eius mali ab dis daretur. inuentum in libris Aesculapium ab Epidauro Romam arcessendum; neque eo anno, quia bello occupati consules erant, quicquam de ea re actum praeterquam quod unum diem Aesculapio supplicatio habita est.</i>
Per.11	<i>cum pestilentia ciuitas laboraret, missi legati, ut Aesculapi signum Romam ab Epidauro transferrent, anguem, qui se in nauem eorum contulerat, in quo ipsum numen esse constabat, deportauerunt; eoque in insulam Tiberis egresso eodem loco aedis Aesculapio constituta est.</i>
Per.14	<i>cum inter alia prodigia fulmine deiectum esset in Capitolio Iouis signum, caput eius per haruspices inuentum est</i>
Per.49	<i>prius quam ullae copiae in naves inponerentur, Vticenses legati Romam uenerunt se suaque omnia dedentes. ea legatio uelut omen grata patribus, acerba Carthaginensibus fuit. ludi Diti patri ad Tarentum ex praecepto librorum facti, qui ante annum centesimum primo Punico bello, quingentesimo et altero anno ab urbe condita facti erant</i>
XXI.46	<i>apud Romanos haudquaquam tanta alacritas erat, super cetera recentibus etiam territos prodigiis; nam et lupus intrauerat castra laniatisque obuiis ipse intactus euaserat, et examen apum in arbore praetorio imminente consederat. quibus procuratis Scipio cum equitatu iaculatoribusque expeditis profectus ad castra hostium exque propinquo copias, quantae et cuius generis essent, speculandas obuius fit Hannibali et ipsi cum equitibus ad exploranda circa loca progresso.</i>
XXI.62	<i>Romae aut circa urbem multa ea hieme prodigia facta aut, quod euenire solet motis semel in religionem animis, multa nuntiata et temere credita sunt, in quis ingenuum infantem semenstem in foro holitorio triumphum clamasse, et in foro boario bouem in tertiam contignationem sua sponte escendisse atque inde tumultu habitatorum territum sese deiecisse, et nauium speciem de caelo adfulsisse, et aedem Spei, quae est in foro holitorio, fulmine ictam, et Lanuui hastam se commouisse et coruum in aedem Iunonis deuolasse atque in ipso puluinari consedissee, et in agro Amiternino multis locis hominum specie procul candida ueste uisos nec cum ullo congressos, et in Piceno lapidibus pluuisse, et Caere sortes extenuatas, et in Gallia lupum uigili gladium ex uagina raptum abstulisse. ob cetera prodigia libros adire decemuirii iussi; quod autem lapidibus pluisset in Piceno, nouendiale sacrum edictum; et subinde aliis procurandis prope tota ciuitas operata fuit. iam primum omnium urbs lustrata est hostiaeque maiores quibus editum est dis caesae, et donum ex auri pondo quadraginta Lanuuium Iunoni portatum est et signum aeneum matronae Iunoni in Auentino dedicauerunt, et lectisternium Caere, ubi sortes attenuatae erant, imperatum, et supplicatio Fortunae in Algido; Romae quoque et lectisternium Iuuentati et supplicatio ad aedem Herculis nominatim, deinde uniuerso populo circa omnia puluinnaria indicta, et Genio maiores hostiae</i>

	<i>caesae quinque, et C. Atilius Serranus praetor uota suscipere iussus, si in decem annos res publica eodem stetisset statu. haec procurata uotaque ex libris Sibyllinis magna ex parte leuauerant religione animos.</i>
XXII.1	<i>augebant metum prodigia ex pluribus simul locis nuntiata: in Sicilia militibus aliquot spicula, in Sardinia autem in muro circumeunti uigilias equiti scipionem quem manu tenuerit arsisse et litora crebris ignibus fulsisse et scuta duo sanguine sudasse, et milites quosdam ictos fulminibus et solis orbem minui uisum, et Praeneste ardentis lapides caelo cecidisse, et Arpis parmas in caelo uisas pugnantemque cum luna solem, et Capenae duas interdum lunas ortas, et aquas Caeretes sanguine mixtas fluxisse fontemque ipsum Herculis cruentis manasse respersum maculis, et in Antiati metentibus cruentas in corbem spicas cecidisse, et Faleriis caelum findi uelut magno hiatus uisum quaque patuerit ingens lumen effulsisse; sortes sua sponte attenuatas unamque excidisse ita scriptam: 'Mauors telum suum concutit', et per idem tempus Romae signum Martis Appia uia ac simulacra luporum sudasse, et Capuae speciem caeli ardentis fuisse lunaeque inter imbrem cadentis. inde minoribus etiam dictu prodigiis fides habita: capras lanatas quibusdam factas, et gallinam in marem, gallum in feminam sese uertisse. his, sicut erant nuntiata, expositis auctoribusque in curiam introductis consul de religione patres consuluit. decretum ut ea prodigia partim maioribus hostiis, partim lactentibus procurarentur et uti supplicatio per triduum ad omnia puluinaria haberetur; cetera, cum decemuiri libros inspexissent, ut ita fierent quemadmodum cordi esse di sibi diuinis carminibus praefarentur. decemuirorum monitu decretum est Ioui primum donum fulmen aureum pondo quinquaginta fieret, Iunoni Mineruaeque ex argento dona darentur et Iunoni reginae in Auentino Iunonique Sospitae Lanuui maioribus hostiis sacrificaretur, matronaeque pecunia conlata quantum conferre cuique commodum esset donum Iunoni reginae in Auentinum ferrent lectisterniumque fieret, et ut libertinae et ipsae unde Feroniae donum daretur pecuniam pro facultatibus suis conferrent. haec ubi facta, decemuiri Ardeae in foro maioribus hostiis sacrificarunt. postremo Decembri iam mense ad aedem Saturni Romae immolatum est, lectisterniumque imperatum—et eum lectum senatores strauerunt—et conuiuium publicum, ac per urbem Saturnalia diem ac noctem clamata, populusque eum diem festum habere ac seruare in perpetuum iussus.</i>
XXII.9	<i>Q. Fabius Maximus dictator iterum quo die magistratum iniit uocato senatu, ab dis orsus, cum edocuisset patres plus negligentia caerimoniarum quam temeritate atque inscitia peccatum a C. Flaminio consule esse quaeque piacula irae deum essent ipsos deos consulendos esse, peruicit ut, quod non ferme decernitur nisi cum taetra prodigia nuntiata sunt, decemuiri libros Sibyllinos adire iuberentur. qui inspectis fatalibus libris rettulerunt patribus, quod eius belli causa uotum Marti foret, id non rite factum de integro atque amplius faciundum esse, et Ioui ludos magnos et aedes Ueneri Erycinae ac Menti uouendas esse, et supplicationem lectisterniumque habendum, et uer sacrum uouendum si bellatum prospere esset resque publica in eodem quo ante bellum fuisset statu permansisset. senatus, quoniam Fabium belli cura occupatura esset, M. Aemilium praetorem, ex collegii pontificum sententia omnia ea ut mature fiant, curare iubet.</i>
XXII.36	<i>ceterum priusquam signa ab urbe nouae legiones mouerent, decemuiri libros adire atque inspicere iussi propter territos uolgo homines nouis prodigiis. nam et Romae in Auentino et Ariciae nuntiatum erat sub idem tempus lapidibus pluuisse, et</i>

	<i>multo cruore signa in Sabinis, Caeretes aquas fonte callidos manasse; id quidem etiam, quod saepius acciderat, magis terrebat; et in uia fornicata, quae ad Campum erat, aliquot homines de caelo tacti exanimatique fuerant. ea prodigia ex libris procurata.</i>
XXII.57	<i>terruti etiam super tantas clades cum ceteris prodigiis, tum quod duae Uestales eo anno, Opimia atque Flornia, stupri compertae et altera sub terra, uti mos est, ad portam Collinam necata fuerat, altera sibimet ipsa mortem consciuerat; L. Cantilius scriba pontificius, quos nunc minores pontifices appellant, qui cum Flornia stuprum fecerat, a pontifice maximo eo usque uirgis in comitio caesus erat ut inter uerba exspiraret. hoc nefas cum inter tot, ut fit, clades in prodigium uersum esset, decemuiri libros adire iussi sunt et Q. Fabius Pictor Delphos ad oraculum missus est sciscitatum quibus precibus supplicisque deos possent placare et quanam futura finis tantis cladibus foret. interim ex fatalibus libris sacrificia aliquot extraordinaria facta, inter quae Gallus et Galla, Graecus et Graeca in foro bouario sub terram uiui demissi sunt in locum saxo consaeptum, iam ante hostiis humanis, minime Romano sacro, imbutum.</i>
XXIII.31	<i>mare arsit eo anno; ad Sinuessam bos eculeum peperit; signa Lanuui ad Iunonis Sospitae cruore manauere lapidibusque circa id templum pluit, ob quem imbrem nouendiale, ut adsolet, sacrum fuit; ceteraque prodigia cum cura expiata.</i>
XXIII.39	<i>et circa Capuam transgresso Uolturnum Fabio post expiata tandem prodigia ambo consules rem gerebant.</i>
XXIV.10	<i>prodigia eo anno multa nuntiata sunt, quae quo magis credebant simplices ac religiosi homines, eo plura nuntiabantur: Lanuui in aede intus Sospitae Iunonis coruos nidum fecisse; in Apulia palmam uiridem arsisse; Mantuae stagnum effusum Mincio amni cruentum uisum; et Calibus creta et Romae in foro bouario sanguine pluuisse; et in uico Insteio fontem sub terra tanta ui aquarum fluxisse ut serias doliaque quae in eo loco erant prouoluta uelut impetu torrentes tulerit; tacta de caelo atrium publicum in Capitolio, aedem in campo Uolcani, Uacunae in Sabinis publicamque uiam, murum ac portam Gabiis. iam alia uolgata miracula erant: hastam Martis Praeneste sua sponte promotam; bouem in Sicilia locutum; infantem in utero matris in Marrucinis 'io triumphae' clamasse; ex muliere Spoleti uirum factum; Hadriae aram in caelo speciesque hominum circum eam cum candida ueste uisas esse. quin Romae quoque in ipsa urbe, secundum apum examen in foro uisum—quod mirabile est, quia rarum—, adfirmantes quidam legiones se armatas in Ianiculo uidere concitauerunt ciuitatem ad arma, cum qui in Ianiculo essent negarent quemquam ibi praeter adsuetos collis eius cultores apparuisse. haec prodigia hostiis maioribus procurata sunt ex haruspicum responso et supplicatio omnibus deis quorum puluinaria Romae essent indicta est.</i>
XXIV.44	<i>consules duabus urbanis legionibus scriptis supplementoque in alias lecto priusquam ab urbe mouerent prodigia procurarunt quae nuntiata erant. murus ac porta Caietae et Ariciae etiam Iouis aedes de caelo tacta fuerat. et alia ludibria oculorum auriumque credita pro ueris: nauium longarum species in flumine Tarracinae quae nullae erant uisas et in Iouis Uicilini templo, quod in Compsano agro est, arma concrepisse et flumen Amiterni cruentum fluxisse. his procuratis ex decreto pontificum profecti consules Sempronius in Lucanos, in Apuliam Fabius.</i>

XXV.7	<i>tempestates foedae fuere; in Albano monte biduum continenter lapidibus pluuit; tacta de caelo multa, duae in Capitolio aedes, uallum in castris multis locis supra Suessulam, et duo uigiles exanimati; murus turresque quaedam Cumis non ictae modo fulminibus sed etiam decussae. Reate saxum ingens uisum uolitare, sol rubere solito magis sanguineoque similis. horum prodigiorum causa diem unum supplicatio fuit et per aliquot dies consules rebus diuinis operam dederunt et per eosdem dies sacrum nouendiale fuit.</i>
XVI.23	<i>eodem anno prodigia aliquot uisa nuntiataque sunt. in aede Concordiae Uictoria quae in culmine erat fulmine icta decussaque ad Uictorias quae in antefixis erant haesit neque inde procidit; et Anagniae et Fregellis nuntiatum est murum portasque de caelo tacta, et in foro Subertano sanguinis riuos per diem totum fluxisse, et Ereti lapidibus pluuisse, et Reate mulam peperisse. ea prodigia hostiis maioribus sunt procurata et obsecratio in unum diem populo indicta et nouendiale sacrum</i>
XVII.4	<i>multa ea aestate qua haec facta sunt ex propinquis urbibus agrisque nuntiata sunt prodigia: Tusculi agnum cum ubere lactenti natum, Iouis aedis culmen fulmine ictum ac prope omni tecto nudatum; iisdem ferme diebus Anagniae terram ante portam ictam diem ac noctem sine ullo ignis alimento arsisse, et aues ad compitum Anagninum in luco Dianae nidos in arboribus reliquisse; Tarracinae in mari haud procul portu angues magnitudinis mirae lasciuientium piscium modo exultasse; Tarquiniis porcum cum ore humano genitum, et in agro Capenate ad lucum Feroniae quattuor signa sanguine multo diem ac noctem sudasse. haec prodigia hostiis maioribus procurata decreto pontificum; et supplicatio diem unum Romae ad omnia puluinaria, alterum in Capenati agro ad Feroniae lucum indicta.</i>
XVII.11	<i>prodigia quoque priusquam ab urbe consules proficiscerentur procurari placuit. in Albano monte tacta de caelo erant signum Iouis arborque templo propinqua, et Ostiae lacus, et Capuae murus Fortunaequae aedis, et Sinuessae murus portaque. haec de caelo tacta: cruentam etiam fluxisse aquam Albanam quidam auctores erant, et Romae intus in cella aedis Fortis Fortuna de capite signum quod in corona erat in manum sponte sua prolapsum. et Priuerni satis constabat bouem locutum uolturiumque frequenti foro in tabernam deuolasse, et Sinuessae natum ambiguo inter marem ac feminam sexu infantem, quos androgynos uolgens, ut pleraque, faciliore ad duplicanda uerba Graeco sermone appellat, et lacte pluuisse et cum elephantis capite puerum natum. ea prodigia hostiis maioribus procurata, et supplicatio circa omnia puluinaria, obsecratio in unum diem indicta; et decretum ut C. Hostilius praetor ludos Apollini sicut iis annis uoti factique erant uoueret faceretque.</i>
XXVII.23	<i>praetores in prouincias profecti: consules religio tenebat quod prodigiis aliquot nuntiatis non facile litabant. et ex Campania nuntiata erant Capuae duas aedes, Fortuna et Martis, et sepulcra aliquot de caelo tacta, Cumis—adeo minimis etiam rebus praua religio inserit deos—mures in aede Iouis aurum rosisse, Casini examen apium ingens in foro consedis; et Ostiae murum portamque de caelo tactam, Caere uolturium uolasse in aedem Iouis, Uolsiniis sanguine lacum manasse. horum prodigiorum causa diem unum supplicatio fuit. per dies aliquot hostiae maiores sine litatione caesae diuque non impetrata pax deum. in capita consulum re publica incolumi exitiabilis prodigiorum euentus uertit.</i>

XXVII.37	<p><i>priusquam consules proficiscerentur nouendiale sacrum fuit quia Ueiis de caelo lapidauerat. sub unius prodigii, ut fit, mentionem alia quoque nuntiata: Minturnis aedem Iouis et lucum Maricae, item Atellae murum et portam de caelo tactam; Minturnenses, terribilius quod esset, adiciebant sanguinis riuum in porta fluxisse; et Capuae lupus nocte portam ingressus uigilem laniaueraat. haec procurata hostiis maioribus prodigia et supplicatio diem unum fuit ex decreto pontificum. inde iterum nouendiale instauratum quod in Armilustro lapidibus uisum pluere. liberatas religione mentes turbauit rursus nuntiatum Frusinone natum esse infantem quadrimo parem nec magnitudine tam mirandum quam quod is quoque, ut Sinuessae biennio ante, incertus mas an femina esset natus erat. id uero haruspices ex Etruria acciti foedum ac turpe prodigium dicere: extorrem agro Romano, procul terrae contactu, alto mergendum. uiuum in arcam condidere prouectumque in mare proiecerunt. decreuere item pontifices ut uirgines ter nouenae per urbem euntes carmen canerent. id cum in Iouis Statoris aede discerent conditum ab Liuiio poeta carmen, tacta de caelo aedis in Auentino Iunonis reginae; prodigiumque id ad matronas pertinere haruspices cum respondissent donoque diuam placandam esse, aedilium curulium edicto in Capitolium conuocatae quibus in urbe Romana intraque decimum lapidem ab urbe domicilia essent, ipsae inter se quinque et uiginti delegerunt ad quas ex dotibus stipem conferrent; inde donum peluis aurea facta lataque in Auentinum, pureque et caste a matronis sacrificatum. confestim ad aliud sacrificium eidem diuae ab decemuiris edicta dies, cuius ordo talis fuit. ab aede Apollinis boues feminae albae duae porta Carmentali in urbem ductae; post eas duo signa cupressea Iunonis reginae portabantur; tum septem et uiginti uirgines, longam indutae uestem, carmen in Iunonem reginam canentes ibant, illa tempestate forsitan laudabile rudibus ingeniis, nunc abhorrens et inconditum si referatur; uirginum ordinem sequebantur decemuiro coronati laurea praetextatique. a porta Iugario uico in forum uenere; in foro pompa constitit et per manus reste data uirgines sonum uocis pulsu pedum modulantes incesserunt. inde uico Tusco Uelabroque per bouarium forum in cliuum Publicium atque aedem Iunonis reginae perrectum. ibi duae hostiae ab decemuiris immolatae et simulacra cupressea in aedem inlata.</i></p>
XXVIII.11	<p><i>in ciuitate tanto discrimine belli sollicita cum omnium secundorum aduersorumque causas in deos uerterent, multa prodigia nuntiabantur: Tarracinae Iouis aedem, Satrici Matris Matutae de caelo tactam; Satricanos haud minus terrebant in aedem Iouis foribus ipsis duo perlapsi angues; ab Antio nuntiatum est cruentas spicas metentibus uisas esse; Caere porcus biceps et agnus mas idem feminaque natus erat; et Albae duo soles uisos ferebant et nocte Fregellis lucem obortam; et bos in agro Romano locutus et ara Neptuni multo manasse sudore in circo Flaminio dicebatur; et aedes Cereris Salutis Quirini de caelo tactae. prodigia consules hostiis maioribus procurare iussi et supplicationem unum diem habere—ea ex senatus consulto facta —: plus omnibus aut nuntiatis peregre aut uisis domi prodigiis terruit animos hominum ignis in aede Uestae extinctus, caesaque flagro est Uestalis cuius custodia eius noctis fuerat iussu P. Licini pontificis. id quamquam nihil portendentibus dis ceterum negligentia humana acciderat, tamen et hostiis maioribus procurari et supplicationem ad Uestae haberi placuit.</i></p>
XXIX.10	<p><i>ciuitatem eo tempore repens religio inuaserat inuento carmine in libris Sibyllinis propter crebrius eo anno de caelo lapidatum inspectis, quandoque hostis alienigena terrae Italiae bellum intulisset eum pelli Italia uincique posse si mater</i></p>

	<i>Idaea a Pessinunte Romam aduecta foret. id carmen ab decemuiris inuentum eo magis patres mouit quod et legati qui donum Delphos portauerant referebant et sacrificantibus ipsis Pythio Apollini omnia laeta fuisse et responsum oraculo editum maiorem multo uictoriam quam cuius ex spoliis dona portarent adesse populo Romano. in eiusdem spei summam conferebant P. Scipionis uelut praesagientem animum de fine belli quod depoposcisset prouinciam Africam. itaque quo maturius fatis ominibus oraculisque portendentis sese uictoriae compotes fierent, id cogitare atque agitare quae ratio transportandae Romam deae esset.</i>
XXX.2	<i>et nouas religiones excitabant in animis hominum prodigia ex pluribus locis nuntiata. aurum in Capitolio corui non lacerasse tantum rostris crediti sed etiam edisse; mures Antii coronam auream adrosere; circa Capuam omnem agrum locustarum uis ingens, ita ut unde aduenissent parum constaret, compleuit; eculeus Reate cum quinque pedibus natus; Anagninae sparsi primum ignes in caelo, dein fax ingens arsit; Frusinone arcus solem tenui linea amplexus est, circulum deinde ipsum maior solis orbis extrinsecus inclusit; Arpini terra campestri agro in ingentem sinum consedit; consulum alteri primam hostiam immolanti caput iocineris defuit. ea prodigia maioribus hostiis procurata; editi a collegio pontificum dei quibus sacrificaretur.</i>
XXX.38	<i>prodigia quoque nuntiata sub ipsam famam rebellionis attulerant terrorem: Cumis solis orbis minui uisus et pluit lapideo imbri, et in Ueliterno agro terra ingentibus cauernis consedit arboresque in profundum haustae; Ariciae forum et circa tabernae, Frusinone murus aliquot locis et porta de caelo tacta; et in Palatio lapidibus pluit. id prodigium more patrio nouendiali sacro, cetera hostiis maioribus expiata.</i>
XXXI.12	<i>curam expiandae uiolationis eius templi prodigia etiam sub idem tempus pluribus locis nuntiata accenderunt. in Lucanis caelum arsisse adferebant, Priuerni sereno per diem totum rubrum solem fuisse, Lanuui in templo Sospitae Iunonis nocte strepitum ingentem exortum. iam animalium obsceni fetus pluribus locis nuntiabantur: in Sabinis incertus infans natus, masculus an femina esset, alter sedecim iam annorum item ambiguo sexu inuentus; Frusinone agnus cum suillo capite, Sinuessae porcus cum capite humano natus, in Lucanis in agro publico eculeus cum quinque pedibus. foeda omnia et deformia errantisque in alienos fetus naturae uisa: ante omnia abominati semimares iussique in mare extemplo deportari, sicut proxime C. Claudio M. Liuio consulibus deportatus similis prodigii fetus erat. nihilo minus decemuiros adire libros de portento eo iusserunt. decemuiro ex libris res diuinas easdem quae proxime secundum id prodigium factae essent imperarunt. carmen praeterea ab ter nouenis uirginibus cani per urbem iusserunt donumque Iunoni reginae ferri. ea uti fierent C. Aurelius consul ex decemuirorum responso curauit. carmen, sicut patrum memoria Liuus, ita tum condidit P. Licinius Tegula.</i>
XXXII.1	<i>ab Suessa nuntiatum est duas portas quodque inter eas muri erat de caelo tactum, et Formiani legati aedem Iouis, item Ostienses aedem Iouis, et Ueliterni Apollinis et Sancus aedes, et in Herculis aede capillum enatum; et ex Bruttis ab Q. Minucio propraetore scriptum eculeum cum quinque pedibus, pullos gallinaceos tres cum ternis pedibus natos esse. a P. Sulpicio proconsule ex Macedonia litterae adlatae, in quibus inter cetera scriptum erat lauream in puppi nauis longae</i>

	<i>enatam. priorum prodigiorum causa senatus censuerat ut consules maioribus hostiis quibus diis uideretur sacrificarent; ob hoc unum prodigium haruspices in senatum uocati, atque ex responso eorum supplicatio populo in diem unum edicta et ad omnia puluinaria res diuinae factae.</i>
Per.32	<i>Conplura prodigia ex diversis regionibus nuntiata referuntur, inter quae in Macedonia in puppe longae navis lauream esse natam.</i>
XXXII.9	<i>consulem T. Quinctium ita habito dilectu ut eos fere legeret qui in Hispania aut Africa meruissent spectatae uirtutis milites, properantem in prouinciam prodigia nuntiata atque eorum procuratio Romae tenuerunt. de caelo tacta erant uia publica Ueis, forum et aedes Iouis Lanuui, Herculis aedes Ardeae, Capuae murus et turre et aedes quae Alba dicitur; caelum ardere uisum erat Arreti; terra Uelitris trium iugerum spatio cauerna ingenti desederat; Suessae Auruncae untiabant agnum cum duobus capitibus natum et Sinuessae porcum cum humano capite. eorum prodigiorum causa supplicatio unum diem habita, et consules rebus diuinis operam dederunt placatisque diis in prouincias profecti sunt</i>
XXXII.29	<i>priusquam consules praetoresque in prouincias proficiscerentur, prodigia procurari placuit, quod aedes Uolcani Summanique Romae et quod Fregenit murus et porta de caelo tacta erant, et Frusinone inter noctem lux orta, et Aefulae agnus biceps cum quinque pedibus natus, et Formiis duo lupi oppidum ingressi obuios aliquot laniauuerant, Romae non in urbem solum sed in Capitolium penetrauerat lupus.</i>
XXXIII.26	<i>priusquam aut hi praetores ad bellum prope nouum, quia tum primum suo nomine sine ullo Punico exercitu aut duce ad arma ierant, proficiscerentur aut ipsi consules ab urbe mouerent, procurare, ut adsolet, prodigia quae nuntiabantur iussi. P. Uillius eques Romanus in Sabinos proficiscens fulmine ipse equusque exanimati fuerant; aedis Feroniae in Capenati de caelo tacta erat; ad Monetae duarum hastarum spicula arserant; lupus Esquilina porta ingressus, frequentis sima parte urbis cum in forum decurrisset, Tusco uico atque inde Cermalo per portam Capenam prope intactus euaserat. haec prodigia maioribus hostiis sunt procurata.</i>
XXXIV.45	<i>prodigia quoque alia uisa eo anno Romae sunt, alia nuntiata. in foro et comitio et Capitolio sanguinis guttae uisae sunt; et terra aliquotiens pluuit et caput Uolcani arsit. nuntiatum est Nare amni lac fluxisse, pueros ingenuos Arimini sine oculis ac naso et in Piceno agro non pedes, non manus habentem natum. ea prodigia ex pontificum decreto procurata. et sacrificium nouemdiale factum est, quod Hadriani nuntiauuerant in agro suo lapidibus pluuisse.</i>
XXXIV.55	<i>principio anni quo L. Cornelius Q. Minucius consules fuerunt terrae motus ita crebri nuntiabantur ut non rei tantum ipsius sed feriarum quoque ob id indictarum homines taederet; nam neque senatus haberi neque res publica administrari poterat sacrificando expiandoque occupatis consulibus. postremo decemuiris adire libros iussis, ex responso eorum supplicatio per triduum fuit. coronati ad omnia puluinaria supplicauerunt edictumque est ut omnes qui ex una familia essent supplicarent pariter. item ex auctoritate senatus consules edixerunt ne quis, quo die terrae motu nuntiato feriae indictae essent, eo die alium terrae motum nuntiaret. prouincias deinde consules prius, tum praetores sortiti.</i>

XXXV.9	<i>aquae ingentes eo anno fuerunt et Tiberis loca plana urbis inundauit; circa portam Flumentanam etiam conlapsa quaedam ruinis sunt. et porta Caelimontana fulmine icta est murusque circa multis locis de caelo tactus; et Ariciae et Lanuuii et in Auentino lapidibus pluit; et a Capua nuntiatum est examen uesparum ingens in forum aduolasse et in Martis aede consedissee: eas conlectas cum cura et igni crematas esse. horum prodigiorum causa decemuiros libros adire iussi, et nouemdiale sacrum factum et supplicatio indicta est atque urbs lustrata.</i>
XXXV.21	<i>priusquam consul praetoresque in prouincias proficiscerentur, supplicatio fuit prodigiorum causa. capram sex haedos uno fetu edidisse ex Piceno nuntiatum est et Arreti puerum natum unimanum, Amiterni terra pluuisse, Formiis portam murumque de caelo tacta et, quod maxime terrebat, consulis Cn. Domiti bouem locutum 'Roma, caue tibi'. ceterorum prodigiorum causa supplicatum est: bouem cum cura seruari alique haruspices iusserunt.</i>
XXXVI.37	<i>principio eius anni, quo haec iam profecto ad bellum M'. Acilio, manente adhuc Romae P. Cornelio consule agebantur, boues duos domitos in Carinis per scalas peruenisse in tegulas aedificii proditum memoriae est. eos uiuos comburi cineremque eorum deici in Tiberim haruspices iusserunt. Tarracinae et Amiterni nuntiatum est aliquotiens lapidibus pluuisse, Menturnis aedem Iouis et tabernas circa forum de caelo tactas esse, Uolturni in ostio fluminis duas naues fulmine ictas conflagrasse. eorum prodigiorum causa libros Sibyllinos ex senatus consulto decemuiros cum adissent, renuntiauerunt, ieiunium instituendum Cereri esse, et id quinto quoque anno seruandum; et ut nouemdiale sacrum fieret et unum diem supplicatio esset; coronati supplicarent; et consul P. Cornelius, quibus diis quibusque hostiis edidissent decemuiros, sacrificaret. placatis diis nunc uotis rite soluendis nunc prodigiis expiandis, in prouinciam proficiscitur consul, atque inde Cn. Domitium proconsulem dimisso exercitu Romam decedere iussit; ipse in agrum Boiorum legiones induxit.</i>
XXXVII.3	<i>priusquam consules in prouincias proficiscerentur, prodigia per pontifices procurari placuit. Romae Iunonis Lucinae templum de caelo tactum erat ita, ut fastigium ualuaeque deformarentur; Puteolis pluribus locis murus et porta fulmine icta et duo homines exanimati; Nursiae sereno satis constabat nimbium ortum; ibi quoque duos liberos homines exanimatos; terra apud se pluuisse Tusculani nuntiabant, et Reatini mulam in agro suo peperisse. ea procurata, Latinaeque instauratae, quod Laurentibus carnis, quae dari debet, data non fuerat. supplicatio quoque earum religionum causa fuit quibus diis decemuiros ex libris ut fieret ediderunt. decem ingenui, decem uirgines, patrimi omnes matrimique, ad id sacrificium adhibiti, et decemuiros nocte lactentibus rem diuinam fecerunt. P. Cornelius Scipio Africanus, priusquam proficisceretur, fornicem in Capitolio aduersus uiam, qua in Capitolium escenditur, cum signis septem auratis et equis duobus et marmorea duo labra ante fornicem posuit.</i>
XXXVIII.36	<i>priusquam in prouincias noui magistratus proficiscerentur, supplicatio triduum pro collegio decemuirorum imperata fuit in omnibus compitis, quod luce inter horam tertiam ferme et quartam tenebrae abortae fuerant. et nouemdiale sacrificium indictum est, quod in Auentino lapidibus pluisset.</i>
XXXVIII.44	<i>supplicatio inde ex decemuirorum decreto pro ualetudine populi per triduum fuit, quia grauis pestilentia urbem atque agros uastabat.</i>

XXXIX.22	<i>nouemdiale deinde sacrum tenuit, quod in Piceno per triduum lapidibus pluerat, ignesque caelestes multifariam orti adussisse complurium leui adflatu uestimenta maxime dicebantur. addita et unum diem supplicatio est ex decreto pontificum, quod aedis Opis in Capitolio de caelo tacta erat. hostiis maioribus consules procurarunt urbemque lustrauerunt. sub idem tempus et ex Umbria nuntiatum est semimarem duodecim ferme annos natum inuentum. id prodigium abominantes arceri Romano agro necarique quam primum iusserunt.</i>
XXXIX.46	<i>hac religione leuatis altera iniecta, quod sanguine per biduum pluuisset in area Uulcani; et per decemuiros supplicatio indicta erat eius prodigii expiandi causa.</i>
XXXIX.56	<i>supplicatio extremo anno fuit prodigiorum causa, quod sanguine per biduum pluuisse in area Concordiae satis credebant, nuntiatumque erat haud procul Sicilia insulam, quae non ante fuerat, nouam editam e mari esse.</i>
XL.2	<i>uer procellosum eo anno fuit. pridie Parilia, medio ferme die, atrox cum uento tempestas coorta multis sacris profanisque locis stragem fecit, signa aenea in Capitolio deiecit, forem ex aede Lunae, quae in Auentino est, raptam tulit et in posticis parietibus Cereris templi adfixit, signa alia in circo maximo cum columnis quibus superstabant euertit, fastigia aliquot templorum a culminibus abrupta foede dissipauit. itaque in prodigium uersa ea tempestas, procurarique haruspices iusserunt. simul procuratum est quod tripedem mulum Reate natum nuntiatum erat, et a Formiis aedem Apollinis Caietae de caelo tactam. ob ea prodigia uiginti hostiis maioribus sacrificatum est et diem unum supplicatio fuit.</i>
XL.19	<i>prodigia multa foeda et Romae eo anno uisa et nuntiata peregre. in area Uulcani et Concordiae sanguine pluuit; et pontifices hastas motas nuntiauere, et Lanuuii simulacrum Iunonis Sospitae lacrimasse. pestilentia in agris forisque et conciliabulis et in urbe tanta erat, ut Libitina funeribus uix sufficeret. his prodigiis cladibusque anxii patres decreuerunt, ut et consules, quibus diis uideretur, hostiis maioribus sacrificarent, et decemuiri libros adirent. eorum decreto supplicatio circa omnia puluinaria Romae in diem unum indicta est. iisdem auctoribus et senatus censuit et consules edixerunt, ut per totam Italiam triduum supplicatio et feriae essent.</i>
XL.37	<i>praetor Ti. Minucius et haud ita multo post consul C. Calpurnius moritur, multique alii omnium ordinum illustres uiri. postremo prodigii loco ea clades haberi coepta est. C. Seruilius pontifex maximus piacula irae deum conquirere iussus, decemuiri libros inspicere, consul Apollini Aesculapio Saluti dona uouere et dare signa inaurata: quae uouit deditque. decemuiri supplicationem in biduum ualetudinis causa in urbe et per omnia fora conciliabulaque edixerunt: maiores duodecim annis omnes coronati et lauream in manu tenentes supplicauerunt.</i>
XL.45	<i>eadem tempestas et in Capitolio aliquot signa prostrauit fulminibusque complura loca deformauit, aedem Iouis Tarracinae, aedem Albam Capuae portamque Romanam; muri pinnae aliquot locis decussae erant. haec inter prodigia nuntiatum et ab Reate tripedem natum mulum. ob ea decemuiri iussi adire libros edidere, quibus diis et quot hostiis sacrificaretur, et fulminibus complura loca deformata aedem Iouis ut supplicatio diem unum esset.</i>
XL.59	<i>ludi Romani instaurati ab aedilibus curulibus Cn. Seruilio Caepione Ap. Claudio Centone propter prodigia, quae euenerant. terra mouit; in fanis publicis, ubi lectisternium erat, deorum capita, quae in lectis erant, auerterunt se, lanxque cum</i>

	<i>integumentis, quae Ioui apposita fuit, decidit de mensa. oleas quoque praegustasse mures in prodigium uersum est. ad ea expianda nihil ultra, quam ut ludi instaurarentur, actum est.</i>
XLI.9	<i>priusquam consules prouincias sortirentur, prodigia nuntiata sunt: lapidem in agro Crustumino in lucum Martis de caelo cecidisse; puerum trunci corporis in agro Romano natum et quadrupedem anguem uisum; et Capuae multa in foro aedificia de caelo tacta; et Puteolis duas naues fulminis ictu concrematas esse. inter haec, quae nuntiabantur, lupus etiam Romae interdium agitatus, cum Collina porta intrasset, per Esquilinam magno consecrantium tumultu euasit. eorum prodigiorum causa consules maiores hostias immolarunt, et diem unum circa omnia puluinaria supplicatio fuit. sacrificiis rite perfectis prouincias sortiti sunt; Claudio Histria, Sempronio Sardinia obuenerit.</i>
XLI.13	<i>prodigia eo anno nuntiata: in Crustumino auem sanqualem, quam uocant, sacrum lapidem rostro cecidisse, bouem in Campania locutam, uaccam aeneam Syracusis ab agresti tauro, qui a pecore aberrasset, initam ac semine adpersam. in Crustumino diem unum in ipso loco supplicatio fuit, et in Campania bos alenda publice data, Syracusanumque prodigium expiatum editis ab haruspibus dis, quibus supplicaretur.</i>
XLI.15	<i>dum de iis rebus in senatu agitur, Cn. Cornelius euocatus a uiatore, cum templo egressus esset, paulo post redit confuso uultu et exposuit patribus conscriptis bouis sescenaris, quem immolauisset, iocur diffluxisse. id se uictimario nuntianti parum credentem ipsum aquam effundi ex olla, ubi exta coquerentur, iussisse et uidisse ceteram integram partem extorum, iecur omne inenarrabili tabe absumptum. territis eo prodigio patribus et alter consul curam adiecit, qui se, quod caput iocineri defuisset, tribus bubus perlitasse negauit. senatus maioribus hostiis usque ad litationem sacrificari iussit.</i>
XLI.16	<i>accesserat ad religionem, quod Cn. Cornelius consul ex monte Albano rediens concidit et, parte membrorum captus, ad Aquas Cumanas profectus ingrauescente morbo Cumis decessit. sed inde mortuus Romam adlatus et funere magnifico elatus sepultusque est. pontifex idem fuerat. consul Q. Petilius cum primum per auspicia posset, collegae subrogando comitia habere iussus et Latinas edicere, comitia in ante diem tertium nonas Sextiles, Latinas in ante diem tertium idus Sextiles edixit. plenis religionum animis prodigia insuper nuntiata: Tusculi facem in caelo uisam, Gabiis aedem Apollinis et priuata aedificia conplura, Grauisus murum portamque de caelo tacta. ea patres procurari, uti pontifices censuissent, iusserunt.</i>
XLI.21	<i>dilectus consulibus eo difficilior erat, quod pestilentia, quae priore anno in boues ingruerat, eo uerterat in hominum morbos. qui inciderant, haud facile septimum diem superabant; qui superauerant, longinquo, maxime quartanae, implicabantur morbo. seruitia maxime moriebantur; eorum strages per omnis uias insepultorum erat. ne liberorum quidem funeribus Libitina sufficebat. cadauera intacta a canibus ac uolturibus tabes absumebat; satisque constabat nec illo nec priore anno in tanta strage bouum hominumque uolturium usquam uisum. sacerdotes publici ea pestilentia mortui sunt Cn. Seruilius Caepio pontifex, pater praetoris, et Ti. Sempronius Ti. filius Longus decemuir sacrorum et P. Aelius Paetus augur et Ti. Sempronius Gracchus et C. Mamilius Atellus curio maximus et M. Sempronius Tuditanus pontifex. pontifices suffecti sunt C. Sulpicius Galba in locum Tuditani. augures suffecti sunt in Gracchi locum T. Ueturius Gracchus Sempronianus, in P. Aeli Q. Aelius Paetus. decemuir sacrorum C. Sempronius Longus, curio maximus C. Scribonius Curio sufficitur. cum pestilentiae</i>

	<i>finis non fieret, senatus decreuit, uti decemuiros libros Sibyllinos adirent. ex decreto eorum diem unum supplicatio fuit, et Q. Marcio Philippo uerba praeunte populus in foro uotum concepit, si morbus pestilentiaque ex agro Romano emota esset, biduum ferias ac supplicationem se habiturum. in Ueienti agro biceps natus puer, et Sinuessae unimanus, et Auximi puella cum dentibus, et arcus interdium sereno caelo super aedem Saturni in foro Romano intentus, et tres simul soles effulserunt, et faces eadem nocte plures per caelum lapsae sunt, et Lanuuii Caeritesque anguem in oppido suo iubatum, aureis maculis sparsum, apparuisse adfirmabant, et in agro Campano bouem locutum esse satis constabat.</i>
XLII.28	<i>exitu prope anni diem unum supplicatio fuit ob res prospere gestas in Hispania ductu auspicioque Ap. Claudii proconsulis; et maioribus hostiis uiginti sacrificatum. et alterum diem supplicatio ad Cereris, Liberi Liberaeque fuit, quod ex Sabinis terrae motus ingens cum multis aedificiorum ruinis nuntiatus erat.</i>
XLII.2	<i>facile tamen apparuisse sibi, bellum parari, nec ultra ad arma ire regem dilaturum. item in Aetolia seditionem gliscere in dies, neque discordiarum principes auctoritate sua coerceri potuisse. cum bellum Macedonicum in expectatione esset, priusquam id susciperetur, prodigia expiari pacemque deum peti precationibus, qui editi ex fatalibus libris essent, placuit. Lanuuii classis magnae species in caelo uisa dicebatur, et Priuerni lana pulla terra enata, et in Ueienti apud Rementem lapidatum; Pomptinum omne uelut nubibus lucustarum coopertum esse; in Gallico agro, qua induceretur aratrum, sub existentibus glaebis pisces emersisse. ob haec prodigia libri fatales inspecti, editumque ab decemuiris est, et quibus diis quibusque hostiis sacrificaretur, et ut supplicatio prodigiis expiandis fieret, alteraque, quae priore anno uoletudinis populi causa uota esset, ea uti fieret feriaeque essent. itaque sacrificatum est, ut decemuiros scriptum ediderant.</i>
XLII.20	<i>in suspensa ciuitate ad expectationem noui belli, nocturna tempestate columna rostrata in Capitolio bello Punico priore posita ob uictoriam M. Aemili consulis, cui collega Ser. Fuluius fuit, tota ad imum fulmine discussa est. ea res prodigii loco habita ad senatum relata est; patres et ad haruspices referri et decemuiros adire libros iusserunt. decemuiros lustrandum oppidum, supplicationem obsecrationemque habendam, uictimis maioribus sacrificandum et in Capitolio Romae et in Campania ad Mineruae promunturium renuntiarunt; ludos per decem dies Ioui optimo maximo primo quoque die faciendos. ea omnia cum cura facta. haruspices in bonum uersurum id prodigium, prolationemque finium et interitum perduellium portendi responderunt, quod ex hostibus spolia fuissent ea rostra, quae tempestas disiecisset. accesserunt, quae cumularent religiones animis: Saturniae nuntiatum erat sanguine pertriduum in oppido pluuisse; Calatiae asinum tripodem natum, et taurum cum quinque uaccis uno ictu fulminis exanimatos; Auximi terra pluuisse. horum quoque prodigiorum causa res diuinae factae et supplicatio unum diem feriaeque habitae.</i>
XLIII.13	<i>anagnina duo prodigia eo anno sunt nuntiata, facem in caelo conspectam et bouem feminam locutam; eam publice alii. Menturnis quoque per eos dies caeli ardentis species affulserat. Reate imbri lapidauit. Cumis in arce Apollo triduum ac tris noctes lacrimauit. in urbe Romana duo aeditui nuntiarunt, alter in aede Fortunae anguem iubatum a conpluribus uisum esse, alter in aede Primigeniae Fortunae, quae in Colle est, duo diuersa prodigia, palmam in area enatam et sanguine interdium pluuisse. duo non suscepta prodigia sunt, alterum, quod in priuato loco factum esset,—palmam enatam in inpluuio suo T.</i>

	<i>Marcius Figulus nuntiabat—, alterum, quod in loco peregrino: Fregellis in domo L. Atrei hasta, quam filio militi emerat, interdiu plus duas horas arsisse, ita ut nihil eius ambureret ignis, dicebatur. publicorum prodigiorum causa libri a decemuiris aditi: quadraginta maioribus hostiis quibus diis consules sacrificarent ediderunt, et uti supplicatio fieret cunctique magistratus circa omnia puluinaria uictumis maioribus sacrificarent populusque coronatus esset. omnia, uti decemuiro praeierunt, facta.</i>
XLIV.18	<i>bis in exitu anni eius lapidatum esse nuntiatum est, semel in Romano agro, semel in Ueienti. bis nouemdiale sacrum factum est.</i>
XLV.16	<i>et Calatiae in publico agro M. Ualerius cuius Romanus nuntiabat e foco suo sanguinem per triduum et duas noctes manasse. ob id maxime decemuiro libros adire iussi supplicationem in diem unum populo edixerunt et quinquaginta capris in foro sacrificauerunt. et aliorum prodigiorum causa diem alterum supplicatio circa omnia puluinaria fuit et hostiis maioribus sacrificatum est et urbs lustrata.</i>

APÊNDICE B

LISTA DOS PRODÍGIOS EM *AB VRBE CONDITA LIBRI E PERIOCHAE*

A construção desta tabela deu-se a partir da elaboração do mapeamento conceitual em *Ab Vrbe Condita Libri* e nas *Periochae*. Na tabela abaixo, destacamos as referências no documento onde aparecem acontecimentos interpretados como prodígios e, deste modo, destacamos os colégios e magistrados responsáveis pela observação e celebração do rito expiatório, quando mencionados na referida documentação. A expiação poderia ocorrer de diversas formas, embora nosso objeto de análise seja a celebração da *supplicatio* enquanto prática de expiação. Para tanto, a construção dessa tabela a partir do nosso mapeamento foi fundamental para identificarmos a presença expressiva desse ritual na expiação dos prodígios. Logo, selecionamos os seguintes critérios para compor a tabela a seguir: 1) a data/contexto do prodígio, o qual determinamos a partir da classificação dos prodígios feita por *Susanne Rasmussen* (2003); 2) destacamos os prodígios mencionados por Tito Lívio em grupos de acordo com o ano em que é relatado nas documentações e sua posterior expiação. Relevante ressaltar que referimos o maior número possível de dados que a narrativa liviana e as *Periochae* nos fornecem. Nesse sentido, há prodígios que são colocados em grandes listas, ao passo que outros são rapidamente mencionados na documentação, sem maiores informações. Assim, sabemos, por exemplo, que quando o autor se refere aos livros sibilinos, entendemos também a presença e participação do colégio sacerdotal dos *decemviri sacris faciundis*. No entanto, caso seja citado na fonte apenas os livros, assim também o fizemos na tabela abaixo. Do mesmo modo, descrevemos as expiações com o máximo de informações, embora em alguns momentos haja apenas uma rápida menção, ao passo que outros tenham uma descrição bem mais detalhada. Nos espaços em branco, não há informações presentes em *Ab Vrbe Condita Libri* ou nas *Periochae*.

Referência <i>Ab Vrbe Condita Libri e Periochae</i>	Data	Sacerdote/ Magistrado/ Senado	Prodígio	Expiação
I.31	Túlio Hostílio	<i>Haruspex</i>	Chuva de pedras no monte Albano.	Uma <i>nouemdiale sacrum</i> .
I.55	Tarquínio Soberbo	<i>Vates</i> de Roma e da Etrúria foram	Uma cabeça humana com rosto intacto encontrada no Capitolino	

		convocados para interpretar o prodígio		
II.42	483	<i>Vates</i> foram chamados	Prodígios celestes. Incesto de uma virgem vestal; prodígios celestes.	A Virgem Vestal Ópia fora condenada por violar seu voto de virgindade.
III.5	464		Fogo no céu e outros prodígios.	Três dias de <i>feriae</i> , nos quais homens e mulheres encheram os templos, pedindo a <i>pax deorum</i> .
III.7	463	Apenas o Senado é mencionado.	Pestilência	O Senado decretou que os cidadãos, acompanhados de mulheres e filhos, dirigissem uma <i>supplicatio</i> aos deuses pela paz. Mulheres varriam os templos com seus cabelos, pedindo o fim da ira dos deuses.
III.10	461	<i>Ilviri, libri Sibyllini</i>	Chamas no céu; tremor de terra; uma vaca fala; chuva de carne.	
III.29	458		Lobos perseguidos por cães são vistos no Capitólio	Uma <i>lustratio</i> no Capitólio
IV.21	436	<i>Ilviri</i>	Terremotos que faziam desabar casas no campo.	<i>Obsecratio</i>
IV.25	433	<i>Ilviri, libri Sibyllini</i>	Pestilência	Dedicado um templo a Apolo. Os duúnviros realizaram muitas práticas para aplacar a <i>ira deorum</i> .
V.13; V.14	399	<i>Ilviri, libri Sibyllini</i>	Pestilência	O primeiro <i>lectisternium</i> em Roma. Por oito dias tentaram aplacar para Apolo, Latona, Diana, Hercules, Mercúrio e Netuno, preparando-lhes leitos suntuosos.
V.15	398	<i>Haruspex/vates</i> (um homem dos Véios); <i>libri fatales</i> e um Oráculo Déléfco	Aumento anormal do nível de água do lago	Drenagem da água do lago.
VII.2; VII.3	365		Pestilência; enchente do Tibre	<i>Lectistemium</i> ; instituição dos <i>ludi scaenici</i> ; um ditador é nomeado pelo

				Senado para pregar um prego no Templo de Júpiter no Capitólio.
VII.6	362	<i>Vates</i>	Um poço aberto no meio do Fórum por um terremoto	Um sacrifício aos deuses manes: Marco Cúrcio montou seu cavalo junto de suas armas e se lançou ao poço.
VII.27	347	<i>Decemviri Libri Sibyllini</i>	Pestilência	<i>Lectistemium.</i>
VII.28	344	<i>Libri Sibyllini</i>	Chuva de pedras; Eclipse solar.	<i>Supplicatio</i> não só pelas tribos romanas, mas também pelos povos vizinhos; escolha de um ditador para celebrar as <i>feriae</i>
VIII.18	331		Condenação de 170 matronas por envenenamento.	Nomeação de um ditador para pregar um prego.
X.23	296	Apenas o Senado é mencionado.	Acontecimento de muitos prodígios (<i>prodigia multa</i>)	Dois dias de <i>supplicatio</i> com vinho e incenso fornecidos pela <i>res publica</i> .
X.31;	295		Pestilência; chuvas de terra; homens atingidos por raios no exército de Ápio Cláudio	
X.47; Per. 11	293	<i>Libri Sibyllini</i>	Pestilência	Um dia de <i>supplicatio</i> ; de acordo com os <i>libri Sibyllini</i> , Esculápio deveria ser chamado à Roma.
Per.14	278		Um raio atinge a estátua de Júpiter	
Per. 49;	249	<i>Libri Sibyllini</i>	Embaixadores da Útica vão a Roma.	<i>Ludi saeculares</i> realizados em Terento.
XXI.46	218		Um lobo adentra no acamamento romano; um enxame de abelhas tomou conta de uma árvore no pretório.	É mencionada apenas a <i>procuratio</i>
XXI.62	218	<i>Decemviri Libri Sibyllini</i>	Uma criança de seis meses, nascida livre, gritara “Triunfo!” em pleno mercado de legumes; no Fórum Boário, um boi subira pelas próprias pernas ao terceiro andar de um edifício, de onde, assustado pelo	Uma novena para a chuva de pedras no Piceno. Quase toda a cidade se empenhou em afastar, mediante cerimônias, a ameaça

			<p>tumulto provocado na casa, atirara-se para baixo; algo parecido com navios riscara o céu, tais como relâmpagos; o templo da Esperança, situado no mercado de legumes, fora atingido por um raio; em Lanúvio, uma vítima sacrificada se mexera, um corvo voara para o templo de Juno e pousara sobre a própria almofada da deusa. No território de Amiterno, avistaram-se em diversos locais fantasmas de aparência humana, velados em branco, que não falavam com ninguém. No Piceno, chovera pedras. Em Ceres, tabuinhas de sorte encolherem-se por si mesmas. Na Gália, um lobo arrebatou o gládio de uma sentinela e fugiu com ele.</p>	<p>dos prodígios. Antes de mais nada, purificou-se a cidade com grandes sacrifícios de vítimas aos deuses indicados. Em Lanúvio, Juno recebeu uma oferenda de quarenta libras de ouro; no Aventino, as matronas dedicaram à deusa uma estátua de bronze; em Ceres, onde as tabuinhas haviam encolhido, decretou-se um lectistérnio e suplicações à Fortuna, no Álgido; também em Roma se prescreveu um lectistérnio à juventude, mais suplicações no templo de Hércules, designado pelo nome, e em seguida a todo o povo, em redor de todos os altares; imolaram-se cinco grandes vítimas ao Gênio, e o pretor Caio Atílio Serrano recebeu ordem de fazer votos para que a <i>res publica</i> permanecesse intacta pelos próximos dez anos.</p>
XXII.1; XXII.9	217	Cônsules; senadores; <i>libri Sibyllini</i> ; <i>Decemuiri</i> ;	<p>Na Sicília, as lanças de vários soldados e, na Sardenha, o bastão de um cavaleiro pegaram fogo; fogos surgiram nas praias; dois escudos suaram sangue; vários soldados são atingidos por um raio; o globo solar pareceu diminuir; em Preneste, pedras incandescentes caíram do céu; em Arpos, escudos são vistos no céu e o Sol parece lutar com a Lua; em Capena, durante o dia, duas luas apareceram; em Cere, as águas correram misturadas com sangue; manchas de sangue aparecem na fonte de Hércules; em Âncio são colhidas</p>	<p>Sacrifícios de vítimas de porte e animais de leite; <i>Supplicatio</i> a todos os deuses em seus altares durante três dias; um raio de ouro de cinquenta libras para Júpiter; Juno e Minerva receberam oferendas de prata; Juno Soberana, no Aventino, e Juno Libertadora, em Lanúvio, receberiam vítimas de porte; as matronas levaram quanta prata puderam para Juno Soberana, no Aventino; um <i>lecisternium</i>; as libertas levaram oferendas em dinheiro a Ferônia; os <i>Decemuiri</i> sacrificaram grandes vítimas em Árdea, no Fórum; em</p>

			<p>espigas com sangue; em Falérios, uma fenda se abre no céu, pela qual passa luzes brilhantes; tabuinhas são escritas de caracteres por si mesmas e uma dela diz “Marte vibra sua lança”; em Roma, a estátua de Marte na via Ápia e as efígies dos lobos começam a transpirar; em Cápua, o céu é tomado por fogo e a Lua desapareceu. Lívio também menciona outros prodígios menos importantes: algumas pessoas viram cabras revestidas de lã; uma galinha se transformara em galo e um galo em galinha.</p> <p>Caio Flamínio negligencia as cerimônias e os auspícios; os votos feitos à Marte na guerra não foram cumpridos.</p>	<p>dezembro, um sacrifício no templo de Saturno, um <i>lectisternium</i> preparado pelos senadores e um banquete público; saturnais durante um dia e uma noite.</p> <p><i>Votum</i> para Marte na conformidade com os ritos e com maior solenidade; construção de um templo a Vênus Ericina e à <i>Mente</i>; <i>supplicatio</i>; <i>lectisternio</i>; votar uma primavera sacra para o caso de vitória na guerra.</p>
XXII.36; XXII.57	216	<p><i>libri Sibyllini</i></p> <p><i>Decemviri, libri fatales</i>; Quinto Fábio Pictor foi para Delfos indagar o oráculo com que preces e suplicações os romanos poderiam aplacar os deuses.</p>	<p>Uma chuva de pedras no Aventino; em Arícia, uma chuva de pedras; em Sabina, sangue se misturou às águas de uma fonte; no Campo de Marte, várias pessoas morreram por um raio.</p> <p>As virgens vestais Opímia e Florônia são acusadas de incesto.</p>	<p>Os prodígios foram expiados de acordo com a instrução dos Livros Sibílicos.</p> <p>Por recomendação dos Livros do Destino, um gaulês e uma gaulesa, um grego e uma grega são enterrados vivos no mercado de bois (<i>Forum Boarium</i>)</p>
XXIII.31; XXIII.39	215		<p>O mar se cobriu de chamas; em Sinuessa, uma vaca pare um frango; em Lanúvio, perto do templo de Juno Libertadora,</p>	<p>A chuva de pedras é expiada com uma novena; Lívio apenas diz que os demais prodígios são expiados adequadamente.</p>

			estátuas porejam sangue e uma chuva de pedras ao redor do templo.	
XXIV.10	214	<i>Haruspex</i>	Em Lanúvio, corvos fizeram ninho no interior do templo de Juno Libertadora; na Apúlia, uma palmeira verde pegou fogo; em Mântua, um pântano apareceu repleto de sangue; em Cales, chove cal; em Roma, chove sangue no mercado de bois e na via Insteio uma fonte jorra com uma corrente anormalmente forte; um raio cai sobre o <i>Atrium Publicum</i> , no Capitólio, sobre o templo de Vulcano no campo de Marte, sobre uma cidadela, sobre a via Sabínia e sobre uma das portas de Gábios; em Preneste, a lança de Marte se move; um boi fala na Sicília; em Marrucini, uma criança grita no ventre da mãe “Triunfo”; em Espoleto, uma mulher vira homem; em Ádria, um altar foi visto suspenso no céu, rodeado de figuras em branco; em Roma, um enxame de abelhas surge no Fórum, enquanto algumas pessoas afirmam ver legiões armadas ao passo que outras afirmaram não ver nada.	<i>Supplicatio</i> para todos os deuses em todos os seus leitos (<i>pulvinaria</i>); sacrifício de vítimas adultas (<i>hostiae maiores</i>).
XXIV.44	213	Pontífices	A muralha e as portas foram atingidas por um raio e em Arícia o templo de Júpiter também fora atingido; em Tarracina, viram no rio navios de guerra que não existiam; em Compsa, no templo de Júpiter Vicilino, retiniram armaduras; em Amiterno, o rio correrá cheio de sangue.	

XXV.7	212		No monte Albano, choveram pedras durante dois dias; um raio golpeou vários lugares, atingindo dois templos no Capitólio e diversas fortificações do acampamento de Suéssula, onde dois guardas morreram; em Cumas, a muralha e algumas torres foram atingidas por raios; em Reate, viram uma grande rocha voando pelos ares e o sol avermelhou mais que o normal, tornando-se quase cor de sangue.	Um dia de <i>supplicatio</i> ; <i>novemdiale</i> ; os cônsules dedicaram-se aos assuntos religiosos durante alguns dias.
XVI.23	211		No frontão do templo da Concórdia, a estátua da Vitória é acertada e derrubada por um raio, mas cai sobre as outras Vitórias, sem cair no chão; um raio atinge as muralhas e a porta em Anágna e Fregelas; em Suberto, fluxos de sangue correm o Fórum por um dia inteiro; em Ereto, caíra uma chuva de pedras; em Reate, uma mula deu cria.	Imolaram <i>hostiae maiores</i> ; um dia de <i>obsecratio</i> ; <i>novemdiale</i> .
XVII.4	210	Pontífices	Em Túsculo, um Cordeiro nascera com um úbere cheio de leite; a cumeeira do templo de Júpiter fora atingida pelo raio, quase desabando o teto; em Anágna, a terra, atingida pelo raio, queimou diante de uma porte por um dia e uma noite, mesmo sem nada para nutrir o fogo; no bosque sagrado de Diana, em Anágna, os pássaros abandonaram seus ninhos nas árvores; em Tarracina, grandes serpentes saltavam tais como peixes, próximo ao porto; em Tarquínia, nascera um porco com face humana; em Capena, perto do bosque	Imolaram <i>hostiae maiores</i> ; um dia de <i>supplicatio</i> junto aos leitos dos deuses (<i>pulvinaria</i>), e outro dia de <i>supplicatio</i> em Capena, perto do bosque de Feronia.

			sagrado de Ferônia, quatro estátuas suaram sangue em grande quantidade durante um dia e uma noite.	
XVII.11	209		No monte Albano, um raio atinge a estátua de Júpiter e uma árvore próxima ao templo; em Óstia, um lago é atingido por um raio; em Cápua, a muralha e o templo da Fortuna são atingidos por um raio; as águas do lago Albano fluem com sangue; em Roma, no celeiro do templo de Fors Fortuna, uma estatueta da coroa da deusa cai por si mesma; em Priverno, um boi falara e um abutre voa por uma taberna no Fórum; em Sinuessa, nascera um hermafrodita, chove leite e nasce uma criança com cabeça de elefante.	Imolaram <i>hostiae maiores</i> ; um dia de <i>supplicatio</i> em todos os <i>pulvinaria</i> ; um dia de <i>obsecratio</i> .
XXVII.23	208		Em Cápua, um raio atinge dois templos, o da Fortuna e o de Marte, além de alguns túmulos; em Cumas, ratos roem outo no templo de Júpiter; em Casino, um grande enxame de abelhas se instalara no Fórum; em Óstia a muralha e um portão foram atingidos por um raio; em Cere um abutre voou pelo templo de Júpiter; em Volsínios um lago escoou sangue.	Um dia de <i>supplicatio</i> ; Sacrifício de <i>hostiae maiores</i> .
XXVII.37	207	<i>Pontifices, Haruspex, Decemuiri</i>	Chuva de pedras em Véios; em Minturno, o templo de Júpiter e o bosque de sagrado de Marica são atingidos por um raio; em Atela a muralha e um portão são atingidos por um raio e um veio de sangue corre pelo portão; em Cápua, à noite, um lobo cruza o portão e despedaça um guarda (tais	Os primeiros prodígios são expiados com uma <i>hostiae maiores</i> e uma <i>supplicatio</i> , por decreto dos pontífices; uma novena é realizada para expiar a chuva de pedras em Véios.

			<p>prodígios são expiados e novos são relatados).</p> <p>Em Frusínio, nasceu uma criança hermafrodita tão grande quanto uma de quatro anos.</p> <p>Enquanto 27 virgens ensaiavam um hino para expiar o prodígio da criança hermafrodita, um raio atingiu o templo de Juno Regina, no Aventino.</p>	<p>De acordo com os harúspices, o hermafrodita deveria ser removido do <i>ager publicus</i> sem tocar o solo até o mar e, ainda vivo, fechado em uma caixa e atirado ao mar.</p> <p>De acordo com os pontífices, três grupos de nove virgens deveriam cantar hinos pela cidade.</p> <p>Os harúspices apaziguaram a deusa Juno Regina com uma oferenda e um decreto dos edis curuis convocam ao Capitólio as mulheres em Roma e de um raio de dez milhas ao redor da cidade. 25 delas são escolhidas para oferecer uma soma retirada de seus dotes. Com esse dinheiro, foi oferecido um jarro de ouro e levado ao Aventino e as matronas, puras e castas, realizam um sacrifício.</p> <p>Depois, os <i>Decemviri</i> fixam um dia para outro sacrifício à mesma deusa e duas vacas brancas são levadas à cidade pela porta Carmental, seguidas de duas estátuas de Juno Regina 27 moças com vestes longas, marchando e cantando um hino em honra a deusa, seguidas dos <i>Decemviri</i> coroados de louros e vestidos a toga pretexta. Chegada ao fórum, as jovens seguraram uma corda e dançaram ritmando pelo canto e pela cadência dos</p>
--	--	--	--	--

				pés. A procissão sobe uma ladeira pela via dos Toscanos e Velabro até o templo de Juno Rainha, onde os <i>Decemviri</i> imolaram duas vítimas, instalando no interior do templo as duas estátuas de cipreste.
XXVIII.11	206	É mencionada a presença dos cônsules, de um decreto do senado e de um pontífice.	Em Terracina, o templo de Júpiter é atingido por um raio; em Sátrico, o templo de Matuta é atingido por um raio e, na mesma cidade, duas serpentes entram pela porta do templo de Júpiter; em Âncio, são colhidas duas espigas de sangue; em Cere, nasce um porco com duas cabeças e um cordeiro hermafrodita; em Alba, avistaram dois sóis; em Fregelas, um eclipse solar; em Roma, um boi fala e o altar de Netuno, no circo Flamínio, porejava suor; em Roma, os santuários de Ceres, Salus e Quirino são atingidos por um raio. Depois da expiação desses prodígios, aconteceu a extinção do fogo de Vesta.	Imolaram <i>hostiae maiores</i> ; um dia de <i>supplicatio</i> . Para expiar o prodígio do fogo de Vesta, o pontífice Públio Licínio mandou açoitar a vestal que guardara o fogo naquela noite. Também foi realizado uma <i>hostiae maiores e supplicatio</i> no templo de Vesta.
XXIX.10	205	<i>Decemviri, libri Sibyllini</i> ; um oráculo délfico	Frequentes chuvas de pedras em Roma; dois sóis foram avistados; à noite, houvera momentos de claridade; em Sécia, percebera-se um carroiro de fogo indo do oriente ao ocidente; em Tarracina, um raio atinge uma porta; em Anágna um raio atinge uma porta e uma muralha em vários lugares; em Lanúvio o templo de Juno Libertadora um grande barulho é ouvido.	Um dia de <i>supplicatio</i> ; uma <i>novemdiale</i> e a introdução da deusa Cibele e seu culto em Roma.

XXX.2	203	Os pontífices indicaram a quais deuses deveriam sacrificar.	No Capitólio, corvos comem ouro; em Âncio, ratos roem uma coroa de ouro; no campo de Cápua gafanhotos cobriram o chão; em Reate, nascera um frango de cinco patas; em Anágna, viram no céu estrelas cadentes e, depois, um meteoro; em Frusinão, um o Sol é cercado por dois halos; em Arpino, o solo cede numa planície, formando uma cratera; quando um cônsul imolara sua vítima, faltava parte do fígado.	Imolaram <i>hostiae maiores</i> .
XXX.38	202		Em Cumas, um eclipse parcial do Sol e chuva de pedras; em Velitras, a terra se abriu em largas rachaduras nas quais caíram árvores; em Arícia, o Fórum e as tabernas próximas foram atingidos por um raio; em Frusinão, o portão e diversos pontos da muralha foram atingidos por um raio; no Palatino, chovera pedras.	<i>Novemdiale</i> por causa da chuva de pedras; imolaram <i>hostiae maiores</i> para os demais prodígios.
XXXI.12	200	<i>Decemviri; libri Sibyllini</i>	Na Lucânia, chamas são vistas no céu; em Priverno, o Sol fica vermelho o dia todo; em Lanúvio, é ouvido durante a noite um barulho no templo de Juno Libertadora; em Sabina, nascera um hermafrodita e logo depois descobriram outro de dezesseis anos; em Frusino nascera um cordeiro com cabeça de porco; em Sinuessa, nasce um porco com cabeça humana; na Lucânia, no <i>ager publicus</i> , nasce um frango com cinco pernas.	Os hermafroditas foram lançados ao mar, tal como ocorrera recentemente (207); os decênviros decretaram cerimônias da mesma natureza das que tinham ocorrido antes (207) para o segundo hermafrodita; ordenaram também três coros de nove virgens para percorrer a cidade cantando e levassem uma oferenda à Juno Rainha.
XXXII.1 <i>Per.32</i>	199	Apenas os cônsules são mencionados sobre os	Em Suessa, duas portas e parte da muralha foram atingidas por um raio; em Fórmias,	Imolaram <i>hostiae maiores</i> para os primeiros prodígios. Para o prodígio de

		prodígios na península itálica. Para o prodígio na Macedônia, o Senado convocou os harúspices.	o templo de Júpiter foi atingido por um raio; em Óstia o templo de Júpiter fora atingido por um raio; em Velitras, os templos de Apolo e Sanco foram atingidos por um raio; cresceram cabelos no templo de Hércules; em Brútio, um potro nasce com cinco patas e três frangos nasceram com três patas. Na Macedônia um loureiro brotou na proa de um navio de guerra.	Macedônia, um dia de <i>supplicatio</i> e cerimônias diante dos leitos dos deuses (<i>pulvinaria</i>)
XXXII.9	198	Apenas os cônsules são mencionados.	Em Véio, um raio atinge uma via pública; em Lanúvio, raios atingem o Fórum e o templo de Júpiter; em Árdea, o templo de Hércules é atingido por um raio; em Cápua a muralha, as torres e um chamado Templo Branco; em Arrécio, o céu pareceu pegar fogo; em Velitras, cerca de três jeiras de terra cederam; em Suessa Aurunca nascera um cordeiro com duas cabeças; em Sinuessa, nasce um porco com cabeça humana.	Um dia de <i>supplicatio</i>
XXXII.29	197		Em Roma, um raio atinge o templo de Vulcano e Sumano; em Fregenas, um raio atinge uma muralha e uma porta; em Frusinião, um eclipse solar; em Éfula, nascera um cordeiro com duas cabeças e cinco patas; em Fórmia, dois lobos adentraram a cidade e dilaceraram pessoas à sua frente; em Roma, um lobo entra na cidade e chega ao Capitólio.	Lívio cita apenas a <i>procuratio prodigiorum</i> .
XXXIII.26	196		Um equestre e seu cavalo são mortos por um raio; em Capena, um raio atinge o templo de Ferônia; perto do templo de	Sacrifícios de <i>hostiae maiores</i> .

			Moneta, as pontas de duas lanças pegam fogo; um lobo entra pela porta Esquilina, passa pelo Fórum, pela rua dos Toscanos, pelo monte Cérmalo e sai pela porta Capena.	
XXXIV.45	194	Pontífices	No Fórum, no comício e no Capitólio avistaram sangue; chuva de terra diversas vezes; a cabeça de Vulcano aparece rodeada de chamas; leite flui no rio Nar; em Arímino crianças livres nasceram sem olhos e sem nariz; em Piceno, uma criança nasce sem pés e mãos; uma chuva de pedras em Adria.	Os prodígios foram expiados mediante decreto dos pontífices. Uma novena por causa da chuva de pedras.
XXXIV.55; XXXV.9	193	<i>Decemviri, libri Sibyllini</i>	Frequentes terremotos; uma inundação do Tibre nas partes baixas de Roma. Expição desses prodígios. Perto da porta Flumentana ruíram alguns edifícios; a porta Celimontana e vários pontos da muralha próxima foram atingidos por um raio; chuva de pedras em Arícia, em Lanúvio e no monte Aventino; em Cápua, um grande enxame de abelhas voou até o Fórum e se instalou no templo de Marte.	Expições para os terremotos; três dias de <i>supplicatio</i> em todos os leitos dos deuses. Para os outros prodígios, os <i>Decemviri</i> promoveram uma <i>novemdiale</i> , <i>supplicatio</i> , e uma <i>lustratio</i> . As abelhas foram cuidadosamente unidas e queimadas.
XXXV.21	192	<i>Haruspex</i>	Em Piceno, uma cabra pariu seis cabritos de uma só vez; em Arrécio, nasceu uma criança com uma só mão; em Amiterno, choveu terra; em Fórmia, uma porta e uma muralha foram atingidas por um raio.	Para os primeiros prodígios, decretaram uma <i>supplicatio</i> . Quanto ao boi, os harúspices ordenaram que fosse guardado e alimentado com zelo.

			Um boi pertencente ao cônsul Cneu Domício mungiu “Roma, toma cuidado!”	
XXXVI.37	191	<i>Haruspex; Decemviri, libri Sibyllini</i>	<p>No bairro das Carinas, dois bois sobem pelas escadas até o teto de um edifício.</p> <p>Em Terracina e Amiterno chovera pedras várias vezes; em Minturnas o templo de Júpiter e as construções ao redor são atingidas por um raio; em Vulturno dois barcos foram atingidos por um raio e se incinerados.</p>	<p>Os <i>harúspices</i> prescreveram que os bois tinham que ser queimados vivos e suas cinzas atiradas ao Tibre.</p> <p>Por causa do segundo grupo de prodígios, os <i>Decemviri</i> consultaram os Livros e prescreveram um jejum em honra a Ceres a ser repetido a cada cinco anos; uma <i>novemdiale</i> foi celebrada e houve uma <i>supplicatio</i> por um dia. Tal <i>supplicatio</i> se faria com coroas na cabeça. O cônsul Públio Cornélio oferece sacrifícios aos deuses.</p>
XXXVII.3	190	Pontífices; <i>Decemviri</i>	Em Roma, o templo de Juno Lucina foi atingido por um raio; em Putéolos, vários trechos da muralha foram atingidos por um raio e dois homens morrem; em Núrsia, uma tempestade é vista no céu claro e dois homens livres morrem; em Túsculo, uma chuva de terra; em Reate, uma mula deu à luz.	Os <i>Decemviri</i> prescreveram uma <i>supplicatio</i> com dez meninos e dez meninas com pais e mães vivos. Pela noite, os decênviros imolaram animais de leite (<i>hostes lactentes</i>).
XXXVIII.36	188	<i>Decemviri</i>	O dia escureceu entre a terceira e a quarta hora; no Aventino, caíra uma chuva de pedras.	Três dias de <i>supplicatio</i> em todos os altares das encruzilhadas; <i>novemdiale</i> por causa da chuva de pedras
XXXVIII.44	187	<i>Decemviri</i>	Uma Pestilência na cidade e no campo.	Três dias de <i>supplicatio</i> pela saúde das pessoas.
XXXIX.22	186	Pontífices	Em Piceno choveu pedras durante três dias.	<i>Novemdiale</i> por causa da chuva de pedras.

			<p>Chamas do céu queimavam as roupas das pessoas; um raio atinge o templo de Ópis, no Capitólio.</p> <p>Na Úmbria um hermafrodita de doze anos foi descoberto.</p>	<p>Um dia de <i>supplicatio</i> decretada pelos pontífices por causa do raio; os cônsules sacrificaram <i>hostiae maiores</i> e fizeram uma <i>lustratio</i> na cidade.</p> <p>O hermafrodita foi retirado do território romano e morto.</p>
XXXIX.46; XXXIX.56	183	<i>Decemviri</i>	<p>Chuva de sangue por dois dias na área próxima ao templo de Vulcano e na praça da Concórdia; perto da Sicília uma nova ilha brotara do mar.</p>	<p>Uma <i>supplicatio</i> decretada pelos decênviros.</p>
XL.2	182	<i>Haruspex</i>	<p>Uma tempestade derruba estátuas de bronze no Capitólio e no Circo Máximo, arranca as portas do templo da Lua situado no Aventino e as fixam na parede posterior do templo de Ceres e destruiu cumeeiras de diversos templos; nascimento de uma mula de três patas em Reate; em Caieta, um raio cai sobre o templo de Apolo.</p>	<p>Vinte <i>hostiae maiores</i>; um dia de <i>supplicatio</i></p>
XL.19	181	<i>Decemviri, libri Sibyllini</i>	<p>Chuva de sangue no largo de Vulcano e da Concórdia; os pontífices declararam que a lanças de Marte se moveram se moveram; em Lanúvio a estátua de Juno Sópita verteu lágrimas. Uma Peste devastou a cidade e os campos.</p>	<p>Os senadores disseram que os cônsules deveriam sacrificar vítimas maiores (<i>hostiae maiores</i>) aos deuses que lhe parecessem indicados; um dia de <i>supplicatio</i> por todos os leitos dos deuses em Roma; um decreto do Senado e um edito dos cônsules ordenaram a celebração de três dias de <i>supplicatio</i> e <i>feriae</i> por toda a Itália.</p>
XL.37	180	<i>Pontifex maximus, Decemviri, libri Sibyllini</i>	<p>Pestilência</p>	<p>O cônsul prometeu oferendas a Apolo, Esculápio e <i>Salus</i>, oferecendo-lhes estátuas douradas, votos e presentes. Os</p>

				<i>Decemviri</i> ordenaram dois dias de <i>supplicatio</i> pelo restabelecimento da saúde, tanto em Roma quanto nos assentamentos rurais e comunidades.
XL.45; XL.59	179	<i>Decemviri, libri Sibyllini</i>	Uma tempestade derrubou inúmeras estátuas no Capitólio; raios atingem o templo de Júpiter em Tarracina, o Templo Branco e a porta romana em Cápua; um terremoto atinge várias torres da muralha; em Reate, nasce uma mula com três patas; nos templos em que se realizavam um <i>lectisternium</i> as cabeças dos deuses se viram e o prato de Júpiter cai no chão e os ratos comem as azeitonas.	Os <i>Decemviri</i> determinam a que deuses e quais sacrifícios devem ser feitos, prescrevendo também um dia de <i>supplicatio</i> . Repetição dos Jogos Romanos sob o comando de Cneu Servílio Cepião e Ápio Cláudio Centão.
XLI.9; 41.13	177	Apenas os cônsules são mencionados; <i>Haruspex</i> (no prodígio de Siracusa)	Em Crustuméria, uma pedra caíra do céu no bosque sagrado de Marte; no território de Roma nascera uma criança destituída de membros e foi avistada uma serpente de quatro patas; em Cápua, numerosos edifícios do Fórum foram atingidos por raios; em Putéolos um raio queima dois navios; em Roma, um lobo percorre a cidade pela porta Colina até a porta Esquilina. Na Crustuméria um pássaro fere com o bico uma pedra sagrada; na Campânia, uma vaca fala; em Siracusa, um touro tenta acasalar com uma vaca de bronze.	Os cônsules imolaram <i>hostiae maiores</i> e determinaram um dia de <i>supplicatio</i> em todos os santuários. Em Crustuméria fez-se <i>supplicatio</i> durante um dia; na Campânia, a vaca é colocada sob os cuidados do poder público; em Siracusa, os harúspices deram a conhecer os deuses para os quais se deveria expiar.
XLI.15; XLI.16	176	Pontífices	Em Túsculo, avistou-se uma tocha no céu; em Gábios, o templo de Apolo e diversas residências foram atingidas por um raio;	Os senadores ordenaram que os prodígios fossem expiados segundo prescrição dos pontífices

			em Graviscas, um muro e uma porta foram atingidos por um raio.	
XLI.21; XLI.28	174	<i>Decemuiuri, libri Sibyllini</i>	<p>Pestilência.</p> <p>Em Véios, nasceu um acriança de duas cabeças; em Sinuessa, outra com uma só mão; em Áusimo, uma menina com dentes; em um dia de céu limpo, formou-se um arco-íris sobre o templo de Saturno no Fórum romano; três sóis brilharam ao mesmo tempo; bolas de fogo riscaram os céus; em Lanúvio e Cere foram vistas uma serpente amarelas; na Campânia um boi foi visto falando.</p> <p>Um terremoto no território dos sabinos.</p>	<p>Um dia de <i>supplicatio</i> e um <i>votum</i> para celebrar uma <i>feriae</i> de dois dias e uma <i>supplicatio</i> caso a Pestilência se afastasse do território romano.</p> <p>Um dia de <i>supplicatio</i> no templo de Ceres, Líber e Líbera por causa do terremoto no território dos Sabinos.</p>
XLII.2	173	<i>Decemuiuri, libri fatales</i>	<p>Em Lanúvio, uma grande frota é vista no céu; em Priverno, lâ negra brotou da terra; em Véios, chovera pedras; em Pomptino, todo o território ficou coberto de gafanhotos; na Gália, sob o arado saltavam peixes.</p>	<p>Os <i>Decemuiuri</i> apontam a quais deuses e quais vítimas deveriam sacrificar. Uma <i>supplicatio</i> é realizada para expiar os prodígios; outra <i>supplicatio</i>, votada no ano anterior para salvaguardar a saúde das pessoas, e depois uma <i>feriae</i>.</p>
XLII.20	172	Em relação ao prodígio da <i>coluna rostrata</i> , o Senado determina o envolvimento dos harúspices e dos <i>Decemuiuri</i> e seus Livros Sibílinos.	<p>Raios destroem uma coluna rostral no Capitólio.</p> <p>Em Satúrnia chovera sangue por três dias; em Calávia nascera um asno de três patas e um touro juntamente com cinco vacas foram mortos pelo mesmo raio; em Áuximo choveu terra.</p>	<p>Os <i>Decemuiuri</i> recomendaram uma <i>lustratio</i>, <i>obsecratio</i> e <i>supplicatio</i>, bem como imolar <i>hostiae maiores</i> no Capitólio, na Campânia e no promontório de Minerva; celebrar dez dias de jogos em honra de Júpiter Optimus Maximus.</p>

				Para o segundo grupo de prodígios, fizeram-se sacrifícios, um dia de <i>feriae</i> e uma <i>supplicatio</i> .
XLIII.13; XLIV.18	169	<i>Decemviri, libri Sibyllini</i>	Em Ágria, avistaram uma rocha no céu e uma vaca falara; em Minturnas, fogo é visto no céu; em Reate, chovera pedras; em Cumas, Apolo chorara sangue por três dias e três noites; em Roma, diversas pessoas viram uma serpente de crista no templo da Fortuna; no templo de Fortuna Primigênia uma palmeira crescera no pátio e chovera sangue durante o dia. Chuva de pedras no <i>ager romanus</i> e em Véios.	Os <i>Decemviri</i> determinaram os deuses aos quais os cônsules deveriam oferecer quarenta <i>hostiae maiores</i> e ordenaram uma <i>supplicatio</i> ; os magistrados também sacrificariam <i>hostiae maiores</i> ao redor de todos os templos acompanhados pela população usando coroas. Uma <i>novemdiale</i> em cada cidade pela chuva de pedras.
XLV.16	167	<i>Decemviri, libri Sibyllini</i>	Em Vélia, o templo dos deuses penates foram atingidos por um raio; em Minérvio, duas portas e a muralha são atingidos por um raio; em Anágnia, chovera terra; em Lanúvio, um meteoro é visto no céu; em Calácia, um cidadão romano Marco Valério, relata que correrá sangue de sua casa por três dias e duas noites.	Para o prodígio do sangue na casa, os <i>Decemviri</i> prescrevem ao povo uma <i>supplicatio</i> de um dia e sacrificaram cinquenta cabras no Fórum; para os demais prodígios, uma segunda <i>supplicatio</i> de um dia aconteceu em todos santuários (<i>puluinaria</i>), imolaram <i>hostiae maiores</i> e fizeram uma <i>lustratio</i> .

APÊNDICE C

PASSAGENS DE *AB VRBE CONDITA LIBRI* QUE REFERENCIAM AS *SUPPLICATIONES*

Nesta tabela, organizamos as passagens em latim de todas as 117 vezes que o termo *supplicatio* aparece em *Ab Vrbe Condita Libri*. Nosso objetivo foi o de listar as passagens específicas de onde retiramos as informações que constam no Anexo D. Não pretendemos, nessa tabela, transcrever toda a passagem ou parágrafo, mas apenas os trechos que trazem informações relevantes sobre o objetivo, magistrados e/ou sacerdotes, participantes, duração e divindades envolvidas na súplica.

Referência <i>Ab Vrbe Condita Libri</i>	Passagem em latim de <i>Ab Vrbe Condita Libri</i>
III.7	<i>et per ignota capita late uagata est uis morbi, inopsque senatus auxilii humani ad deos populum ac uota uertit. iussi cum coniugibus ac liberis supplicatum ire pacemque exposcere deum, ad id quod sua quemque mala cogebant auctoritate publica euocati omnia delubra implent. stratae passim matres, crinibus templa uerrentes, ueniam irarum caelestium finemque pesti exposcunt.</i>
III.63	<i>gemina uictoria duobus bifariam proeliis parta, maligne senatus in unum diem supplicationes consulum nomine decreuit. populus iniussu et altero die frequens iit supplicatum; et haec uaga popularisque supplicatio studiis prope celebratior fuit.</i>
V.23	<i>et priusquam senatus decerneret plena omnia templa Romanarum matrum grates dis agentium erant. senatus in quadriduum, quot dierum nullo ante bello, supplicationes decernit.</i>
VII.28	<i>non tribus tantum supplicatum ire placuit sed finitimos etiam populos, ordoque iis, quo quisque die supplicarent, statutus.</i>
VIII.33	<i>quam conueniens esse propter Q. Fabium ciuitatem in laetitia uictoria supplicationibus ac gratulationibus esse, eum propter quem deum delubra pateant, arae sacrificiis fument, honore donis cumulentur.</i>
X.21	<i>itaque et supplicationes ob rem bene gestam consulis nomine decernunt et iustitium remittitur quod fuerat dies duodeuiginti; supplicatioque perlaeta fuit.</i>
X.23	<i>eo anno prodigia multa fuerunt, quorum auerruncandorum causa supplicationes in biduum senatus decreuit; publice uinum ac tus praebitum; supplicatum iere frequentes uiri feminaeque. insignem supplicationem fecit certamen in sacello Pudicitiae Patriciae, quae in foro bouario est ad aedem rotundam Herculis, inter matronas ortum.</i>
X.45	<i>litterae consulum ingenti laetitia et in curia et in contione audita, et quadridui supplicatione publicum gaudium priuatis studiis celebratum est.</i>

X.47	<i>multis rebus laetus annus uix ad solacium unius mali, pestilentiae urentis simul urbem atque agros, suffecit; portentoque iam similis clades erat, et libri aditi quinam finis aut quod remedium eius mali ab dis daretur. inuentum in libris Aesculapium ab Epidauro Romam arcessendum; neque eo anno, quia bello occupati consules erant, quicquam de ea re actum praeterquam quod unum diem Aesculapio supplicatio habita est.</i>
XXI.17	<i>eiusque belli causa supplicatio per urbem habita atque adorati di, ut bene ac feliciter eueniret quod bellum populus Romanus iussisset.</i>
XXI.62	<i>et lectisternium Caere, ubi sortes attenuatae erant, imperatum, et supplicatio Fortunae in Algido; Romae quoque et lectisternium Iuuentati et supplicatio ad aedem Herculis nominatim, deinde uniuerso populo circa omnia puluinaria indicta</i>
XXII.1	<i>decretum ut ea prodigia partim maioribus hostiis, partim lactentibus procurarentur et uti supplicatio per triduum ad omnia puluinaria haberetur</i>
XXII.9	<i>et supplicationem [...] si bellatum prospere esset resque publica in eodem quo ante bellum fuisset statu permansisset</i>
XXII.10	<i>uotis rite nuncupatis supplicatio edicta; supplicatumque iere cum coniugibus ac liberis non urbana multitudo tantum sed agrestium etiam, quos in aliqua sua fortuna publica quoque contingebat cura</i>
XXIII.11	<i>dum haec geruntur, Q. Fabius Pictor legatus a Delphis Romam rediit responsumque ex scripto recitauit. diui diuaeque in eo erant quibus quoque modo supplicaretur; [...] senatus decreuit ut eae res diuinae supplicationesque primo quoque tempore cum cura fierent.</i>
XXIV.10	<i>haec prodigia hostiis maioribus procurata sunt ex haruspicum responso et supplicatio omnibus deis quorum puluinaria Romae essent indicta est.</i>
XXIV.23	<i>post hanc orationem claues portarum pecuniaeque regiae ante pedes eorum posuit. atque illo quidem die dimissi ex contione laeti circa fana omnia deum supplicauerunt cum coniugibus ac liberis</i>
XXV.7	<i>horum prodigiorum causa diem unum supplicatio fuit et per aliquot dies consules rebus diuinis operam dederunt et per eosdem dies sacrum nouendiale fuit.</i>
XXV.12	<i>populus coronatus spectauit, matronae supplicauere; uolgo apertis ianuis in propatulo epulati sunt ceberque dies omni caerimoniarum genere fuit.</i>
XXVI.21	<i>cum multis uerbis actum esset utrum minus conueniret cuius nomine absentis ob res prospere ductu eius gestas supplicatio decreta foret et dis immortalibus habitus honos ei praesenti negare triumphum</i>
XXVII.4	<i>haec prodigia hostiis maioribus procurata decreto pontificum; et supplicatio diem unum Romae ad omnia puluinaria, alterum in Capenati agro ad Feroniae lucum indicta.</i>
XXVII.7	<i>senatus ob res feliciter a P. Scipione gestas supplicationem in unum diem decreuit</i>

XXVII.11	<i>prodigia quoque priusquam ab urbe consules proficiscerentur procurari placuit. [...] ea prodigia hostiis maioribus procurata, et supplicatio circa omnia puluinaria, obsecratio in unum diem indicta</i>
XXVII.23	<i>consules religio tenebat quod prodigiis aliquot nuntiatis non facile litabant. [...] horum prodigiorum causa diem unum supplicatio fuit. per dies aliquot hostiae maiores sine litatione caesae diuque non impetrata pax deum. eo anno pestilentia grauis incidit in urbem agrosque, quae tamen magis in longos morbos quam in peritiales euasit. [...] eius pestilentiae causa et supplicatum per compita tota urbe est.</i>
XXVII.37	<i>haec procurata hostiis maioribus prodigia et supplicatio diem unum fuit ex decreto pontificum</i>
XXVII.51	<i>senatus quod M. Liuius et C. Claudius consules incolumi exercitu ducem hostium legionesque occidissent supplicationem in triduum decreuit. eam supplicationem C. Hostilius praetor pro contione edixit, celebrataque a uiris feminisque est. omnia templa per totum triduum aequalem turbam habuere, cum matronae amplissima ueste cum liberis perinde ac si debellatum foret omni solutae metu deis immortalibus grates agerent.</i>
XXVIII.9	<i>in senatu cum more omnium imperatorum expositis rebus ab se gestis postulassent ut pro re publica fortiter feliciterque administrata et dis immortalibus haberetur honos et ipsis triumphantibus urbem inire liceret, se uero ea quae postularent decernere patres merito deorum primum, dein secundum deos consulum responderunt; et supplicatione amborum nomine et triumpho utrique decreto</i>
XXVIII.11	<i>prodigia consules hostiis maioribus procurare iussi et supplicationem unum diem habere—ea ex senatus consulto facta. id quamquam nihil portendentibus dis ceterum neglegentia humana acciderat, tamen et hostiis maioribus procurari et supplicationem ad Uestae haberi placuit.</i>
XXVIII.27	<i>lapides pluere et fulmina iaci de caelo et insuetos fetus animalia edere uos portenta esse putatis: hoc est portentum quod nullis hostiis nullis supplicationibus sine sanguine eorum qui tantum ausi facinus sunt expiari possit.</i>
XXIX.14	<i>eorum procurandorum causa diem unum supplicatio fuit</i>
XXX.1	<i>decretumque ut supplicatio fieret, quod is in Africam prouinciam traiecisset, ut ea res salutaris populo Romano ipsique duci atque exercitui esset.</i>
XXX.17	<i>supplicatio in quadriduum decreta est. ibi uero audientes fusos Carthaginiensium exercitus, deuictum et captum ingentis nominis regem, Numidiam omnem egregia uictoria peragratam, tacitum continere gaudium non poterant quin clamoribus quibusque aliis multitudo solet laetitiam immodicam significarent. itaque praetor extemplo edixit uti aeditui aedes sacras omnes tota urbe aperirent, circumeundi salutandique deos agendique grates per totum diem populo potestas fieret.</i>
XXX.21	<i>dedisse id deos tandem sexto decimo demum anno, nec esse qui dis grates agendas censeat; adeo ne aduenientem quidem gratiam homines benigne accipere, nedum ut praeteritae satis memores sint. conclamatum deinde ex omni parte curiae est uti referret P. Aelius praetor; decretumque ut quinque dies circa omnia puluinaria supplicaretur uictimaeque maiores immolarentur centum uiginti.</i>

XXX.40	<i>tum patefacta gratulationi omnia in urbe templa supplicationesque in triduum decretae</i>
XXXI.8	<i>ab hac oratione in suffragium missi, uti rogaret, bellum iusserunt. supplicatio inde a consulibus in triduum ex senatus consulto indicta est, obsecratique circa omnia puluinaria di ut quod bellum cum Philippo populus iussisset, id bene ac feliciter eueniret</i>
XXXI.9	<i>cum dilectum consules haberent pararentque quae ad bellum opus essent, ciuitas religiosa in principiis maxime nouorum bellorum, supplicationibus habitis iam et obsecratione circa omnia puluinaria facta, ne quid praetermitteretur quod aliquando factum esset, ludos Ioui donumque uouere consulem cui prouincia Macedonia euenisset iussit.</i>
XXXI.22	<i>magna uictoria laetaque Romae fuit: litteris allatis supplicatio in triduum decreta est.</i>
XXXI.48	<i>non homines tantum ea uictoria laetatos sed diis quoque immortalibus per triduum supplicationes habitas, quod bene ac feliciter, non quod male ac temere res publica a L. Furio praetore gesta esset</i>
XXXII.1	<i>ob hoc unum prodigium haruspices in senatum uocati, atque ex responso eorum supplicatio populo in diem unum edicta et ad omnia puluinaria res diuinae factae.</i>
XXXII.9	<i>eorum prodigiorum causa supplicatio unum diem habita, et consules rebus diuinis operam dederunt placatisque diis in prouincias profecti sunt</i>
XXXII.31	<i>supplicatio in quadriduum decreta.</i>
XXXIII.24	<i>ob res prospere gestas in dies quinque supplicationes decretae</i>
XXXIII.37	<i>ob has res gestas consulum litteris Romam allatis supplicatio in triduum decreta est.</i>
XXXIV.7	<i>quid in gratulationibus supplicationibusque nisi excellentiorem ornatum adiciunt?</i>
XXXIV.21	<i>ob has res gestas in Hispania supplicationem in triduum patres decreuerunt.</i>
XXXIV.42	<i>utriusque nomine in dies ternos supplicatio ab senatu decreta est.</i>
XXXIV.55	<i>postremo decemuiris adire libros iussis, ex responso eorum supplicatio per triduum fuit. coronati ad omnia puluinaria supplicauerunt edictumque est ut omnes qui ex una familia essent supplicarent pariter.</i>
XXXV.8	<i>questus est cum patribus conscriptis quod tanto bello una secunda pugna tam feliciter perfecto non esset habitus diis immortalibus honos; postulauit deinde, supplicationem simul triumphumque decernerent. [...] cum pergeret nihilo segnius referre ut supplicationes decernerentur triumphantique sibi urbem inuehi liceret</i>
XXXV.9	<i>horum prodigiorum causa decemuiri libros adire iussi, et nouemdiale sacrum factum et supplicatio indicta est atque urbs lustrata</i>
XXXV.21	<i>priusquam consul praetoresque in prouincias proficiscerentur, supplicatio fuit prodigiorum causa. ceterorum prodigiorum causa supplicatum est</i>
XXXV.40	<i>triduum eius rei causa supplicatio habita est</i>

XXXVI.2	<i>quique sub imperio eius essent, ut eius rei causa supplicationem imperarent cōsules. [...] supplicatio inde ab duobus consulibus edicta per biduum fuit.</i>
XXXVI.21	<i>supplicatio in triduum decreta est et ut quadraginta hostiis maioribus praetor, quibus diis ei uideretur, sacrificaret.</i>
XXXVI.37	<i>et ut nouemdiale sacrum fieret et unum diem supplicatio esset; coronati supplicarent</i>
XXXVI.38	<i>et quod supplicatio eius uictoriae causa decreta ab senatu uictimaeque maiores caesae</i>
XXXVII.3	<i>supplicatio quoque earum religionum causa fuit quibus diis decemuii ex libris ut fieret ediderunt</i>
XXXVII.47	<i>uictoriae naualis ergo in diem unum supplicatio decreta est, in alterum diem, quod exercitus Romanus tum primum in Asia posuisset castra, ut ea res prospera et laeta eueniret. uicenis maioribus hostiis in singulas supplicationes sacrificare consul est iussus.</i>
XXXVII.52	<i>supplicatio inde in triduum decreta est, et quadraginta maiores hostiae immolari iussae.</i>
XXXVII.58	<i>supplicationes deinde fuerunt ex senatus consulto, quod L. Aemilius in Hispania prospere rem publicam gessisset.</i>
XXXVIII.36	<i>priusquam in prouincias noui magistratus proficiscerentur, supplicatio triduum pro collegio decemuirorum imperata fuit in omnibus compitis</i>
XXXVIII.44	<i>supplicatio inde ex decemuirorum decreto pro ualetudine populi per triduum fuit, quia grauis pestilentia urbem atque agros uastabat.</i>
XXXVIII.48	<i>sed ego in ea ciuitate, quae ideo omnibus rebus incipiendis gerendis deos adhibet, quia nullius calumniae subicit ea, quae dii comprobauerunt, et in sollemnibus uerbis habet, cum supplicationem aut triumphum decernit, 'quod bene ac feliciter rem publicam administrarit'</i>
XXXIV.22	<i>addita et unum diem supplicatio est ex decreto pontificum, quod aedis Opis in Capitolio de caelo tacta erat.</i>
XXXIX.38	<i>de iis duabus prouinciis legati per id fere tempus L. Iuuentius Talna et T. Quinctilius Uarus uenerunt, qui, quantum bellum iam profligatum in Hispania esset, senatu edocto postularunt simul, ut pro rebus tam prospere gestis diis immortalibus haberetur honos et ut praetoribus exercitum deportare liceret. supplicatio in biduum decreta est</i>
XXXIX.46	<i>et per decemuiros supplicatio indicta erat eius prodigii expiandi causa.</i>
XXXIX.56	<i>supplicatio extremo anno fuit prodigiorum causa</i>
XL.2	<i>ob ea prodigia uiginti hostiis maioribus sacrificatum est et diem unum supplicatio fuit</i>
XL.16	<i>et quia prospere ibi res gesserunt, supplicatio in unum diem decreta est</i>
XL.19	<i>et decemuii libras adirent. eorum decreto supplicatio circa omnia puluinaria Romae in diem unum indicta est. iisdem auctoribus et senatus censuit et consules edixerunt, ut per totam Italiam triduum supplicatio et feriae essent</i>
XL.28	<i>utrumque permissum ab senatu et supplicatio ad omnia puluinaria per triduum decreta</i>
XL.36	<i>et supplicationes decretae, quod is prospere rem publicam gessisset.</i>

XL.37	<i>decemuiri supplicationem in biduum ualetudinis causa in urbe et per omnia fora conciliabulaque edixerunt: maiores duodecim annis omnes coronati et lauream in manu tenentes supplicauerunt.</i>
XL.45	<i>ut supplicatio diem unum esset</i>
XL.53	<i>supplicationes ob eas res gestas in triduum decretae sunt; praetores quadraginta hostiis maioribus per supplicationes rem diuinam fecerunt.</i>
XLI.9	<i>eorum prodigiorum causa consules maiores hostias immolarunt, et diem unum circa omnia puluinaria supplicatio fuit</i>
XLI.12	<i>simul ex litteris consulis, quas de rebus in Histria gestis scripserat, in biduum supplicatio decreta</i>
XLI.13	<i>in Crustumino diem unum in ipso loco supplicatio fuit, et in Campania bos alenda publice data, Syracusanumque prodigium expiatum editis ab haruspicibus dis, quibus supplicaretur.</i>
XLI.17	<i>senatus in aede Apollinis legatorum uerbis auditis supplicationem in biduum decreuit, et quadraginta maioribus hostiis consules sacrificare iussit</i>
XLI.19	<i>ob eas res in Gallia Liguribusque gestas duorum consulum ductu auspicioque senatus in triduum supplicationes decreuit et quadraginta hostiis sacrificari iussit.</i>
XLI.21	<i>cum pestilentiae finis non fieret, senatus decreuit, uti decemuiri libros Sibyllinos adirent. ex decreto eorum diem unum supplicatio fuit, et Q. Marcio Philippo uerba praeunte populus in foro uotum concepit, si morbus pestilentiaque ex agro Romano emota esset, biduum ferias ac supplicationem se habiturum.</i>
XLI.28	<i>exitu prope anni diem unum supplicatio fuit ob res prospere gestas in Hispania ductu auspicioque Ap. Claudii proconsulis; et maioribus hostiis uiginti sacrificatum. et alterum diem supplicatio ad Cereris, Liberi Liberaeque fuit, quod ex Sabinis terrae motus ingens cum multis aedificiorum ruinis nuntiatus erat.</i>
XLII.2	<i>ob haec prodigia libri fatales inspecti, editumque ab decemuiris est, et quibus diis quibusque hostiis sacrificaretur, et ut supplicatio prodigiis expiandis fieret</i>
XLII.9	<i>a patribus postulare, ut senatus consultum in se factum tolli iuberent, supplicationemque, quam absente se ex litteris de bene gesta re publica missis decernere debuerint, praesente se honoris deorum primum causa, deinde et sui aliquo tamen respectu decernerent.</i>
XLII.20	<i>supplicationem obsecrationemque habendam. [...] horum quoque prodigiorum causa res diuinae factae et supplicatio unum diem feriaeque habitae.</i>
XLIII. 13	<i>publicorum prodigiorum causa libri a decemuiris aditi: quadraginta maioribus hostiis quibus diis consules sacrificarent ediderunt, et uti supplicatio fieret cunctique magistratus circa omnia puluinaria uictumis maioribus sacrificarent populusque coronatus esset. omnia, uti decemuiri praeierunt, facta.</i>
XLV.2	<i>postero die senatus in curia habitus, supplicationesque decretae et senatus consultum factum est. [...] renouataque laetitia, cum consul edixisset, ut omnes aedes sacrae aperirentur, pro se quisque ex contione ad gratias agendas ire</i>

	<i>dis, ingentique turba non uirorum modo sed etiam feminarum conpleri tota urbe deorum immortalium templa. senatus reuocatus in curiam supplicationes ob rem egregie gestam ab L. Aemilio consule in quinque dies circa omnia puluinaria decreuit hostiisque maioribus sacrificari iussit. [...] supplicatio pro contione populo indicta est ex ante diem quintum idus Octobres cum eo die in quinque dies.</i>
XLV.3	<i>senatus in triduum supplicationes decreuit</i>
XLV.16	<i>ob id maxime decemiri libros adire iussi supplicationem in diem unum populo edixerunt et quinquaginta capris in foro sacrificauerunt. et aliorum prodigiorum causa diem alterum supplicatio circa omnia puluinaria fuit et hostiis maioribus sacrificatum est et urbs lustrata.</i>

APÊNDICE D

TABELA DAS SUPPLICATIONES EM AB URBE CONDITA LIBRI

Nesta tabela, organizamos as informações de todas as 117 vezes que o termo *supplicatio* aparece em *Ab Vrbe Condita Libri*. Nosso objetivo foi o de destacar alguns elementos que foram fundamentais para a nossa análise, a saber: 1) o tipo/objetivo da súplica mencionada por Tito Lívio; 2) participação do Senado, sacerdotes e magistrados mencionados na obra liviana; 3) os participantes e a procissão; 4) a duração de cada súplica; 5) os destinatários das súplicas. Não pretendemos, nessa tabela, transcrever ou traduzir diretamente os excertos da fonte, mas organizar suas informações para, então, elaborar nossa análise a respeito da *supplicatio* expiatória. Nesse sentido, mencionamos as informações que Tito Lívio nos deixou e, quando não há quaisquer menções a alguma característica, deixamos o quadro em branco.

Referência <i>Ab Vrbe Condita Libri</i>	Tipo de <i>supplicatio</i> / Objetivo	Magistrados / Senado / Sacerdotes	Participantes / Festividades / Procissão	Duração	Deuses / Templos / Santuários
III.7	Expiatória / implorar paz	Senado	Povo, esposas e filhos Em toda parte, as mulheres, prosternadas, varriam os templos com seus cabelos e imploravam o perdão das divindades iradas e o fim da calamidade		Templos
III.63	Ação de graças / dupla vitória militar	Senado / Em nome dos cônsules	Povo	Um dia concedido pelo Senado. Segundo dia por iniciativa do povo	
V.23	Ação de graças / tomada de Véios por Camilo.	Decreto do Senado	Matronas invadiram os templos	Quatro dias pela primeira vez.	Todos os templos

VII.28	Expição	Livros Sibilinos	Tribos e os vizinhos (tribos)	Estabeleceu-se o dia em que cada um faria súplicas	
VII.33	Ação de graças		Os cidadãos celebraram a alegria pública Sacrifícios nos altares, ornatos e oferendas		Templo dos deuses
X.21	Ação de graças / vitória sobre os saqueadores da Campânia	Em nome dos cônsules	Ações de graças celebradas com muita alegria		
X.23	Expição	Decreto do Senado	Grande número de homens e mulheres Disputa entre matronas O tesouro público forneceu vinho e incenso	Dois dias	Templo do pudor Patrício
X.45	Ação de Graças / Leitura da carta dos cônsules sobre vitória contra os samnitas.	Carta lida na cúria e assembleia do povo	Particulares procuravam celebrar a alegria pública	Quatro dias	
X.47	Expiatória	Cônsules ocupados com a guerra Consultou-se os Livros para saber como dar fim ou que remédio os deuses indicavam para o mal		Um dia	<i>Supplicatio</i> a Esculápio
XXI.17	Propiciatória / Guerra contra os cartagineses				Pediram aos deuses feliz termo para a

					guerra que o povo romano votou
XXI.62	Expiatória	Decênviros Livros Sibílinos	Todo o povo		Suplicações à Fortuna Suplicações no templo de Hércules, designado pelo nome, e em seguida a todo o povo, em redor de todos os altares
XXII.1	Expiatória	O cônsul consultou o Senado sobre assuntos religiosos Livros		Três dias	Suplicações em todos os leitos dos deuses
XXII.9	Propiciatória / <i>votum a Júpiter</i>	O ditador assumiu o cargo e convocou o Senado Pela negligência religiosa, consultaram-se os Livros Sibílinos, coisa que só acontecia na presença de prodígios	Suplicações para o caso de obter a vitória		
XXII.10	Propiciatória Guerra contra Cartago e os gauleses aquém-Alpes		Multidão de cidadãos com mulheres e filhos, e também camponeses		
XXIII.11	Expiatória	Decreto do Senado			F. Píctor trouxe a informação de quais

		E. Fábio Píctor, por resposta do Oráculo de Delfos			deuses deveriam ser suplicados
XXIV.10	Expiatória	Resposta dos harúspices			Súplicas a todos os deuses que tinham seus leitos em Roma
XXIV.23	Ação de Graças / Adranodoro entregou as chaves das portas do tesouro real		Os cidadãos em companhia das mulheres e filhos		Os templos de todos os deuses
XXV.7	Expiatória	Cônsules		Um dia	
XXV.12	Propiciatória	Jogos Apolíneos presididos pelo pretor. Jogos realizados para expulsar os inimigos, isto é, Aníbal e seus exércitos.	O povo assistiu aos jogos coroados de louros e as matronas suplicaram		Por toda parte, a portas abertas, festejou-se nos vestibulos das casas, com cerimônias de todos os tipos
XXVI.21	Ação de graças / Vitória militar de Marco Marcelo	Uma supplicatio fora decretada pelas vitórias militares			<i>Supplicatio</i> aos deuses imortais
XXVII.4	Expição	Decreto dos pontífices		Um dia	Em todos os leitos dos deuses
XXVII.7	Ação de Graças / vitória militar de Cipião na Espanha	Decreto do Senado		Um dia	
XXVII.11	Expição	Cônsules, antes de deixarem Roma			Ao redor de todos os leitos dos deuses
XXVII.23	Expição / Duas <i>supplicationes</i> por causa de prodígios distintos	Cônsules foram retidos por um escrúpulo religioso		Primeira súplica de um dia	Segunda súplica por causa da Pestilência nas encruzilhadas e em toda a urbe.

XXVII.37	Expição	Antes da partida dos cônsules Decreto dos pontífices		Um dia	
XXVII.51	Ação de graças / vitória militar	Decreto do Senado	Homens e mulheres Multidão	Três dias	Todos os templos Agradecer aos deuses imortais
XXVIII.9	Ação de graças / vitórias militares de Marco Lívio e Caio Cláudio	Decreto do Senado			Deuses imortais
XXVIII.11	Expição Negligência humana (apagou-se o fogo de Vesta)	Cônsules Senado consulto		Um dia para primeira súplica	A segunda súplica no templo de Vesta
XXVIII.27	Expição / discurso de Cipião		Súplica como expiação		
XXIX.14	Expição			Um dia	
XXX.1	Propiciatória / vitória militar na África				
XXX.17	Ação de graças / vitória contra os cartagineses na Numídia	Ordem do pretor para abertura de todos os templos da cidade	O povo percorreu os templos, saudou os deuses e lhes renderam graças ao longo do dia	Quatro dias	Todos os templos foram abertos
XXX.21	Ação de graças	Senado		Cinco dias	Ao redor de todos os leitos dos deuses
XXX.40	Ação de graças / vitória de Lúcio Vetúrio contra Aníbal	Senado		Três dias	Abertura das portas de todos os templos da cidade

XXXI.8	Propiciatória / final feliz à guerra	Senado e cônsules	Povo	Três dias	Orações ao redor de todos os leitos dos deuses
XXXI.9	Propiciatória	A cidade fez súplicas sem ordens.	A cidade, muito religiosa		Súplicas e orações ao redor de todos os leitos dos deuses
XXXI.22	Ação de graças / vitória militar contra os gauleses	Decreto		Três dias	
XXXI.48	Ação de graças / vitória contra na Etrúria		Homens	Três dias	Deuses imortais
XXXII.1	Expiatória	Harúspices convidados ao Senado	Povo	Um dia	Diante de todos os leitos dos deuses
XXXII.9	Expiatória	Cônsules		Um dia	
XXXII.31	Ação de graças / vitórias militares na Gália	Senado		Quatro dias	
XXXIII.24	Ação de graças / vitória militar na Tessália	Senadores		Cinco dias	
XXXIII.37	Ação de graças / vitória militar na Úmbria			Três dias	
XXXIV.7	Ação de graças	Discurso de Márcio Pórcio Catão sobre a Lei Ópia	Mulheres com suas melhores vestimentas nas suplicações		
XXXIV.21	Ação de graças / vitória militar na Hispânia	Decreto do Senado		Três dias	
XXXIV.42	Ação de graças / em nome dos generais que venceram na Hispânia e Lacedemônia	Decreto do Senado		Três dias	
XXXIV.55	Expição	Cônsules, Senado e Decênviros	Famílias em blocos foram suplicar nos <i>puluinaria</i>	Três dias	Todos os leitos dos deuses

			Coroados		
XXXV.8	Ação de graças / pedido do cônsul por súplicas pela sua vitória na Hispânia	Cônsul e Senado			Deuses imortais
XXXV.9	Expição	Decênviros, Livros			Editaram-se preces públicas
XXXV.21	Expição	Antes da partida do cônsul e dos pretores			
XXXV.40	Expição			Três dias	
XXXVI.2	Propiciatória / propiciar vitória contra o rei Antíoco	Os cônsules determinaram a súplica		Dois dias	
XXXVI.21	Ação de graças / vitória contra Antíoco	Decreto		Três dias	
XXXVI.37	Expição	Cônsules na cidade	A suplicação se faria com coroas na cabeça	Um dia	
XXXVI.38	Ação de graças / vitória contra os boios	Decreto do senado			
XXXVII.3	Expição	Indicação dos decênviros			Endereçada aos deuses
XXXVII.47	Ação de graças / Propiciatória vitória naval / outra de um dia pelo exército ter acampado pela primeira vez na Ásia e para que esse acontecimento tivesse desfecho feliz	Vítimas sacrificadas pelo cônsul		Um dia	

XXXVII.52	Ação de graças / vitórias na Ásia	Decreto		Três dias	
XXXVII.58	Ação de graças / vitória militar na Hispânia	Senado consulto			
XXXVIII.36	Expiatória	Colégio dos decênviros		Três dias	Em todos os santuários das encruzilhadas
XXXVIII.44	Expiatória	Decreto dos decênviros		Três dias	
XXXVIII.48	Ação de graças / discurso de Mânlio				Deuses
XXXIX.22	Expiatória	Decreto dos pontífices		Um dia	
XXXIX.38	Ação de graças	Decreto		Dois dias	Deuses imortais
XXXIX.46	Expição	Decreto dos decênviros			
XXXIX.56	Expição				
XL.2	Expição			Um dia	
XL.16	Ação de graças / vitória militar	Decreto		Um dia	
XL.19	Expiatória	Decisão dos decênviros Decreto do Senado Edito dos cônsules		Um dia em Roma Três dias em toda Itália	Em Roma, todos os leitos dos deuses
XL.28	Ação de graças / vitória sobre os lígures	Decreto do senado		Três dias	Em todos os leitos dos deuses
XL.36	Ação de graças / vitória militar contra os celtiberos	Decreto			
XL.37	Expição	Decênviros	Todos os maiores de 12 anos participaram da prece, cingidos de uma coroa e levando na mão uma coroa de louros	Dois dias	Tanto em Roma quanto nos centros de mercado e reunião

XL.45	Expição	Decênviros		Um dia	
XL.53	Ação de graças / vitória militar na Ligúria			Três dias	
XLI.9	Expição	Cônsules		Um dia	Ao redor de todos os leitos dos deuses
XLI.12	Ação de graças / vitória militar na Ístria	Decreto		Dois dias	
XLI.13	Duas expiações por prodígios distintos	Harúspices, pelo segundo prodígio.		Um dia	Harúspices disseram a quais deuses suplicar
XLI.17	Ação de graças	Decreto do Senado		Dois dias	
XLI.19	Ação de graças / vitória militar na Gália	Decreto do Senado		Três dias	
XLI.21	Expição	Senado Decênviros		Um dia <i>Votum</i> de suplicação caso a Pestilência acabasse.	
XLI.28	Ação de graças / vitória militar na Hispânia Expição			Suplicação de um dia pela vitória militar Outro dia de súplica pelo prodígio	Templo de Ceres, Líber e Líbera
XLII.2	Expição	Livros do destino			Deuses imortais
XLII.9	Ação de graças / discurso	Senado consulto Cônsul			
XLII.20	Duas expiações por dois prodígios distintos	Para o primeiro, Senado e Decênviros		Para o segundo, um dia	Para o primeiro, Súplicas e preces

XLIII.13	Expição	Livros / Decênviros	Povo usando coroas		Ao redor de todos os templos
XLV.2	Ação de graças / vitória na Macedônia	Senado, decreto, Cônsul	Multidão imensa por toda cidade	Cinco dias Súplica marcada para o quinto dia antes dos idos de outubro	Templos dos imortais Abertura de todos os templos
XLV.3	Ação de graças / vitória militar na Ilíria	Decreto do Senado		Três dias	
XLV.16	Duas expiações para dois prodígios	Para o primeiro, decreto do senado e decênviros		Para o primeiro, um dia Outro dia para o segundo	Para a segunda, todos os leitos dos deuses